



**Mariana Silveira Sacramento**

**O dono da história**

Análise da ADI 4815 à luz dos direitos existenciais dos  
biografados

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa  
de Pós-Graduação em Direito do Departamento  
de Direito da PUC-Rio.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Maria Celina Bodin de Moraes

Co-orientadora: Prof<sup>a</sup>. Thamir Ávila Dalsenter  
Viveiros de Castro

Rio de Janeiro  
Março de 2018



**Mariana Silveira Sacramento**

**O dono da história:  
análise da ADI 4815 à luz dos direitos existenciais  
dos biografados**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Direito do Departamento de Direito da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof<sup>a</sup>. Maria Celina Bodin de Moraes**  
Orientadora  
Departamento de Direito – PUC-Rio

**Prof<sup>a</sup>. Thamís Ávila Dalsenter Viveiros de Castro**  
Co-orientadora  
Departamento de Direito – PUC-Rio

**Prof. Pedro Marcos Nunes Barbosa**  
Departamento de Direito – PUC-Rio

**Prof. Anderson Schreiber**  
UERJ

**Prof. Augusto César Pinheiro da Silva**  
Vice-Decano Setorial de Pós-Graduação do  
Centro de Ciências Sociais - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 16 de março de 2018.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

### **Mariana Silveira Sacramento**

Graduou-se em Direito no Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL), Unidade Educacional de Lorena-SP em 2010. Especialista em Direito Público pela mesma instituição.

#### Ficha Catalográfica

Sacramento, Mariana Silveira

O dono da história : análise da ADI 4815 à luz dos direitos existenciais dos biografados / Mariana Silveira Sacramento ; orientadora: Maria Celina Bodin de Moraes ; co-orientadora: Thamís Ávila Dalsenter Viveiros de Castro. – 2018.

183 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2018.

Inclui Referências bibliográficas

1. Direito – Teses. 2. Biografias não autorizadas. 3. Direitos existenciais. 4. Direitos da personalidade. 5. Liberdade de expressão. 6. Dignidade da pessoa humana. I. Moraes, Maria Celina Bodin de. II. Castro, Thamís Ávila Dalsenter Viveiros de. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. IV. Título.

CDD: 340

Aos meus pais, *Sergio e Celi*, por sempre acreditarem e apoiarem os meus sonhos;

Ao meu irmão *Gabriel*, por cuidar de mim no dia a dia, apesar de ser o mais novo;

Ao meu namorado *Marcos Paulo*, por caminhar comigo pela vida e por compartilhar o amor pela academia;

À minha avó *Edicy*, por me ensinar a ser forte através do seu exemplo e à minha avó *Edy* (*in memorian*) por estar sempre presente no meu pensamento a cada segundo desses nove anos de ausência física;

Às minhas madrinhas *Maria Tereza e Silvia*, por serem muito mais do que tias, mas mães.

Os amo de todo o coração.

## Agradecimentos

Primeiramente a Deus e à Nossa Senhora do Amparo que me permitiram chegar até o Mestrado e a quem eu entrego toda a minha vida;

À professora *Maria Celina Bodin de Moraes*, minha orientadora que eu tanto admiro, meu exemplo e quem primeiro acreditou na minha pesquisa. Agradeço todos os sábios conselhos e direcionamentos, por me acolher com tanto carinho e por sempre ter a palavra certa para me acalmar;

À professora *Thamis Dalsenter Viveiros de Castro*, minha co-orientadora, agradeço por tantas horas de dedicação a este trabalho, sempre disposta a tirar as minhas dúvidas e a conversar. Te observar em sala de aula me faz desejar ainda mais a docência;

A todos os professores do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Direito da PUC-Rio, em especial à professora *Caitlin Mulholland* pelas lições de Direito Civil e o professor *Antonio Pele* por me receber em seu grupo de pesquisa sobre Dignidade Humana;

À Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, por ser uma segunda casa nesses dois anos de mestrado e a todos os seus funcionários por fazerem os nossos dias mais fáceis, em especial ao *Anderson* e à *Carmen* que auxiliam tão bem os alunos da pós-graduação;

À minha família, meus pais, irmão, avó, tios e namorado, por estarem sempre dispostos a escutar sobre o andamento da pesquisa, em especial aos meus pais Celi e Sergio, pois sem o seu apoio seria tudo muito mais difícil, ao meu irmão Gabriel e meu namorado Marcos Paulo que acompanharam de perto cada passo do Mestrado;

A todos os meus colegas de sala, pelos debates, conversas, desabafos e mensagens de apoio, foi maravilhoso compartilhar essa época especial com vocês;

Ao CNPq, pela importante ajuda financeira durante a elaboração da pesquisa.

## Resumo

Sacramento, Mariana Silveira. Moraes, Maria Celina Bodin. **O dono da história: Análise da ADI 4815 à luz dos direitos existenciais dos biografados.** Rio de Janeiro, 2018. 183p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O Supremo Tribunal Federal decidiu, na ADI nº 4815, que a publicação de biografias poderia ocorrer independentemente da autorização das pessoas retratadas, sob a alegação de que o direito à liberdade de expressão teria uma posição preferencial face aos direitos existenciais em risco, tais como a honra, a imagem e a privacidade, mesmo reconhecendo a existência e importância de tais direitos que, para o STF, só poderiam ser reclamados, via responsabilidade civil, depois da publicação. No entanto, como se demonstrará, a cláusula geral de tutela da pessoa humana, que engloba os direitos existenciais mencionados, e se externa a partir do princípio da dignidade da pessoa humana, não pode estar em posição inferior ao direito à liberdade de expressão, principalmente em razão de o princípio ter sido considerado, pelo constituinte de 1988, como um dos fundamentos da República. Deste modo, os direitos existenciais devem ser observados em compatibilidade com a relevância que o princípio da dignidade da pessoa humana ocupa na Constituição da República. Em consequência, ao biografado deve ser dada a possibilidade e a oportunidade de preservar seus direitos subjetivos existenciais, em especial as informações de caráter íntimo que, se reveladas, causarão constrangimento e eventual discriminação. Desta forma, o direito à privacidade como autodeterminação informativa permite que o biografado deva ter o controle sobre as informações que estão sendo recolhidas e que serão disponibilizadas aos leitores e esse controle só será possível se biografado for comunicado previamente a publicação da história de sua vida. Assim ele poderá acessar o Poder Judiciário e evitar que uma ameaça de lesão se torne uma efetiva lesão à sua dignidade.

## Palavras-chave

Biografias não autorizadas; direitos existenciais; direitos da personalidade; liberdade de expressão; dignidade da pessoa humana; autodeterminação informativa.

## Abstract

Sacramento, Mariana Silveira. Moraes, Maria Celina Bodin (Advisor). **The owner of the story: A review of the ADI 4815 in light of the biography subject's existential rights.** Rio de Janeiro, 2018. 183p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The Brazilian Supreme Court ruled in ADI No. 4815 that the publication of biographies could occur independently of the authorization of the persons portrayed, on the grounds that the right to freedom of expression would have a preferential position vis-à-vis the existential rights at risk, such as honor, image and privacy. Even though the Supreme Federal Court recognized the existence and importance of such rights, it could only be claimed, via civil liability, after the publication of the biography. However, as will be shown, the general clause of protection of the human person, which encompasses the existential rights mentioned, and is extracted from the principle of the human dignity, cannot be in an inferior position when comparing to the right to freedom of speech, especially because the principle was regarded by the 1988 constituent as one of the foundations of the Republic. In this way, existential rights must be observed in compatibility with the relevance that the principle of the human dignity occupies in the Constitution of the Republic. Consequently, to the biography subject must be given the possibility and opportunity to preserve his existential subjective rights, especially related to the publishing of intimate information that, if revealed, will cause embarrassment and eventual discrimination. Thus, the right to privacy as informative self-determination allows the biography subject to have control over the information that is being collected and will be made available to readers and this control will only be possible if the biography subject is communicated before the publication of the story of his life. Thus, he can access the Judiciary and prevent a threat of injury from becoming an effective injury to his dignity.

## Keywords

Unauthorized biographies; existential rights; personality rights; Freedom of expression; Human Dignity; informational self-determination.

## Sumário

1. Introdução	10
2. As biografias não autorizadas e o posicionamento do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815	16
2.1 A importância do gênero biografia na construção da História: a função da obra biográfica	16
2.2 As principais personagens e o impacto da publicação de histórias de suas vidas: pessoas públicas, pessoas não-públicas e coadjuvantes	27
2.3 As biografias não autorizadas e a ADI nº 4815: a primazia do direito à liberdade de expressão	35
3. O princípio da dignidade da pessoa humana como fundamento da República	50
3.1 A cláusula geral de tutela da pessoa humana e as biografias	56
3.1.1 O direito à privacidade e a autodeterminação informativa	82
3.1.2 A comunicação prévia como forma de controle das informações e acesso à justiça	97
4. Critérios para divulgação de informações e possíveis consequências da publicação de histórias de vida	110
4.1 A ponderação de direitos e os principais critérios a serem observados	112
4.1.1 O interesse público e a possibilidade de divulgação das informações	122
4.2 A pessoa humana e os danos resultantes da publicação de sua história	148
4.2.1 O dano moral, a indenização e a importância das sanções não pecuniárias: o direito de resposta e a retirada da obra de circulação	151
5. Conclusão	167
6. Referências bibliográficas	174

*“Uma existência vivida inteiramente em público, na presença de outros, torna-se, como diríamos, superficial (...).”*

Hannah Arendt

# 1.

## Introdução

As biografias não autorizadas fazem nascer o debate a respeito de dois direitos importantes no ordenamento jurídico brasileiro. De um lado se colocam os interesses do biógrafo, que defende a sua pesquisa, grande parte das vezes, de muitos anos e alega que o direito à liberdade de expressão o permite publicar a narrativa; de outro lado, o biografado demanda a tutela dos seus direitos da personalidade e, especialmente, a necessidade de proteção de sua vida privada. Diante desse conflito, surge o questionamento: existe uma fórmula pronta que garanta a livre publicação das biografias ou, ao contrário, que exija que a publicação só ocorra mediante autorização?

No ano de 2006, Paulo Cesar de Araújo publicou a história da vida de Roberto Carlos na biografia *Roberto Carlos em Detalhes*. A expectativa sobre a opinião do cantor a respeito da publicação era grande, mas, quando questionado sobre o assunto em uma entrevista coletiva logo após a publicação, Roberto Carlos se mostrou inconformado e afirmou que “além de tudo, pra mim é muito estranho que alguém lance mão desse patrimônio que é a minha história. A minha história é um patrimônio meu! Acho que eu tenho que escrever esse livro e contar, quando eu quiser, essa história. (...)”<sup>1</sup> A publicação da biografia gerou ações judiciais, uma cível e uma criminal, em face do biógrafo, que resultaram em um acordo entre as partes e o recolhimento da obra. Roberto Carlos e outros artistas como Gilberto Gil, Djavan e Chico Buarque participaram, então, de um grupo chamado Procure Saber<sup>2</sup>, que, dentre outras questões, discutia a necessidade de autorização para a publicação de biografias.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Paulo Cesar de Araújo em seu livro *O réu e o rei. Minha história com Roberto Carlos*, em detalhes relatou toda a trajetória da escrita da biografia Roberto Carlos, em detalhes, através dos seus olhos, desde a sua infância como fã do cantor, até a escolha de Roberto Carlos como o protagonista da biografia e as consequências da publicação. Neste livro o autor narra como Roberto Carlos demonstrou receber a notícia da publicação na entrevista coletiva realizada em 11 de dezembro de 2008, às 15 horas, em um dos salões do hotel Caesar Park, no Rio de Janeiro. ARAÚJO, Paulo Cesar de. *O réu e o rei. Minha história com Roberto Carlos*, em detalhes. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 224

<sup>2</sup> Com a saída de Roberto Carlos da Associação, o grupo Procure Saber deixou de debater o assunto das biografias não autorizadas e passou a se dedicar a outras questões como: regulamentação da lei do Ecad, direitos autorais na internet e leis trabalhistas, segundo artigo publicado no jornal Folha de São Paulo em 04 jun. 2015 intitulado Procure Saber abandona debate sobre biografias não autorizadas. Disponível em

A biografia de Roberto Carlos é apenas um exemplo dentre tantos outros em que histórias de vida foram publicadas e seus protagonistas (ou suas famílias) e também terceiros que, por ventura, foram mencionados na obra, questionaram o teor da publicação. Dentre os exemplos: as filhas de Garrincha entraram com ação pleiteando danos morais pela publicação de *Estrela Solitária, um brasileiro chamado Garrincha* por descrever o órgão genital do jogador; o livro *Lampião, o Mata Sete* também foi questionado pelos herdeiros do casal Lampião e Maria Bonita, uma vez que continha fatos íntimos sobre sexualidade e fidelidade dos pais, por fim, na obra biográfica de Paulo Coelho, *O Mago*, o terceiro citado na obra, o ex-ministro das Relações Exteriores questionou a menção de seu nome em situação envolvendo votos para eleição na Academia Brasileira de Letras.

Esses e outros tantos exemplos demonstram que a publicação de biografias não autorizadas poderia resultar em processos judiciais com condenações a pagamento de grandes indenizações, o que gerava insegurança nas editoras e nos biógrafos, principalmente em razão do teor dos artigos 20 e 21 do Código Civil<sup>4</sup>, que protegem os direitos existenciais dos indivíduos. Desta forma, a Associação Nacional dos Editores de Livros – ANEL buscou o posicionamento do Supremo Tribunal Federal a respeito do tema e ajuizou, em julho de 2012, Ação Direta de Inconstitucionalidade pleiteando a interpretação dos artigos acima mencionados conforme a Constituição, sem redução de texto, para, então, permitir a publicação de biografias de pessoas públicas sem que fosse necessária a autorização das mesmas.

---

<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/06/1637996-procure-saber-sai-de-debate-sobre-biografias-nao-autorizadas.shtml> Acesso em 15 fev. 2018.

<sup>3</sup> GRAGNANI, Juliana. Gil e Caetano se juntam a Roberto Carlos contra biografias não autorizadas. Folha de São Paulo, São Paulo, 05 out. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/10/1352167-gil-e-caetano-se-juntam-a-roberto-carlos-contra-biografias-nao-autorizadas.shtml>. Acesso em : 15 fev. 2018.

<sup>4</sup> Art. 20. “Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.”

Parágrafo único. “Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes.”

Art. 21. “A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.”

Em junho de 2015 houve o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.815, no qual o Supremo Tribunal Federal entendeu pela não necessidade de autorização para a publicação das biografias apresentando como motivos, dentre outros, o patamar superior que o direito à liberdade de expressão ocupa em um Estado democrático e a proibição da censura no país. Todavia, o julgamento da questão pelo STF não trouxe a solução final para o conflito entre a liberdade de expressão e direitos da personalidade. Isso porque, apesar de determinar que as biografias não autorizadas podem ser publicadas, o Supremo Tribunal Federal não negou amparo aos direitos existenciais, garantindo a possibilidade de o biografado que se sentir ofendido possa recorrer ao Poder Judiciário e requerer indenização e direito de resposta pela lesão sofrida, desde que tal medida seja feita após a publicação da biografia. Desta forma, a dúvida sobre a publicação da biografia permanece, uma vez que os biógrafos e editoras continuam sem saber ao certo quais são os critérios para a publicação, pois os biografados, assim como acontecia anteriormente ao julgamento, podem questionar a publicação junto ao Poder Judiciário. Diante deste cenário, surgem indagações a respeito do posicionamento do Supremo Tribunal Federal na ADI nº 4.815: é regra geral que o direito à liberdade de expressão está em patamar superior aos demais direitos? A possibilidade de se recorrer ao Poder Judiciário apenas pode existir após a publicação da biografia? A retirada de circulação da obra ou o impedimento da publicação de determinada informação consiste em censura? Quais são os principais critérios a serem observados no momento da publicação de uma história de vida?

Para se refletir a respeito das respostas para as perguntas acima expostas é preciso analisar a questão a partir da perspectiva da pessoa humana, uma vez que ela é o centro da Constituição da República, que garante a sua proteção integral através do princípio da dignidade da pessoa humana, com previsão no artigo 1º, III<sup>5</sup>. A análise do conflito entre liberdade de expressão e direitos da personalidade precisa ser cautelosa, uma vez que tais direitos são de enorme importância e todos constitucionalmente previstos.

---

<sup>5</sup> Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III - a dignidade da pessoa humana;”

Por essa razão, primeiramente se demonstrará a importância das biografias como gênero literário e histórico, vez que um dos argumentos apontados no julgamento da ADI nº 4815 é que a história das pessoas públicas se mistura com a História da coletividade, e tem a função de perpetuar informações a respeito de uma época e local. Todavia, é preciso mencionar que as biografias autorizadas, autobiografias e demais fontes de pesquisa também cumprem a função informativa relacionada às biografias não autorizadas. Ainda no primeiro capítulo, será estudado o direito à liberdade de expressão, e os direitos a informar e ser informado. O exercício desses direitos garante a oportunidade de emitir opiniões e também de circular informações a respeito dos mais diversos assuntos, inclusive na publicação de biografias. Por outro lado, observa-se que o direito à liberdade de expressão não é absoluto e pode encontrar limitações nos direitos existenciais daqueles indivíduos retratados na obra.

É possível afirmar que as pessoas têm direito a conhecer a vida íntima umas das outras? É direito da comunidade tomar conhecimento de que determinado indivíduo, por não se identificar com o gênero registrado quando de seu nascimento, buscou a retificação do seu registro civil? É direito da comunidade ter acesso ao prontuário médico psiquiátrico de uma celebridade porque esta decidiu ter uma carreira que a coloca em quase constante vigilância pública? É direito de todos ter conhecimento que uma pessoa que se considera anônima sofreu algum tipo de abuso na infância?

Os direitos da personalidade, tema do segundo capítulo do presente trabalho, serão apreciados no contexto trazido pelo constituinte de 1988, que buscou preservar a pessoa humana em toda a sua integralidade, garantindo uma cláusula geral de tutela das pessoas. Neste capítulo busca-se averiguar se é possível afirmar, na legalidade constitucional, o caráter preferencial do direito à liberdade de expressão, como fez o Supremo Tribunal Federal. Para tanto, parte-se da premissa de que a dignidade da pessoa humana foi colocada pelo constituinte de 1988 como um fundamento da República e, diante do movimento de despatrimonialização do direito civil, a pessoa humana é vislumbrada como o centro do ordenamento jurídico e as questões patrimoniais, que antes eram vistas como um fim em si mesmas, passam a assegurar o desenvolvimento da personalidade.

Essa cláusula geral tutela todos os direitos decorrentes da personalidade da pessoa humana, dentre eles, o direito à honra, à imagem, intimidade e privacidade que serão vistos em maiores detalhes. Contudo, a proteção não se limita aos direitos da personalidade previstos na lei civil ou na Constituição da República, uma vez que não se trata de um rol taxativo, mas, por possuir um conteúdo aberto, a cláusula geral consegue alcançar um indeterminado número de situações a fim de interpretar o ordenamento para uma maior proteção à pessoa, observando os preceitos do princípio da dignidade da pessoa humana.

Ainda no segundo capítulo, será iniciado o debate a respeito de alguns direitos da personalidade que entram em conflito com a liberdade de expressão, em especial a privacidade que, no seu conceito atual, prevê a possibilidade de o indivíduo ter acesso às informações que sobre ele são recolhidas. Esse conceito de privacidade trazido para o debate das biografias não autorizadas, onde também se verifica a necessidade de permitir que o biografado tenha certo controle sobre as informações que são recolhidas a seu respeito e que, desta forma, possa ter o conhecimento, retificar, ou mesmo retirar determinada informação daquele grupo de dados colhidos. O prévio acesso à obra é importante, portanto, para que se possa preservar a privacidade e intimidade da pessoa humana e assim garantir a sua proteção integral. Nesse contexto, fala-se na possibilidade de comunicação prévia, não para se exigir uma autorização para publicação de biografias, mas para garantir o direito à privacidade do indivíduo no sentido de permitir que este possa ter algum controle sobre certas informações a seu respeito. Essa comunicação prévia é importante para permitir o acesso à justiça não apenas após efetiva lesão, mas também na hipótese de ameaça de lesão, conforme permite o nosso ordenamento jurídico, especialmente nos dispositivos do Código Civil que se dirigem à tutela dos direitos da personalidade.

No terceiro e último capítulo fala-se da ponderação como método de solução do conflito no caso concreto. Serão apresentados alguns critérios que podem ser observados pelo juiz no momento da ponderação e será questionado se os critérios “pessoa pública” e “verdade dos fatos” devem sempre prevalecer. Dentre todos os critérios mencionados, o interesse público será destacado como um importante aspecto de análise, mas não de forma geral e presumida (no sentido de que, se é uma pessoa pública, o interesse público é presumido).

Por fim, será apresentada uma breve análise sobre a responsabilidade civil para demonstrar que a lesão à dignidade humana pode resultar em danos morais e que, além da possibilidade de compensação pecuniária, outros mecanismos também são interessantes no momento de compensar a pessoa humana pelo dano sofrido, são eles: o direito de resposta e a possibilidade de recolhimento da obra. No entanto, mesmo diante da possibilidade de indenização, direito de resposta e recolhimento dos livros, muitas vezes o dano causado à intimidade de um indivíduo não é compensado, por essa razão, retorna-se a importância da comunicação prévia, a fim de evitar que as informações de foro íntimo e que não possuem interesse público possam ser divulgadas a inúmeros leitores, que não as pessoas escolhidas pelo próprio titular do direito à intimidade. Deste modo, através da presente pesquisa, busca-se responder à principal pergunta: são as pessoas completamente donas das suas histórias?

## 2.

### **As biografias não autorizadas e o posicionamento do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815**

#### 2.1.

#### **A importância do gênero biografia na construção da História: a função da obra biográfica**

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815, priorizou o direito à liberdade de expressão no momento da publicação das biografias não autorizadas. Dentre os motivos principais que levaram os ministros a decidir pela possibilidade de publicação independentemente de autorização está na importância que o gênero literário biografia tem ao transmitir fatos sobre vida de alguém que contribui para o conhecimento de costumes e culturas de determinada época; contar histórias individuais é também contar a História de um povo, uma cultura, um país, uma época.

A Ministra Carmen Lúcia inicia o tópico “Biografia e história” do seu voto com a afirmação de que biografia é história. Para a Ministra “a vida do outro há de ser preservada. A curiosidade de todos há de ser satisfeita. O biógrafo cumpre o segundo papel”. Reconhece, ainda, que a esfera íntima do indivíduo é a que chama maior atenção do biógrafo que, ao publicá-la, acaba por atender “as necessidades da história e a curiosidade das pessoas.”<sup>6</sup>:

Sem ver a totalidade da vida da pessoa, não há como conhecer a vida da figura que tenha marcado época, como sua obra foi elaborada, suas influências pretéritas e as que tenha provocado. O dilema entre o que foi e o que poderia ter sido, a luta do querer e do que se fez para se atingir, o que foi dor transformada em força, o que foi vigor despedaçado e tornado obra de desabafo, tudo compõe a pessoa.<sup>7</sup>

<sup>6</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 104. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

<sup>7</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 105. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

Para Mary Del Priore, historiadora e professora brasileira, o indivíduo não existe só, ou seja, “na vida do indivíduo, convergem fatos e forças sociais, assim como o indivíduo, suas ideias, representações e imaginário convergem para o contexto social ao qual ele pertence.”<sup>8</sup> Quando a vida de alguém é narrada, com detalhes e informações sobre seus gostos, hábitos e relações, a narrativa vai além dos fatos pessoais, pois essa determinada pessoa coexiste em um contexto social, logo, a narrativa a respeito desses hábitos existe para situar e informar o leitor sobre um determinado tempo e lugar através dos olhos de alguém que ali conviveu.

Desta forma, é possível observar a importância do indivíduo, do homem comum, uma vez que aquele indivíduo faz a História de um grupo, de um povo, através das suas relações, é a história de vida daquele determinado indivíduo, a princípio visto como um homem comum, que poderá trazer aos leitores diversas informações de como, por exemplo, as pessoas daquela época e contexto social se vestiam, se relacionavam, quais eram seus hábitos e inúmeros outros dados encontrados na história de vida de alguém, pois, “por meio de diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes (por exemplo, a instituição, a comunidade ou o grupo social) e revelar os conflitos que presidiram à formação e à edificação das práticas culturais.”<sup>9</sup>, conforme explica a historiadora Sabina Loriga. Essa relação entre o *habitus* de grupo e o *habitus* individual, encontrada na obra do filósofo e sociólogo Pierre Bourdieu, pode ser considerada uma relação de homologia “isto é, de diversidade na homogeneidade, que reflete a diversidade na homogeneidade característica de suas condições sociais de produção que une os *habitus* singulares dos diferentes membros de uma mesma classe.”<sup>10</sup>

<sup>8</sup> PRIORE, Mary del. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. *Topoi*, vol. 10, n. 19, p. 10, 2009. Disponível em: <[http://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/topoi19/topoi%2019%20-%2001%20artigo%201.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi19/topoi%2019%20-%2001%20artigo%201.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2017.

<sup>9</sup> LORIGA, Sabina *apud* CONCEIÇÃO, Livia Beatriz da. História e biografia: limites e possibilidades teóricas. *Revista Cantareira*, 15<sup>a</sup> ed., p. 02, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/04/15a5.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2017.

<sup>10</sup> BOURDIEU, Pierre *apud* LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 174.

Bourdieu afirma que, ao falar sobre relatos de vidas, supõe-se que a vida é uma história e segue como “um caminho, uma estrada, uma carreira, com suas encruzilhadas, seus ardis, até suas emboscadas (...) ou como um deslocamento linear, unidirecional, que tem um começo, etapas e um fim, no duplo sentido de término e finalidade.”<sup>11</sup>, o que chama de *teoria do relato*, presente tanto nas biografias como nas autobiografias. Há a preocupação de dar um sentido ao relato, estabelecendo cronologia e relações entre os acontecimentos:

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar.<sup>12</sup>

Bakhtin também fala a respeito das histórias individuais como fontes de uma História coletiva, afirma que as biografias e as autobiografias<sup>13 14</sup>, no que tange ao valor biográfico, não se diferem, pois “o exercício autobiográfico ocupa lugares mentais por excelência, e pelo recurso à lembrança e à memória o autor

<sup>11</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 184.

<sup>12</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 185.

<sup>13</sup> “Mas mais do que esclarecer e procurar uma delimitação precisa e estável para a autobiografia, uma palavra se define em seu uso, tanto em casos particulares quanto na variedade de contextos em que ela circula. A palavra autobiografia possui tanto um sentido estrito – um ‘relato de vida centrado na história da personalidade’ – como um sentido amplo – ‘toda forma de escritos em que se fala de si diretamente (tanto o diário íntimo ou as memórias como a autobiografia propriamente dita), ou mesmo todo o escrito no qual o leitor supõe que o autor transpõe sua experiência pessoal.’ Logo, por autobiografia podemos nos referir a um tipo específico de texto (em seu sentido estrito), como um conjunto de práticas de caráter variado (em seu sentido amplo) – sentidos esses que se encontram em oposição. Como prossegue, ‘daí a grande confusão – esses diferentes tipos de escritos – (diário íntimo, romance autobiográfico, etc.) sendo justamente aqueles que por oposição se define a autobiografia stricto sensu.’” LEJEUNE, Philippe *apud* PACE, Ana Amélia Barros Coelho. Lendo e escrevendo sobre o pacto autobiográfico de Philippe Lejeune. 2012. 172f. Dissertação (mestrado em língua e literatura francesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Modernas, Programa de Estudos Linguísticos, Literários e Tradutológicos em Francês, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 45.

<sup>14</sup> Sergio Branco, citando Lejeune, explica a diferença entre a autobiografia escrita e as demais modalidades de autobiografia: “Com relação ao cinema, assim como o teatro, pode-se afirmar que se trata de uma criação coletiva – ainda que este argumento, na opinião de Lejeune não seja totalmente convincente. ‘No final das contas é o diretor que é responsável por sua equipe, e o cinema de autor prova que o trabalho coletivo permite perfeitamente que uma personalidade se expresse. Simplesmente o ato autobiográfico não mais solitário e íntimo. E é reservado, fatalmente, a um número reduzido de pessoas, ao passo que a escrita autobiográfica é uma prática, senão acessível a todos, pelo menos amplamente difundida’”. Sobre a diferença entre os diários privados e as autobiografias publicadas o autor afirma que “ao contrário dos diários e dos álbum fotográficos impressos, que têm conteúdo íntimo e acesso privado as autobiografias publicadas (em qualquer mídia) estão destinadas a terceiros, inclusive estranhos, ainda que seu conteúdo seja íntimo. Ou seja, o que distingue os registros que permanecem em âmbito privado daqueles publicados não é o seu conteúdo, mas sua destinação.” BRANCO, Sergio. *Memória e esquecimento na internet*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2017.

recapitula o espaço e o tempo, contribuindo para elaboração de uma história individual e coletiva.”<sup>15</sup>

No entanto, há um conceito bakhtiano que é, talvez, o que melhor permite entender a ênfase que motiva nosso espaço: o de valor biográfico. Um valor – um bônus de valor, poderíamos dizer – que faz com que o relato de uma vida a ponha em ordem, ou seja, em forma e, portanto, em sentido, não apenas para quem o narra como também para quem o recebe. Identificação especular que me coloca no lugar do outro – sem me confundir com ele – com uma proximidade maior do que quando me encontro diante de um relato de ficção, por mais que todo relato de vida seja inevitavelmente ficcional. É esse valor, essa proximidade que ata a crença, se não nos “fatos” (narrados), no fato de uma existência, o que faz das formas biográficas, na indistinção proposta por Bakhtin entre “auto” e “bio” grafias – um eu ou um outro eu -, uma inesgotável fonte de atração e identificação que prevalece sobre as outras.<sup>16</sup>

A respeito das autobiografias, Leonor Arfuch atenta em seu texto “Antibiografias? Novas experiências nos limites” que “estamos longe de considerar que valor e proximidade se identificam perfeitamente com verdade e autenticidade”. Citando Bakhtin, a autora explica que no relato não há identidade entre o autor e o narrador, mesmo em se tratando da mesma pessoa. Ao escrever um relato sobre a própria vida o autor acaba por criar um personagem e se apresenta com máscaras para o leitor:

Bakhtin nos alerta rotundamente sobre a impossível equiparação entre vida e relato, e portanto – contrariando Lejeune – sobre a não identidade entre autor e narrador, ainda que ambos tenham o mesmo nome no relato e na vida: cria-se um personagem até mesmo na confissão mais sincera ou no testemunho da verdade mais apegada aos fatos. É que não há como se apresentar diante do outro, a não ser dotado de uma máscara.<sup>17</sup>

Fernanda Nunes Barbosa considera a autobiografia como “biografia segundo o próprio biografado” e, portanto, “há uma expectativa menos ambiciosa de verdade em seus relatos, com o que perderiam tanto o público leitor como os terceiros nela retratados.”<sup>18</sup> No entanto, a pesquisa realizada para a elaboração de

<sup>15</sup> STADNIKY, Hilda Pívaro. Transversalidades de gênero na ficção nipo-brasileira: a insurgência do vivido. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 7, 2006, Florianópolis. *Gênero, memórias e narrativas*. Florianópolis, 2006, p. 01. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/H/Hilda\\_Pivaro\\_Stadniky\\_41\\_B.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/H/Hilda_Pivaro_Stadniky_41_B.pdf)>. Acesso em: 07 jun. 2017.

<sup>16</sup> ARFUCH, Leonor. Antibiografias? Novas experiências nos limites. In: SOUZA, Eneida Maria de; TOLENTINO, Eliana da Conceição; MARTINS, Anderson Bastos. (Org.). *O futuro do presente*: arquivo, gênero e discurso. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 18.

<sup>17</sup> ARFUCH, Leonor. Antibiografias? Novas experiências nos limites. In: SOUZA, Eneida Maria de; TOLENTINO, Eliana da Conceição; MARTINS, Anderson Bastos. (Org.). *O futuro do presente*: arquivo, gênero e discurso. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 19.

<sup>18</sup> BARBOSA, Fernanda Nunes. *Biografias e liberdade de expressão*: critérios para a publicação de histórias de vida. Série Pautas em Direito. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2016, p. 73.

uma biografia muitas vezes é também baseada em relatos de pessoas que viveram ou tiveram alguma ligação específica com aquela determinada pessoa objeto da biografia, ou seja, toda biografia é composta por relatos, seja uma autobiografia ou um escrito elaborado por terceiro estranho àquela história. A pesquisa sobre a vida de alguém se realiza, inclusive, através de entrevistas com pessoas próximas ao biografado e estas também apresentarão sua própria versão dos fatos, ou seja, uma biografia é feita de relatos e versões, o que, por si só, não retira a sua importância no meio literário e continua cumprindo a sua função de ajudar a construir maiores informações sobre aquele contexto histórico no qual o biografado convive. De igual forma, as autobiografias são relatos que a própria pessoa tem das situações que viveu, diferente das biografias que podem ser relatos de terceiros a respeito das situações vividas pelo biografado, deste modo, se as biografias são versões de uma mesma história, as autobiografias também o são.

Outro aspecto importante e essencial para que a autobiografia<sup>19</sup> seja vista como um relato comprometido com a verdade e não com a imagem que o biografado gostaria de passar ao público, é o denominado pacto autobiográfico, descrito por Lejeune, como “o engajamento de um autor em contar diretamente a sua vida (ou uma parte, ou um aspecto de sua vida) num espírito de verdade.”<sup>20</sup> Para tanto, com o objetivo de diferenciar os gêneros literários e separar a autobiografia dos romances, Lejeune afirma que o autor deve iniciar o seu relato e a sua relação com o leitor com um pacto de sinceridade, garantindo que a sua narrativa estará o mais próximo possível da realidade dos fatos e, desta forma, a obra não seria considerada um romance autobiográfico, mas sim, uma autobiografia, preocupada com a veracidade dos fatos narrados, o que traria uma maior credibilidade para aquela narrativa biográfica.

<sup>19</sup> “A palavra ‘autobiografia’ é, pois, elástica”. A frase de Philippe Lejeune nos transporta para as múltiplas possibilidades que as escritas de si trazem, especialmente na contemporaneidade, quando definições estanques tornam-se anacrônicas. Em termos estéticos e conceituais, a elasticidade das autobiografias se expande ao ponto de abdicarmos de separações entre “auto” e “biografias” – e até mesmo da distinção entre texto memorialístico e ficcional – vislumbrando, ainda, a escrita para além de si mesma, abarcando, inclusive, os gêneros ficcionais e outros suportes, que não somente o texto.” LEJEUNE, Philippe *apud* FUX, Jacques; SANTOS, Darlan Roberto dos. As muitas artes de “Santiago”, de João Moreira Salles. *Anuário de Literatura*, v. 17, n. 1, p. 158, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/23593>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

<sup>20</sup> LEJEUNE, Philippe *apud* PACE, Ana Amélia Barros Coelho. Aspectos do pacto autobiográfico em “L’ autobiographie en France”. *Darandina Revisteletrônica*, vol. 6, n. 1, p. 1. Disponível em: <[http://www.ufjf.br/darandina/files/2013/08/artigo\\_ana-amelia.pdf](http://www.ufjf.br/darandina/files/2013/08/artigo_ana-amelia.pdf)>. Acesso em: 07 jun. 2017.

Numa análise estritamente interna, não haveria diferença entre uma autobiografia e um romance autobiográfico. Ele continua afirmando que ‘daí viria, aliás, da parte dos autobiógrafos, a preocupação de estabelecer, no começo do texto um tipo de ‘pacto autobiográfico’, com justificativas, explicações, notas prévias, declaração de intenção, todo um ritual destinado a estabelecer uma comunicação direta.’<sup>21</sup>

Apesar do pacto, o narrador autobiográfico encontra diversos problemas e desafios na sua escrita: o desdobramento entre narrador e personagem que causa, ao mesmo tempo, proximidade e distanciamento com o texto, o encontro do “eu” presente com o “eu” passado, fazendo com que o escritor se depare com a necessidade de explicar e justificar suas ações do passado, a clareza de algumas lembranças e a dificuldade de encontrar na memória outros fatos importantes de forma mais detalhada.<sup>22</sup>

Todavia, mesmo diante das dificuldades que o autobiógrafo pode se deparar, o “pacto autobiográfico” de Lejeune pode garantir que a relação entre escritor e leitor seja construída com base na sinceridade dos relatos, de modo que aqueles escritos sejam, de fato, uma autobiografia e não um romance ficcional e possa contribuir, desse modo, para a construção da História e cultura<sup>23</sup> de uma época com base nas histórias individuais, função atribuída a uma obra biográfica.

Fernanda Nunes Barbosa, em sua obra sobre biografias e liberdade de expressão, chama atenção para esse caráter histórico das biografias. Citando Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho, a autora demonstra que “uma biografia séria ‘goza da mesma licença concedida à investigação histórica’”, uma vez que aquela narrativa biográfica poderá ser utilizada como fonte de

<sup>21</sup> LEJEUNE, Philippe *apud* PACE, Ana Amélia Barros Coelho. Aspectos do pacto autobiográfico em “L’autobiographie em France”. *Darandina Revisteletrônica*, vol. 6, n. 1, p. 4. Disponível em: <[http://www.ufjf.br/darandina/files/2013/08/artigo\\_ana-amelia.pdf](http://www.ufjf.br/darandina/files/2013/08/artigo_ana-amelia.pdf)>. Acesso em: 07 jun. 2017.

<sup>22</sup> PACE, Ana Amélia Barros Coelho. Aspectos do pacto autobiográfico em “L’autobiographie em France”. *Darandina Revisteletrônica*, vol. 6, n. 1, p. 9. Disponível em: <[http://www.ufjf.br/darandina/files/2013/08/artigo\\_ana-amelia.pdf](http://www.ufjf.br/darandina/files/2013/08/artigo_ana-amelia.pdf)>. Acesso em: 07 jun. 2017.

<sup>23</sup> “A autoria racional da cultura, que se transforma em uma lente refletora e reflexiva da natureza, emerge da experiência vivida direta do homem em seu mundo. Assim entendida, a cultura tem duas dimensões: a processual, que encerra o elemento dinâmico, criativo, interno, imaterial, da reflexão racional. E a dimensão externa, no acúmulo dos resultados do agir humano no tempo e no espaço, chamados de cultura material. Cassirer tem o mérito de haver chamado a atenção, após mais de setenta anos de debates, do final do século 19 até meados do século 20, para duas qualidades intrínsecas da cultura: de uma parte, ela só existe enquanto vivida, pensada e operada por um agente racional humano. De outra parte, tudo o que dessa operação resulta e se cristaliza, ao longo do tempo, é produzido pela operação intelectual e conserva, em sua materialidade subsequente, a característica de lente simbólica.” MARTINS, Estevão de Rezende. Cultura, história, cultura histórica. *ArtCultura*, vol. 14, n. 25, p. 67, 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/26197/16257>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

conhecimento a respeito dos costumes de uma determinada época e local. Através dos olhos daquela figura narrada, dos seus atos e relações, é possível conhecer um pouco mais sobre aquele tempo, lugar e seu povo.<sup>24</sup>

Para o historiador Franco Ferrarotti, a biografia possibilita a leitura de uma sociedade através dela, resultando daí uma historicidade que nada tem a ver com o historicismo. “Privilegiando o nível do ator, Ferrarotti pensa que cada ação individual é uma forma de totalização de um sistema social e pode fazer com que este último se torne mais inteligível.” Nesse sentido, “longe de contar uma vida, o relato biográfico mostra uma interação que ocorre por intermédio de uma vida”.<sup>25</sup>

Do mesmo modo, Benito Schmidt assevera em seu texto *Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos* “que as biografias podem ser fontes para entender a cultura de determinada época, pois “o resgate de trajetórias individuais normalmente é utilizado para iluminar questões e/ou contextos mais amplos.”<sup>26</sup> O autor faz um alerta no sentido de que, muitas vezes, as biografias escritas por romancistas podem diferenciar daquelas elaboradas pelos historiadores, uma vez que os romancistas biógrafos podem não se atentar tanto para as fontes quanto os historiadores que, “nos momentos de invenção” avisam seus leitores com palavras como “talvez” e “provavelmente”.<sup>27</sup>

Logo, por mais que as biografias sejam importantes para a construção histórica e social de uma época através dos olhos da personagem, esta não é, evidentemente, a única forma de garantir que as próximas gerações tenham acesso aos costumes de determinado local e tempo. Do mesmo modo, apesar de ser um gênero que requer estudo e maior aprofundamento, nem sempre é possível garantir que todas as passagens relatadas sejam verdadeiras, principalmente diante do fato de que, muitas vezes, o leitor não é alertado sobre quais quotes são verdadeiros e quais foram romanceados pelos biógrafos.

<sup>24</sup> CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho de *apud* BARBOSA, Fernanda Nunes. *Biografias e liberdade de expressão: critérios para a publicação de histórias de vida*. Série Pautas em Direito. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2016, p. 46.

<sup>25</sup> DOSSE, François *apud* BARBOSA, Fernanda Nunes. *Biografias e liberdade de expressão: critérios para a publicação de histórias de vida*. Série Pautas em Direito. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2016, p. 49.

<sup>26</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. *Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos*. *Revista Estudos Históricos*, vol. 10, n. 19, p. 14, 1997. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2040>>. Acesso em: 01 maio 2017.

<sup>27</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. *Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos*. *Revista Estudos Históricos*, vol. 10, n. 19, p. 13, 1997. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2040>>. Acesso em: 01 maio 2017.

Deve-se notar que muitos romancistas também escolhem, como tema de suas narrativas, a trajetória de personagens reais e realizam igualmente minuciosas pesquisas documentais. Porém, insisto, seus compromissos são diferentes daqueles que se impõem aos historiadores. As possibilidades de invenção destes últimos estão sempre restritas a um “campo de possibilidades historicamente determinadas” (Ginzburg, 1989: 183) que obviamente não é ilimitado.<sup>28</sup>

As figuras que marcaram época e que, por alguma razão, aguçam o interesse do pesquisador para estudar os fatos de sua vida, bem como aquelas pessoas que se consideram anônimas, mas que o existir também é importante para a construção da história de uma sociedade, não precisam expor a totalidade de sua vida para que sua importância seja retratada em uma obra. Ana Paula Barcellos, em parecer sobre o tema, questiona se a presença desse fator histórico ligado às biografias de fato pode autorizar a abertura de fatos da vida íntima de determinada pessoa. Conclui pela negativa.<sup>29</sup> Como exemplo, a autora afirma que para entender como as pessoas de determinada época se relacionavam sexualmente, ou mesmo suas relações familiares, sejam de pessoas públicas ou não, apesar do interesse historiográfico, não seria permitido o monitoramento de sua vida sexual ou a instalação de câmeras que realizem filmagens de suas interações domésticas.<sup>30</sup> Ou seja, o argumento da importância histórica da biografia, por si só, não permite a invasão à vida íntima das pessoas retratadas.

Em resumo, é possível dizer que a inviolabilidade da intimidade e da vida privada é um direito fundamental titularizado por todos os indivíduos, embora as opções pessoais de cada um possam restringir seu escopo. A pesquisa historiográfica é um fim público importante, mas não afasta, por isso, a inviolabilidade da intimidade e da vida privada das pessoas. A proteção à intimidade e à vida privada poderá tanto impor restrições a outros direitos como sofrer compressões por conta de outros direitos, mas não poderá ser esvaziada.<sup>31</sup>

<sup>28</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações a afastamentos. *Revista Estudos Históricos*, vol. 10, n. 19, p. 12, 1997. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2040>>. Acesso em: 01 maio 2017.

<sup>29</sup> BARCELLOS, Ana Paula de. Intimidade e pessoas notórias. Liberdades de expressão e de informação e biografias. Conflito entre Direitos Fundamentais. Ponderação, caso concreto e acesso à justiça. Tutelas específica e indenizatória. *Revista Direito Público*, vol. 11, n. 55, p. 57, 2014. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2372/1236>>. Acesso em: 30 maio 2017.

<sup>30</sup> BARCELLOS, Ana Paula de. Intimidade e pessoas notórias. Liberdades de expressão e de informação e biografias. Conflito entre Direitos Fundamentais. Ponderação, caso concreto e acesso à justiça. Tutelas específica e indenizatória. *Revista Direito Público*, vol. 11, n. 55, p. 58, 2014. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2372/1236>>. Acesso em: 30 maio 2017.

<sup>31</sup> BARCELLOS, Ana Paula de. Intimidade e pessoas notórias. Liberdades de expressão e de informação e biografias. Conflito entre Direitos Fundamentais. Ponderação, caso concreto e acesso

Justificar a exposição total da vida de um indivíduo é negar-lhe, dentre outros direitos da personalidade, o seu direito fundamental à intimidade, direito esse inerente à pessoa humana, como se verá de forma mais detalhada nos próximos capítulos. De fato, como se afirmou antes, é possível utilizar a biografia de alguém como fonte histórica dos costumes e relações de uma época, conservando a sua função de informar, sem que, para isso, seja necessário narrar todo e qualquer fato da vida íntima da figura retratada.

Isso não significa que os fatos notórios de sua vida ou aqueles ligados à sua obra não possam ser contados em livros e biografias. O interesse público, tema que será retratado mais adiante, permite que determinados fatos relacionados à importância daquela pessoa para a sociedade possam ser documentados na narrativa biográfica, justamente pela importância que aquelas informações possuem para a comunidade em geral. Contudo, o interesse público não é presumido e nem tem o condão de permitir que a vida de uma pessoa seja, em sua totalidade, aberta ao público, sem resguardar aquela esfera mais íntima do seu ser. A História não ficará sem ser retratada para as próximas gerações, o interesse público, dentre outros critérios, garantirá que os fatos importantes sejam revelados.

Além do interesse público, outro importante critério que permite a publicação de biografias independentemente de autorização ou comunicação prévia é a morte daquele indivíduo, que faz diminuir a proteção aos seus direitos da personalidade, o que permitiria uma pesquisa mais ampla da história de sua vida.<sup>32</sup> A pesquisa historiográfica, por sua vez, não se limita às biografias, mas “vale-se de muitos elementos registros públicos, registros de imprensa, dados indiretos e indícios”, além de pesquisas realizadas com o consenso do próprio indivíduo.<sup>33</sup>

---

à justiça. Tutelas específica e indenizatória. *Revista Direito Público*, vol. 11, n. 55, p. 58, 2014. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2372/1236>>. Acesso em: 30 maio 2017.

<sup>32</sup> O tema “morte do biografado” será tratado no terceiro capítulo.

<sup>33</sup> BARCELLOS, Ana Paula de. Intimidade e pessoas notórias. Liberdades de expressão e de informação e biografias. Conflito entre Direitos Fundamentais. Ponderação, caso concreto e acesso à justiça. Tutelas específica e indenizatória. *Revista Direito Público*, vol. 11, n. 55, p. 58, 2014. Disponível em:

Por fim, apesar de a função histórica das biografias ter sido considerada pelo Supremo Tribunal Federal como um dos motivos para reinterpretar conforme a Constituição os artigos 20 e 21 do Código Civil e assim garantir que as biografias possam ser publicadas sem a autorização das figuras retratadas, é possível notar que as autobiografias e biografias autorizadas também são utilizadas para narrar histórias e construir História, ou seja, também cumprem essa função informativa.

Desde as décadas de 1970 e 1980, a escrita de si vem alcançando grande popularidade, abrigada pela literatura, pela mídia, nas ciências humanas e nas práticas de informação. Autobiografias, diários e correspondências constituem assim um campo imenso de possibilidades para o historiador no seu intuito de construção de biografias. Resultam de atividades solitárias de introspecção, ainda que a autoria possa ser compartilhada por secretários, assessores ou familiares. Trata-se, deste ponto de vista, de escritas de si nas quais o indivíduo assume uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo no qual se movimenta.<sup>34</sup>

O STF, ainda no acórdão que julgou a ADI nº 4815, através do voto da Ministra Carmen Lúcia, fez uma distinção entre as biografias autorizadas e as não autorizadas, afirmando que as biografias autorizadas não alcançam toda a extensão da vida daquela personagem, nas palavras da Ministra Carmen Lúcia “Entre a história de todos e a narrativa de um, opta-se pelo interesse de todos”.<sup>35</sup> Sobre as autobiografias assevera que são imperfeitas, pois a memória é enganosa.<sup>36</sup> No entanto, como se viu antes, nenhuma narrativa de vida é perfeita, tanto as biografias quanto as autobiografias são versões da vida do biografado, a primeira uma versão construída por terceiro através de pesquisas muitas vezes baseadas, inclusive, em entrevistas, o que também depende da memória dos entrevistados e a segunda uma versão própria de quem vivenciou aqueles fatos ali narrados.

---

<<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2372/1236>>. Acesso em: 30 maio 2017.

<sup>34</sup> MALATIAN, Teresa Maria. A biografia e a história. *Cadernos CEDEM*, vol. 1, n. 1, p. 22, 2008. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/view/518/414>>. Acesso em: 30 maio 2017.

<sup>35</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 106. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

<sup>36</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 107. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

Benito Schmidt, apesar de compreender a necessidade dos biógrafos em adentrar a vida privada dos biografados para, através do cotidiano das personagens, vislumbrar os movimentos históricos, faz um alerta para a questão da ética. Para ele, “portanto, além de qualidades estilísticas, técnicas e historiográficas, uma biografia precisa ter ainda outro elemento (..): o respeito pela memória do biografado”<sup>37</sup>. Para tanto, cita uma passagem do livro *A Mulher Calada*, de Janet Malcolm:

A biografia é o meio pelo qual os últimos segredos dos mortos famosos lhes são tomados e expostos às vistas de todo mundo. Em seu trabalho, de fato, o biógrafo se assemelha a um arrombador profissional que invade uma casa, revira as gavetas que possam conter joias ou dinheiro e finalmente foge, exibindo em triunfo o produto de sua pilhagem. **O voyeurismo e a bisbilhotice que motivam tanto os autores quanto os leitores das biografias são encobertos por um aparato acadêmico destinado a dar ao empreendimento uma aparência de amenidade e solidez semelhantes às de um banco. O biógrafo é apresentado quase como uma espécie de benfeitor. Sacrifica anos de sua vida no trabalho, passa horas intermináveis consultando arquivos e bibliotecas, entrevistando pacientemente cada testemunha. Não há nada que não se disponha a fazer, e quanto mais o livro refletir sua operosidade, mais o leitor acreditará estar vivenciando uma elevada experiência literária e não simplesmente ouvindo mexericos de bastidores e lendo correspondência alheia.** Raramente se leva em conta a natureza transgressiva da biografia, mas ela é a única explicação possível para a popularidade do gênero. A incrível tolerância do leitor (que ele não estenderia a um romance mal escrito como a maior parte das biografias) só faz sentido se for entendida como uma espécie de cumplicidade entre ele e o biógrafo numa atividade excitante e proibida: **atravessar o corredor na ponta dos pés, parra diante da porta do quarto e espiar pelo buraco da fechadura.**<sup>38</sup> (grifou-se)

A citação de Janet Malcolm se refere aos biografados já falecidos, critério que será melhor tratado no terceiro capítulo, mas sua fundamentação faz ainda mais sentido se olharmos do ponto de vista dos biografados ainda vivos, aqueles que permanecem no convívio em sociedade, que modificam de pensamento, de postura, de crença e que diante da exposição de sua vida íntima a um incontável número de leitores pode trazer danos muitas vezes irreparáveis.

A espetacularização da vida não pode estar acima do desejo dos indivíduos de garantir os seus direitos da personalidade. Reconhece-se a importância das

<sup>37</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações a afastamentos. *Revista Estudos Históricos*, vol. 10, n. 19, p. 18, 1997. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2040>>. Acesso em: 01 maio 2017.

<sup>38</sup> MALCOLM, Janet *apud* SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações a afastamentos. *Revista Estudos Históricos*, vol. 10, n. 19, p. 19, 1997. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2040>>. Acesso em: 01 maio 2017.

biografias para entendimento do contexto histórico e social, mas, como visto, os relatos de vida não autorizados não são a única forma existente para informar e construir este mesmo contexto histórico. As formas são múltiplas, por que, então, optar por uma que possa prejudicar de algum modo a personagem ali retratada?

## 2.2.

### **As principais personagens e o impacto da publicação de histórias de suas vidas: pessoas públicas, pessoas não-públicas e coadjuvantes**

A Ação Direita de Inconstitucionalidade proposta pela Associação Nacional dos Editores de Livros visava a reinterpretação conforme a Constituição dos artigos 20 e 21 do Código Civil, com o objetivo de garantir o direito de escrever e publicar biografias, em especial de pessoas públicas, sob o argumento de que a pessoa que escolhe ter uma vida pública acaba também por escolher ter essa vida aberta ao público, ou seja, seu direito fundamental à privacidade estaria, de certa forma, reduzido. Em sua petição inicial, traz o seguinte argumento:

Por evidente, as pessoas cuja trajetória pessoal, profissional, artística, esportiva ou política, haja tomado dimensão pública, gozam de uma esfera de privacidade e intimidade naturalmente mais estreita. Sua história de vida passa a confundir-se com a história coletiva, na medida da sua inserção a eventos de interesse público. Daí a exigir a prévia autorização do biografado (ou de seus familiares, em caso de pessoa falecida) importa consagrar uma verdadeira censura privada à liberdade de expressão dos autores, historiadores e artistas em geral, e ao direito à informação de todos os cidadãos.<sup>39</sup>

O argumento utilizado na petição caminha no sentido de asseverar a biografia como importante veículo de transmissão da História, que permite acessar os costumes de uma época através dos olhos da personagem. Sob essa perspectiva, por terem optado por carreiras que as colocam sob os holofotes, as vidas dos biografados passam a ser públicas e se misturam à História da humanidade, representando uma importante redução dos limites da vida privada.

Apesar de a petição da ANEL e a decisão do Supremo Tribunal Federal não mencionarem as pessoas não públicas, é preciso alertar que um dos aspectos problemáticos sobre as biografias e a tutela dos direitos da personalidade envolve

<sup>39</sup> Esse é um excerto da petição inicial apresentada na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 03. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadordpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=4271057>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

a difícil distinção entre pessoa pública e anônima. Em uma época onde cada um dos nossos passos são retratados, filmados, expostos em diversos meios, não é difícil vislumbrar a situação em que uma pessoa, a princípio anônima, chame a atenção de algum biógrafo por algum feito que ganhou notoriedade. Tal pessoa, antes não-pública, pode se deparar com relatos diversos e versões sobre a sua vida publicadas, sem que ela tenha escolhido, concretamente, a vida pública. Os exemplos não são difíceis de imaginar<sup>40</sup>: alguém que participou de um evento que causou comoção pública, uma pessoa cujo vídeo se tornou um viral no meio eletrônico ou a foto estampa brincadeiras enviadas por mensagens aos quatro cantos do país, ou mesmo um professor, que a princípio opta por uma profissão que não o coloca sob os holofotes, mas o círculo de palestras e publicações de livros faz com que seja reconhecido pelos bancos das universidades. Nos exemplos, as pessoas não escolheram a vida pública, devem arcar com o ônus da vida que não escolheram?

Ante esse pluralismo conceptual, propõe-se a seguinte solução teórica: haveria uma celebridade em sentido amplo, compreensiva de dois grupos: (a) os políticos e (b) as celebridades em sentido estrito, cujos exemplos mais evidentes seriam jogadores de futebol; artistas; músicos; escritores famosos; participantes de reality shows, pessoas com presença recorrente em programas de televisão, como cientistas políticos, analistas econômicos e outros ‘consultores’ ad hoc dos meios de comunicação social; indivíduos que ganharam instantâneo conhecimento público, seja por atos excepcionais (v.g. pessoas com comportamento heroico em desastres), seja por feito de “exposições virais na internet”.<sup>41</sup>

O autor Otávio Junior, em sua fala mencionada acima, faz a separação de celebridades em sentido amplo e em sentido estrito. As celebridades em sentido amplo seriam os políticos, enquanto as celebridades em sentido estrito seriam diversas outras figuras exemplificadas na citação. No entanto, junto com artistas, músicos e jogadores de futebol famosos o autor relacionou as pessoas com comportamento heroico em desastres e as pessoas que ficaram conhecidas por efeito de terem sido expostas na internet de forma viralizada. Nesses dois últimos

<sup>40</sup> Como a nutricionista e membro do Conselho Federal de Nutrição Ruth Lemos, que após uma entrevista ao vivo a uma das afiliadas da Rede Globo em 2005 ficou conhecida nacionalmente, em razão do delay no ponto eletrônico, pela fala “sanduíche-iche”. LIMA, Diego Iwata. Até hoje sou abraçada na rua, diz nutricionista do “sanduíche-iche”. *Folha de S.Paulo*. 20 anos de Internet.br. 01 maio 2015. Disponível em: <<http://temas.folha.uol.com.br/20-anos-da-internet/era-social/ate-hoje-sou-abracada-na-rua-diz-nutricionista-do-sanduiche-iche.shtml>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

<sup>41</sup> RODRIGUES, Otavio Luiz Junior. Do príncipe Bismarck à princesa Carolina de Mônaco: vida privada de pessoas célebres e as liberdades comunicativas no Direito Civil. In: CASSETTARI, Christiano. (Coord.). *10 anos de vigência do Código Civil de 2002*. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013, p. 114.

exemplos, trata-se de pessoas que não necessariamente escolheram uma vida pública, mas algo externo à sua vontade fez com que deixassem de ser anônimos para se tornarem pessoas conhecidas. Diante disso, não seria razoável exigir que elas arquem com o ônus de uma privacidade reduzida justamente por não terem feito a escolha de estar sob os holofotes. Canotilho, Machado e Gaio Junior defendem a ideia de que “a história contemporânea também se faz de pessoas desconhecidas e obscuras ou até de pessoas que deliberadamente pretendem permanecer no anonimato”. Entendem os autores que hoje é um “risco inerente à vida humana numa ordem constitucional republicana” a pessoa que se considera anônima se tornar alvo de interesse e olhar públicos.<sup>42</sup>

Pense-se, por exemplo, no interesse público e social que pode adquirir a biografia não autorizada de um sobrevivente do holocausto, um funcionário de um político envolvido num grande escândalo, um estagiário num importante serviço do poder legislativo, administrativo ou judicial, uma pessoa com um talento especial, uma prostituta ligada aos serviços de informação, um trabalhador a braços com a crise financeira, um monge vivendo uma vida de ascese e distanciamento relativamente ao mundo, uma vítima de violência doméstica, abuso sexual, exploração laboral ou tráfico de pessoas, um *serial killer* ou um toxicodependente.<sup>43</sup>

O Ministro Marco Aurélio confirmou em seu voto a diferença de tratamento do direito à privacidade do homem público para o que ele chamou de cidadão comum. Para ele “A privacidade do cidadão comum é diversa da privacidade do homem público (...), o homem público passa a ser um verdadeiro livro aberto, passa a estar na vitrina e não pode pretender implementar atos a partir de suscetibilidades”, e justifica o argumento no interesse das gerações em preservar a memória de dados nacionais, conceituando a biografia como uma verdadeira memória nacional.<sup>44</sup> O Supremo Tribunal Federal, no voto da relatora Cármen Lúcia, também confirmou que há essa diferença de proteção da esfera privada que está relacionada à escolhas de vida feita pelo sujeito de direito, que se busca o reconhecimento público, não pode se negar conhecer quando o mesmo público

<sup>42</sup> CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MACHADO, Jónatas Eduardo Mendes; GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. *Biografias não autorizadas versus liberdade de expressão*. Curitiba: Juruá, 2017, p. 52.

<sup>43</sup> CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MACHADO, Jónatas Eduardo Mendes; GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. *Biografias não autorizadas versus liberdade de expressão*. Curitiba: Juruá, 2017, p. 53.

<sup>44</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 257. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

buscar por informações a seu respeito. “Não há de pretender esquivar-se desse mesmo público segundo o seu voluntarismo, como se a praça fosse mecanismo virtual, com botão de liga/desliga ao sabor do capricho daquele que buscou fazer-se notório”.<sup>45</sup> A Ministra especificou que, o sujeito que submete-se a atividade que:

a) componha, ou não, os quadros de agentes das instituições estatais, sujeitas estas à transparência plena para ciência e controle dos cidadãos. Vem dos Antigos que aquele que não se quer expor ao público há de se manter nos umbrais da porta de casa, em cujo espaço, naquele período histórico, era sinônimo de segredo. b) promova as suas atividades em público e para o público, do qual extraia a sua condição profissional e pessoal, difíceis como são os lindes de uma e outra quando o nome, a profissão ou a função extraem do público o seu desempenho e do qual dependa o seu êxito. Quem busca a luz não há de exigir espaço intocado de sombra; ou c) extraia ou retire dos cidadãos, pelo exercício de sua função ou atividade, os ganhos materiais, profissionais ou de reconhecimento, com os quais se dá a viver, pelo que há de ser por eles conhecido.<sup>46</sup>

Com a finalidade de regulamentar essa diferença entre as pessoas públicas e as pessoas não-públicas, em relação às biografias, está tramitando o Projeto de Lei 393/2011, que “visa garantir a divulgação de imagens e informações biográfica sobre pessoas de notoriedade pública, cuja trajetória pessoal tenha dimensão pública ou cuja vida esteja inserida em acontecimentos de interesse da coletividade”. O objetivo é modificar a redação do artigo 20 do Código Civil, acrescentando-lhe parágrafos que garantiriam uma maior liberdade de expressão e informação, permitindo a divulgação de escritos e imagens, de pessoas notórias, sem a necessidade de autorização.<sup>47</sup> A Ministra Cármen Lúcia mencionou o Projeto de Lei em seu voto, mas afirmou que “se faz necessário não mudar a norma civil, mas atribuir-lhe interpretação coerente com o que se põe constitucionalmente”, ou seja, com a reinterpretção dos artigos 20 e 21 do

<sup>45</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 108. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

<sup>46</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 104. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

<sup>47</sup> BRASIL. Projeto de Lei nº 393, de 15 de fevereiro de 2011. Altera o art. 20 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para garantir a liberdade de expressão, informação e o acesso à cultura. Câmara dos Deputados. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=491955>> Acesso em: 14 nov. 2017.

Código Civil já se garantiu um maior resguardo do direito à liberdade de expressão.<sup>48</sup>

Canotilho, Machado e Gaio Júnior trazem em sua obra um conceito de figuras públicas presente na doutrina norte-americana. Existem as figuras públicas voluntárias que são as “pessoas de deliberadamente procuram a fama e a notoriedade, em virtude da sua profissão, modo de vida, realizações ou vocação”, essas pessoas optam por “um maior protagonismo e uma maior visibilidade junto ao público”. Essas figuras públicas voluntárias, por optarem por esse estilo de vida, abraçam o “risco da exposição”, e “têm uma menor margem de resguardo perante a publicidade. As figuras públicas involuntárias “são aquelas que, também em virtude da sua vocação, da sua profissão ou dos seus feitos, acabaram por adquirir um estatuto de notoriedade, sem ou contra a sua vontade”. Neste segundo caso não há opção pela vida pública, mas a “pessoa atrai sobre si a atenção pública”. Os autores citam como exemplo estar no lugar errado, na hora errada, como um controlador de voo em um acidente de avião, “vítimas de crimes ou de acidentes, os suspeitos ou acusados de crimes, pessoas conhecidas por atos heroicos ou cuja informação colocada nas redes sociais suscitou grande interesse do público.”<sup>49</sup>

As figuras públicas podem ainda ser classificadas em permanentes ou temporárias, critério ligado ao tempo que aquela pessoa permanece sob o olhar e interesse do público. As permanentes “englobariam pessoas que, de uma forma ou de outra, definitivamente se radicaram na história do tempo”, as temporárias “compreenderiam as pessoas dotadas de um estatuto de celebridade apenas por algum tempo”. No caso das figuras públicas temporárias, podem deixar de ser públicas simplesmente pela passagem do tempo ou por “decisão voluntária de recuperar um estilo de vida de maior recato e discrição”. As figuras públicas podem ainda ser ilimitadas ou relativas, onde as ilimitadas “atingem uma

---

<sup>48</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 139. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

<sup>49</sup> CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MACHADO, Jónatas Eduardo Mendes; GAIJO JÚNIOR, Antônio Pereira. *Biografias não autorizadas versus liberdade de expressão*. Curitiba: Juruá, 2017, p. 46.

notoriedade alargada aos vários domínios da vida social, ou seja, em todos os efeitos e para todos os efeitos; como exemplo os autores citam Sócrates, Platão e outros filósofos que tornaram impossível debater filosofia sem falar em seus nomes. O conceito de limitada “abrange aquelas figuras beneficiadoras do estatuto de figura pública com alcance diminuto e temporário.”<sup>50</sup>

O fato de as chamadas pessoas públicas optarem por uma vida um pouco mais aberta ao público faz com que o seu direito à privacidade fique um pouco mais restrito, afinal, por opção, a celebridade decidiu mostrar parte de sua vida, abrindo mão, desta forma, de parte de sua esfera privada. No entanto, apesar de optarem pela vida pública, o seu direito à privacidade não se anula completamente, ou seja, não é possível desejar e exigir que uma pessoa seja cem por cento pública, sem nenhuma reserva à esfera íntima.

Como esclarece Gustavo Tepedino, as pessoas chamadas de públicas “ao assumirem posição de visibilidade, inserem voluntariamente a sua vida pessoal e o controle de seus dados pessoais no curso da historiografia social, expondo-se ao relato contido nas biografias”.<sup>51</sup> Para o autor, se no uso do direito à liberdade de informar forem veiculadas “notícias sérias, de interesse público, relacionadas a pessoas notórias, sem o intuito de ofender” não causaria um dano injusto.<sup>52</sup> O mesmo raciocínio é destinado às biografias que carecem de autorização e tratam de aspectos da vida de pessoas notórias que, segundo ele, “só por si não geram danos ressarcíveis, traduzindo o direito constitucional à livre manifestação do pensamento e à informação que, como tais, não podem ser impedidas, coibidas ou cerceadas”.<sup>53</sup>

Os critérios para a publicação de histórias das vidas dos indivíduos serão estudados em maiores detalhes no último capítulo, no entanto, o critério “pessoa

<sup>50</sup> CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MACHADO, Jónatas Eduardo Mendes; GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. *Biografias não autorizadas versus liberdade de expressão*. Curitiba: Juruá, 2017, p. 48.

<sup>51</sup> TEPEDINO, Gustavo. Opinião Doutrinária, p. 15. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=2335258&prcID=4271057&ad=s#>>. Acesso em 10 nov. 2017.

<sup>52</sup> TEPEDINO, Gustavo. Opinião Doutrinária, p. 24. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=2335258&prcID=4271057&ad=s#>>. Acesso em 10 nov. 2017.

<sup>53</sup> TEPEDINO, Gustavo. Opinião Doutrinária, p. 24. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=2335258&prcID=4271057&ad=s#>>. Acesso em 10 nov. 2017.

pública” deve ser analisado com certa cautela, pois, como visto, a linha entre ser uma pessoa conhecida do grande público e ser uma pessoa anônima é muito tênue. Deste modo, colocar o “pessoa pública” como critério de publicação em nome da liberdade de expressão e de informação, sem qualquer ponderação com os demais direitos existenciais que aquele determinado indivíduo possui é exigir que a privacidade da pessoa notória seja não apenas reduzida, mas próximo à inexistência. A pessoa ser conhecida pelo público, ter uma profissão que traz notoriedade ou ocupar algum cargo governamental pode fazer com que uma maior parte de suas informações sejam de interesse público, mas não a totalidade das informações. Do mesmo modo, em uma época em que o indivíduo pode dormir como uma pessoa anônima e acordar nacionalmente conhecida em razão da internet, o critério “pessoa notória” passa a ter que ser analisado em conjunto com outros critérios importantes a fim de que, em uma ponderação, seus direitos existenciais possam ser considerados.

Os coadjuvantes, por outro lado, são pessoas, públicas ou anônimas, que conviveram com o biografado em determinada época de sua vida. Viver é se relacionar, logo, relatar os fatos da vida de alguém pode acarretar na divulgação de informações a respeito da vida de outras pessoas que, em algum momento, fizeram parte da existência do biografado, da sua rede de relações. Os coadjuvantes devem, portanto, ser tratados como indivíduos que são, sujeitos de todos os direitos existenciais que o próprio biografado possui. As informações sobre eles divulgadas devem ser objeto de ponderação entre os seus direitos existenciais e o direito do biógrafo à liberdade de expressão. Muitas vezes é possível contar a história de alguém sem mencionar determinado episódio que viola, por exemplo, o direito à intimidade não só do próprio biografado, como também da pessoa coadjuvante que participou daquela determinada situação, principalmente se tal pessoa for anônima e não ter o costume de expor os fatos de sua vida. Se há um maior cuidado na publicação de biografias de pessoas anônimas justamente por não terem elas optado pela vida pública, o mesmo cuidado deve ser dispensado aos anônimos coadjuvantes de biografias alheias. Se a informação deverá ou não ser divulgada, será o resultado da ponderação de interesses.

A biografia de Anderson Silva, denominada *Anderson Spider Silva – O relato de um campeão nos ringues da vida* publicada pela Editora Sextante, é um exemplo de obra biográfica envolvendo um coadjuvante que recorreu ao Poder Judiciário para questionar seus direitos existenciais, requerer a retirada das informações que lhe diziam respeito dos livros e a condenação por danos morais. O requerente, Rudimar Fedrigo, entrou com a ação em razão de uma passagem do livro que o chamava de “pessoa do mal”, além de um relato de que ele iria agredir alguém e, por fim, de que não era faixa preta. O juízo de primeiro grau negou os pedidos do requerente e o Tribunal de Justiça do Paraná manteve a decisão, no momento da ponderação, não as passagens relatadas não foram consideradas como um abuso no exercício da liberdade de expressão.<sup>54</sup> Deste modo, a diferenciação entre pessoas públicas e não públicas (ou anônimos) não é um trabalho fácil, seja com relação aos biografados ou mesmo quando se tratam dos coadjuvantes. Por mais que as pessoas públicas tenham sua esfera privada<sup>55</sup> reduzida não significa que não possuam direito à privacidade e à intimidade. Empregar diferentes tratamentos à biografia de pessoas públicas ou de anônimos pode resultar em pouca ou nenhuma proteção às pessoas notórias ou podem acabar por “categorizar” anônimos como pessoas públicas mesmo que essa notoriedade não seja advinda da própria escolha. Nos dias atuais qualquer movimento pode resultar em notoriedade, e desta forma, reduzir a esfera privada de pessoas que se considera anônimas. Por esse motivo, os critérios para publicação devem estar além da notoriedade ou não de determinada pessoa, objeto do último capítulo da presente pesquisa.

<sup>54</sup> PARANÁ. Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº 1.234.120-7 da 14ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Apelante: Rudimar Fedrigo. Apelados: Anderson da Silva e Sextante GMT Editores LTDA., Relator: Desembargador Luiz Sergio Neiva de Lima Vieira, Curitiba, 07 jul. 2015. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/11947471/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1234120-7>> Acesso em 10 fev. 2018.

<sup>55</sup> “De qualquer modo, parece significativo seguir tais desdobramentos, identificados precisamente pelas definições de privacidade. De sua tradicional definição como ‘direito a ser deixado só’ passa-se, justamente pela influência da tecnologia dos computadores, àquela que constituirá um constante ponto de referência na discussão: ‘direito a controlar o uso que os outros façam das informações que me digam respeito’. Em fase mais recente surge outro tipo de definição, segundo a qual a privacidade se consubstancia no ‘direito do indivíduo de escolher aquilo que está disposto a revelar aos outros.’ RODOTÀ, Stefano. *A vida na sociedade da vigilância: a privacidade hoje*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 74-75.

### 2.3.

#### **As biografias não autorizadas e a ADI nº 4815: a primazia do direito à liberdade de expressão.**

Em sua petição inicial na já mencionada ADI nº 4815, a Associação Nacional dos Editores de Livros - ANEL alegou que a interpretação literal dos artigos 20 e 21 do Código Civil<sup>56</sup> está impedindo a publicação de biografias sem a autorização dos biografados. Para a ANEL tal proibição poderia ser caracterizada como uma “censura privada à liberdade de expressão dos autores, historiadores e artistas em geral, e ao direito à informação de todos os cidadãos”.<sup>57</sup> Sobre as pessoas relatadas nas obras, A ANEL sustentou o posicionamento de que “as figuras públicas, ao adquirirem posição de visibilidade social, têm inseridas as suas vidas pessoais e o controle dos seus dados pessoais no curso da historiografia social, expondo-se ao relato histórico e às biografias (...)”.<sup>58</sup>

A preocupação da interpretação literal dos artigos citados que enseja, segundo a ANEL, a proibição da publicação das biografias acarreta, nas palavras da Associação, a publicação apenas de biografias “chapa-branca” e permite que as licenças para publicação sejam negociadas a preços altos, fazendo com que a informação seja tratada como uma mercadoria e transformando em “um

<sup>56</sup> Artigo 20: “Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.

Parágrafo único. Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes.”

Artigo 21: “A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.” BRASIL. Código civil. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 2 jun. 2017.

<sup>57</sup> Petição Inicial em Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 03. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=2315705&prcID=4271057>>#> Acesso em 10 fev. 2018.

<sup>58</sup> Petição Inicial em Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 03. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=2315705&prcID=4271057>>#> Acesso em 10 fev. 2018.

verdadeiro leilão da história pessoal de vultos históricos, conduzido, muitas vezes, por parentes que jamais os conheceram”.<sup>59</sup>

A Advocacia Geral da União, ao posicionar-se contra o pedido, afirmou que os direitos fundamentais de igual hierarquia não podem ser exercidos de modo a lesionar o outro, uma vez que não há supremacia entre eles. O direito à liberdade de expressão e à informação não devem ser vistos de forma absoluta a ponto de lesionar o direito à vida privada.

Por força do preceito fundamental da dignidade da pessoa humana (artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal) assegura-se a cada indivíduo o direito à autodeterminação e ao livre desenvolvimento de sua personalidade. Com efeito, a liberdade de expressão, na vertente liberdade de informação, e o direito à informação encontram limite no direito à privacidade, assegurado pelo artigo 5º, inciso X, da Lei Maior. A existência digna do ser humano pressupõe a prerrogativa de reservar para si uma esfera intangível pelos seus semelhantes.<sup>60</sup>

O julgamento, tendo como relatora a Ministra Cármen Lúcia, foi, de forma unânime, favorável ao pedido da Associação Nacional dos Editores de Livros e resultou na interpretação conforme a Constituição dos artigos 20 e 21 do Código Civil, desobrigando os biógrafos de conseguirem autorização prévia dos biografados para publicação de suas informações em uma obra biográfica. Por outro lado, o Supremo Tribunal Federal não negou a existência ou a importância dos direitos da personalidade, também previstos constitucionalmente.

A Ministra Carmen Lúcia, em seu voto, usou expressões como “cala a boca já morreu, quem manda na minha boca sou eu” e “sorria, você está sendo filmado”, para demonstrar o seu posicionamento a favor do direito à liberdade de expressão quando se trata de biografias e considerar censura os esforços para evitar a publicação de informações. Nas palavras da Ministra, “a história humana faz-se de histórias dos humanos”, logo, não se pode amordaçar a história abolindo

<sup>59</sup> Petição Inicial em Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 06-07. Disponível em:

<[#> Acesso em 10 fev. 2018.](http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=2315705&prcID=4271057)

<sup>60</sup> Advocacia Geral da União, petição em Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 09. Disponível em:

<[#> Acesso em: 10 fev. 2018.](http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=4931899&prcID=4271057&ad=s#)

o direito à liberdade ao proibir, recolher ou impedir a obra de circular “sob o argumento de se ter direito a manter trancada a sua porta”.<sup>61</sup>

O Ministro Luís Roberto Barroso afirmou em seu voto que, quando há convivência de duas normas constitucionais de conteúdo que possa causar uma tensão entre elas, deve ser aplicado o mecanismo da ponderação para a solução do conflito. A ponderação pode ser feita pelo juiz ou Tribunal, pelo aplicador da lei e, inclusive, pelo legislador. No caso apresentado na Ação Direta de Inconstitucionalidade em tela, o legislador civil realizou uma ponderação entre os direitos em conflito e uma “hierarquização entre normas de direito fundamental”, que resultou no texto dos artigos 20 e 21 do Código Civil. Afirma, contudo, que o direito à liberdade de expressão “desfruta de uma posição preferencial dentro do sistema constitucional brasileiro” e isso acontece por três razões.<sup>62</sup>

Essa preferência do direito à liberdade de expressão, segundo o Ministro, ocorre por motivos históricos, pois o Brasil, em seu período ditatorial, enfrentou censura aos mais diversos setores, dentre eles os jornais que “eram publicados com espaços em branco; ou, então, com poesias de Camões; ou com receitas de bolo”<sup>63</sup>. A censura já vivenciada no país seria, portanto, a primeira razão que demonstra a primazia do direito à liberdade de expressão, pois, “aqui entre nós, a história é tão acidentada e o histórico da liberdade de expressão tão sofrido que ela precisa ser afirmada e reafirmada, eventualmente, com certo exagero”.<sup>64</sup>

<sup>61</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 20-23. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

<sup>62</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 143. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

<sup>63</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 145. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

<sup>64</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 146. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

A segunda razão garante a primazia da liberdade de expressão por ela ser “um pressuposto para o exercício de outros direitos fundamentais”<sup>65</sup>, uma vez que, conforme voto, “para exercerem bem os direitos políticos, o direito de participação política, a liberdade de associação, a liberdade de reunião, o próprio desenvolvimento da personalidade, é preciso que haja liberdade de expressão.” As pessoas merecem participar dos debates políticos de forma esclarecida e isso é possível através da livre circulação de opiniões e fatos. “Sem liberdade de expressão não existe plenitude dos outros direitos, não existe autonomia privada, não existe autonomia pública.”<sup>66</sup>

Por fim Barroso apresenta como terceira e última razão para reforçar a posição preferencial do direito à liberdade de expressão: o conhecimento da história e a importância da memória nacional.<sup>67</sup> O Ministro reafirma que a liberdade de expressão não atinge uma hierarquia superior aos demais direitos fundamentais, mas apenas uma primazia *prima facie*, que se justifica pela três razões acima mencionadas. Em suas palavras:

Afirmar que a liberdade de expressão é uma liberdade preferencial não significa hierarquiza-la em relação a outros direitos fundamentais, porque, como disse, não há hierarquia entre eles. Porém, dizer-se que a liberdade de expressão é um direito ou uma liberdade preferencial significa, em primeiro lugar e acima de tudo, uma transferência de ônus argumentativo. Quem desejar afastar a liberdade de expressão é que tem que ser capaz de demonstrar as suas razões, porque, *prima facie*, em princípio, é ela, a liberdade de expressão, que deve prevalecer.<sup>68</sup>

<sup>65</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 147. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

<sup>66</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 147. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

<sup>67</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 147. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

<sup>68</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 144. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

Rosa Weber também cita a memória e a história como pressupostos para a autorização da publicação de biografias, para a Ministra “controlar biografias, na verdade, implica controlar a história ou tentar controlar a história, tentar controlar a vida, tentar controlar ou apagar ou impedir que venha a lume a história e a própria memória”. A autorização prévia, portanto, deveria ser vista como uma forma de censura prévia, o que seria incompatível com o Estado Democrático de Direito que vive o Brasil.<sup>69</sup>

Para corroborar a posição favorável à liberdade de expressão, Carmen Lúcia citou em seu voto diversos dispositivos tanto da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão de 1789<sup>70</sup> quanto da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU de 1948<sup>71</sup>, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos da ONU de 1992<sup>72</sup>, da Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969<sup>73</sup>, da

<sup>69</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 178. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

<sup>70</sup> Artigo XI “*La libre communication des pensées et des opinions est un des droits les plus précieux de l’Homme: tout Citoyen peut doc parler, écrire, imprimer librement, sauf à répondre de l’abus de cette liberté, dans les cas déterminés por la Loi*”. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 55. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

<sup>71</sup> Artigo 19: “Todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.” BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 55. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

<sup>72</sup> Artigo 19: “1. Ninguém poderá ser molestado por suas opiniões. 2. Toda pessoa terá direito à liberdade de expressão, esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, independentemente de considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro meio de sua escolha. 3. O exercício do direito previsto no parágrafo 2 do presente artigo implicará deveres e responsabilidades especiais. Consequentemente, poderá estar sujeito a certas restrições, que devem, entretanto, ser expressamente prevista em lei e que se façam necessárias para: a) assegurar o respeito dos direitos e da reputação das demais pessoas; b) proteger a segurança nacional, a ordem, a saúde ou a moral públicas.” BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 55. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

<sup>73</sup> Artigo 13: “Liberdade de pensamento e expressão. 1. Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, sem considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer meio de sua escolha. 2. O exercício do

Convenção Europeia de Direitos Humanos de 1953<sup>74</sup>, da Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos, de 1986<sup>75</sup> e da Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia de 2000<sup>76</sup>.

Os artigos mencionados pela Ministra Carmen Lucia trazem em seu texto a importância de garantir o direito à liberdade de expressão, contudo, por outro lado, é possível observar que alguns desses artigos citados mencionam limitações

---

direito previsto no inciso precedente não pode estar sujeito à censura prévia, mas a responsabilidades ulteriores, que devem ser expressamente previstas em lei e que se façam necessárias para assegurar: a) o respeito dos direitos e da reputação das demais pessoas; b) a proteção da segurança nacional, da ordem pública, ou da saúde ou da moral públicas. 3. Não se pode restringir o direito de expressão por vias e meios indiretos, tais como o abuso e controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informações, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de ideias e opiniões. 4. A lei pode submeter os espetáculos públicos a censura prévia com o objetivo exclusivo de regular o acesso a eles, para a proteção moral da infância e da adolescência, sem prejuízo do disposto no inciso 2. 5. A lei deve proibir toda propaganda a favor da guerra, bem como toda a apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitamento à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência.” BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 56-57. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>. Acesso em: 31 maio 2017.

<sup>74</sup> Artigo 10: “Liberdade de expressão. 1. Qualquer pessoa tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de opinião e a liberdade de receber ou de transmitir informações ou ideias sem que possa haver ingerência de quaisquer autoridades públicas e sem considerações de fronteiras. O presente artigo não impede que os Estados submetam as empresas de radiodifusão, de cinematografia ou de televisão a um regime de autorização prévia. 2. O exercício destas liberdades, porquanto implica deveres e responsabilidades, pode ser submetido a certas formalidades, condições, restrições ou sanções, previstas pela lei, que constituam providências necessárias, numa sociedade democrática, para a segurança nacional, a integridade territorial ou a segurança pública, a defesa da ordem e a prevenção do crime, a proteção da saúde ou da moral, a proteção da honra ou dos direitos de outrem, para impedir a divulgação de informações confidenciais, ou para garantir.” BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 57. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>. Acesso em: 31 maio 2017.

<sup>75</sup> Artigo 9º: “1. Toda a pessoa tem direito à informação. 2. Toda a pessoa tem direito de exprimir e de difundir as suas opiniões no quadro das leis e dos regulamentos.” BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 57. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>. Acesso em: 31 maio 2017.

<sup>76</sup> Artigo 11: “Liberdade de expressão e de informação. 1. Todas as pessoas têm direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de opinião e a liberdade de receber e de transmitir informações ou ideias, sem que possa haver ingerência de quaisquer poderes públicos e sem consideração de fronteiras.. 2. São respeitados a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social.” BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 58. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>. Acesso em: 31 maio 2017.

no exercício desse direito. No Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos da ONU, o artigo 19, após garantir o direito à liberdade de expressão, traz como restrição o direito e a reputação das demais pessoas. A mesma redação vemos no artigo 13 da Convenção Americana de Direitos Humanos que, apesar de prever que o exercício do direito à liberdade de expressão não poderá sofrer censura prévia<sup>77</sup>, este fica sujeito a responsabilidades ulteriores se violar os direitos e reputação das demais pessoas.

A favor da liberdade de expressão, apesar de afirmar expressamente que o Supremo Tribunal Federal considera “não existir direito cujo exercício seja juridicamente ilimitado”<sup>78</sup>, Carmen Lúcia entende que as limitações a direitos fundamentais devem estar previamente estabelecidas em lei, além de estarem em consonância com os princípios presentes em sociedades democráticas. A respeito desses limites, a Ministra mencionou em seu voto um “Estudo especial sobre o direito de acesso à informação” realizado pela Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da OEA (2007) onde se reconheceu “a possibilidade de limitações ao exercício do direito de liberdade de expressão e de acesso à informação pautadas na proteção dos direitos ou da reputação de outras pessoas (...)”<sup>79</sup>. Neste estudo chegou-se a conclusão “não ser absoluto o direito de acesso à informação, pode ser submetido a regime de restrição, entendida como ‘a conduta definida legalmente como geradora de responsabilidade pelo abuso da liberdade de expressão.’”<sup>80</sup>

O Ministro Dias Toffoli demonstrou em seu voto a preocupação em reafirmar que o julgamento da ADI 4815 no sentido de garantir a liberdade de

<sup>77</sup> Sobre o termo censura prévia e a limitação da circulação de informações trataremos melhor no segundo capítulo.

<sup>78</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 74. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

<sup>79</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 82. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

<sup>80</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 82. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

expressão para publicação das biografias não dá uma autorização plena para o uso de direitos como imagem e privacidade de uma pessoa de forma absoluta, “havendo ainda a possibilidade, sim, de intervenção judicial no que concerne aos abusos, às inverdades manifestas, aos prejuízos que ocorram a uma dada pessoa.” Cita como exemplo a imagem de uma modelo usada sem a sua autorização em uma campanha publicitária, neste caso, segundo o Ministro, “a Justiça vai retirar isso do comércio e vai proibir. E isso não é censura, nem afronta à liberdade de expressão”<sup>81</sup>.

Apesar da pertinência da manifestação do Ministro Dias Toffoli e com as consequências jurídicas aplicadas ao caso hipotético, é preciso analisar a possibilidade de estender o mesmo raciocínio a outras situações que afetam questões existenciais da pessoa humana. No exemplo acima mencionado, a imagem da modelo foi usada em uma marca comercial sem a sua autorização e, por essa razão a retirada de circulação da imagem pela Justiça não seria considerada censura. No entanto, o exemplo demonstrou claramente o viés econômico do caso concreto, sua imagem foi atingida e ela deixou de receber o cachê que cobraria caso aceitasse posar para a campanha. Contudo, abusos no exercício da liberdade podem afetar direitos da pessoa humana que não possuem o mesmo viés patrimonial, como a intimidade de alguém ao publicar determinados fatos de sua vida em uma biografia não autorizada. Essas questões existenciais, quando correm o risco de serem afetadas, também podem ser levadas ao Poder Judiciário sem que essa busca pela resposta da Justiça seja considerada censura, como se verá com maiores detalhes nos próximos capítulos.

As diversas dimensões do direito à liberdade de expressão foram ressaltadas pela Ministra Carmen Lúcia, para quem “o direito constitucionalmente garantido contempla a liberdade de informar, de se informar e de ser informado”<sup>82</sup>. Ligou a

<sup>81</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 212. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

<sup>82</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 86. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

primeira faceta, a de informar, com a formação da opinião pública, onde os cidadãos poderão ter acesso a diversas informações “de interesse da coletividade e sobre as pessoas cujas ações, público-estatais ou público-sociais que possam interferir no direito de saber, de aprender sobre temas relacionados a cogitações legítimas”<sup>83</sup>.

De fato, o exercício do direito à liberdade de expressão não existe apenas para garantir que os indivíduos possam emitir opiniões a respeito dos mais diversos temas, mas possui uma ligação direta com o direito à informação e o direito à comunicação, uma vez que: “o primeiro faculta ao indivíduo buscar e receber informações. Já o segundo, além destas faculdades, permite-lhe também comunicar ideias e informações, o que pressuporá já poder dispor de meios para fazê-lo.”<sup>84</sup> Os direitos de informar, de se informar e de ser informado também estão relacionados ao direito à liberdade de expressão:

Canotilho e Vital Moreira explicitam estes conceitos: o primeiro significa a possibilidade, garantida a todos, de transmitir a terceiros conhecimentos e informações que possuam, podendo implicar, inclusive a obtenção de meios para tanto; já o direito de se informar significa a possibilidade de se buscar informações; por fim, o direito de ser informado requer uma regular oferta de informações, a serem usufruídas pelos que assim o desejarem, num contexto de comunicação de massa, pressupondo uma informação adequada e verdadeira.<sup>85</sup>

Desta forma, através deste direito à liberdade de expressão, o indivíduo é livre para manifestar opiniões a respeito dos mais diversos assuntos, transmitir fatos e notícias e ter garantido, à sua disposição, uma gama de informações sobre inúmeros temas. Por essa razão, Rodrigo Gaspar de Mello entende que violar o direito à liberdade de expressão causaria um duplo dano: “a violação do direito de quem quer se manifestar e a violação do direito de quem quer receber a manifestação do pensamento”. Para tanto, menciona a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, igualmente denominada de Pacto de São José da Costa Rica, da qual o Brasil é signatário e que reconhece a liberdade de expressão como

<sup>83</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 86. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>. Acesso em: 31 maio 2017.

<sup>84</sup> BORNHOLDT, Rodrigo Meyer. *Liberdade de expressão e direito à honra: uma nova abordagem no direito brasileiro*. Joinville: Bildung, 2010, p. 83.

<sup>85</sup> BORNHOLDT, Rodrigo Meyer. *Liberdade de expressão e direito à honra: uma nova abordagem no direito brasileiro*. Joinville: Bildung, 2010, p. 84.

a “pedra angular da democracia” e entende o duplo aspecto do direito: um pessoal que se relaciona ao direito do indivíduo falar, escrever e difundir suas opiniões e um social ligado ao direito de ter acesso às opiniões de outros indivíduos.<sup>86</sup>

Ana Paula de Barcellos, em seu parecer doutrinário, explica que “a liberdade de buscar, receber e difundir informação, porém, é mais limitada que a liberdade de expressão”<sup>87</sup>, isso ocorre porque não é lícito divulgar informação falsa, além do fato de que “não há um direito de acesso a toda e qualquer informação ou dado existente na sociedade”<sup>88</sup>. Nessa ordem de ideias, não há direito de obter informações sobre segredos industriais, patentes, obras protegidas por direitos autorais e, em regra, “não há um direito à informação sobre a intimidade alheia ou sobre o que se passa na casa de terceiros”.<sup>89</sup>

Questiona-se, portanto, se a informação que está abrangida por esse direito a ser informado é de qualquer natureza, ou seja, as informações de natureza íntima também poderiam ser colocadas em circulação em nome de um direito a ser informado ou apenas aquelas que, de fato, tenham algum interesse público na divulgação?. É certo que, ao se limitar o direito a liberdade de expressão a limitação se estende para todas as dimensões do direito, tanto a de se manifestar quanto à de ser informado e que, ao limitar, não apenas o direito individual de expressão que é atacado, mas de toda a sociedade em receber a informação.

<sup>86</sup> MELLO, Rodrigo Gaspar. *A censura judicial como meio de restrição da liberdade de expressão*. Uma análise comparativa da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Corte Suprema de Justiça da Nação argentina e do Supremo Tribunal Federal. 2012. 154f. Dissertação (mestrado em Direito) - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p. 48-53.

<sup>87</sup> BARCELLOS, Ana Paula de. Intimidade e pessoas notórias. Liberdades de expressão e de informação e biografias. Conflito entre Direitos Fundamentais. Ponderação, caso concreto e acesso à justiça. Tutelas específica e indenizatória. *Revista Direito Público*, vol. 11, n. 55, p. 27, 2014. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2372/1236>>. Acesso em: 30 maio 2017.

<sup>88</sup> BARCELLOS, Ana Paula de. Intimidade e pessoas notórias. Liberdades de expressão e de informação e biografias. Conflito entre Direitos Fundamentais. Ponderação, caso concreto e acesso à justiça. Tutelas específica e indenizatória. *Revista Direito Público*, vol. 11, n. 55, p. 27, 2014. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2372/1236>>. Acesso em: 30 maio 2017.

<sup>89</sup> BARCELLOS, Ana Paula de. Intimidade e pessoas notórias. Liberdades de expressão e de informação e biografias. Conflito entre Direitos Fundamentais. Ponderação, caso concreto e acesso à justiça. Tutelas específica e indenizatória. *Revista Direito Público*, vol. 11, n. 55, p. 27, 2014. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2372/1236>>. Acesso em: 30 maio 2017.

Contudo, ao ponderar entre dois direitos fundamentais (como o de ser informado e o da vida privada) a natureza da informação se torna relevante.

Seria razoável colocar em um patamar mais elevado o direito de toda a sociedade de ser informada que determinada pessoa, durante a infância, sofreu abusos sexuais do que permitir que esta mantenha a informação na esfera íntima de sua vida? O direito de uma comunidade a ser informada sobre questões íntimas da vida de pessoas comuns ou públicas está acima do direito dessas pessoas manterem o controle sobre tais informações? Ao limitarmos um desses direitos, qual dessas limitações causaria menos dano à pessoa humana: o direito de saber informações que fazem parte da vida privada de outrem, mesmo que tais informações em nada acrescentem àqueles que as receberam ou o direito individual de manter informações íntimas na esfera privada da vida?

Sobre a divulgação das informações e os limites que podem ser colocados quando da publicação de dados privados, Rosane Portella Wolff, ao mencionar o aspecto social da liberdade de expressão, atenta para os abusos que podem ultrapassar o limite da utilidade concreta do direito a ser informado:

Fora desse limite de utilidade concreta, portanto, sacrificar a privacidade ao direito à informação é, na verdade, sacrificá-lo ao interesse comercial de uma publicação que atenderá não ao interesse mas à curiosidade pública. O que se busca separar, assim, é o interesse social a ser informado do interesse comercial de informar. O primeiro, limitando-se aquilo que o indivíduo tem interesse em saber como membro da sociedade; o segundo, indo além, compreende, também, a indiscrição que se “vende” cada vez mais.<sup>90</sup>

Nesse sentido, apesar de existir o aspecto social do direito à informação, seus abusos estariam garantindo não o interesse da sociedade em se manter informada, mas o interesse comercial que existe nas informações privadas e íntimas das pessoas, tanto públicas quanto anônimas.

A Corte Interamericana, em sua primeira decisão sobre o tema, a Opinião Consultiva nº 5/85 consagrou as duas dimensões da liberdade de expressão; para tanto, menciona o artigo 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos

<sup>90</sup> WOLFF, Rosane Portela. *A proteção da vida privada e o direito à informação*. 1991. Dissertação (mestrado em Direito) - Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991, p. 103. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106329/84427.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

que garante tanto o direito e a liberdade de buscar informações quanto o de se expressar:

Segundo o entendimento da Corte, a liberdade de expressão contém uma dimensão individual e outra social, ambas reconhecidas pelo art. 13 da Convenção (“esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza”). Sendo assim, está assegurado não apenas o direito à expressão do próprio pensamento (transmitir notícias, informações, manifestar opiniões, etc), utilizando-se de qualquer meio para divulgá-lo, como também o direito de buscar, receber e conhecer o pensamento alheio (informações e ideias de toda natureza): “quando se restringe ilegalmente a liberdade de expressão de um indivíduo, não só o direito desse indivíduo está sendo violado, como também o direito de todos a ‘receber’ informações e ideias, donde resulta que o direito protegido pelo artigo 13 tem um alcance e um caráter especiais”.<sup>91</sup>

Na Constituição da República brasileira, o direito à liberdade de expressão também está garantido em suas duas acepções. O artigo 5º, IV fala da liberdade de pensamento, mas veda o anonimato, no inciso IX encontramos a garantia da “livre expressão da atividade intelectual, artística, científica ou de comunicação, independentemente de censura ou licença”. O inciso XIV, por sua vez, determina o direito de acesso à informação e resguarda o sigilo da fonte se for necessário ao exercício profissional.

A doutrina brasileira distingue as liberdades de informação e de expressão, registrando que a primeira diz respeito ao direito individual de comunicar livremente fatos e ao direito difuso de ser deles informado; a liberdade de expressão, por seu turno, destina-se a tutelar o direito de externar ideias, opiniões, juízos de valor, em suma, qualquer manifestação do pensamento humano.<sup>92</sup>

A chamada dimensão social da liberdade de expressão faz com que, segundo Rodrigo Gaspar de Mello, ao se restringir a liberdade de expressão, o direito ferido não é apenas o do indivíduo de se manifestar, mas de toda uma coletividade em receber as informações e opiniões, mesmo que tais informações violem o direito a honra de outra pessoa.<sup>93</sup> O autor, ao citar Espinosa, adverte

<sup>91</sup> MELLO, Rodrigo Gaspar. *A censura judicial como meio de restrição da liberdade de expressão*. Uma análise comparativa da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Corte Suprema de Justiça da Nação argentina e do Supremo Tribunal Federal. 2012. 154f. Dissertação (mestrado em Direito) - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p. 53.

<sup>92</sup> BARROSO, Luís Roberto. Colisão entre liberdade de expressão e Direitos da Personalidade. Critérios de ponderação. Interpretação Constitucionalmente adequada do Código Civil e da Lei de Imprensa. *Revista de Direito Administrativo*, vol. 235, p. 18, 2004. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/45123/45026>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

<sup>93</sup> MELLO, Rodrigo Gaspar. *A censura judicial como meio de restrição da liberdade de expressão*. Uma análise comparativa da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Corte Suprema de Justiça da Nação argentina e do Supremo Tribunal Federal. 2012.

para a importância do direito à liberdade de expressão em uma democracia para que, mesmo diante de opiniões diversas, os indivíduos possam conviver em harmonia, pois “tais leis não atingem os maus, mas os homens de integridade e virtude, que não hesitam inclusive em recorrer à força contra os governantes que as impõem”.<sup>94</sup> O direito à liberdade de expressão, em razão de sua importância para a democracia, vem alcançando um patamar preferencial em relação aos demais direitos igualmente previstos, Rodrigo Gaspar Mello expõe os motivos:

(a) a liberdade de expressão é condição necessária para a existência de um autogoverno democrático; (b) permite a formação do chamado livre mercado de ideias; (c) assegura o exercício livre da crítica como meio de controle político; (d) permite aos indivíduos a autorrealização pessoal e o livre desenvolvimento da personalidade; (e) recupera os vínculos de representação política, permitindo o controle dos representados sobre os representantes. São fundamentos que se prestam – em conjunto, e não isoladamente – a justificar a preferência da liberdade de expressão frente a outros valores sociais.<sup>95</sup>

Gustavo Tepedino, em parecer na ADI 4815, assegura que o direito à liberdade de expressão, nos casos das biografias não autorizadas, merece tal posição de destaque, pois se justifica “historicamente em nome da consolidação do Estado Democrático de Direito”.<sup>96</sup> O autor destaca que, a liberdade de pensamento, assim como a privacidade, intimidade, e demais direitos debatidos na ação, também é uma manifestação da personalidade humana. Deste modo, restringir a liberdade de expressão é tolher a vida digna, em suas palavras, “sem liberdade de informar e ser informado não há dignidade humana”.<sup>97</sup> Por esse motivo, opinou nos autos da ação que a publicação de biografias de pessoas

154f. Dissertação (mestrado em Direito) - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p. 56.

<sup>94</sup> MELLO, Rodrigo Gaspar. *A censura judicial como meio de restrição da liberdade de expressão*. Uma análise comparativa da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Corte Suprema de Justiça da Nação argentina e do Supremo Tribunal Federal. 2012. 154f. Dissertação (mestrado em Direito) - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p. 15.

<sup>95</sup> MELLO, Rodrigo Gaspar. *A censura judicial como meio de restrição da liberdade de expressão*. Uma análise comparativa da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Corte Suprema de Justiça da Nação argentina e do Supremo Tribunal Federal. 2012. 154f. Dissertação (mestrado em Direito) - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p. 20.

<sup>96</sup> TEPEDINO, Gustavo. Opinião Doutrinária, p. 09. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=2335258&prcID=4271057&ad=s#>>. Acesso em 10 nov. 2017.

<sup>97</sup> TEPEDINO, Gustavo. Opinião Doutrinária, p. 11. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=2335258&prcID=4271057&ad=s#>>. Acesso em 10 nov. 2017.

públicas ou envolvidas em acontecimentos de interesse público independe de autorização prévia dos biografados ou familiares, no caso de falecimento.<sup>98</sup>

O Supremo Tribunal Federal, apesar de garantir a priori o direito à liberdade de expressão em todas as suas facetas, também confirmou a importância dos direitos da personalidade no julgamento das biografias não autorizadas, nas palavras da Ministra Carmen Lúcia em um dos seus parágrafos de conclusão do voto:

A interpretação pedida na presente ação e com a qual estou anuindo, para julgá-la procedente, significa que se faz necessário não mudar a norma civil, mas atribuir-lhe interpretação coerente com o que se põe constitucionalmente, sendo tanto suficiente para a garantia do exercício do direito à liberdade de expressão, do direito-dever de informar e ser informado sobre a vida de pessoa biografada pela sua importância sociocultural, resguardando-se a garantia da inviolabilidade do direito à intimidade e à privacidade, contra cujo abuso há normas pelas quais assegurada a responsabilidade dos autores da ação indevida. (grifo nosso).<sup>99</sup>

Deste modo, em julgamento da ADI nº 4815, o Supremo Tribunal Federal entendeu, por unanimidade, que os artigos 20 e 21 deveriam ser interpretados conforme a Constituição da República para permitir que as biografias, independentemente de autorização prévia, possam ser publicadas, em nome do direito à liberdade de expressão e informação e para evitar a chamada censura prévia. Por outro lado, a Corte também reafirmou a importância dos direitos da personalidade ao garantir que os abusos no exercício do direito à liberdade de expressão possam ser levados a juízo, assegurando, no entanto, que esse questionamento de abuso apenas possa ser levantado após a publicação da obra, ou seja, apenas por mecanismos *a posteriori* que não impeçam a biografia de circular.

Não é possível negar que o direito à liberdade de expressão é de extrema importância, uma vez que a circulação das informações é essencial para que o povo se mantenha informado sobre as questões relevantes que envolvam seus governantes e comunidade em geral. É preciso que o direito a ser informado seja

<sup>98</sup> TEPEDINO, Gustavo. Opinião Doutrinária, p. 29. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=2335258&prcID=4271057&ad=s#>>. Acesso em 10 nov. 2017.

<sup>99</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 139-140. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

garantido para que os indivíduos exerçam, de fato, o seu papel de cidadão protagonista. Por outro lado, apesar de essencial, seu exercício não é ilimitado e pode encontrar resistência nos chamados direitos da personalidade, que também possuem previsão constitucional, sua importância foi confirmada pelo STF e, acima de tudo, são primordiais para a tutela das questões existenciais da pessoa humana, que serão tratadas com maiores detalhes no próximo capítulo.

### 3.

## O princípio da dignidade da pessoa humana como fundamento da República

O princípio da dignidade da pessoa humana, previsto na Constituição da República no artigo 1º, III possui uma importância ímpar no ordenamento jurídico brasileiro, pois norteia a interpretação das leis e dos casos concretos visando a proteção integral do indivíduo. Diante dessa importância, o constituinte de 1988 o colocou no patamar de fundamento da República e, por essa razão, a tutela deve ser reforçada sempre que houver violação à dignidade do indivíduo, mas também, sempre que estiver sob ameaça de ser violada.

Em sua obra, Maria Celina Bodin de Moraes traz um estudo acerca da dignidade humana, ligando o conceito jurídico ao filosófico, ao afirmar que “a reflexão jurídica sobre o tema se desenvolve, necessariamente, com o recurso à filosofia. Ao ordenamento jurídico, enquanto tal, não cumpre determinar seu conteúdo, suas características ou permitir que se avalie essa dignidade”<sup>100</sup>

Ainda no final do século XVIII a dignidade não era ligada aos direitos humanos<sup>101</sup>, como se verifica na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, onde “ela estava entrelaçada com ocupações e posições públicas”. No artigo 6º da mesma Declaração é possível encontrar a redação “(...)todos os cidadãos são iguais aos olhos da lei e igualmente admissíveis a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo a sua capacidade e sem outra distinção que não seja a das suas virtudes e dos seus talentos.”<sup>102</sup> As pessoas, portanto, possuíam dignidade e eram vistas de acordo com as suas habilidades e funções, dessa forma, “na cultura ocidental, começando com os romanos e chegando até o século XVIII, o primeiro sentido atribuído à dignidade – enquanto

<sup>100</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. *Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 82.

<sup>101</sup> “O primeiro uso registrado da expressão ‘dignidade do homem’ é atribuído ao estadista e filósofo romano Marco Túlio Cícero, no seu tratado *De Officiis* (‘Sobre dos deveres’) de 44 a.C., em uma passagem na qual ele distingue a natureza dos homens da dos animais (XXX.105-107).” BARROSO, Luís Roberto. *A dignidade da pessoa humana no Direito Constitucional contemporâneo*. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 14.

<sup>102</sup> BARROSO, Luís Roberto. *A dignidade da pessoa humana no Direito Constitucional contemporâneo*. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 14.

categorização dos indivíduos – estava associado a um *status* superior”.<sup>103</sup> Diferente do que ocorre nos dias atuais, onde a dignidade é relacionada à pessoa humana e os indivíduos não são categorizados por status, talentos ou empregos públicos. Um dos pilares do conceito atual de dignidade é a igualdade, assim, “a dignidade humana, como atualmente compreendida, se assenta sobre o pressuposto de que cada ser humano possui um valor intrínseco e desfruta de uma posição especial no universo”.<sup>104</sup> A dignidade apresentada no passado não é a mesma atribuída à pessoa humana nos dias atuais, pois são conceitos diferentes. Nas palavras de Luís Roberto Barroso:

A noção atual de dignidade humana não substitui a antiga, pois é produto de uma história diferente, que correu paralelamente à narrativa apresentada acima. Deve ficar claro, contudo, que o entendimento atual de dignidade humana possui origens religiosas e filosóficas que remontam a muitos séculos, sendo talvez quase tão antigo quanto o anterior.<sup>105</sup>

O cristianismo foi o precursor da ideia de dignidade pessoal, uma vez que o ser humano é considerado pelos cristãos como a imagem e semelhança de Deus e, por essa razão, feito para ser o centro de toda a criação e com a capacidade de escolha do seu próprio destino, através do livre-arbítrio, mesmo que, em razão de sua natureza fraca, o indivíduo tenha inclinação para a contravenção. O ser humano, “como ser amado por Deus, foi salvo de sua natureza originária através da noção de liberdade de escolha, que o torna capaz de tomar decisões contra o seu desejo natural.” Do mesmo modo, foi no cristianismo que surgiu a noção de povo sem necessariamente estar ligado a um determinado governo ou polis, mas sim a um Deus a quem aquele povo deve obedecer.<sup>106</sup>

Daí se pôde pensar, como o fez São Tomás, a dignidade humana sob dois prismas diferentes: a dignidade é inerente ao homem, como espécie; a dignidade existe in actu só no homem enquanto indivíduo, passando desta forma a residir na alma de cada ser humano. A inflexão diz com o fato de que o homem deve agora não mais

<sup>103</sup> BARROSO, Luís Roberto. *A dignidade da pessoa humana no Direito Constitucional contemporâneo*. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 14.

<sup>104</sup> BARROSO, Luís Roberto. *A dignidade da pessoa humana no Direito Constitucional contemporâneo*. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 14.

<sup>105</sup> BARROSO, Luís Roberto. *A dignidade da pessoa humana no Direito Constitucional contemporâneo*. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 14.

<sup>106</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. O princípio da dignidade da pessoa humana. In: *Na medida da pessoa humana*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010, p. 77.

olhar apenas em direção a Deus, mas também se voltar para si mesmo, tomar consciência de sua dignidade e, assim, agir de modo compatível.<sup>107</sup>

O termo dignidade, até então relacionado à religião, passou em 1486, no discurso *Oratio de Hominis Dignity*, de Giovanni Picco, a distanciar a *ratio philosophica* da *ratio theologica*: “Nesse texto, Pico dela Mirandola justifica a importância da busca humana pelo conhecimento, trazendo o homem e a razão para o centro do mundo, no limiar a Idade Moderna.” Francisco de Vitoria, teólogo espanhol, também contribuiu para a visão moderna de dignidade humana.<sup>108</sup>

Urdanoz, conhecedor do pensamento vitoriano e de seu enquadramento na escolástica, resume bem: -“Para sua demonstração Vitória estabelece o fundamento último do direito: - consiste este na dignidade da pessoa humana como ser racional. O homem constitui-se em pessoa moral e sujeito capaz de direitos e deveres por sua racionalidade, porque é pelo uso de sua faculdade racional e consequente liberdade, que tem domínio de seus atos, pode escolher livremente seus destinos e usar as cousas e seres inferiores para seus próprios fins e em seu benefício. A faculdade racional é, pois, a raiz fundamental formal que outorga ao homem ser capaz de domínio e de direitos ”<sup>109</sup>

Hobbes e Locke com o direito natural e liberdade trouxeram importantes contribuições para o conceito de dignidade humana. Mas, para Barroso, apenas no Iluminismo que esse conceito “passou a ganhar impulso” e isso ocorreu porque, em suas palavras, a busca pelo conhecimento rompeu com “a muralha do autoritarismo, da superstição e da ignorância, que a manipulação da fé e da religião havia construído em torno das sociedades medievais”. O homem passou a ganhar destaque e a ser visto como o centro, do mesmo modo, foi possível observar “o advento da cultura dos direitos individuais, ideias que fomentaram as revoluções liberais nos Estados Unidos e na França.”<sup>110</sup>

Thomas Hobbes traz conceito de pessoa humana em sua obra *O Leviatã* onde “a única saída para se evitar a guerra, de fato, parece-lhe ser a criação do Estado como uma entidade capaz de reduzir a vontade dos indivíduos a uma

<sup>107</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. O princípio da dignidade da pessoa humana. In: *Na medida da pessoa humana*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010, p. 78.

<sup>108</sup> BARROSO, Luís Roberto. *A dignidade da pessoa humana no Direito Constitucional contemporâneo*. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 17.

<sup>109</sup> URDANOZ, T. *apud* OLIVEIRA, Oris de. Contribuição de Francisco de Vitoria ao Direito Internacional Público no de “Indis Recenter Inventis, Relectio Prior”. *Revista da Faculdade de Direito da USP*, vol. 68, n. 2, p. 371, 1973. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download/66678/69288>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

<sup>110</sup> BARROSO, Luís Roberto. *A dignidade da pessoa humana no Direito Constitucional contemporâneo*. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 17

vontade única” que será destinada a entregar todos os poderes e todos os direitos a um soberano. Uma única pessoa, o soberano, terá o poder sobre todos os direitos dos indivíduos, exceto o direito à vida. Para Locke, por outro lado, “o fundamento único do Estado deve ser o consenso entre os seus membros”. Em sua obra *Ensaio sobre a compreensão humana*, Locke entende o termo pessoa como “aquilo que alguém chama de ‘si mesmo’” e o relaciona à identidade, consciência e memória, “vendo o ser humano individual como um ser dotado de identidade reflexiva, em virtude da consciência dessa sua identidade.”<sup>111</sup>

Outro importante filósofo que contribuiu para a ideia de dignidade humana foi Kant, com o seu imperativo categórico, exposto na obra *Crítica da razão prática*. Para Kant o dever se configura através de uma forma, que vale categoricamente para qualquer ação moral. A partir da ideia “age de tal modo que a máxima de tua vontade possa sempre valer simultaneamente como um princípio para uma legislação geral” Kant desenvolveu três máximas morais: A primeira delas é “Age como se a máxima de tua ação devesse ser erigida por tua vontade em lei universal da natureza”; A segunda: “Age de tal maneira que sempre trates a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de outrem, como um fim e nunca como um meio.” E, por fim, “Age como se a máxima de tua ação devesse servir de lei universal para todos os seres racionais.” O indivíduo, portanto, é um fim em si mesmo e não deve ser visto como um meio para atingir outros fins, portanto, a vontade legisladora deve orientar-se no sentido de garantir que a finalidade das regras seja o ser humano. O imperativo categórico, nesta feita, “orienta-se, então, pelo valor básico, absoluto, universal e incondicional da dignidade humana. É esta dignidade que inspira a regra ética maior: o respeito pelos outros”.<sup>112</sup>

Por fim, Barroso identifica como marco histórico importante e significativo para o entendimento atual do conceito de dignidade humana: “os horrores do nacional-socialismo e do fascismo e a reação que eles provocaram após o fim da Segunda Guerra Mundial.” A dignidade humana passou a ser vista como fundamental para a proteção dos direitos humanos após esse período repleto de lesões aos direitos fundamentais e humanos. Por esse motivo, a dignidade humana

<sup>111</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. O princípio da dignidade da pessoa humana. In: *Na medida da pessoa humana*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010, p. 80.

<sup>112</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. O princípio da dignidade da pessoa humana. In: *Na medida da pessoa humana*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010, p. 80-81.

passou a ser incorporada ao discurso jurídico e, segundo o autor, em função de duas principais causas: a primeira seria “a inclusão em diferentes tratados e documentos internacionais, bem como em diversas constituições nacionais, de referências textuais à dignidade humana” e também em razão da “ascensão de uma cultura jurídica pós-positivista, que reaproximou o direito da moral e da filosofia política, atenuando a separação radical imposta pelo positivismo pré-Segunda Guerra.”<sup>113</sup>

Após esse breve histórico do conceito de dignidade humana, é importante a análise deste princípio constitucional no ordenamento jurídico brasileiro, como fundamento da República na atual Constituição de 1988 e também como princípio norteador e garantidor da tutela integral do indivíduo e dos seus direitos existenciais, em especial diante do tema das biografias não autorizadas.

O Supremo Tribunal Federal colocou a liberdade de expressão como direito preferencial aos direitos da personalidade no julgamento da ADI 4815. Isso significa que, no âmbito das biografias não autorizadas, o direito à liberdade de expressão do biógrafo permitiria que as histórias de vida sejam publicadas e, apenas posteriormente à publicação, o biografado poderia questionar judicialmente a agressão a algum dos seus direitos da personalidade, conforme visto no capítulo anterior.

No entanto, os direitos da personalidade, de forma especial o direito à privacidade, decorrem do princípio da dignidade da pessoa humana, que tem uma posição de prestígio na Constituição da República Brasileira de 1988, como se referiu antes.

No direito brasileiro, após mais de duas décadas de ditadura sob o regime militar, a Constituição democrática de 1988 explicitou no artigo 1º, III, a dignidade da pessoa humana como um dos “fundamentos da República”. A dignidade humana, então, não é criação da ordem constitucional, embora seja por ela respeitada e protegida. A Constituição consagrou o princípio e, considerando a sua eminência, proclamou-o entre os princípios fundamentais, atribuindo-lhe o valor supremo de alicerce da ordem jurídica democrática. Com efeito, da mesma forma que Kant com a ordem moral, é na dignidade humana que a ordem jurídica (democrática) se apoia e se constitui.<sup>114</sup>

---

<sup>114</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. O princípio da dignidade da pessoa humana. In: *Na medida da pessoa humana*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010, p. 83.

José Afonso da Silva afirma que a dignidade da pessoa humana foi colocada pelo constituinte como um dos fundamentos da República em razão do desrespeito à pessoa humana encontrado durante o regime ditatorial vivido no Brasil antes da Constituição de 1988. Para o autor, encontra-se na norma dois conceitos fundamentais: o primeiro é a pessoa humana onde traz o pensamento da Kant para demonstrar que os seres humanos são um fim em si mesmos e não podem ser tratados como um objeto, uma coisa, um meio. Por essa razão, devem ter “consciência e vivência de si próprio, todo ser humano se reproduz no outro como seu correspondente e reflexo de sua espiritualidade, razão porque desconsiderar uma pessoa significa em última análise desconsiderar a si próprio.”.<sup>115</sup> A dignidade, por sua vez, é uma qualidade intrínseca à pessoa humana que, nas palavras do autor:

Voltemos, assim, à filosofia de Kant, segundo a qual no reino dos fins tudo tem um preço ou uma dignidade. Aquilo que tem um preço pode muito bem ser substituído por qualquer outra coisa equivalente. Daí a ideia de valor relativo, de valor condicionado, porque existe simplesmente como meio, o que se relaciona com as inclinações e necessidades geral do homem e tem um preço de mercado, enquanto aquilo que não é um valor relativo, e é superior a qualquer preço, é um valor interno e não admite substituto equivalente, é uma dignidade, é o que tem uma dignidade.<sup>116</sup>

As pessoas possuem dignidade, não apenas por estar previsto na Constituição da República, mas por ser uma característica intrínseca à sua condição de pessoa. Sobre a dignidade humana, “a Constituição, reconhecendo a sua existência e a sua eminência, transformou-a em um valor supremo da ordem jurídica, quando a declara como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil constituída em Estado Democrático de Direito.”<sup>117</sup> Não é possível “objetificar” o ser humano porque ali não se encontra preço, valor monetário, mas sim dignidade e essa dignidade garante a preservação de direitos também inerentes à pessoa humana, por essa razão o constituinte considerou importante caracterizar a dignidade humana como fundamento da República, para que fosse sempre observada.

---

<sup>115</sup> SILVA, José Afonso da. A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia. *Revista de Direito Administrativo*, vol. 212, p. 89, 1998.

<sup>116</sup> SILVA, José Afonso da. A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia. *Revista de Direito Administrativo*, vol. 212, p. 90, 1998.

<sup>117</sup> SILVA, José Afonso da. A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia. *Revista de Direito Administrativo*, vol. 212, p. 90, 1998.

A dignidade é, pois, um valor supremo, e deve ser observada não apenas nas questões individuais, mas também nas sociais, econômicas e culturais diante de sua extrema importância<sup>118</sup>. A Constituição reconhece essa importância, esse valor supremo e a coloca como fundamento da República. Nesse sentido:

Poderíamos até dizer que a eminência da dignidade da pessoa humana é tal que é dotada ao mesmo tempo da natureza de valor supremo, princípio constitucional fundamental e geral que inspiram a ordem jurídica. **Mas a verdade é que a Constituição lhe dá mais do que isso, quando a põe como fundamento da República Federativa do Brasil constituída em Estado Democrático de Direito. Se é fundamento é porque se institui em um valor supremo, num valor fundante da República, da Federação, do País, da Democracia e do Direito.** Portanto não é apenas um princípio da ordem jurídica, mas o é também na ordem política, social, econômica e cultural. Daí sua natureza de valor supremo, porque está na base de toda vida nacional.<sup>119</sup> (grifou-se).

A interpretação que o Supremo Tribunal Federal destinou aos artigos 20 e 21 do Código Civil, decorrente da decisão da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº4815, observou e prestigiou o direito à liberdade de expressão em detrimento dos direitos da personalidade que eventualmente possam ser ofendidos quando da publicação das biografias não autorizadas. Deixou, portanto, de destinar à dignidade da pessoa humana a interpretação que lhe é devida, em se tratando de um valor supremo. O direito à liberdade, em especial à liberdade de expressão, tem sua importância em um estado democrático de direito, principalmente a fim de evitar a censura que já houve no cenário brasileiro, mas não em detrimento da dignidade da pessoa humana, que o próprio constituinte já considerou de essencial observância quando a colocou no patamar de fundamento da República.

### 3.1.

#### **A cláusula geral de tutela da pessoa humana e as biografias não autorizadas**

Com o advento da nova Constituição da República em 1988, a dignidade humana foi colocada em evidência no ordenamento jurídico brasileiro. Destacado como um dos fundamentos da República, o princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no artigo 1º, III da mesma Constituição, passou a ser visto como

<sup>118</sup> SILVA, José Afonso da. A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia. *Revista de Direito Administrativo*, vol. 212, p. 92, 1998.

<sup>119</sup> SILVA, José Afonso da. A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia. *Revista de Direito Administrativo*, vol. 212, p. 92, 1998.

um princípio-guia para reunificar o direito civil<sup>120</sup> tendo como foco a pessoa humana.

Os direitos da personalidade, tais como a privacidade, honra, intimidade, nome, que podem ser atingidos pelas publicações de biografias sem autorização ou qualquer comunicação prévia ao biografado, encontram amparo tanto na Constituição da República quanto no Código Civil brasileiro. Conforme explica Gustavo Tepedino, os direitos da personalidade têm como características: a generalidade, a extrapatrimonialidade, o caráter absoluto, a inalienabilidade, a imprescritibilidade e a intransmissibilidade.<sup>121</sup>

A generalidade significa que esses direitos são naturalmente concedidos a todos, pelo simples fato de estar vivo, ou pelo só fato de ser. Por isso mesmo alguns autores os consideram como inatos, terminologia que, todavia, mostra-se por vezes dúbia, já que, como se verá adiante, suscita a conotação jusnaturalista, adotada por alguns autores, no sentido de que tais direitos preexistiriam à ordem jurídica, independentemente, portanto, do dado normativo. A extrapatrimonialidade consistiria na insuscetibilidade de uma avaliação econômica destes direitos, ainda que a sua lesão gere reflexos econômicos. São absolutos, já que oponíveis erga omnes, impondo-se à coletividade o dever de respeitá-los. A indisponibilidade retira do seu titular a possibilidade de deles dispor, tornando-os também irrenunciáveis e impenhoráveis; e a imprescritibilidade impede que a lesão a um direito da personalidade, com o passar do tempo, pudesse convalescer, com o perecimento da pretensão ressarcitória ou reparadora. Finalmente, a intransmissibilidade constitui característico controvertido, estando a significar que se extinguiria com a morte do titular, em decorrência do seu caráter personalíssimo, ainda que muitos interesses relacionados à personalidade mantenham-se tutelados mesmo após a morte do titular.<sup>122</sup>

O direito subjetivo, ao se tratar dos direitos da personalidade, não se mostra completamente de acordo com a categoria do “ser”, uma vez que foi elaborado para questões patrimoniais. No âmbito extrapatrimonial, “não existe dualidade entre sujeito e objeto, porque ambos representam a pessoa humana.” As características indicadas do direito subjetivo comum (necessariedade, vitaliciedade, indisponibilidade, intransmissibilidade, dentre outras), não “estão aptas a garantir uma valoração apropriada do merecimento de tutela dos interesses em jogo”, justamente porque essas características têm “uma ótica de proteção

<sup>120</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. O princípio da dignidade humana. In: BODIN DE MORAES, Maria Celina. (Coord.). *Princípios do Direito Civil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 02.

<sup>121</sup> TEPEDINO, Gustavo. A tutela da personalidade no ordenamento civil-constitucional brasileiro. In: *Temas de Direito Civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, p. 36.

<sup>122</sup> TEPEDINO, Gustavo. A tutela da personalidade no ordenamento civil-constitucional brasileiro. In: *Temas de Direito Civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, p. 36.

essencialmente repressivo-ressarcitória”. O aspecto mais interessante do direito da personalidade é o fato de que “evidenciam sempre novas instâncias concernentes à personalidade do sujeito, não previstas e nem previsíveis pelo legislador”. Portanto, todos os direitos advindos da personalidade são tutelados por essa cláusula geral, que se externa através do princípio da dignidade da pessoa humana.<sup>123</sup>

Verifica-se, pois, que a Constituição em vigor adota a cláusula geral, como princípio fundamental da ordem jurídica constitucional brasileira. Nossa Constituição, embora não possua inserido em seu texto um dispositivo específico destinado a tutelar a personalidade humana, reconhece e tutela o direito geral da personalidade através do princípio da dignidade da pessoa, que consiste em uma cláusula geral de concreção da proteção e do desenvolvimento da personalidade do indivíduo. Essa afirmação decorre do fato de que o princípio da dignidade, sendo um princípio fundamental diretor, segundo o qual deve ser lido e interpretado todo o ordenamento jurídico brasileiro, constitui-se na cláusula geral da proteção da personalidade, uma vez ser a pessoa natural o primeiro e o último destinatário da ordem jurídica.<sup>124</sup>

Maria Celina Bodin de Moraes explica que a concepção da dignidade da pessoa humana como a cláusula geral<sup>125</sup> acaba com a discussão acerca da taxatividade<sup>126</sup> ou não do rol dos direitos da personalidade, se são apenas aqueles

<sup>123</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. Ampliando os direitos da personalidade. In: *Na medida da pessoa humana*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

<sup>124</sup> SZANIAWSKI, Elimar. Direitos da personalidade e sua tutela. 2ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 137.

<sup>125</sup> “Assim, a dignidade da pessoa humana foi assentada na Magna Carta com status de um dos fundamentos da República, ao lado da cidadania, da soberania, do pluralismo político e dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Nesse contexto, a dignidade configura-se como cláusula geral de tutela e promoção da personalidade, geradora de deveres positivos e negativos, a qual pressupõe que a pessoa seja concebida a partir de uma reflexão multidisciplinar. Isto é, a dignidade, no papel de princípio unificador do ordenamento jurídico, impõe que o olhar dirigido à pessoa seja capaz de englobar a integralidade do indivíduo, levando-se em conta o contexto social, econômico, cultural e as necessidades físicas e psíquicas de cada sujeito.” BODIN DE MORAES, Maria Celina; VIVEIROS DE CASTRO, Thamís Dalsenter. A autonomia existencial nos atos de disposição do próprio corpo. *Revista Pensar*, Fortaleza, vol. 19, n. 3, p. 784, set./dez. 2014. Disponível em: <[http://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/3433/pdf\\_1](http://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/3433/pdf_1)>. Acesso em 15 fev. 2018.

<sup>126</sup> “A propósito dos direitos da personalidade, um de seus aspectos mais interessantes, e problemáticos, consiste no fato de que se evidenciam sempre novas instâncias concernentes à personalidade do sujeito, não previstas nem previsíveis pelo legislador, de modo que estes interesses precisam ser tidos como uma categoria aberta. De fato, à uma identificação taxativa dos direitos da personalidade opõe-se a consideração de que a pessoa humana – e, portanto, sua personalidade – configura-se como um valor unitário, daí decorrendo o reconhecimento pelo ordenamento jurídico de uma cláusula geral a consagrar a proteção integral da sua personalidade, isto é, a pessoa globalmente considerada. O conceito é, então, elástico, abrangendo um número ilimitado de hipóteses; e somente encontra os limites postos na tutela do interesse de outras personalidades. Nessa medida, bem fez o legislador civil português ao optar pela cláusula geral de tutela, reconhecendo que a proteção dos direitos da personalidade, para ser eficaz, deve ser a mais ampla possível. O art. 70º, 1, do Código Civil português de 1966 declara: “A lei protege os indivíduos contra qualquer ofensa ilícita ou ameaça de ofensa à sua personalidade física ou moral”.

encontrados na Constituição da República e no Código Civil ou se a lista dos direitos da personalidade é exemplificativa, uma vez que o princípio da dignidade traz essa proteção integral da pessoa humana.<sup>127</sup>

Por outro lado, tampouco há que se falar exclusivamente em “direitos” (subjettivos) da personalidade, mesmo se atípicos, porque a personalidade humana não se realiza apenas através de direitos subjettivos, mas através de uma complexidade de situações jurídicas subjettivas que podem apresentar-se, como já referido, sob as mais diversas configurações: como poder jurídico, como direito potestativo, como interesse legítmo, pretensão, autoridade parental, faculdade, ônus, estado – enfim, como qualquer circunstância juridicamente relevante.<sup>128</sup>

A respeito das cláusulas gerais, Thamís Dalsenter Viveiros de Castro explica em seu livro *Bons Costumes no Direito Civil Brasileiro* que elas “assumiram um papel de destaque no Código Civil de 2002, sendo reverenciadas como importante mecanismo legislativo para melhor concretização dos enunciados normativos codificados.” A autora explica que no Código Civil de 2002<sup>129</sup> é possível verificar uma linguagem projetada para o futuro, mas que preserva “as diretrizes voltadas à segurança jurídica”, Essa linguagem aberta permite que a interpretação dos dispositivos seja realizada não apenas pelos elaboradores da lei, mas também por seus intérpretes. A projeção para o futuro, afirma a autora, aproximou a estrutura do Código Civil de 2002 à da Constituição da República de 1988, “vale dizer, um modelo estrutural que faz uso da linguagem aberta, por meio de conceitos indeterminados, e que, por tal razão, requer um ônus argumentativo ampliado por parte de seus intérpretes.”<sup>130</sup> Foi, portanto, no Código Civil de 2002 que as cláusulas gerais melhor desempenham

---

BODIN DE MORAES, Maria Celina. Ampliando os direitos da personalidade. In: *Na medida da pessoa humana*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

<sup>127</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. O princípio da dignidade humana. In: BODIN DE MORAES, Maria Celina. (Coord.). *Princípios do Direito Civil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Renovar: 2006, p. 02.

<sup>128</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. O princípio da dignidade humana. In: BODIN DE MORAES, Maria Celina. (Coord.). *Princípios do Direito Civil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Renovar: 2006, p. 02.

<sup>129</sup> “Ainda que o Código de 2002 padeça de muitos problemas linguísticos, até porque este é o ônus de todos os códigos que não sejam voltados para a disciplina das “ciências duras”, o fato é que sua elaboração foi guiada por preocupações maiores de cunho prático. Essa especial atenção sobre a conexão dos dispositivos legais do Código com a realidade pode ser desmembrada em dois vetores, segundo os quais (i) a linguagem deve ser clara e acessível para que as regras lá positivadas possam ser concretizadas nos diversos âmbitos de sua aplicação; e (ii) a linguagem deve ser projetada também para o futuro, de modo que a atualização dos sentidos normativos possa ser feita também pelo intérprete da lei, e não somente pelos seus elaboradores.” VIVEIROS DE CASTRO, Thamís Dalsenter. *Bons costumes no Direito Civil Brasileiro*. São Paulo: Almedina, 2017, p. 126

<sup>130</sup> VIVEIROS DE CASTRO, Thamís Dalsenter. *Bons costumes no Direito Civil Brasileiro*. São Paulo: Almedina, 2017, p. 126

as suas funções interpretativas, no sentido de melhor aplicar conceitos constitucionais às relações privadas, mesmo que seja possível encontra-las no Código Civil anterior, “isso porque a potencialidade das cláusulas gerais depende de um correspectivo axiológico que deve ser encontrado nos valores constitucionais.”<sup>131</sup>

Por isso é que as cláusulas gerais assumiram papel de destaque no Código Civil de 2002, sendo reverenciadas como importante mecanismo legislativo, voltadas para a melhor concretização dos enunciados normativos codificados. Contudo, não se tratava propriamente de inovação legislativa, uma vez que a presença da técnica legislativa das cláusulas gerais no ordenamento jurídico brasileiro já podia ser verificado desde 1970, quando se operou um importante movimento de abertura legislativa, o legislador se viu obrigado a recorrer a “critérios menos descritivos” para a elaboração de enunciados normativos.<sup>132</sup>

As cláusulas gerais permitem que os intérpretes possam englobar um maior número de casos à norma, isso porque, elas possuem conteúdo aberto, indeterminado e, por esse motivo, “a cláusula geral é frequentemente reportada como mecanismo que atua como ‘metanormas’”. O intérprete deve se valer de outros elementos, e não apenas nos normativos, para a aplicação das cláusulas gerais, tais como: tipologias sociais, usos e costumes. Por possuírem conteúdo indeterminado, é possível que o juiz adapte a norma ao caso concreto o que, a princípio, pode gerar “uma série de receios sobre como será preenchido o seu conteúdo de maneira a impedir que o seu uso sirva a particularismos indesejados”. Contudo, as cláusulas gerais, apesar do conteúdo aberto, encontram nos princípios hierarquicamente superiores os valores que as preencham, em especial aqueles que vislumbram uma maior tutela da pessoa em detrimento do patrimônio, como no presente caso, onde a cláusula geral de tutela da pessoa humana encontra respaldo no princípio da dignidade da pessoa humana.<sup>133</sup>

Dessa forma, revela-se conveniente que a doutrina, em sua análise prospectiva, das potencialidades interpretativas da lei, e retrospectiva crítica dos significados atribuídos pelo Judiciário, sinalize critérios, parâmetros e standards para o recurso às cláusulas gerais, conceitos indeterminados e princípios de forma coerente com o restante do ordenamento jurídico, em especial com a superioridade normativa do texto constitucional. A aplicação direta de normas de elevado grau de abstração exige um exercício de identificação de parâmetros a serem empregados na

<sup>131</sup> VIVEIROS DE CASTRO, Thamís Dalsenter. *Bons costumes no Direito Civil Brasileiro*. São Paulo: Almedina, 2017, p. 128.

<sup>132</sup> VIVEIROS DE CASTRO, Thamís Dalsenter. *Bons costumes no Direito Civil Brasileiro*. São Paulo: Almedina, 2017, p. 126-127.

<sup>133</sup> VIVEIROS DE CASTRO, Thamís Dalsenter. *Bons costumes no Direito Civil Brasileiro*. São Paulo: Almedina, 2017, p. 133-134.

especificação concreta do seu conteúdo, de maneira que a uniformidade e a segurança serão tanto maiores quanto mais se tiver avançado no consenso em torno destes parâmetros.<sup>134</sup>

Por essa razão, a cláusula geral de tutela da pessoa humana é utilizada como um norte de interpretação e de proteção aos direitos dos indivíduos. O Supremo Tribunal Federal afirmou e reafirmou na unanimidade dos votos dos ministros a posição preferencial do direito à liberdade de expressão se colocado em conflito com os direitos da personalidade, entretanto, os ministros não vislumbraram que ferir a intimidade de um indivíduo, é atingir não apenas um direito com previsão constitucional e infraconstitucional, mas é feri-lo em sua dignidade, que, como visto, deveria ter sido observada *a priori* pelo STF no momento do julgamento da chamada ADI das biografias não autorizadas, justamente por se tratar de um princípio norteador das relações humanas que “garante tutela especial e privilegiada a toda e qualquer pessoa humana, em suas relações extrapatrimoniais, ao estabelecer como princípio fundamental, ao lado da soberania e da cidadania, a dignidade humana”.<sup>135</sup>

Para Luís Roberto Barroso a dignidade humana não pode ser considerada um valor absoluto como visto de forma dominante da Alemanha, onde “prevalece em qualquer circunstância”, uma vez que, “como regra geral, não há espaços para direitos absolutos. Embora seja razoável afirmar que a dignidade humana normalmente deve prevalecer, existem situações inevitáveis em que ela terá que ceder”, mesmo que de forma parcial. Como exemplo para o seu posicionamento, o autor cita a condenação à prisão “após um procedimento condizente com o devido processo legal: neste caso, um componente importante da dignidade dessa pessoa – representado por sua liberdade de ir e vir – é restringido.”<sup>136</sup>

No entanto, apesar da dignidade não possuir caráter absoluto, assim como a liberdade de expressão, é certo que o princípio da dignidade da pessoa humana tem uma posição preferencial no momento da interpretação das leis e da

<sup>134</sup> SCHREIBER, Anderson; KONDER, Carlos Nelson. Uma agenda para o direito civil-constitucional. *Revista Brasileira de Direito Civil*. vol. 10, n. 04, p. 16, out./dez. 2016. Disponível em: <<https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/42>> Acesso em: 15 fev. 2018.

<sup>135</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. O Princípio da Dignidade Humana. In: BODIN DE MORAES, Maria Celina. (Coord.). *Princípios do Direito Civil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Renovar: 2006, p.02

<sup>136</sup> BARROSO, Luís Roberto. *A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial*. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 64.

ponderação de direitos, pois, como será visto a seguir, foi colocado pelo constituinte de 1988 como um fundamento da República, em razão da importância de garantir integralmente o projeto de livre desenvolvimento da personalidade. No exemplo citado por Barroso, o condenado à prisão só poderá ter seu direito de ir e vir restringido após o devido processo legal e garantida a sua ampla defesa e, mesmo durante o período em que se encontrar cumprindo a pena privativa de liberdade, o princípio da dignidade da pessoa humana ainda precisa ser observado. No caso das biografias não autorizadas, o biografado poderá ser atingido em sua dignidade quando elementos ou fatos de sua vida íntima forem revelados ao público à sua revelia, sem nem mesmo lhe ser garantido o direito de tentar evitar que a ameaça de lesão se concretize.

Pietro Perlingieri, ao tecer uma crítica a respeito da concepção dos direitos da personalidade como direitos subjetivos<sup>137</sup>, afirma que “a personalidade, portanto, não é um direito, mas sim, um valor (o valor fundamental do ordenamento) e está na base de uma série aberta de situações existenciais, nas quais se traduz a sua incessantemente exigência mutável de tutela”.<sup>138</sup> Os direitos da personalidade, deste modo, não estão relacionados à casos específicos e fechados, mas devem abranger situações ainda que atípicas, eis que, “tutelado é o valor da pessoa sem limites, salvo aqueles colocados no seu interesse e naqueles de outras pessoas.”<sup>139</sup>

É importante repetir e destacar a forma essencial como a liberdade de expressão merece ser tratada, por ser um direito caro em um Estado Democrático, no entanto, a liberdade de se expressar, quando utilizada para ferir a dignidade de um indivíduo, o que acontece se fatos íntimos de sua vida são relatados sem a sua

<sup>137</sup> “A esse respeito, é oportuno salientar que a noção de direito subjetivo pressupõe uma dualidade entre sujeito e objeto, de maneira que esta categoria jurídica é usualmente empregada na tutela das relações patrimoniais. Tradicionalmente, os direitos subjetivos servem, portanto, à tutela do ter, na qual se admite a relação de domínio entre o titular e o objeto, sendo inadequados a tutela do ser, onde a pessoa unificada não pode ser concebida através de fragmentações e binarismos.” VIVEIROS DE CASTRO, Thamís Dalsenter. *Corpo e autonomia: a interpretação do artigo 13 do Código Civil Brasileiro*. 2009. 161f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p. 87.

<sup>138</sup> PERLINGIERI, Pietro. *O direito civil na legalidade constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 764.

<sup>139</sup> PERLINGIERI, Pietro. *O direito civil na legalidade constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 765.

autorização ou conhecimento prévio, deve ser analisada diante do patamar superior que o próprio constituinte colocou a dignidade da pessoa humana.

Partindo da concepção Kantiana da dignidade “como valor intrínseco às pessoas humanas”, Maria Celina Bodin de Moraes constrói o conteúdo do princípio da dignidade humana relacionando-o com quatro outros subprincípios: a igualdade, a integridade física e moral, também chamada de psicofísica, a liberdade e a solidariedade, isso porque no princípio da igualdade encontramos um sujeito moral que “reconhece a existência dos outros como sujeitos iguais a ele”. Tais sujeitos são “merecedores do mesmo respeito à integridade psicofísica” que o primeiro sujeito moral é titular. A liberdade e a autodeterminação são encontradas no reconhecimento de que os sujeitos são dotados de vontade livre e, por fim, o princípio da solidariedade aponta para um sujeito que é parte de um grupo social “em relação ao qual tem a garantia de não vir a ser marginalizado.”<sup>140</sup>

A dignidade humana é parte do núcleo essencial dos direitos fundamentais, como a igualdade, a liberdade ou o direito ao voto (o qual, a propósito, não está expresso no texto da Constituição dos Estados Unidos). Sendo assim, ela vai necessariamente informar a interpretação de tais direitos constitucionais, ajudando a definir o seu sentido nos casos concretos. Além disso, nos casos envolvendo lacunas no ordenamento jurídico, ambiguidades do direito, colisões entre direitos fundamentais e tensões entre direitos e metas coletivas, a dignidade humana pode ser uma boa bússola na busca da melhor solução.<sup>141</sup>

O princípio da igualdade relaciona-se ao da dignidade humana ao não permitir que os indivíduos sejam tratados de forma discriminatória, mas sim, que todos tenham os mesmos direitos, principalmente diante da visão de igualdade substancial, onde as diferenças de cada indivíduo são observadas não para que seja discriminado, mas para garantir que cada diferença seja respeitada, “esta ideia parte do princípio de que, em lugar de reivindicar uma ‘identidade humana comum’, é preciso que sejam contempladas, desde sempre, as diferenças existentes entre as pessoas.”<sup>142</sup>

A forma de violação por excelência do direito à igualdade, ensejadora de danos morais, traduz-se na prática de tratamentos discriminatórios, isto é, em proceder a diferenciações sem fundamentação jurídica (*ratio*), sejam elas baseadas em sexo,

<sup>140</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. O princípio da dignidade da pessoa humana. In: *Na medida da pessoa humana*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010, p. 85.

<sup>141</sup> BARROSO, Luís Roberto. *A dignidade da pessoa humana no Direito Constitucional contemporâneo*. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 66.

<sup>142</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. O princípio da dignidade da pessoa humana. In: *Na medida da pessoa humana*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010, p. 88.

raça, credo, orientação sexual, nacionalidade, classe social, idade, doença, entre outras. Do ponto de vista teórico, pois, os grandes questionamentos passaram a ter por objeto a validade das políticas de ação afirmativa, a legitimidade de especial proteção (ou ‘favorecimento’) dada a grupos, minoritários ou não; o respeito à cultura das minorias.<sup>143</sup>

A integridade psicofísica garante à pessoa humana a proteção de diversos direitos da personalidade, como o “vida, nome, imagem, honra, privacidade, corpo e identidade pessoal” como um amplo direito à saúde, tanto física quanto psíquica. Nesse caso, é possível encontrar vários exemplos, como congelamento de embriões, atos de disposição do próprio corpo, privacidade no que tange a informações médicas, mudança de sexo e tantas outras questões envolvendo a biomedicina e a biotecnologia.<sup>144</sup> Para o presente trabalho, pode-se relacionar a publicação das biografias não autorizadas, que ao atingirem os direitos existenciais como a imagem, a honra ou a privacidade, acabam por ferir a dignidade humana daquela pessoa retratada e colocar em risco a sua integridade psíquica com a divulgação de informações que, para ela, são de esfera íntima.

Também faz parte do conteúdo da dignidade humana o direito à liberdade que, conforme Maria Celina Bodin de Moraes explica, era considerado sinônimo apenas de autonomia privada patrimonial para o direito civil tradicional, pois ao indivíduo era dada a liberdade desde que este possuísse bens para contratar, testar, enfim, para exercer os atos de proprietário, que era visto como o verdadeiro protagonista do Código Civil. O movimento de repersonalização e despatrimonialização do direito civil, fez com que as questões existenciais fossem observadas além do patrimônio, colocando a pessoa humana no centro de todo o ordenamento jurídico.

Tendo em vista que os textos constitucionais em questão consagram um viés prioritariamente personalista, a superioridade normativa da Constituição e a unidade do sistema com base nesses valores conduziram ao que se costuma referir por primazia do “ser” sobre o “ter”, ou “despatrimonialização do direito civil”. Não se pode entender, contudo, se tratar de segregação entre os interesses ou mera primazia: trata-se de uma diferenciação de instrumentos normativos para a realização da dignidade da pessoa humana, como explica Pietro Perlingieri: “Não é suficiente, portanto, insistir na afirmação da importância dos ‘interesses da personalidade no direito privado’; é preciso predispor-se a reconstruir o Direito Civil não com uma redução ou um aumento da tutela das situações patrimoniais,

<sup>143</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. O princípio da dignidade da pessoa humana. In: *Na medida da pessoa humana*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010, p. 88.

<sup>144</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. O princípio da dignidade da pessoa humana. In: *Na medida da pessoa humana*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010, p. 96.

mas com uma tutela qualitativamente diversa”. Não há, assim, segregação entre os dois tipos de situação, mas funcionalização do ter ao ser.<sup>145</sup>

Neste sentido, despatrimonializar “não significa esvaziar a carga valorativa da tutela dos interesses patrimoniais, mas sim de funcionalizá-la de modo que sejam asseguradas as condições materiais para o desenvolvimento da personalidade<sup>146,147</sup> Thamís Dalsenter Viveiros de Castro aponta que, neste caso, a patrimonialidade existiria não voltada para si, mas vislumbrando os valores existenciais.<sup>148</sup> Pietro Perlingieri, em sua obra *Perfis do Direito Civil*, afirma, por sua vez, que, com a despatrimonialização<sup>149</sup> “se operou uma opção que, lentamente, se vai concretizando, entre personalismo (superação do individualismo) e patrimonialismo (superação da patrimonialidade fim em si mesma, do produtivismo, antes, e do consumismo, depois, como valores).”<sup>150</sup>

A autonomia, antes observada como uma autonomia patrimonial “alicerçada na concepção jurídica da personalidade como atributo do sujeito de direito capaz de realizar livremente negócios jurídicos” hoje, no direito civil contemporâneo, pode-se falar em autonomia existencial “como expressão da força normativa do

<sup>145</sup> SCHREIBER, Anderson; KONDER, Carlos Nelson. Uma agenda para o direito civil-constitucional. *Revista Brasileira de Direito Civil*. vol. 10, n. 04, p. 16, out./dez. 2016. Disponível em: <<https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/42>> Acesso em: 15 fev. 2018.

<sup>146</sup> VIVEIROS DE CASTRO, Thamís Dalsenter. *Corpo e autonomia: a interpretação do artigo 13 do Código Civil Brasileiro*. 2009. 161f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p. 60.

<sup>147</sup> “Significa dizer, em primeiro lugar, que qualquer lei que, mesmo cumprindo os ditames constitucionais específicos para certas matérias, como por exemplo o art. 199 da CF, em matéria de transplante —, desatendesse a preocupação do legislador constituinte relativamente à realização da personalidade e à dignidade da pessoa humana, padeceria do vício da inconstitucionalidade: não há condições ou requisitos legais destinados a promover e incentivar a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplantes que possam desconsiderar o valor máximo do ordenamento constitucional brasileiro, ou seja, a pessoa humana e o desenvolvimento de sua personalidade” TEPEDINO, Gustavo. A tutela da personalidade no ordenamento civil-constitucional brasileiro. In: *Temas de Direito Civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

<sup>148</sup> VIVEIROS DE CASTRO, Thamís Dalsenter. *Corpo e autonomia: a interpretação do artigo 13 do Código Civil Brasileiro*. 2009. 161f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p. 60.

<sup>149</sup> Segundo Maria Celina Bodin de Moraes: “A incorporação dos valores personalistas à aplicação do direito civil impede a sua aplicação tecnicista e conservadora em decorrência do movimento de despatrimonialização do direito civil. Este movimento, por ser guiado (rectius, imposto) pelas normas constitucionais, deve prevalecer sobre a aplicação lógico-mecânica dos institutos clássicos (“romanistas”) do direito civil, sob pena de preponderar uma alegada racionalidade técnica e científica (embora mascaradamente política) sobre o princípio da democracia constituinte.” BODIN DE MORAES, Maria Celina. A utilidade dos princípios na aplicação do direito. Editorial. *Civilistica.com*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 1, jan./mar. 2013. Disponível em: <<http://civilistica.com/utilidade-principios/>>. Acesso em: 16 fev. 2018

<sup>150</sup> PERLINGIERI, Pietro. *Perfis do Direito Civil: Introdução ao Direito Civil Constitucional*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, p. 33.

princípio da dignidade da pessoa humana nas relações jurídicas no âmbito privado.”<sup>151</sup>

O princípio da liberdade individual consubstancia-se, hoje, numa perspectiva de **privacidade, intimidade e livre exercício da vida privada**. Liberdade significa, cada vez mais, poder realizar, sem interferências de qualquer gênero, as próprias escolhas individuais – mais: o próprio projeto de vida, exercendo-o como melhor convier.<sup>152</sup> (grifou-se)<sup>153</sup>

Mais uma vez a vida privada e a intimidade são encontradas no conceito de dignidade humana, tanto no princípio da integridade psicofísica quanto na liberdade. Isso mostra a importância de garantir que as pessoas possam ter acesso a mecanismos que permitam manter em sua esfera íntima parte de suas informações.

Do ponto de vista da garantia constitucional, portanto, o conteúdo da liberdade individual, no que se refere às decisões pessoais, é um espaço, uma possibilidade de escolha que pode se expressar em modos variados: é liberdade tanto a possibilidade de realizar tudo o que não é proibido, como a exigência de não intervenção na vida privada do indivíduo, ou ainda a possibilidade da autodeterminação ou obediência a si mesmo (isto é, a seu próprio regulamento). A possibilidade de escolha precisa ser assegurada, seu conteúdo é que deve ser escolhido pelo indivíduo. É como se tratasse de um “espaço vazio” que a lei tem que garantir para que possa vir a ser preenchido individualmente.<sup>154</sup>

Por fim, o princípio da solidariedade também faz parte do conceito de dignidade humana, uma vez que “os direitos só podem ser exercidos em contextos sociais, contextos nos quais se dão as relações entre as pessoas, seres humanos ‘fundamentalmente organizados’ para viverem uns em meio aos outros.” À solidariedade, em conjunto com a dignidade humana e com a igualdade substancial, foi atribuído pelo constituinte de 1988 o calor de fundamento do nosso Estado Democrático de Direito, em busca de uma “igual dignidade social”. Nas palavras de Maria Celina Bodin de Moraes, “o princípio constitucional da solidariedade identifica-se, desse modo, como o conjunto de instrumentos

<sup>151</sup> VIVEIROS DE CASTRO, Thamís Dalsenter. *Corpo e autonomia: a interpretação do artigo 13 do Código Civil Brasileiro*. 2009. 161f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p. 56-58.

<sup>152</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. O princípio da dignidade da pessoa humana. In: *Na medida da pessoa humana*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010, p. 108.

<sup>153</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. O princípio da dignidade da pessoa humana. In: *Na medida da pessoa humana*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010, p. 108.

<sup>154</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina *apud* VIVEIROS DE CASTRO, Thamís Dalsenter. *Corpo e autonomia: a interpretação do artigo 13 do Código Civil Brasileiro*. 2009. 161f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p. 61.

voltados para garantir uma existência digna, comum a todos, numa sociedade que se desenvolva como livre e justa.”<sup>155</sup>

Ainda sobre a composição do princípio da dignidade humana, Luís Roberto Barroso afirma não ser uma tarefa fácil trazer um conteúdo transnacional ao princípio, no entanto, para trazer uma objetividade maior ao princípio, o autor entende ser necessário construir um conteúdo mínimo para o conceito que abrange “1. o valor intrínseco de todos os seres humanos; 2. A autonomia de cada indivíduo; 3. Limitada por algumas restrições legítimas impostas a ela em nome de valores sociais ou interesses estatais (valor comunitário).” Esses elementos são analisados sob a perspectiva filosófica laica, neutra e universalista.<sup>156</sup>

O valor intrínseco é o valor que cada ser humano possui em razão das características comuns a todos “e que lhes confere um status especial e superior no mundo, distinto do de outras espécies”. Não é um valor atribuído, que pode ser concedido ou retirado, mas que faz parte da característica humana e não tem preço, estando presente em todo e qualquer ser humano, independentemente, inclusive, de razão, uma vez que “a singularidade da natureza humana é uma combinação de características e traços inerentes que incluem inteligência, sensibilidade e capacidade de se comunicar”. Apesar desse valor intrínseco aos seres humanos que os diferencia das demais espécies não lhes dá o poder de agir com “arrogância e indiferença em relação à natureza em geral, incluindo os animais irracionais, que possuem sua própria espécie de dignidade.”<sup>157</sup>

A partir do valor intrínseco é possível encontrar uma série de direitos inerentes à pessoa humana: em primeiro lugar, o direito à vida “uma pré-condição básica para que o desfrute de qualquer outro direito”, o direito à igualdade que proíbe a discriminação em relação à “raça, cor, etnia ou nacionalidade, sexo, idade ou capacidade mental e no respeito pela diversidade cultural, linguística ou religiosa”. O direito à integridade física e psíquica também é abrangido pelo valor intrínseco à pessoa humana como, a título de exemplo, a proibição de torturas. O

<sup>155</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. O princípio da dignidade da pessoa humana. In: *Na medida da pessoa humana*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010, p. 111.

<sup>156</sup> BARROSO, Luís Roberto. *A dignidade da pessoa humana no Direito Constitucional contemporâneo*. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 72.

<sup>157</sup> BARROSO, Luís Roberto. *A dignidade da pessoa humana no Direito Constitucional contemporâneo*. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 77.

autor chama a atenção para o fato de que em muitos países de tradição do *civil law* na Europa, o direito à integridade psíquica abrange o direito à honra, à imagem e a privacidade, principais temas do debate deste trabalho.<sup>158</sup>

Como segundo elemento do conceito de dignidade humana, a autonomia é vista como o elemento ético pois “é o fundamento do livre arbítrio dos indivíduos, que lhes permite buscar a sua própria maneira, o ideal de viver bem e de ter uma vida boa.”. A autonomia é a autodeterminação que cada pessoa tem de reger a sua vida segundo seus próprios valores e desejos. A autonomia compreende os conceitos de razão para tomar decisões informadas, independência como “ausência de coerção, de manipulação e de privações existenciais” e escolha diante da “existência real de alternativas”.<sup>159</sup>

A autonomia, portanto, corresponde à capacidade de alguém tomar decisões e de fazer escolhas pessoais ao longo da vida, baseadas na sua própria concepção de bem, sem influências externas indevidas. Quanto às suas implicações jurídicas, a autonomia está subjacente a um conjunto de direitos fundamentais associados com o constitucionalismo democrático, incluindo as liberdades básicas (autonomia privada) e o direito à participação política (autonomia pública).<sup>160</sup>

A autonomia de que fala o autor no seu conceito de dignidade humana é a autonomia existencial onde o indivíduo tem o direito de fazer escolhas de vida de acordo com o próprio entendimento, são questões existenciais e pessoais como a escolha de uma religião ou um estilo de vida. A autonomia também se mostrará importante no próximo tópico quando tratarmos de autodeterminação informativa, ou a autonomia que as pessoas têm de tentar manter o controle de suas próprias informações, por essa razão a autonomia é tão importante para a dignidade humana.

Por fim, como terceiro elemento do conceito de dignidade humana está o valor comunitário, “também chamado de dignidade como restrição ou dignidade como heteronomia, representa o elemento social da dignidade.” O homem não vive só, mas em sociedade e em razão disso é possível identificar “os compromissos, valores e crenças compartilhadas de um grupo social e as normas

<sup>158</sup> BARROSO, Luís Roberto. *A dignidade da pessoa humana no Direito Constitucional contemporâneo*. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 78.

<sup>159</sup> BARROSO, Luís Roberto. *A dignidade da pessoa humana no Direito Constitucional contemporâneo*. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 82.

<sup>160</sup> BARROSO, Luís Roberto. *A dignidade da pessoa humana no Direito Constitucional contemporâneo*. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 82.

impostas pelo Estado”. Tanto esses valores compartilhados entre grupos quanto a ação do Estado limitam a autonomia do indivíduo.<sup>161 162</sup>

A dignidade como valor comunitário enfatiza, portanto, o papel do Estado e da comunidade no estabelecimento de metas coletivas e restrições sobre direitos e liberdades individuais em nome de certa concepção de vida boa. A questão relevante aqui é saber em quais circunstâncias e em que grau essas ações devem ser consideradas legítimas em uma democracia constitucional.<sup>163</sup>

Apesar de limitar a autonomia das pessoas, essa limitação existe para que a dignidade de terceiros e do próprio indivíduo possa ser resguardada, além da proteção dos valores sociais que são compartilhados entre as pessoas daquele grupo. Ou seja, a limitação do exercício do direito à liberdade de expressão em relação a determinadas informações nas biografias não autorizadas encontra respaldo no valor comunitário retirado do conceito do princípio da dignidade da pessoa humana. Para determinadas informações, a autodeterminação informativa do biografado merece ser protegida em detrimento da liberdade de informar do biógrafo.

Os dois autores, portanto, seguem uma linha comum no sentido de carregar a dignidade humana de um conceito envolvendo a igualdade entre os seres humanos, a importância do direito à integridade psicofísica, a autonomia ou liberdade e o valor social, ou a solidariedade, que nos permite usufruir dos nossos direitos, mas sempre observando os direitos dos demais. Dessa forma, a dignidade humana está ligada principalmente aos direitos existenciais dos indivíduos, destacando a privacidade e intimidade, presentes nos dois conceitos apresentados.

<sup>161</sup> BARROSO, Luís Roberto. *A dignidade da pessoa humana no Direito Constitucional contemporâneo*. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 88.

<sup>162</sup> Barroso traz uma diferenciação da dignidade humana: como princípio e como direito fundamental. O autor entende que a dignidade humana não deve ser vista como um direito constitucional autônomo, apesar das semelhanças existentes entre os direitos e os princípios. A dignidade não deve ser considerada como um direito em si justamente porque ela faz parte de outros diferentes direitos, se assim não fosse, ela poderia ser ponderada quando colocada em conflito com outro direito fundamental, o que enfraqueceria a sua posição. Como princípio a dignidade humana pode ser ponderada quando em conflito com outros princípios ou metas coletivas, é certo que a sua posição é preferencial, mas ela nem sempre prevalecerá. Isso porque, o conteúdo da dignidade humana está além daqueles direitos com previsão expressa no ordenamento, como o exemplo citado pelo autor do direito ao voto, mas abraça todas as questões envolvendo os direitos existenciais da pessoa humana, como uma cláusula geral que tem como objetivo a proteção integral de cada indivíduo, sua individualidade, autonomia e demais questões. BARROSO, Luís Roberto. *A dignidade da pessoa humana no Direito Constitucional contemporâneo*. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 66.

<sup>163</sup> BARROSO, Luís Roberto. *A dignidade da pessoa humana no Direito Constitucional contemporâneo*. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 88.

Como já mencionado, a cláusula geral de tutela da dignidade humana garante a proteção integral da pessoa humana, inclusive dos chamados direitos da personalidade que, além de estarem previstos no ordenamento jurídico, estão também relacionados a esse importante princípio, justamente em razão da ligação com as questões existenciais dos indivíduos. Pietro Perlingieri afirma que “o fato de a personalidade ser considerada como valor unitário, tendencialmente sem limitações, não impede que o ordenamento preveja, autonomamente, algumas expressões mais qualificantes”, o autor cita como exemplos o direito à saúde, ao estudo e ao trabalho, direitos esses com previsão expressa no ordenamento jurídico italiano.<sup>164</sup>

No caso das biografias não autorizadas, os direitos existenciais dos biografados são colocados em conflito com o direito à liberdade de expressão do biógrafo. Apesar destes direitos existenciais não fazerem parte de uma lista taxativa de direitos, mas advindos de uma cláusula geral que protege de forma integral a pessoa, é possível vislumbrar e identificar alguns desses direitos que correm risco de lesão no momento da publicação de uma biografia não autorizada.

O direito à honra é um exemplo de direito da personalidade que não possui artigo próprio no Código Civil, mas é possível encontra-lo em outros dispositivos, pois a “sua proteção acabou mesclada com outros atributos da pessoa humana, como o nome e a imagem”<sup>165</sup>. No caso do nome, o artigo 17, ao prevê-lo, está, na verdade, procurando resguardar “não o uso do nome em si, mas a honra daquele cujo nome é empregado sem prévia autorização. O nome foi aí captado não como direito independente, mas como instrumento de lesão à boa fama e à respeitabilidade da pessoa no meio social”.<sup>166</sup> O mesmo acontece no artigo 20 do Código Civil, em que o direito à honra pode ser encontrado na proteção ao direito à imagem, ou seja, apesar de ser considerado um direito autônomo, o direito à honra carece de dispositivo próprio.

O Código Civil deveria ter separado melhor as fronteiras entre o direito à honra e os outros direitos da personalidade. A confusão não se deve, contudo, a um

<sup>164</sup> PERLINGIERI, Pietro. *O direito civil na legalidade constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 765.

<sup>165</sup> SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. São Paulo: Atlas, 2013, p. 74.

<sup>166</sup> SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. São Paulo: Atlas, 2013, p. 74.

desprestígio do direito à honra. Muito ao contrário: só a forte influência histórica da tutela da honra explica, por exemplo, a menção à honra no tratamento do direito de imagem, direito ao qual a maior parte da doutrina e da jurisprudência não reconhecia autonomia na década de 1970, época da elaboração do projeto que deu ensejo ao Código Civil. A miscelânea não advém, portanto, de uma negação do direito à honra, mas da insistência em enxergá-lo como fundamento de outros direitos cuja independência só anos mais tarde viria a ser reconhecida.<sup>167</sup>

O direito a honra é resguardado no ordenamento brasileiro tanto no direito civil, através da cláusula geral de proteção de pessoa humana e dos dispositivos acima mencionados, quanto no direito penal, no capítulo V, inteiramente dedicado à previsão de tipos penais para a proteção do bem jurídico honra. Neste capítulo há a previsão dos crimes de calúnia, difamação e injúria, artigos 138, 139 e 140, respectivamente<sup>168</sup> e, apesar de o direito penal não ser o foco do presente trabalho, importante mencionar que no crime de injúria o legislador coloca a dignidade como um dos elementos do tipo penal que, caso ferida, o autor da ação recai no crime de injúria.

Fernanda Nunes Barbosa faz uma reflexão a respeito dos crimes contra a honra e a publicação de biografias não autorizadas. Para a autora, o editor de uma biografia e os demais profissionais envolvidos na publicação não merecem recair no delito de calúnia, do mesmo modo, apesar de o Código Penal trazer a previsão da possibilidade da ocorrência do crime de calúnia *post mortem* no §2º do artigo 138, afirma que a publicação de uma história de vida que ofendeu alguém já

<sup>167</sup> SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. São Paulo: Atlas, 2013, p. 74.

<sup>168</sup> Calúnia Art. 138 – Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime: Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa. §1º - Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou divulga. §2º - É punível a calúnia contra os mortos. Exceção da verdade §3º- Admite-se prova da verdade, salvo: I - se, constituindo o fato imputado como crime de ação privada, o ofendido não foi condenado por sentença irrecorrível; II- se o fato é imputado a qualquer das pessoas indicadas no nº I do artigo 141; III – se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.

Difamação Art. 139 – Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação: Pena – detenção de três meses a um ano, e multa. Exceção da verdade Parágrafo único – a exceção da verdade somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções. Injúria Art. 140 – Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro. Pena – detenção de um a seis meses, ou multa. §1º - O juiz pode deixar de aplicar a pena: I – quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria; II – no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria. §2º - Se a injúria consiste em violência ou vias de fato, que, por sua natureza ou pelo meio empregado se considerem aviltantes: Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência. §3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: Pena – reclusão de um a três anos e multa. BRASIL. Código penal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)>. Acesso em: 12 jan. 2018.

falecido, atribuindo-lhe falsamente a autoria de um fato criminoso, também não deve ensejar nas punições penais previstas.<sup>169</sup>

E um primeiro argumento para afastarmos a penalização encontra-se no fato de que a tendência contemporânea tem sido a de ampliar os espaços ocupados pela responsabilidade civil e diminuir o terreno da responsabilização penal, forte na ideia de um direito penal mínimo.<sup>170</sup>

Da mesma forma, a autora menciona o dolo direto, de saber ser falsa a imputação para caracterizar o delito de calúnia, além de destacar o artigo 142 do Código Penal que afirma que “não constituem injúria ou difamação punível (...) II – a opinião desfavorável da crítica literária, artística ou científica, salvo quando inequívoca a intenção de injuriar ou difamar”.<sup>171</sup>

De fato, na configuração do crime contra a honra existe a necessidade da presença de um dolo específico de feri-la, no entanto, quando se fala de um direito penal mínimo em razão de uma maior abrangência do direito civil<sup>172</sup> é preciso deixar que o direito civil possa agir. Ao falar que os biógrafos, editores e demais profissionais não recaem nos crimes contra a honra diante da necessidade de um dolo específico de ofender e que as biografias foram excetuadas da configuração do tipo penal diante do disposto no inciso II do artigo 142 do Código Penal, as mesmas regras, no entanto, não valem para o direito civil que, caso o indivíduo se sinta ofendido em sua honra com a publicação de algum fato específico, pode buscar o judiciário para a resolução do conflito. O que a autora Fernanda Nunes

<sup>169</sup> BARBOSA, Fernanda Nunes. *Biografias e liberdade de expressão*: Critérios para a publicação de histórias de vida. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2016, p. 156.

<sup>170</sup> BARBOSA, Fernanda Nunes. *Biografias e liberdade de expressão*: Critérios para a publicação de histórias de vida. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2016, p. 156.

<sup>171</sup> BARBOSA, Fernanda Nunes. *Biografias e liberdade de expressão*: Critérios para a publicação de histórias de vida. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2016, p. 156.

<sup>172</sup> É a ideia de uma aplicação subsidiária do Direito Penal e ampliação de demais áreas do direito como o direito civil e o direito administrativo e essa “razão da aplicação subsidiária do Direito Penal se justifica devido à própria drasticidade de sua intervenção, além das consequências malélicas, como, por exemplo, o caráter estigmatizante da pena, conforme será visto mais adiante. As condutas menos gravosas ficam, então, a cargo de outros ramos do ordenamento jurídico, como por exemplo o Direito Civil e o Direito Administrativo.” TELLES, Juliana Maria Martins. *Direito Penal Mínimo*: a influência da tutela penal mínima no combate à criminalidade. 2010. 76f. Monografia (Especialização em Direito Penal e Direito Processual Penal) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010, p. 14.

Sobre o direito penal mínimo e a dignidade humana: - “O Direito penal Mínimo é, sem nenhuma margem de dúvida, a correta representação do Direito Penal de um Estado Democrático de Direito, laico, pluralista, respeitador do direito à diferença, em suma, de um modelo político social que tenha o ser humano - e sua dignidade - como centro fulcral da organização estatal” FRANCO, Alberto Silva *apud* TELLES, Juliana Maria Martins. *Direito Penal Mínimo*: a influência da tutela penal mínima no combate à criminalidade. 2010. 76f. Monografia (Especialização em Direito Penal e Direito Processual Penal) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010, p. 27.

Barbosa afirma é que, apesar de existirem biografias criadas com a intenção de injuriar ou difamar alguém, essa intenção não deve ser presumida e o ofendido deve prova-la em juízo.<sup>173</sup>

Um exemplo de biografia que atingiu a honra da pessoa ali relatada foi a de Virgulino Ferreira, o Lampião, na obra “Lampião, o mata sete” de autoria de Pedro de Moraes Silva, onde foram relatadas questões íntimas, tanto de Lampião, quanto de sua esposa Maria Dea dos Santos, conhecida como Maria Bonita. A sentença de primeiro grau da 7ª Vara Cível de Aracaju foi favorável à filha do casal, autora da ação, e proibiu o biógrafo de “publicar, veicular, expor publicamente, vender, doar onerosa ou gratuitamente a obra” que, por sua vez, recorreu da decisão e o Tribunal de Justiça de Sergipe reformou a sentença, a fim de permitir a circulação da obra biográfica.

A meu ver, afirmar a homossexualidade de um homem público, nos tempos modernos, ainda que tal figura seja o símbolo de masculinidade de uma época, não configura qualquer demérito ou agressão moral, muito menos ofende-lhe a honra ou a reputação.

O que não se mostra crível é que, em pleno século XXI, aplicadores do direito ainda discutam a “licitude” da homossexualidade, ou utilizem afirmações infundadas sobre ser ela uma “opção” do indivíduo, quando se sabe ser verdadeira “condição”, ou até mesmo comparem a homossexualidade à opção de fumar, de torcer para determinado clube de futebol ou por determinada escola de samba.

Ademais, mostrasse, no mínimo, curioso o fundamento da recorrida para querer impedir a divulgação do livro em questão com base na invasão de privacidade do famoso Cangaceiro, ao afirmar que ele seria homossexual, quando em contrapartida, não há qualquer irresignação da autora ao fato de a obra questionada chama-lo de “Monstro Lampião”, em alusão às “perversas atrocidades” por ele praticadas, e relatadas em outros tantos escritos, dando a entender que chamar alguém de homossexual fosse mais agressivo à sua honra, do que chama-lo de criminoso.<sup>174</sup>

Quanto aos direitos da personalidade após a morte dos retratados nas biografias, o tema será analisado com mais profundidade no próximo capítulo. Mas é possível afirmar, desde já, que no exemplo acima mencionado, onde herdeiros do casal Maria Bonita e Lampião questionam no Poder Judiciário a

<sup>173</sup> BARBOSA, Fernanda Nunes. *Biografias e liberdade de expressão: Critérios para a publicação de histórias de vida*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2016, p. 156.

<sup>174</sup> SERGIPE. Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº 201415770. Apelante: Pedro de Moraes Silva. Apelado: Expedita Ferreira Nunes. Relator: Desembargador Cezário Siqueira Neto. Aracaju, 30 set. 2014. Disponível em: <[http://www.tjse.jus.br/tjnet/jurisprudencia/relatorio.wsp?tmp\\_numprocesso=201200213096&tmp\\_numacordao=201415770&tmp.expressao=lampiao](http://www.tjse.jus.br/tjnet/jurisprudencia/relatorio.wsp?tmp_numprocesso=201200213096&tmp_numacordao=201415770&tmp.expressao=lampiao)>. Acesso em: 13 jan. 2018.

lesão à privacidade e honra dos seus pais e diante da resposta do Desembargador de que o fato de ter sido chamado de monstro na biografia fere ainda mais a honra de Lampião do que a publicação de fatos íntimos de sua vida, defende-se, neste trabalho, que são informações de naturezas diversas, ou seja, a sexualidade de Lampião é uma informação íntima do biografado e cabe a ele decidir se gostaria de dividir tal informação com os leitores, por outro lado, as atrocidades relatadas nas obras que geraram o apelido de “monstro” não são informações restritas à esfera privada, ao contrário, são carregadas de interesse público e devem ser divulgadas e informadas. O interesse público também será objeto de análise no capítulo seguinte.

A biografia do cantor Roberto Carlos (Roberto Carlos em detalhes), escrita por Paulo Cesar de Araújo, é um dos exemplos mais recentes de biografias não autorizadas que culminaram em ações judiciais. Roberto Carlos, alegando violação a direitos da personalidade, em especial a honra e a privacidade, promoveu ações tanto na esfera cível quanto na criminal, reservando o juízo criminal apenas ao autor da obra e não às demais pessoas que participaram da publicação, que foram acrescentadas à queixa-crime após manifestação do Ministério Público paulista. Como consequência, as cópias do livro foram retiradas de circulação sob pena de multa por dia que permanecessem disponíveis ao público para compra<sup>175</sup>

Igualmente importante, o direito à imagem também pode ser atingido com a publicação de biografias. Direito autônomo, apesar de muitas vezes ser analisado em conjunto com o direito à honra, o direito à imagem garante que o indivíduo possa ter certo controle sobre os locais em que a sua imagem será veiculada. Anderson Schreiber afirma que o direito à imagem não é um direito absoluto e deve ser analisado em conjunto com os demais direitos que possam entrar em conflito, como o direito à liberdade de expressão e informação. Um político em um palanque discursando ou uma atriz que posa para a foto permitem, com o seu comportamento tácito, a utilização daquelas imagens, contudo, “em uma sociedade caracterizada pela presença constante da mídia e pelo anseio de

---

<sup>175</sup> O autor Paulo Cesar de Araújo contou a sua história com a publicação da biografia não autorizada “Roberto Carlos, em detalhes” no livro “O réu e o rei. Minha história com Roberto Carlos, em detalhes” onde narra o processo criativo, a publicação e as ações nas esferas cível e criminal que resultaram na retirada de circulação da obra biográfica.

exposição pública, a necessidade de consentimento inequívoco de retratado deve continuar a ser vista como regra, nunca como exceção.”<sup>176</sup>

O direito à imagem independe, portanto, do direito à honra. Enquanto o último diz respeito à reputação da pessoa em seu meio social, o direito à imagem exprime o controle que cada pessoa humana detém sobre “qualquer representação audiovisual ou tátil” da sua individualidade. (...) O uso não consentido da representação externa da pessoa configura, por si só, violação ao direito de imagem, cuja autonomia vem reconhecida no artigo 5º, inciso X, da Constituição da República.<sup>177</sup>

Antes de o direito à imagem ser considerado um direito autônomo por grande parte dos autores, algumas teorias ou negavam a sua existência ou o atrelavam à algum outro direito da personalidade para que fosse protegido. A primeira, chamada de teoria negativista, entendia que o direito à imagem não carecia de proteção pois, de acordo com Paollo Vercellone “não se poderia afirmar que existe a imagem de uma pessoa, mas um indefinido número de imagens, relativas todas ao mesmo corpo, tantas imagens diferentes para cada corpo terá sido visto no futuro por outras pessoas.”, essa teoria não encontra mais espaço nos dias atuais.<sup>178</sup>

Superada a teoria negativista, outras teorias vinculavam o direito à imagem a outros direitos, principalmente o direito à honra e à intimidade. A teoria que relaciona o direito à imagem com o direito à honra, vê aquele direito como faceta deste, “que pode ser ofendido de diversos modos, não só com a fotografia não consentida, como suas reproduções não autorizadas, sem olvidar as hipóteses em que a figura é exteriorizada ou apanhada em atitude inconveniente.”<sup>179</sup>

No entanto, como visto anteriormente, o conceito amplo de direito à imagem atinge também a imagem dinâmica do indivíduo, que ocorre quando sua imagem é relacionada de alguma forma a características contrárias ao modo como o próprio indivíduo se exterioriza em sociedade. Não necessariamente o uso

<sup>176</sup> SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. São Paulo: Atlas, 2013, p. 106.

<sup>177</sup> SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. São Paulo: Atlas, 2013, p. 106.

<sup>178</sup> VENDRUSCOLO, Wesley. *Direito à própria imagem e sua proteção jurídica*. 2008. 174f. Dissertação (Mestrado em Direito). Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008, p. 88. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/16704/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Vers%C3%A3o%20Final.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

<sup>179</sup> NETTO, Domingos Franciulli. A proteção ao Direito à imagem e a Constituição Federal. *Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva*, vol. 16, n. 1, p. 23, jan./jul. 2004. Disponível em: <[www.stj.jus.br/publicacaoainstitucional/index.php/informativo/article/download/442/400](http://www.stj.jus.br/publicacaoainstitucional/index.php/informativo/article/download/442/400)>. Acesso em: 20 jul. 2017.

indevido da imagem precisa atingir a honra do sujeito para atingir a sua imagem-atributo, pois, a ele podem ser adicionadas características diferentes das que demonstra ter, mas que de modo algum afete a sua honra. Logo, o direito à imagem é autônomo do direito à honra.

A pessoa pode optar por abrir mão daquela pequena parte de sua intimidade ao consentir com a divulgação sem fins lucrativos de sua imagem, mas, isso não significa que o consentimento também envolva outras formas de divulgação. Se aquela imagem for veiculada de forma diversa do consentido ocorrerá lesão à imagem, e não à intimidade, que já tinha sido aberta com a autorização para a divulgação. Nada obsta que o direito à imagem possa ser relacionado com outro direito da personalidade, é possível que a lesão atinja não apenas a imagem mas a honra, ou a intimidade, todavia, é importante mencionar que essa relação não acontece de forma obrigatória, pois subsistem situações em que o direito à imagem será atingido isoladamente, por isso a importância de reconhecer a sua autonomia.

O Direito à imagem é um direito da personalidade com previsão no artigo 20 do Código Civil e artigo 5º, X da Constituição da República. Para Maria Celina Bodin de Moraes, os danos à imagem da pessoa são vistos, de modo exemplificativo, como “violações ao princípio da integridade psicofísica” pois “consustanciam a categoria danos psíquicos”.<sup>180</sup> Ao falar de imagem, relaciona-se, a princípio, às feições de uma pessoa, seus traços físicos captados através das lentes do fotógrafo e divulgados irrestritamente. No entanto, o conceito de imagem é mais amplo e abrange não somente a captação das feições do indivíduo, conhecida como a imagem-retrato, mas também a forma como essa imagem é divulgada: se exterioriza conforme a pessoa realmente é ou se a mensagem passada através da divulgação da imagem não condiz com a forma como o indivíduo se mostra em sociedade. Esse segundo conceito é conhecido como imagem-atributo, que pode ser relacionada ao conceito de identidade pessoal, que abraça todos os aspectos da pessoa humana.<sup>181</sup>

<sup>180</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. *Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 101.

<sup>181</sup> MAGALHÃES, Fabiano Pinto de. Privacidade, imagem-atributo e liberdade de expressão. Colisão e parâmetros de ponderação. Comentários ao acórdão no REsp. 1.235.926. *Civilistica.com*.

Sobre o Direito à identidade pessoal, Maria Celina Bodin de Moraes prescreve que essa categoria engloba tanto a instância estática quanto a dinâmica. Na perspectiva estática podemos encontrar direitos como: “nome, origem genética, a identificação física e a imagem”. No que se refere à instância dinâmica temos: “a verdade biográfica, o estilo individual e social da pessoa, isto é, aquilo que a diferencia e singulariza”.<sup>182</sup> A autora exemplifica as instâncias estática e dinâmica com o direito a imagem. A estática seria atingida quando publicada sem autorização uma imagem “fidedigna”, enquanto que a publicação de uma imagem “deformada” no sentido de fazer a pessoa passar por algo que não é, atingiria o aspecto dinâmico da imagem.<sup>183</sup>

Depara-se, deste modo, com um ponto limite na utilização e divulgação das imagens dos indivíduos. Essa divulgação não pode ocorrer de forma irrestrita em nome do direito à liberdade de expressão e informação, mas encontra fronteira no próprio conceito amplo de imagem, ou seja, se divulgada de forma que a pessoa é vista pelos demais com características diversas daquela que ela exterioriza na sua comunidade, sua imagem-atributo pode ser afetada e esse abuso não está acobertado pelo exercício do direito à liberdade de expressão, pois a informação passada não estará condizente com a realidade.

Sobre a previsão do direito à imagem na lei civil, Anderson Schreiber critica o artigo 20 do Código, afirmando que é restritivo ao limitar o uso da imagem sem a autorização do retratado apenas em duas situações: se tais imagens forem “necessárias à administração da justiça” ou “à manutenção da ordem pública”.<sup>184</sup> Isso porque, apesar de estarem previstas como situações em que a imagem poderia

---

Rio de Janeiro, ano 3, n. 1, p. 05, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://civilistica.com/privacidade-imagem-atributo-e-liberdade-de-expressao-colisao-e-parametros-de-ponderacao-comentarios-ao-acordao-no-resp-1-235-926/>>. Acesso em 19 jul. 2017.

<sup>182</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. Sobre o nome da pessoa humana. *Revista da EMERJ*, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 12, p. 72, 2000. Disponível em: <[http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj\\_online/edicoes/revista12/revista12\\_48.pdf](http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista12/revista12_48.pdf)>. Acesso em: 21 jul. 2017.

<sup>183</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. Sobre o nome da pessoa humana. *Revista da EMERJ*, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 12, p. 73, 2000. Disponível em: <[http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj\\_online/edicoes/revista12/revista12\\_48.pdf](http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista12/revista12_48.pdf)>. Acesso em: 21 jul. 2017.

<sup>184</sup> Artigo 20: Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização de imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais. BRASIL. Código civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 13 jan. 2018.

ser distribuída, segundo o artigo supracitado, não é sempre essas duas situações autorizarão a veiculação da imagem do indivíduo. Além disso, “o dispositivo ignora numerosos interesses constitucionalmente protegidos que podem, em certas circunstâncias, justificar a divulgação desautorizada da imagem alheia. É o caso da liberdade de informação.” Outra crítica se destina à parte final do artigo, pois vincula o questionamento do direito à imagem à outros direitos da personalidade, como honra, boa fama e respeitabilidade, todavia, o direito à imagem é autônomo e independe dos demais. Do mesmo modo, a proteção da imagem não se limita ao uso para fins comerciais, uma vez que “o uso não autorizado da imagem alheia pode gerar responsabilidade mesmo quando não haja qualquer intuito comercial na sua utilização.”<sup>185</sup>

É possível encontrar o argumento de que a imagem captada em um local público ou de uma pessoa pública pode ser veiculada e distribuída com maior facilidade. A questão da pessoa pública já foi debatida no primeiro capítulo deste trabalho, mas é importante frisar que, nos dias atuais, onde a informação é transmitida através de vídeos e redes sociais nos *smartphones* a uma velocidade difícil de acompanhar, qualquer pessoa que hoje se considera anônima pode ter a atenção do público voltada para si amanhã em razão de um simples vídeo ou foto postada na rede. A linha que diferenciava as pessoas públicas dos anônimos é muito tênue atualmente, por essa razão, o argumento de que a pessoa pública pode ter suas fotos distribuídas a qualquer termo não é forte o suficiente. Quanto ao local, surge a questão: o tratamento que se dá às imagens feitas em um local público é diferente daquelas realizadas em uma festa íntima no interior da casa do anfitrião?

Conforme indica Antônio Chaves, a proteção da imagem não existe para fazer com que a imagem de alguém não seja conhecida por outros, mas sim, para evitar que essa imagem seja divulgada de forma não autorizada e contra a vontade do seu titular.<sup>186</sup> Deste modo, a transmissão de um evento público, por exemplo, e,

<sup>185</sup> SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 2ª ed. rev. Atual. São Paulo: Atlas, 2013, p. 107.

<sup>186</sup> CHAVES, Antônio. Direito à própria imagem. *Revista da Faculdade de Direito da USP*, vol. 67, p. 48, 1972. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download/66643/69253>>. Acesso em 19 jul. 2017.

consequentemente, das pessoas participantes em um panorama geral, não merece ser caracterizado como abuso na utilização da imagem alheia.

De fato, o direito à imagem de uma determinada pessoa não tem o condão de impedir o direito de outrem de transmitir ou noticiar eventos e notícias, em razão do direito a informar dos veículos de formação de conteúdo, além do direito de ser informado das demais pessoas que, por qualquer razão, tiverem interesse em maiores informações acerca daquele acontecimento. No entanto, tanto o direito à imagem quanto o direito a informar não são ilimitados e, no caso do exemplo acima citado, considera-se que ultrapassa esse direito de informar quando se utiliza a imagem de determinada pessoa com a intenção de promover um maior lucro. Desta forma, a veiculação da imagem de determinada pessoa deve estar ligada a uma finalidade com intenção informativa.<sup>187</sup> Nesse sentido, Anderson Schreiber traz critérios para ponderação quando há o choque entre a liberdade de expressão na utilização da imagem e o direito à imagem do indivíduo retratado, que devem ser analisadas no caso concreto:

Em termos gerais podem-se indicar os seguintes parâmetros para aferir o grau de realização do exercício de liberdade de informação por meio da veiculação de imagens: (i) o grau de utilidade para o público do fato informado por meio da imagem; (ii) o grau de atualidade da imagem; (iii) o grau de necessidade da veiculação da imagem para informar o fato e (iv) o grau de preservação do contexto originário onde a imagem foi colhida. Para aferir a intensidade do sacrifício imposto ao direito de imagem, cumpre verificar: (i) o grau de consciência do retratado em relação à possibilidade de captação da sua imagem no contexto onde foi extraída, (ii) o grau de identificação do retratado na imagem veiculada; (iii) a amplitude da exposição do retratado e (iv) a natureza e o grau de repercussão do meio pelo qual se dá a divulgação da imagem.<sup>188</sup>

Deste modo, o principal limite encontrado na utilização das imagens de um indivíduo é a finalidade informativa. Ultrapassado esse limite, quando a imagem é utilizada de forma abusiva, ocorre uma lesão ao direito à imagem que pode ter um duplo efeito: patrimonial e moral. Explica Sérgio Cavalieri que o dano patrimonial estará presente sempre que a imagem do indivíduo “for explorada comercialmente sem autorização ou participação do seu titular no ganho através dela obtido ou,

<sup>187</sup> LINS, Thiago. *O lucro da intervenção e o direito à imagem*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 230.

<sup>188</sup> SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2013, p. 114.

ainda, quando a sua indevida exploração acarretar-lhe algum prejuízo econômico, como, por exemplo, a perda de um contrato de publicidade”.<sup>189</sup>

E é preciso ressaltar que o direito à informação não vale por si mesmo, pois a possibilidade de divulgação de um dado informativo que pode estar relacionado à imagem da pessoa deve ser aferida em virtude do contexto na qual está inserido, ou pelas finalidades para as quais é utilizado, ou, ainda, pelas outras informações as quais tem sido associado.<sup>190</sup>

De acordo com esse raciocínio, a imagem de uma pessoa, portanto, pode ser utilizada por outrem, mesmo que sem autorização, em determinadas situações, uma vez que o direito à imagem não é ilimitado. Um exemplo está no comparecimento de uma pessoa pública a grandes eventos, que ocorrem em espaço público. Para Sérgio Iglesias Souza, ainda que a pessoa esteja em espaço público, seria necessário o consentimento, mesmo que tácito.<sup>191</sup> Esse consentimento tácito é verificado, segundo o autor, no momento em que uma pessoa pública se encontra em um local público, em suas palavras: “o que de fato ocorre com as pessoas públicas e notórias na sociedade é que elas outorgam um consentimento prévio e tácito para que suas imagens possam ser captadas e utilizadas, desde que nos limites de sua publicidade e notoriedade.”<sup>192</sup> A imagem pode ser utilizada desde que nos limites da publicidade e notoriedade daquela pessoa retratada, no entanto, isso não significa que as pessoas públicas não

<sup>189</sup> CAVALIERI FILHO, Sérgio *apud* VENDRUSCOLO, Weslei. *Direito à própria imagem e sua proteção jurídica*. 2008. 174f. Dissertação (Mestrado em Direito). Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008, p. 149. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/16704/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Vers%C3%A3o%20Final.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

<sup>190</sup> CAVALIERI FILHO, Sérgio *apud* VENDRUSCOLO, Weslei. *Direito à própria imagem e sua proteção jurídica*. 2008. 174f. Dissertação (Mestrado em Direito). Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008, p. 149. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/16704/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Vers%C3%A3o%20Final.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

<sup>191</sup> SOUZA, Sérgio Iglesias Nunes de *apud* VENDRUSCOLO, Weslei. *Direito à própria imagem e sua proteção jurídica*. 2008. 174f. Dissertação (Mestrado em Direito). Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008, p. 129. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/16704/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Vers%C3%A3o%20Final.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

<sup>192</sup> SOUZA, Sérgio Iglesias Nunes de *apud* VENDRUSCOLO, Weslei. *Direito à própria imagem e sua proteção jurídica*. 2008. 174f. Dissertação (Mestrado em Direito). Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008, p. 129. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/16704/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Vers%C3%A3o%20Final.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

possuem um direito a imagem, ou seja, que sua fotografia ou filmagem podem ser usadas para todo e qualquer fim.

Quanto à questão do local público, Thiago Lins, ao falar sobre direito à imagem e lucro da intervenção<sup>193 194</sup>, afirma que, por si só, o local público não se torna um elemento determinante. Por mais que a imagem tenha sido captada em um local aberto ao público, se ela não é utilizada para a finalidade informativa, não há justificativa para a divulgação sem autorização e, conseqüentemente, o enriquecimento daquele que a divulga.<sup>195</sup> Por essa razão, é tão importante que o consentimento para o uso da imagem seja relacionado à uma finalidade específica.

Se a autonomia existencial, em especial a autonomia informativa, permitem que o indivíduo tenha certo controle sobre as suas informações, o direito à imagem, que decorre dos direitos existenciais, precisa garantir que a pessoa possa resguardar a sua imagem, nesse sentido, ; permitir que uma cláusula ampla tenha o poder de fazer com que alguém ceda sua imagem de modo irrestrito é não garantir a proteção integral que aquela pessoa tem direito, de saber a finalidade do uso e o prazo que aquela imagem ficará disponível.

No caso das biografias não autorizadas, muitas das obras são publicadas repletas de imagens do biografado, de sua família, amigos e relacionamentos amorosos e profissionais. A pesquisa retratada através do relato escrito também pode ser ilustrada por inúmeras fotografias, a fim de indicar épocas, vestuários, costumes e rostos. No caso concreto, no momento da ponderação, a importância das imagens para contar uma história pode ser um argumento favorável ao direito à informação. Por outro lado, é preciso analisar a origem das imagens, se já

<sup>193</sup> “Lucro da intervenção significa o lucro obtido por aquele que, sem autorização, interfere nos direitos ou bem jurídicos de uma pessoa.” SAVI, Sergio *apud* KONDER, Carlos Nelson. Dificuldades de uma abordagem unitária do lucro da intervenção. *Revista de Direito Civil Contemporâneo*, vol. 13, n. 4, p. 233, out./dez. 2010.

<sup>194</sup> São quatro grupos de hipóteses onde pode ocorrer o lucro da intervenção: “Uma situação em que uma pessoa cientemente viola o direito alheio, causando-lhe um dano e retirando disto uma vantagem igual ou inferior ao dano. (...) “quando uma pessoa cientemente viola o direito alheio para retirar dele uma vantagem, que seja, contudo, superior ao dano causado. (...). Em uma terceira hipótese, pode ainda ocorrer que o agente, embora saiba intervir indevidamente sobre direito alheio, disso retirando uma vantagem, não cause dano algum ao titular do direito. (...) Enfim, um quarto grupo de possibilidades de lucro da intervenção estaria na intervenção sobre direito alheio, com obtenção de vantagem, mas de boa-fé, reputando o agente tratar-se de direito próprio ou de ninguém.” KONDER, Carlos Nelson. Dificuldades de uma abordagem unitária do lucro da intervenção. *Revista de Direito Civil Contemporâneo*, vol. 13, n. 4, p. 234-235, out./dez. 2010.

<sup>195</sup> LINS, Thiago. *O lucro da intervenção e o direito à imagem*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016 p. 230.

circulavam nos jornais, revistas e mídias em geral, se foram captadas de forma clandestina ou se faziam parte do acervo pessoal do biografado, essa análise deve ser feita em conjunto com a importância das imagens para garantir o direito à informação dos leitores.

Como será estudado com maiores detalhes no próximo tópico, o direito à privacidade é visto hoje como o direito a ter o controle de suas próprias informações e essa aceção também engloba as suas imagens. Se existe algum dado ou informação que o biografado caracterize como íntimo e que não deseja compartilhar com o público, se essa informação se exterioriza através de uma imagem, o direito a manter aquela imagem em sua esfera íntima poderá garantir que o biografado requeira a exclusão daquela determinada imagem do banco de fotografias que serão publicadas em sua biografia.

### 3.1.1.

#### **O direito à privacidade e a autodeterminação informativa**

Ao falar sobre privacidade, é preciso analisar o caminho pelo qual o conceito percorreu para chegar à concepção atual que se adota na presente dissertação, que é da privacidade como autodeterminação informativa. A importância em estudar a historicidade do conceito de privacidade<sup>196</sup> existe diante do fato de que os conceitos não são os mesmos ao longo dos anos, isso ocorre porque eles precisam ser interpretados e adaptados de acordo com a realidade em que se encontram. A privacidade defendida em 1890 por Warren e Brandeis, por exemplo, já não se mostra suficiente para a visão atual de preservação de dados. Isso não significa que os conceitos antigos não mereçam ser estudados, mas que

<sup>196</sup> “Historicizar um instituto, dar-lhe uma abordagem histórica, não é traçar um longo histórico in abstrato, que lhe reconheça uma continuidade evolutiva ao longo dos séculos, imune e apartado do restante da experiência social. Trata-se, ao contrário, de inseri-lo no grande fluxo da história, de maneira a compreender toda a rica complexidade social na qual ele desempenha – ou desempenhou – sua função. Impõe compreender os interesses sociais envolvidos no seu significado prático, as forças econômicas que desencadearam sua existências, os anseios culturais que movem sua aplicação, a influência das peculiaridades educacionais e religiosas próprias daquela comunidade na sua interpretação, enfim, compreender como todo instituto jurídico, em um dado momento, representa um delicado e transitório equilíbrio entre forças sociais de conservação e de transformação. Trata-se, afinal de contas, de descer o pensamento jurídico de seu pedestal de abstração, reconhecendo o direito como uma experiência social não autônoma. KONDER, Carlos Nelson. Apontamentos iniciais sobre a contingencialidade dos institutos de direito civil. In: MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rêgo; GUEDES, Gisela Sampaio da Cruz Costa; MEIRELES, Rose Melo Vencelau. (Org.). *Direito Civil. Vol. 2*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015, p. 34.

devem ser analisados de acordo com o contexto em que foram elaborados. Nas palavras de Pietro Perlingieri:

Não existem instrumentos válidos em todos os tempos e em todos os lugares: os instrumentos devem ser construídos pelos juristas levando-se em conta a realidade que ele deve estudar. (...) O conhecimento jurídico é uma ciência jurídica relativa: precisa-se levar em conta que os conceitos e os instrumentos caracterizam-se pela sua relatividade e por sua historicidade. É grave erro pensar que, para todas as épocas e para todos os tempos haverá sempre os mesmos instrumentos jurídicos. É justamente o oposto: cada lugar, em cada época terá seus próprios mecanismos.<sup>197</sup>

O direito à privacidade foi defendido primeiramente<sup>198</sup> pelos juristas americanos Samuel Warren e Louis Brandeis, no artigo publicado na *Harvard Law Review*, vol. IV, nº5 de dezembro de 1890 intitulado *The right to privacy*.<sup>199</sup>

<sup>200</sup> Neste artigo, os autores explicaram a ideia de privacidade como um direito a ser deixado só, onde a parte da vida e as relações vividas no ambiente doméstico precisam ser protegidas dos olhares curiosos, principalmente em razão do surgimento da fotografia e outros inventos que colocava, cada vez mais, a privacidade em risco. Para os autores, a lei deveria regular, por exemplo, a circulação não autorizada de fotografias e o mal que a invasão da privacidade praticada pelos jornais causa.<sup>201</sup> “Assim, utilizando o termo ‘*right to be let alone*’,

<sup>197</sup> PERLINGIERI, Pietro *apud* KONDER, Carlos Nelson. Apontamentos iniciais sobre a contingencialidade dos institutos de direito civil. In: MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rêgo; GUEDES, Gisela Sampaio da Cruz Costa; MEIRELES, Rose Melo Vencelau. (Org.). *Direito Civil. Vol. 2*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015, p. 31.

<sup>198</sup> “Segundo o professor Milton Fernandes, não se sabe ao certo qual teria sido a primeira vez que a proteção da vida privada foi acolhida. Comumente se aponta o julgamento do tribunal Civil de Sena, em 16 de junho de 1858, referente à divulgação do retrato de uma famosa atriz no seu leito mortuário. Outro caso de celebridade se deu com a morte de Balzac. Com o ocorrido, Alexandre Dumas tomou a iniciativa de uma subscrição para erguer-se um monumento do falecido. Como a viúva se opôs, seguiu-se processo em que o Tribunal de Sena, em 1854, julgou se a família poderia reivindicar o direito de construir um túmulo, isto é, agir na esfera privada.” AIETA, Vânia Siciliano. *A garantia da intimidade como direito fundamental*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999, p. 80.

<sup>199</sup> BARBOSA, Fernanda Nunes. *Biografias e liberdade de expressão: Critérios para a publicação de histórias de vida*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2016, p. 172.

<sup>200</sup> “Antes do artigo de Warren e Brandeis, vamos encontrar na obra do juiz Thomas Cooley, publicada em 1880, sob o título ‘A Treatise on the Law of Torts’, a primeira utilização da expressão ‘right to be let alone’. Apesar de ter cunhado a expressão, Cooley não a relacionou com a noção de privacy, mencionando-a em seu trabalho sobre responsabilidade civil (torts) como parte do seguinte trecho: ‘The right to one’s person may be said to be a right of complete immunity: to be let alone’” ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. O surgimento e o desenvolvimento do right of privacy nos Estados Unidos. *Revista Brasileira de Direito Civil*, vol. 03, p. 09, jan./mar. 2015. Disponível em:

<[https://www.ibdcivil.org.br/image/data/revista/volume3/ibdcivil\\_volume\\_3\\_leonardo-estevam-de-assis-zanini\\_pag9-28.pdf](https://www.ibdcivil.org.br/image/data/revista/volume3/ibdcivil_volume_3_leonardo-estevam-de-assis-zanini_pag9-28.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2018.

<sup>201</sup> No original: “Recent inventions and business methods call attention to the next step which must be taken for the protection of the person, and for securing to the individual what Judge Cooley calls the right “to be let alone” Instantaneous photographs and newspaper enterprise have invaded

propõem um novo *tort*, a invasão do *privacy* que constituiria uma profunda ofensa, que lesionaria o senso da própria pessoa sobre sua independência, individualidade, dignidade e honra.”<sup>202</sup>

Nessa linha, o direito em questão garantiria ao indivíduo uma ampla liberdade contra intromissões não desejadas em sua vida, tutelando seus pensamentos, sentimentos, emoções, dados pessoais e até mesmo o nome. A imagem também foi incluída no âmbito de proteção do *privacy*, destacando-se que os avanços da fotografia tornaram possível a captação de forma oculta dos traços pessoais, pelo que se fazia necessária a utilização da lei de *torts* diante dos riscos inerentes ao progresso técnico.<sup>203</sup>

Warren e Brandeis afirmaram que, no sistema da *common law*, era antiga a ideia de que o indivíduo deve ser protegido de forma integral, tanto pessoal, quanto em relação à suas propriedades. No entanto, esses conceitos devem ser atualizados de tempos em tempos para que possam atingir novas demandas que não eram questões no passado, o sistema da *common law* precisa crescer para acompanhar essas novas demandas que surgem através das novas tecnologias e das mudanças políticas, sociais e econômicas.

Prosser indicava uma falta de unidade no conceito do *privacy*, “visto que não estaríamos diante de um valor independente, mas sim de uma composição de interesses que vai abranger a reputação, a tranquilidade emocional e a propriedade imaterial”.<sup>204</sup> De forma diversa entende Bloustein, que teceu críticas a Prosser na obra *Privacy as an Aspect of Human Dignity: An Answer to Dean Prosser*, indicando que, ao contrário do que Warren e Brandeis defenderam em seu artigo,

---

the sacred precincts of private and domestic life; and numerous mechanical devices threaten to make good the prediction that "what is whispered in the closet shall be proclaimed from the house-tops." For years there has been a feeling that the law must afford some remedy for the unauthorized circulation of portraits of private persons ; and the evil of invasion of privacy by the newspapers, long keenly felt, has been but recently discussed by an able writer. The alleged facts of a somewhat notorious case brought before an inferior tribunal in New York a few months ago, directly involved the consideration of the right of circulating portraits; and the question whether our law will recognize and protect the right to privacy in this and in other respects must soon come before our courts for consideration.” WARREN, Samuel; BRANDEIS, Louis. The right to privacy. *Harvard Law Review*, vol. IV, n. 5, dez. 1890. Disponível em: <<http://faculty.uml.edu/sgallagher/Brandeisprivacy.htm>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

<sup>202</sup> ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. O surgimento e o desenvolvimento do right of privacy nos Estados Unidos. *Revista Brasileira de Direito Civil*, vol. 03, p. 11, jan./mar. 2015. Disponível em: <[https://www.ibdcivil.org.br/image/data/revista/volume3/ibdcivil\\_volume\\_3\\_leonardo-estevam-de-assis-zanini\\_pag9-28.pdf](https://www.ibdcivil.org.br/image/data/revista/volume3/ibdcivil_volume_3_leonardo-estevam-de-assis-zanini_pag9-28.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2018.

<sup>203</sup> ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. O surgimento e o desenvolvimento do right of privacy nos Estados Unidos. *Revista Brasileira de Direito Civil*, vol. 03, p. 11, jan./mar. 2015. Disponível em: <[https://www.ibdcivil.org.br/image/data/revista/volume3/ibdcivil\\_volume\\_3\\_leonardo-estevam-de-assis-zanini\\_pag9-28.pdf](https://www.ibdcivil.org.br/image/data/revista/volume3/ibdcivil_volume_3_leonardo-estevam-de-assis-zanini_pag9-28.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2018.

<sup>204</sup> ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. O surgimento e o desenvolvimento do right of privacy nos Estados Unidos. *Revista Brasileira de Direito Civil*. Vol.03. jan-mar 2015, p. 22.

Prosser, ao analisar a privacidade através de grupos de caso estava ligando o conceito, que para os autores seria novo, a instrumentos jurídicos tradicionais, como a propriedade e a honra.<sup>205</sup>

Prosser elabora uma análise casuística da matéria, reduzindo o vasto universo de possibilidades de invasão de intimidade a apenas quatro situações. Seu trabalho rivaliza com o legado deixado por Warren e Brandeis, pois, ao limitar a abrangência do direito à intimidade a essas quatro situações, afasta-se do atendimento da tutela da intimidade como um interesse conceitualmente único.<sup>206</sup>

Danilo Doneda chama a atenção para o fato de que, diversas vezes, a definição de privacidade como um “direito a ser deixado só” é relacionada ao artigo escrito por Warren e Brandeis, no entanto, neste mesmo artigo *o right to privacy* não é completamente definido pelos autores: -“Esta é uma citação da obra do magistrado norte-americano Thomas Cooley que os autores não chegam a nenhum momento a afirmar que traduziria propriamente o conteúdo do direito à privacidade.” Para Doneda a indefinição de privacidade “deve ser tomada mais como uma característica intrínseca da matéria do que como um defeito ou obstáculo”<sup>207</sup>

O conceito de privacidade, portanto, foi se modificando e, de uma noção inicial burguesa<sup>208</sup> de que só tinha privacidade quem fosse proprietário, pois poderia se isolar no interior de sua propriedade, passando pelo direito a ser deixado em paz, ou o direito a ser deixado só, para a ideia de privacidade como controle das suas próprias informações em uma sociedade atual onde o volume de dados pessoais recolhidos é preocupante. O início do conceito de privacidade foi elitista e individualista e essa forma de interpretação durou até a década de 1960, quando, “como consequência dos movimentos sociais e das reivindicações da classe trabalhadora” e com aumento no fluxo de informações, aumentou o número dos sujeitos atingidos pela ofensa à privacidade. As informações que circulavam

<sup>205</sup> ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. O surgimento e o desenvolvimento do right of privacy nos Estados Unidos. Revista Brasileira de Direito Civil. Vol.03. jan-mar 2015, p. 22.

<sup>206</sup> AIETA, Vânia Siciliano. *A garantia da intimidade como direito fundamental*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999, p. 120.

<sup>207</sup> DONEDA, Danilo. *Da privacidade à proteção dos dados pessoais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 106.

<sup>208</sup> “À medida que as condições sociais e econômicas conduziam ao desenvolvimento dos núcleos urbanos, crescia na burguesia emergente a expectativa de proteger a intimidade. Portanto, o direito à intimidade se sedimentou como uma aspiração burguesa, transformando um privilégio de poucos numa expectativa de muitos.” AIETA, Vânia Siciliano. *A garantia da intimidade como direito fundamental*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999, p. 78.

tinham importância e atingiam as formas mais diversificadas de indivíduos, não mais restringindo esse acesso ao direito à privacidade a uma elite proprietária.<sup>209</sup>

As justificativas encontradas para a coleta e uso das informações pessoais eram, no geral, o controle e a eficiência. O Estado demonstrava interesse nas informações pessoais sob a justificativa de que um Estado eficiente é aquele que conhece a sua população, que resulta, por exemplo, nos censos “e no estabelecimento de regras para tornar compulsória a comunicação de determinadas informações pessoais à administração pública, visando sua maior eficiência.” O controle também é um interesse do Estado, “basta acenar às várias formas de controle social que podem ser desempenhadas pelo Estado e que seriam potencializadas com a maior disponibilidade de informações sobre os indivíduos”. A princípio, a coleta e utilização das informações pessoais eram de interesse do Estado, mas, com o desenvolvimento de técnicas para a coleta por entes privados a importância da informação logo cresceu também neste meio, “desta forma, a importância da informação aumenta na medida em que a tecnologia passa a fornecer meios para torna-la útil a um custo razoável.”<sup>210</sup>

Surge desse contexto o debate acerca das diferenças entre o direito à privacidade e um direito à intimidade e se, na verdade, essas diferenças existem. Destaca-se que na Constituição da República há a previsão tanto do direito à vida privada<sup>211</sup> quanto à intimidade, conforme a redação do 5º, inciso X.<sup>212</sup> Heinrich Hubmann utiliza da teoria das esferas para explicar a diferença entre intimidade e vida privada, onde a privacidade é medida em círculos da vida privada ao segredo. Hoje a doutrina alemã chama a teoria de “pessoa como uma cebola passiva”.<sup>213</sup>

<sup>209</sup> DONEDA, Danilo. *Da privacidade à proteção de dados pessoais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 12.

<sup>210</sup> DONEDA, Danilo. *Da privacidade à proteção de dados pessoais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 14.

<sup>211</sup> “O conceito de vida privada, ou direito ao respeito à vida privada tem sua origem nas alíneas 2 e 3 do parágrafo “C” da Resolução 428 de 23.1.1970, da Assembleia Consultiva do Conselho da Europa e consiste no conjunto de regras que visam à proteção da vida pessoal e familiar e à intimidade do lar dos indivíduos.” AIETA, Vânia Siciliano. *A garantia da intimidade como direito fundamental*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 96.

<sup>212</sup> Art. 5º, X: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente da sua violação”. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 19 jan. 2018.

<sup>213</sup> DONEDA, Danilo. *Da privacidade à proteção de dados pessoais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 108.

Nela ecoa, por exemplo, a doutrina de Hubmann, constantemente referida, que utiliza um esquema de esferas concêntricas para representar os diferentes graus de manifestação do sentimento de privacidade: a esfera da intimidade ou do segredo (Intimphäre, que para outros autores seria a Geheimnisphäre); a esfera privada (Privatsphäre) e, em torno delas, a esfera pessoal, que abrangeria a vida pública (Offentlichkentsbereich).<sup>214</sup>

Jose Maria Desantes, advogado e professor espanhol, em uma conferência sobre a intimidade, a vida privada e os meios de comunicação explicou que a proteção da vida privada de um indivíduo garante também a proteção de tudo que está contido nessa esfera privada. Em uma esfera menor, onde o centro se confunde com núcleo da personalidade daquele indivíduo está a sua intimidade, que é inerente à pessoa, independentemente se a lei traz essa previsão ou não.<sup>215</sup> Para o professor, tudo o que está relacionado à vida pública pode ser objeto de informação, por outro lado, o que está ligado à vida privada pode ser difundido se, de alguma forma, transbordar também para a esfera pública da vida daquele indivíduo<sup>216</sup>, assevera, ainda, que a informação nunca deve referir-se à intimidade da pessoa, fazendo, portanto, uma distinção entre esfera privada e intimidade.<sup>217</sup>

<sup>214</sup> DONEDA, Danilo. *Da privacidade à proteção de dados pessoais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 108.

<sup>215</sup> “La vida privada constituye una esfera reducida y delimitable, a diferencia de la vida pública, constituida por todo lo que queda fuera de aquélla. La protección de la vida privada de la persona y de la familia asegura la protección de todo lo que queda en su interior. En tal interioridad se encuentra el tema a averiguar: dentro de la vida privada personal -y sólo en cierto modo la familiar- hay otra esfera de más pequeño radio, cuyo centro coincide con el núcleo de la personalidad, que es la intimidad. La intimidad reside en la persona, la mencione o no la ley.” DESANTES, José María. El derecho fundamental a la intimidad. Versión escrita de la exposición en seminario “El derecho a la intimidad y a la vida privada y los medios de comunicación social” realizado el 28 de agosto de 1991 en el Centro de Estudios Públicos, p. 270. Disponível em: <[https://www.cepchile.cl/cep/site/artic/20160303/asocfile/20160303183836/rev46\\_desantes.pdf](https://www.cepchile.cl/cep/site/artic/20160303/asocfile/20160303183836/rev46_desantes.pdf)>. Acesso em: 18 jan. 2018.

<sup>216</sup> “Desde la perspectiva del Derecho de la Información, puede adelantarse -al menos como hipótesis- una triple solución acerca del problema de la difundibilidad de los mensajes que afectan a cada una de tales esferas. Con respecto a la vida pública, ha de tomarse como regla la máxima romana publica publice tractanda sunt: todo lo que ocurre en la vida pública, en cuanto vida pública, sin tomar ahora en consideración posibles elementos contingentes de excepción, puede y debe ser objeto de los mensajes informativos. La máxima romana sigue: privata, private. Pero en esta secuencia el principio romano tan sólo nos sirve en parte: las cuestiones relativas a la vida privada no son, en general, difundibles, excepto cuando estas cuestiones tienen repercusión en la vida pública o trascienden a ella.” DESANTES, José María. El derecho fundamental a la intimidad. Versión escrita de la exposición en seminario “El derecho a la intimidad y a la vida privada y los medios de comunicación social” realizado el 28 de agosto de 1991 en el Centro de Estudios Públicos, p. 270. Disponível em: <[https://www.cepchile.cl/cep/site/artic/20160303/asocfile/20160303183836/rev46\\_desantes.pdf](https://www.cepchile.cl/cep/site/artic/20160303/asocfile/20160303183836/rev46_desantes.pdf)>. Acesso em: 18 jan. 2018.

<sup>217</sup> “Ahora bien, si no son difundibles aquellos aspectos de la vida privada que no trascienden a la vida pública, en ningún caso es difundible la intimidad que, por su propia naturaleza, ni siquiera afecta a la esfera privada, aunque quede totalmente en el centro de ella. La información nunca deber referirse a la intimidad personal.” DESANTES, José María. El derecho fundamental a la intimidad. Versión escrita de la exposición en seminario “El derecho a la intimidad y a la vida

Ao próprio indivíduo cabe estabelecer o que está contido na sua esfera íntima e, a menos que ele próprio divulgue tais informações e, desse modo elas deixem de ser algo exclusivo para tornar comum, elas não poderão ser difundidas.<sup>218</sup>

Danilo Doneda defende a ideia de que não há distinção entre os termos vida privada e intimidade, isto porque, como a questão da privacidade pela primeira vez se tornou matéria constitucional, o legislador pode ter optado pelo excesso. Além disso, as discussões acerca das diferenças entre os termos só tiraria o foco da principal intenção em tratar a vida privada como um direito constitucionalmente previsto, que é a sua aplicação como um direito fundamental da pessoa humana. Por essa razão, o autor opta por utilizar o termo privacidade, para tratar tanto da vida privada quanto da intimidade: “o termo é específico o suficiente para distinguir-se de outras locuções com as quais eventualmente deve medir-se, como a imagem, honra ou a identidade pessoal; e também é claro o bastante para especificar seu conteúdo, um efeito da sua atualidade.”<sup>219</sup>

O jurista francês Raymond Lindon faz a distinção entre a vida privada e a intimidade em razão de, pelo menos, três hipóteses: a primeira delas se encontra na análise de um tipo penal francês que pela redação da lei que tutela os delitos de espionagem audiovisual o delito só se consuma se atingir voluntariamente “não mais a vida privada alheia, amplamente – mas a intimidade da vida privada de outrem”. Outra hipótese se encontra na matéria do divórcio “que determina o afastamento de provas, cuja obtenção viole ilicitamente a vida privada, não

---

privada y los medios de comunicación social" realizado el 28 de agosto de 1991 en el Centro de Estudios Públicos, p. 270. Disponível em: <[https://www.cepchile.cl/cep/site/artic/20160303/asocfile/20160303183836/rev46\\_desantes.pdf](https://www.cepchile.cl/cep/site/artic/20160303/asocfile/20160303183836/rev46_desantes.pdf)>. Acesso em: 18 jan. 2018.

<sup>218</sup> “De aquí que la doctrina y la jurisprudencia comparadas reserven a la voluntad del propio individuo la delimitación del círculo de su intimidad; que atribuyan a sus actos habituales tal delimitación implícita: y que, hizada la intimidad, e incluso difundida una vez, no se considere precedente legítimamente invocable para seguirla difundiendo. De aquí también que, desde el momento en que el mismo hombre difunde su intimidad -salvo si lo hace bajo secreto o para compartir otra intimidad-, deja de ser algo exclusivo, peculiar y distinto, deja de ser algo suyo "siendo sustituida por un ser común, mostrenco, un concepto genérico en el cual la individualidad real desaparece"<sup>52</sup> y no encuentra ya obstáculo ninguno a su difusión” DESANTES, José María. El derecho fundamental a la intimidad. Versión escrita de la exposición en seminario "El derecho a la intimidad y a la vida privada y los medios de comunicación social" realizado el 28 de agosto de 1991 en el Centro de Estudios Públicos, p. 285-286. Disponível em: <[https://www.cepchile.cl/cep/site/artic/20160303/asocfile/20160303183836/rev46\\_desantes.pdf](https://www.cepchile.cl/cep/site/artic/20160303/asocfile/20160303183836/rev46_desantes.pdf)>. Acesso em: 18 jan. 2018.

<sup>219</sup> DONEDA, Danilo. *Da privacidade à proteção de dados pessoais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

podendo estas serem debatidas em juízo”. Para a jurisprudência da década de 70 a intimidade da vida privada consistia uma esfera mais estreita da vida privada em si, estando ligada a questões “que digam respeito à nudez, à saúde e às convicções religiosas de alguém”. Em relação ao termo vida privada, a jurisprudência fazia referência a questões da “vida familiar, da vida amorosa, da própria imagem, dos recursos econômicos, dos impostos que se paga ao poder público, do lazer e da vida profissional de uma pessoa.” Por fim, merece destaque uma hipótese importante para a presente pesquisa.<sup>220</sup>

Onde deve haver a obrigatória distinção entre respeito à vida privada e intimidade, diz respeito aos personagens da vida pública, cujo campo protegido de vida privada é limitado pelo direito do público à informação. **Mas esta restrição ao respeito à vida privada do homem público não pode se estender ao ponto de suprimir totalmente o segredo da vida privada, sendo necessária a existência de um círculo mínimo de privacidade, que seria o direito à intimidade da vida privada.** Exemplificando, por mais acaloradas que sejam as discussões sobre a vida de um político, não poderão estas avançar e ir até o ponto de revelar suas eventuais relações adúlteras.<sup>221</sup> (grifou-se).

Esse círculo mínimo de privacidade que Lindon cita em sua obra é importante ser ressaltado, havendo ou não distinção entre vida privada e intimidade no nosso ordenamento. Isso porque, quando tratamos de biografias não autorizadas, é preciso considerar que nem todos os fatos de sua vida o biografado quer ver exposto aos olhos dos leitores, existem informações, de caráter extremamente íntimo e privado, que merecem resguardo e não podem constar em uma biografia à revelia do biografado. Ao biografado é preciso ser garantido esse direito, de efetivamente exercer a sua intimidade. Anderson Schreiber, em entrevista publicada no site Migalhas e concedida durante o encontro anual da AASP, cita como exemplos desse raciocínio as informações relativas à saúde e as confissões que são feitas ao analista que, em razão de seu caráter existencial, pertencem à esfera privada do biografado.<sup>222</sup>

Nessa ordem de ideias, Pietro Perlingieri ressalta a importância da intimidade no contexto familiar, onde a sua tutela é relacionada a esse grupo, nas

<sup>220</sup> LINDON *apud* SZANIAWSKI, Elimar. *Direitos de Personalidade e sua tutela*. 2ª. ed. rev. e atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 304.

<sup>221</sup> LINDON *apud* SZANIAWSKI, Elimar. *Direitos de Personalidade e sua tutela*. 2ª. ed. rev. e atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 304.

<sup>222</sup> Entrevista concedida durante o V Encontro Anual da AASP e publicada no site Migalhas em 07 de maio de 2014. SCHREIBER, Anderson. Entrevista concedida para o canal Migalhas. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI200344,41046-O+advogado+Anderson+Schreiber+fala+sobre+as+biografias+nao>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

palavras do autor, “cada um tem o direito, em relação aos parentes próximos, a que fatos e comportamentos de natureza existencial, relativos a ele e à sua família em sentido lato não sejam divulgados ao externo”<sup>223</sup>

A privacidade do grupo familiar em relação à ingerência de terceiros, sujeitos particulares e, ainda mais, públicos, apresenta-se como uma manifestação de respeito da mais qualificada e constitucionalmente privilegiada formação social, além da dignidade das pessoas que dela fazem parte (art. 29 ss. Const.). Não é possível, nesta sede, examinar com detalhes a extensão e as modalidades dessa tutela. Basta relevar que o interesse à privacidade pessoal e familiar em relação a terceiro **pode traduzir-se na atribuição ao indivíduo de um direito de requerer que cesse a ilícita interferência, atual ou potencial**<sup>224</sup> (grifou-se)..

Existem informações, portanto, que dizem respeito apenas à própria pessoa e que, caso queira, pode compartilhar com os demais, mas não através de uma imposição. A liberdade de expressão que garante a publicação das biografias independentemente de autorização prévia não pode ter o condão de revelar e distribuir toda e qualquer informação pessoal. É preciso garantir aos indivíduos a possibilidade de manter essas informações na sua esfera privada e assim preservar eventuais lesões à sua dignidade. Anderson Schreiber ressalta que a na jurisprudência brasileira tem amparado alegações de que a privacidade foi atingida em hipóteses que envolvem informação de cunho patrimonial, como quebra de sigilo bancário e fiscal, de modo que maior deve ser, então, a tutela das informações pessoais e íntimas, como “decorrência da primazia que a Constituição assegura à dignidade humana. Com efeito, informações relacionadas à saúde, à ideologia política, à religião ou a outros aspectos íntimos da pessoa humana devem receber especial atenção da ordem jurídica.”

É preciso ressaltar, portanto, que no contexto da chamada sociedade da informação<sup>225</sup>, o conceito de privacidade não pode mais ficar restrito ao direito de

<sup>223</sup> PERLINGIERI, Pietro. *Perfis do direito civil: introdução ao direito civil constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999, p. 183.

<sup>224</sup> PERLINGIERI, Pietro. *Perfis do direito civil: introdução ao direito civil constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999, p. 183.

<sup>225</sup> “Em 1993, o mundo toma conhecimento da expressão sociedade da informação, utilizada pela primeira vez em caráter oficial, pelo então Presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, no Conselho da Europa de Copenhague, para definir o crescente uso da tecnologia da informação no intuito de reforçar a economia, melhorar a prestação dos serviços públicos e incrementar a qualidade de vida dos cidadãos.” MARQUES, Garcia; MARTINS, Lourenço *apud* VIEIRA, Tatiana Malta. *Direito à privacidade na sociedade da informação: efetividade desse direito fundamental diante dos avanços da tecnologia da informação*. 2007. 297 f. Dissertação (mestrado em Direito). Departamento de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2015, p. 156.

ser deixado só, mas necessita de abrangência suficiente para englobar o controle das informações e dados pessoais. Nas palavras de Konder:

É nesse contexto que se insere a reformulação ou expansão do conceito de privacidade, na necessidade de uma proteção mais ampla e eficaz da circulação dessas informações pessoais. Trata-se de conceder a cada um de nós um poder real de controle sobre nossos dados, enunciado como o direito à autodeterminação informativa.<sup>226</sup>

Danilo Doneda entende que as informações podem estar conectadas através de um vínculo objetivo com a pessoa e “esse vínculo significa que a informação refere-se a características ou ações desta pessoa (...) como no caso do nome civil ou do domicílio.” O autor cita Pierra Catala para tratar sobre as informações pessoais:

Mesmo que a pessoa em questão não seja a “autora” da informação, no sentido de sua concepção, ela é a titular legítima dos seus elementos. Seu vínculo com o indivíduo é por demais estreito para que pudesse ser de outra forma. Quando o objeto dos dados é um sujeito de direito, a informação é um atributo da personalidade.<sup>227</sup>

Nas biografias, o sujeito de direitos é o principal objeto de estudo e suas informações são coletadas pelo biógrafo que, conforme decisão do STF, poderia revelá-las a todos que tivessem acesso à obra. Neste caso, o direito à autodeterminação informativa é importante, no sentido garantir o acesso da pessoa retratada a quais informações estão sendo coletadas e permitir o controle para manter na esfera privada algumas delas. Stefano Rodotà explica que a privacidade hoje “não se estrutura mais em torno do eixo ‘pessoa-informação-segredo’, no paradigma da *zero-relationship*, mas sim em um eixo ‘pessoa-informação-circulação-controle’”.<sup>228</sup>

Um exemplo de informação pessoal é o nome civil que, no caso das pessoas transexuais se torna um dado sensível a partir do momento em que a sua divulgação pode acarretar em discriminação. Hoje, em decisão inédita do Superior Tribunal de Justiça<sup>229</sup>, as pessoas transexuais podem requerer a modificação do

<sup>226</sup> KONDER, Carlos Nelson. *Privacidade e Corpo: convergências possíveis*. Revista Pensar, vol. 18, n. 2, p. 374, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/2696/pdf>>. Acesso em: 07 set. 2017.

<sup>227</sup> DONEDA, Danilo. *Da privacidade à proteção dos dados pessoais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 157.

<sup>228</sup> RODOTÀ, Stefano apud DONEDA, Danilo *Da privacidade à proteção dos dados pessoais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 23.

<sup>229</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1626739/RS. Ministro Relator: Luis Felipe Salomão. Brasília, 09 maio 2017. Disponível em:

registro civil mesmo que não passem pela cirurgia de transgenitalização. Com a retificação do registro, o antigo nome e o sexo biológico que constavam na certidão se tornam dados sensíveis que podem ser objeto de controle por parte do sujeito de direitos, para que não sejam revelados a outros, de modo que “A própria seleção de quais seriam estes dados considerados sensíveis provém da valorização de que a circulação de determinadas espécies de informação apresentariam um elevado potencial lesivo aos seus titulares.”<sup>230</sup>

Não permitir a retificação da certidão de nascimento das pessoas transexuais seria condená-las a carregar um documento que não condizia com a realidade, deste modo, “reconheceu-se que tal alteração era parte essencial do livre desenvolvimento da personalidade, sob pena de condenar os envolvidos a uma vida de discriminação e humilhação (...).”<sup>231</sup>

Ao lado da transformação de nome, a mudança da identidade de gênero, ou, vulgarmente, sexo, também se faz essencial na construção da identidade do sujeito e na garantia de sua dignidade e qualidade de vida. Tal qual o direito de mudança de nome, a mutação de sexo também encontra respaldo nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social. Da mesma forma que configuraria imenso constrangimento a constância de nome diverso da identidade de gênero que o sujeito proclama, a mudança de nome sem a substituição do sexo em si também traduz compressão contra o transexual, que continuará sendo estigmatizado e discriminado no âmbito social.<sup>232</sup>

Isso demonstra que manter as informações anteriores no registro civil pode trazer sofrimento e discriminação às pessoas que alcançaram a possibilidade de retificação desses dados. O mesmo raciocínio pode ser apontado quando nos deparamos com outras formas de divulgação das informações: se o fato de constar no registro pode constranger, da mesma forma o relato em um livro de alcance nacional, ou mesmo mundial, também pode ocasionar constrangimento à pessoa envolvida.

---

<[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=74184067&num\\_registro=201602455869&data=20170801&tipo=5&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=74184067&num_registro=201602455869&data=20170801&tipo=5&formato=PDF)>. Acesso em: 17 fev. 2018.

<sup>230</sup> DONEDA, Danilo. *Da privacidade à proteção dos dados pessoais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 161.

<sup>231</sup> KONDER, Carlos Nelson. *Privacidade e Corpo: convergências possíveis*. Revista Pensar, vol. 18, n. 2, p. 381, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/2696/pdf>>. Acesso em: 07 set. 2017.

<sup>232</sup> FACHIN, Luiz Edson. O corpo do registro no registro do corpo; mudança de nome e sexo sem cirurgia de redesignação. *Revista Brasileira de Direito Civil*, vol. 1, p. 55-56, jul./set. 2014. Disponível em: <<https://www.ibdcivil.org.br/image/data/revista/pdf/03---rbdcivil-volume-1---o-corpo-do-registro-no-registro-do-corpo;-mudanuca-de-nome-e-sexo-sem-cirurgia-de-redesignaucueo.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

O julgamento, datado de 09 de maio de 2017, demonstra que o Superior Tribunal de Justiça decidiu pela possibilidade de retificação do registro civil<sup>233</sup> de pessoas transexuais sem a necessidade de cirurgia de transgenitalização. Tal decisão garante, não apenas o direito à identidade pessoal, mas também o direito à privacidade<sup>234</sup> das pessoas transexuais. A interpretação é nova na justiça brasileira, que nos debates anteriores, considerava a possibilidade de retificar o registro ou apenas averbar, fazendo com que as informações prévias ainda permanecessem registradas.

Logo, o direito de retirar as informações passadas permite que as pessoas não se deparem mais com tais dados a todo momento. Permitir que essas informações sejam distribuídas em uma biografia, em nome do direito à liberdade de expressão, é ir de encontro com esse novo direito alcançado pela população transexual. De um lado a justiça permite que as informações sejam retiradas dos registros públicos a fim de evitar constrangimentos e, de outro lado, garante que as mesmas informações sejam entregues a inúmeros leitores através de uma biografia não autorizada. Garantir a autodeterminação informativa também nas relações privadas é evitar essa contradição, principalmente porque “a privacidade deve ser considerada também como ‘o direito de manter o controle sobre suas

<sup>233</sup> “A função do registro civil é dar segurança à vida em sociedade. Um registro civil que atribua a uma pessoa um sexo que ela não ostenta na vida social é um registro falso, errado, que exige retificação. Tal qual o nome, o sexo deve ser visto não como um estado registral imutável ou como uma verdade superior ao seu titular, mas como um espaço essencial de realização da pessoa humana. Já se viu que o direito contemporâneo vem se abrindo a uma certa autonomia da pessoa na alteração do seu nome, sempre que não haja risco a um interesse coletivo (como no caso do devedor contumaz ou do suspeito de investigação criminal, que pretende dificultar sua identificação). A mesma abordagem deve ser reservada ao sexo, para reconhecê-lo como uma esfera de livre atuação e desenvolvimento da pessoa. A ciência caminha nesse sentido e aqui convém que o direito não fique para trás” SCHREIBER, Anderson *apud* FACHIN, Luiz Edson. O corpo do registro no registro do corpo; mudança de nome e sexo sem cirurgia de redesignação. *Revista Brasileira de Direito Civil*, vol. 1, p. 56, jul./set. 2014. Disponível em: <<https://www.ibdcivil.org.br/image/data/revista/pdf/03---rbdcivil-volume-1---o-corpo-do-registro-no-registro-do-corpo;-mudanuca-de-nome-e-sexo-sem-cirurgia-de-redesignaucueo.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2018

<sup>234</sup> “(...) A temática aqui discutida tem por objetivo pautar as discussões sobre a mudança de sexo, principalmente no tocante à função social da determinação do gênero sexual na sociedade, demonstrando assim que, para sua alteração, não há necessidade de uma intervenção cirúrgica de modificação das características físicas, estas sim restritas **a um ambiente de privacidade**” (grifou-se) SANCHES, Patrícia Corrêa *apud* FACHIN, Luiz Edson. O corpo do registro no registro do corpo; mudança de nome e sexo sem cirurgia de redesignação. *Revista Brasileira de Direito Civil*, vol. 1, p. 60, jul./set. 2014. Disponível em: <<https://www.ibdcivil.org.br/image/data/revista/pdf/03---rbdcivil-volume-1---o-corpo-do-registro-no-registro-do-corpo;-mudanuca-de-nome-e-sexo-sem-cirurgia-de-redesignaucueo.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2018

próprias informações e de determinar a maneira de construir sua própria esfera particular.”<sup>235</sup>

Pense-se no exemplo do transexual, que, se constantemente apresentado à sociedade como pessoa que nasceu homem e se tornou mulher, ou vice-versa, jamais alcançará a plena realização da sua legítima opção de mudar de sexo. Haverá, aí e em tantas situações semelhantes, um direito ao esquecimento? E nos casos envolvendo programas televisivos de relato ou encenação de crimes históricos, os criminosos ou as vítimas teriam um direito ao esquecimento, apto a impedir ou modular de algum modo a sua retratação nesses programas? Havendo, esse direito seria extensível aos seus familiares? Com a palavra, o Supremo Tribunal Federal.<sup>236</sup>

Sobre a privacidade, Rodotà explica que “o titular do direito à privacidade pode exigir formas de ‘circulação controlada’, e não somente interromper o fluxo das informações que lhe digam respeito”.<sup>237</sup> Para que o biografado possa exercer esse direito e ter acesso a uma circulação controlada de suas informações pessoais, é preciso que tome conhecimento de quais dados estão sendo coletados e como serão utilizados antes mesmo da publicação da biografia, a fim de evitar a ocorrência de lesão a direitos existenciais.

Em outras palavras, para que a pessoa tenha o controle sobre quais informações a seu respeito estão sendo coletadas e qual será o destino dessa informação, ela precisa ter acesso aos escritos do biógrafo antes que a biografia seja publicada, pois controle também significa conhecimento e possibilidade de retificação. Privacidade e liberdade de expressão são dois importantes direitos previstos constitucionalmente, por essa razão, precisam ser analisados no caso concreto para, então, garantir a maior proteção da pessoa humana.

No caso em análise, as informações que antes constavam no registro de nascimento das pessoas transexuais que alcançaram a retificação não condizem mais com a realidade e podem, por decisão de cada um, ser mantidas na esfera privada da vida. Ao publicar uma biografia a respeito de uma pessoa transexual que não expõe essa informação para as demais pessoas, o biógrafo atinge dados

<sup>235</sup> RODOTÀ, Stefano. *A vida na sociedade da vigilância: a privacidade hoje*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 15.

<sup>236</sup> SCHREIBER, Anderson. Nossa ordem jurídica não admite proprietários do passado. *Consultor Jurídico*. Opinião. 12 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-jun-12/anderson-schreiber-nossas-leis-nao-admitem-proprietarios-passado>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

<sup>237</sup> <sup>237</sup> RODOTÀ, Stefano. *A vida na sociedade da vigilância: a privacidade hoje*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008 p. 93.

íntimos que, uma vez revelados, não retornam para a intimidade com a reparação pecuniária.<sup>238</sup>

Por essa razão, importante reconhecer o direito à autodeterminação informativa, para que as pessoas possam ter o controle e manter tais informações na intimidade ou revela-las à comunidade, justamente por se tratar de dados inclusive já retificados, que não mais condizem com a realidade e que, se for da vontade do titular do direito, podem permanecer longe dos olhos das demais pessoas.

Nas biografias não autorizadas de pessoas transexuais que pretendem manter em sua esfera privada as informações que já foram retificadas dos seus documentos pessoais vemos o conflito entre a liberdade de expressão do autor que pretende contar aquela história e o direito à privacidade da personagem que a viveu. Por serem os direitos da personalidade “expressão da proteção jurídica a pessoa humana” é importante reconhecer a privacidade no seu conceito que garante a autodeterminação informativa, uma vez que a distribuição desses dados pode causar uma violação da esfera privada a tal ponto que nem o direito de resposta ou a indenização seriam suficientes para reparar tamanha violação. Nas palavras do Ministro Ruy Rosado de Aguiar, em 1995:

A inserção de dados pessoais do cidadão em bancos de informações tem se constituído em uma das preocupações do Estado moderno, onde o uso da informática e a possibilidade de controle unificado das diversas atividades da pessoa, nas múltiplas situações de vida, permitem o conhecimento de sua conduta pública e privada, até nos mínimos detalhes, podendo chegar à devassa de atos pessoais, invadindo área que deveria ficar restrita a sua intimidade; ao mesmo tempo, o cidadão objeto dessa indiscriminada colheita de informações, muitas vezes, sequer sabe da existência de tal atividade, e não dispõe de eficazes meios para conhecer o seu resultado, retificá-lo ou cancelá-lo. E assim como o conjunto dessas informações pode ser usado para fins lícitos, públicos e privados, na prevenção ou repressão de delitos, ou habilitando o particular a celebrar contratos com pleno conhecimento de causa, também pode servir, ao Estado ou ao particular, para alcançar fins contrários à moral ou ao Direito, como instrumento de perseguição política ou opressão econômica. A importância do tema cresce de ponto quando se observa o número imenso de atos da vida humana praticados através da mídia eletrônico ou registrados nos disquetes de computador.<sup>239</sup>

<sup>238</sup> As consequências da lesão à privacidade serão tratadas no terceiro capítulo do presente trabalho.

<sup>239</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, Recurso Especial nº 22.337/RS, Relator Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Brasília, 20 mar. 1995, p. 6119 *apud* DONEDA, Danilo. *Da privacidade à proteção dos dados pessoais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 204-205.

A coleta e o uso de dados e informações pessoais diante das novas tecnologias não é o tema principal da presente pesquisa, no entanto, é importante mencioná-lo em razão dos novos desafios que o direito à privacidade enfrenta, que é fazer com que o indivíduo possa ter certo controle a respeito das informações que são coletadas sobre ele, sua finalidade e, ainda, a importância de garantir que a pessoa possa, de alguma forma, retificar ou mesmo excluir tais informações dos bancos de dados. A comissão de especialistas da *Secretary for health, education and welfare* divulgou em 1973 seus trabalhos sobre a privacidade e o tratamento de dados:

A privacidade pessoal de um indivíduo é afetada diretamente pelo tipo de divulgação e utilização do que é feita das informações registradas a seu respeito. **Um tal registro, contendo informações sobre um indivíduo identificável deve, portanto, ser administrado com procedimentos que permitam a este indivíduo ter o direito de participar na decisão sobre qual deve ser o conteúdo desse registro e qual a divulgação e utilização a ser feita das informações pessoais nele contidas.** Qualquer registro, divulgação e utilização de informações pessoais fora destes procedimentos não devem ser permitidas, por consistirem em uma prática desleal, a não ser que tal registro, utilização ou divulgação sejam autorizadas por lei.<sup>240</sup> (grifou-se)

Esse mesmo raciocínio pode ser aplicado, de certo modo, quando falamos das biografias não autorizadas. Ou seja, quando as informações pessoais do biografado são coletadas para a escrita da narrativa biográfica, conforme citação acima, é preciso ter mecanismos que garantam a esse indivíduo o acesso ao conjunto de seus dados pessoais colhidos, uma vez que trata-se de um indivíduo identificado, que está sob ameaça de lesão à sua dignidade humana através da divulgação de suas informações íntimas.

Por essa razão, defende-se que apenas a possibilidade de recorrer ao Poder Judiciário após a publicação da biografia conforme decisão do STF não é medida suficiente para garantir esse direito à autodeterminação informativa do biografado. Caso o biografado queira efetivamente garantir que seus direitos existenciais não sejam feridos com a publicação de informações sensíveis, a ele deve ser garantido o acesso à justiça ainda na fase pré-publicação da obra biográfica, a fim de que este possa exercer o controle sobre suas informações íntimas e, dessa forma, evitar que o n que era uma ameaça de lesão, se concretize. Esse acesso à justiça se dá,

<sup>240</sup> E.U.A., Records, computers and the rights of citizens. Report of the Secretary's Advisory Committee on Automated Personal Data Systems, 1973 *apud* DONEDA, Danilo. *Da privacidade à proteção de dados pessoais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 214.

portanto, pelo mecanismo não da autorização prévia, mas da comunicação prévia, que será estudado a seguir.

### 3.1.2.

#### **A comunicação prévia como forma de controle de informações e o acesso à justiça**

Muito se discute a respeito da autorização para a publicação de biografias. A Agência Nacional dos Editores de Livros, ao iniciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade, teve a clara e direta intenção de que o Código Civil fosse interpretado conforme a Constituição da República para que essa autorização não seja mais exigida quando da publicação de histórias das vidas das pessoas. Alegaram, dentre outras questões, que a exigência da autorização limitaria o direito à liberdade de expressão do biógrafo e o direito à informação das demais pessoas.

Para a Associação Nacional dos Editores de Livros “as pessoas cuja trajetória pessoal, profissional, artística, esportiva ou política, haja tomado dimensão pública, gozam de uma esfera de privacidade e intimidade naturalmente mais estreita”. Desta forma, exigir autorização prévia para publicação de biografias seria uma forma de censura privada que limitaria a liberdade de expressão dos biógrafos e, de certa forma, também poderia ferir o direito à informação dos cidadãos em geral.<sup>241</sup> Alega que conferir ao biografado o direito de autorizar ou não a publicação da história de sua vida transforma a informação em mercadoria, pois “os escritórios de representação negociam preços absurdos pelas licenças”.<sup>242</sup>

<sup>241</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 06. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

<sup>242</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 07. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

Como visto, o Supremo Tribunal Federal, por sua vez, entendeu desnecessária a autorização no momento da publicação da biografia, justamente em razão do direito à liberdade de expressão que, para o Tribunal, teria posição privilegiada se colocado em confronto com os demais direitos, mesmo diante da importância do princípio da dignidade da pessoa humana, que foi tratado ainda neste capítulo. Do mesmo modo, o Tribunal entendeu que a lesão a direitos da personalidade só deveria ser questionada posteriormente à publicação, pois a autorização prévia poderia ser considerada como uma censura aos escritos biográficos. A principal preocupação estaria em, ao garantir a necessidade de anuência do biografado, acabar por limitar a liberdade de expressão, calar as vozes e opiniões e, desta forma, censurar tanto o direito a informar quanto o direito a ser informado. Nas palavras da Ministra Carmen Lúcia:

O mundo, no entanto, é outro. O buraco da fechadura continua a exercer fascínio. Às vezes é mesmo curiosidade malsã. Às vezes só por prazer. Mas o mundo vê portas escancaradas, abertas pelos donos. Reclamar, portanto, de quê, se, no palanque da praça, conclamou a ouvir a sua voz? Ademais, com câmeras nas ruas, nas casas, nos quartos, preocupar-se com a fechadura? O tempo é outro. Não há espaço para choro. “Sorria, você está sendo filmado”<sup>243</sup>.

A necessidade de autorização é chamada na decisão do STF de censura particular<sup>244</sup>, ou seja, a proibição no caso não é feita por um órgão público que não permite a divulgação de opiniões e crenças a seu bel prazer, mas, por um particular que tenta impedir a circulação de uma obra literária. A proibição pelo Poder Judiciário de circulação da obra também é denominada de censura, mas judicial.

No entanto, limitar a atuação do biografado para que este apenas possa agir após a publicação é negar o seu acesso à justiça, direito que os ministros se mostraram preocupados em preservar quando da manifestação dos votos. Importante mencionar que não é apenas o ato de colocar o direito à liberdade de

<sup>243</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 22. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

<sup>244</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 24. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

expressão como superior e não permitir, em nenhuma hipótese, que os direitos da personalidade sejam questionados que seria impedir o acesso ao Poder Judiciário, mas também, o ato de negar que a justiça possa ser acionada diante, inclusive, da ameaça de lesão a esses direitos. Se fatos íntimos e privados da vida do biografado estão prestes a serem revelados a todos os potenciais leitores, ao biografado é preciso garantir esse direito de acesso à justiça para que este possa tentar evitar que a lesão à sua dignidade efetivamente ocorra. Afirmar que o biografado só pode agir após a publicação da biografia é exigir que este permaneça inerte diante da ameaça de lesão e só tenha acesso ao judiciário depois que suas informações íntimas já foram reveladas. Colocar em circulação comercial dados pessoais que, muitas vezes, são carregados de traços de intimidade, sem sequer considerar a possibilidade de comunicação prévia a quem vivenciou na pele determinado fato é impedir que a ameaça de lesão seja levada à apreciação pelo Poder Judiciário.

Aceitar o argumento de que a pessoa que, por livre vontade, se expõe ao público não precisa assentir para que histórias de sua vida sejam contadas em livros e distribuídas a inúmeras livrarias e incontáveis estantes é admitir que as figuras públicas não têm Direito a privacidade, e este é inerente à pessoa humana. Para que essa pessoa possa ter ciência do que será publicado sobre ela e, dessa forma, ter certo controle a respeito de suas informações, a comunicação antes da publicação se faz necessária e evita o efetivo dano à pessoa humana.

Diante da renovada concepção do direito à privacidade é possível escolher, como se viu antes, quais fatos da vida deseja-se compartilhar com outras pessoas e quais momentos prefere-se manter no íntimo. Não cabe a ninguém escolher pela própria pessoa. Mesmo que o indivíduo opte por abrir parte de sua vida ao público é certo que isso não significa que não prefira manter longe dos olhos alheios determinados segmentos de sua história. Por essa razão, ganha relevo a possibilidade de garantir que as biografias possam ser precedidas de uma comunicação às figuras ali retratadas.

Ainda em seu voto, a Ministra Carmen Lúcia assevera que o direito à privacidade também é um direito constitucionalmente garantido. Ou seja, além da previsão nos artigos 20 e 21 do Código Civil que foram reinterpretados conforme

a Constituição a partir da ADI nº 4815 para retirar a obrigatoriedade de anuência dos biografados e demais personagens, o Direito a Privacidade, Intimidade, Honra e Imagem também podem ser encontrados na Constituição da República.

Também garante a inviolabilidade da intimidade (a essência resguardada de cada um), da privacidade (o que não se pretende viver senão no espaço mais recolhido daqueles com quem recai a escolha), da honra (que se projeta a partir da formação moral e dos valores que determinam as ações de cada um e fazem a pessoa reconhecida, para o que se precisa da liberdade) e da imagem (construída a partir da livre escolha do que se quer ser). Se houver ofensa – o que pode acontecer, pelas características humanas –, o autor haverá de responder por essa transgressão, na forma constitucionalmente traçada, pela indenização reparadora ou outra forma prevista em lei.<sup>245</sup>

Apesar do voto pela procedência do pedido e pela desnecessidade de autorização para publicação, o Supremo Tribunal Federal não fechou os olhos para os direitos da personalidade também previstos na Constituição da República. É possível verificar a afirmação de que os abusos no exercício do direito à liberdade de expressão podem ser questionados e são cabíveis de indenização e direito de resposta. Mas, como verificar tais abusos? O que poderia ser considerada ofensa ao biografado e, portanto, cabível de questionamento perante o Poder Judiciário e o que estaria garantido pelo direito à liberdade de expressão?

Nas palavras de Carmen Lúcia, ao impedir a circulação do escrito ou recolher a obra, estaria, na verdade, “amordaçando-se a história. Pois a história humana faz-se de história dos humanos, ou seja, de todos nós.”<sup>246</sup> A solução encontrada pelo Tribunal é permitir a circulação da biografia, mesmo que não autorizada pela personagem central da obra que, se por ventura, se sentir ofendida em nos seus direitos da personalidade, poderia pleitear indenização ou direito de resposta. No entanto, muitas vezes, ao permitir a circulação de uma obra de vida, pode acarretar em danos à pessoa humana, que, segundo o STF, só poderia questionar os escritos depois que os fatos de sua vida privada já estiverem ao alcance de todos.

<sup>245</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 23. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017

<sup>246</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 24. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017

O Ministro Ricardo Lewandowski, apesar de votar a favor da desnecessidade de autorização para publicação das biografias, alertou em seu voto para o princípio da inafastabilidade da jurisdição, previsto no artigo 5º, XXXV da nossa Constituição:

Eu entendo, com todo o respeito, que, neste princípio, compreende-se, sim, o poder de cautela do juiz, sobretudo porque esse dispositivo faz menção à ameaça a lesão de direitos, portanto, o juiz deve ter instrumentos para impedir a mera ameaça de lesão.”<sup>247</sup>

A internet de fato intensifica a questão até então existente apenas na divulgação de impressos físicos. O poder de alcance de uma biografia com os *e-books* ultrapassa a margem de leitores que alcançaria exclusivamente com os livros. Os *e-books* são mais baratos em razão do menor custo de produção e estão à distância de um *click* dos leitores, que, de outra forma teriam que se deslocar até uma livraria ou aguardar a chegada do livro comprado através das lojas *online*.

Mas eu gostaria de observar o seguinte: **a questão hoje é muito mais complexa do que alguns imaginam, porque, hoje, as biografias não são veiculadas apenas em livros ou em papel, mas, na verdade, hoje a maioria dos livros circula na internet.** Nós temos duas grandes editoras, ou divulgadoras de livros, como a Amazon e a Kindle, que publicam livros e que podem ser baixados pela internet. Então, muitas vezes, publicam-se biografias ofensivas, apócrifas, sem autores, não autorizadas, em países onde a própria jurisdição brasileira não alcança. Então, o problema hoje é extremamente complexo e é preciso que nós tenhamos meios para coibir esses abusos que, infelizmente, existem no mundo real.<sup>248</sup> (grifou-se)

A comunicação anterior à publicação é, na realidade, uma forma de evitar litígios posteriores e questionamentos do que seria ou não abusos no exercício do direito à liberdade de expressão enquanto o dano ao biografado ainda não ocorreu, enquanto aquele fato íntimo de sua vida ainda permanece, de certa forma, na sua esfera de intimidade.

O principal argumento a favor da não necessidade de anuência para publicação das histórias das vidas de outrem estaria em evitar, de todas as formas,

<sup>247</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 263. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

<sup>248</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 263. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

a censura. Como visto no item anterior, a liberdade é um dos direitos mais caros em uma sociedade democrática, senão o maior. A liberdade de expressão, como qualquer outra vertente da liberdade, tem a sua importância e merece ser respeitada, garantida e usufruída. Somos seres livres e a nossa Constituição da República permite e garante que possamos usar da nossa liberdade. Contudo, como qualquer direito, a liberdade não é absoluta e, algumas vezes, pode encontrar limites em algum outro direito. Limitar a liberdade não significa anulá-la ou extingui-la do ordenamento jurídico, mas reconhecer que às vezes se faz necessário diminuir a sua incidência para que outro direito, igualmente importante, possa ser também resguardado.

Ana Paula de Barcellos argumenta em seu parecer a respeito da importância do acesso ao Poder Judiciário por parte dos biografados antes mesmo da publicação da obra biográfica. Para tanto, também faz um comparativo com o direito patrimonial, onde as questões envolvendo segredos comerciais recebem uma maior proteção jurídica do que as que envolvem os direitos existenciais da pessoa humana. Negar a possibilidade de recorrer à resposta da justiça em casos de ameaça de lesão, “pouco significado teria a garantia de acesso à Justiça”. Em suas palavras:

Em outro contexto, é fácil imaginar que uma biografia – ou qualquer outra publicação – que revelasse segredos comerciais, publicasse material protegido por direitos autorais ou fizesse uso de marca registrada poderia ser, nesse ponto, proibida de circular pelo Poder Judiciário. Ora, não faria sentido que a tutela específica em casos de conflito entre a liberdade de expressão/informação e outros direitos ficasse restrita ao contexto dos direitos comerciais e não alcançasse os direitos à personalidade. Dinheiro pode até ser um equivalente adequado para danos de natureza patrimonial, mas não para violação dos direitos da personalidade. **Caso ao Judiciário fosse vedado tomar providência capaz de impedir a lesão a direito, pouco significado teria a garantia do acesso à Justiça. (grifa-se)** <sup>249</sup>

A autora nos chama a atenção para os três modelos de solução de conflitos entre liberdade de informação e intimidade que se desenvolvem a partir dos elementos:

<sup>249</sup> BARCELLOS, Ana Paula de. Intimidade e pessoas notórias. Liberdades de expressão e de informação e biografias. Conflito entre Direitos Fundamentais. Ponderação, caso concreto e acesso à justiça. Tutelas específica e indenizatória. *Revista Direito Público*, vol. 11, n. 55, p. 32, 2014. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2372/1236>>. Acesso em: 30 maio 2017

(i) quem define o que integra a intimidade e a vida privada dos indivíduos; (ii) o tipo de mecanismo admitido para lidar com o conflito – tutela específica (isto é: a proibição da divulgação) ou apenas indenização a posteriori – e (iii) os parâmetros para a aplicação desses mecanismos.<sup>250</sup>

Segundo a autora, o Supremo Tribunal Federal é adepto do modelo 1, que é aquele que prioriza a “indenização posterior como única forma de tutela disponível para violações à intimidade”. Aqueles que acreditam e utilizam esse modelo de solução de conflitos por vezes usam a expressão “censura judicial” e assim “equiparar eventual decisão judicial que proíbe a divulgação da informação como censura clássica, levada a cabo por órgãos da Administração Pública.” Os riscos que os direitos existenciais correm com as publicações seriam, para eles, um “mal menor” que ficariam em segundo plano quando em conflito com a liberdade de expressão<sup>251</sup>

Nesse modelo, o biografado poderia recorrer ao Poder Judiciário ao se sentir lesado com a divulgação de fatos de sua vida privada após a circulação da obra e não de forma prévia. O Judiciário, por sua vez, poderia determinar uma indenização caso reconhecesse o abuso no direito de informar, “mas não estaria autorizado, uma vez tendo identificado a ameaça dessa mesma lesão, a evita-la (ou minimizá-la), por meio de tutela específica.”<sup>252</sup> A autora afirma que esse modelo não é compatível com as previsões constitucionais, uma vez que o artigo 5º, X da Constituição fala em inviolabilidade da intimidade e vida privada,

<sup>250</sup> BARCELLOS, Ana Paula de. Intimidade e pessoas notórias. Liberdades de expressão e de informação e biografias. Conflito entre Direitos Fundamentais. Ponderação, caso concreto e acesso à justiça. Tutelas específica e indenizatória. *Revista Direito Público*, vol. 11, n. 55, p. 27, 2014. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2372/1236>>. Acesso em: 30 maio 2017.

<sup>251</sup> BARCELLOS, Ana Paula de. Intimidade e pessoas notórias. Liberdades de expressão e de informação e biografias. Conflito entre Direitos Fundamentais. Ponderação, caso concreto e acesso à justiça. Tutelas específica e indenizatória. *Revista Direito Público*, vol. 11, n. 55, p. 27, 2014. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2372/1236>>. Acesso em: 30 maio 2017.

<sup>252</sup> BARCELLOS, Ana Paula de. Intimidade e pessoas notórias. Liberdades de expressão e de informação e biografias. Conflito entre Direitos Fundamentais. Ponderação, caso concreto e acesso à justiça. Tutelas específica e indenizatória. *Revista Direito Público*, vol. 11, n. 55, p. 29, 2014. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2372/1236>>. Acesso em: 30 maio 2017.

“expressão indicativa de que o objetivo do constituinte não é admitir a violação, contanto que haja uma indenização posterior.”<sup>253</sup>

Diferentemente da censura que ocorre nos países em que o regime democrático não está verdadeiramente instalado, a proibição de circulação de uma obra por ferir direitos da personalidade não é, de qualquer forma, censura. Como visto, tanto o direito à liberdade de expressão quanto o direito à privacidade são previstos constitucionalmente e a limitação de um para o resguardo de outro não é proibir que o indivíduo expresse sua opinião e exerça sua liberdade, mas impedir que seus atos firam um direito constitucional de outro cidadão, direito este tão caro quanto a liberdade.

Proibir a necessidade de anuência do biografado ou mesmo que este tome conhecimento que está servindo de objeto em uma obra biográfica antes da publicação do livro a fim de evitar que a obra seja descontinuada é impedir que este indivíduo tente, de alguma forma, resguardar sua intimidade. Após a publicação aquela intimidade não mais existe e o acesso ao judiciário se dará apenas na busca por compensação de um direito que a violação poderia ter sido evitada.

Ana Paula de Barcellos afirma que a liberdade de buscar informação não tem o mesmo alcance da liberdade de expressão, pois existem certos segmentos que a liberdade de se informar não abrange como, por exemplo, a informação que se sabe falsa, segredos industriais ou obras protegidas por direitos autorais. Afirma ainda que “também como regra não há um direito à informação sobre a intimidade alheia ou sobre o que se passa na casa de terceiros.”<sup>254</sup>

<sup>253</sup> BARCELLOS, Ana Paula de. Intimidade e pessoas notórias. Liberdades de expressão e de informação e biografias. Conflito entre Direitos Fundamentais. Ponderação, caso concreto e acesso à justiça. Tutelas específica e indenizatória. *Revista Direito Público*, vol. 11, n. 55, p. 31, 2014. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2372/1236>>. Acesso em: 30 maio 2017.

<sup>254</sup> BARCELLOS, Ana Paula de. Intimidade e pessoas notórias. Liberdades de expressão e de informação e biografias. Conflito entre Direitos Fundamentais. Ponderação, caso concreto e acesso à justiça. Tutelas específica e indenizatória. *Revista Direito Público*, vol. 11, n. 55, p. 16, 2014. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2372/1236>>. Acesso em: 30 maio 2017.

Como visto no item anterior sobre liberdade de expressão e direito à informação, o direito de informar e ser informado deve ser preservado e garantido, no entanto, não é crível que esse direito alcance toda e qualquer informação, inclusive aquele dado, momento ou situação de caráter tão íntimo de uma pessoa que a divulgação não acrescenta conhecimento aos que recebem a informação mas pode causar sofrimento aquele indivíduo que vivenciou tal momento e preferia que este permanecesse na esfera privada de sua vida.

Carmen Lúcia demonstra a sua preocupação com a censura quando assevera que “alguém – o censor – faz-se senhor não apenas da expressão do pensamento ou do sentimento de alguém, mas também – o que é mais – controla o acervo de informação que se pode passar a outros.”<sup>255</sup> No caso das biografias não autorizadas a limitação em divulgar informações íntimas não tem o desejo de proibir que os indivíduos se expressem ou que possam emitir opinião acerca de qualquer assunto, mas, como visto, não há um direito à informação sobre a intimidade alheia, deste modo, evitar que informações íntimas - que não se tratam de opinião, mas de passagens de uma vida - possam circular livremente é garantir que a dignidade humana do biografado seja preservada, através da garantia ao seu direito à privacidade.

A Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da OEA, em 2007, emitiu estudo especial sobre o direito de acesso à informação:

Reitera não ser absoluto o direito de acesso à informação, pode ser submetido a regime de restrição, entendida como “a conduta definida legalmente como geradora de responsabilidade pelo abuso da liberdade de expressão. (...) Nesse estudo, reconhece-se a possibilidade de limitações ao exercício de liberdade de expressão e de acesso à informação pautadas na proteção dos direitos ou da reputação de outras pessoas, da segurança nacional, da ordem pública e da saúde e da moral públicas.”<sup>256</sup>

No entanto, apesar do estudo apresentado, o STF reconhece que as limitações são admitidas se previamente previstas em lei e desde que se

<sup>255</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 69. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

<sup>256</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 82. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

harmonizem com os princípios que regem a sociedade democrática, pois “qualquer limitação ao exercício dos direitos fundamentais deve conduzir-se pela conclusão de serem os danos produzidos maiores que os causados ao interesse público se a informação fosse retida.”<sup>257</sup>

Destaca-se, novamente, que os direitos existenciais estão inseridos na cláusula geral de tutela da pessoa humana, que se exterioriza através do princípio da dignidade da pessoa humana, cuja a importância já foi estudada nesse capítulo. Os danos produzidos ao interesse público quando uma informação íntima deixa de ser divulgada são menores do que os danos causados à pessoa que vivenciou tal fato e prefere que este permaneça longe dos olhos alheios.

Não se pode chamar de censura<sup>258</sup> a tentativa de proteger e evitar a distribuição de fatos íntimos de um indivíduo pois este estaria exercendo um direito à privacidade e intimidade a ele garantido pela Constituição da República. A proibição de circulação prévia daquela biografia não seria sem qualquer justificação ou para evitar que órgãos do governo sejam criticados, mas para garantir efetivamente um direito à privacidade inerente de qualquer cidadão.

O Ministro Barroso falou em seu voto sobre o papel preferencial da liberdade de expressão quando da ponderação de direitos, e afirma que o Código Civil, ao exigir a autorização prévia, protege direitos da personalidade com tamanha intensidade que pretere a liberdade de expressão, violando, deste modo, o princípio da hierarquização entre normas de direito fundamental., uma vez que a liberdade de expressão “desfruta de posição preferencial dentro do sistema.”<sup>259</sup> Para o ministro, existe o direito a procurar pelo poder judiciário caso haja abuso, após a circulação da obra, contudo, assevera e recomenda que “é uma autocontenção quase absoluta do Poder Judiciário para só intervir nas situações,

<sup>257</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 82. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017

<sup>258</sup> O tema “censura” será levantado novamente no próximo capítulo.

<sup>259</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 143. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

como essas, de ilicitude na obtenção da informação, ou da mentira deliberada, ou, algum outro fundamento de gravidade insuperável.”<sup>260</sup>

Só permitir que o Poder Judiciário atue nas situações de ilicitude na obtenção da informação ou da mentira deliberada é coibir o acesso à Justiça daqueles que tiveram sua vida privada e íntima exposta em uma biografia e que permaneceram de mãos atadas para impedir que tais fatos íntimos fossem divulgados primeiramente.

A segunda consequência dessa posição preferencial da liberdade de expressão é a forte suspeição e o escrutínio rigoroso que devem sofrer quaisquer manifestações de cerceamento da liberdade de expressão seja legal, seja administrativa, seja judicial, ou seja privada.<sup>261</sup>

O objetivo de se ter acesso anterior ao que será divulgado em relação à pessoa em sua biografia não é cercear a liberdade de expressão que, apesar de ter reconhecida a prioridade pelo Supremo Tribunal Federal, não é um direito absoluto, mas sim, evitar que informações íntimas que não possuem qualquer interesse público sejam distribuídas a incontáveis leitores mundo afora.

Barcellos atenta para o fato de que o autor da ADI 4815 quis equiparar uma biografia com o exercício da imprensa, no entanto, as duas atividades, por mais que semelhantes, possuem diferenças importantes. O biógrafo, diferentemente do jornalista, não precisa divulgar uma informação com a rapidez de um jornal diário e não emite opiniões acerca de debates que estão acontecendo naquele instante, a biografia é obra que trata do passado “são produzidas ao longo de anos, e resulta, de pesquisa, estudo e múltiplas revisões do texto, estando muito mais próximas da historiografia do que da imprensa.”<sup>262</sup>

<sup>260</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 150. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

<sup>261</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 147. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

<sup>262</sup> BARCELLOS, Ana Paula de. Intimidade e pessoas notórias. Liberdades de expressão e de informação e biografias. Conflito entre Direitos Fundamentais. Ponderação, caso concreto e acesso à justiça. Tutelas específica e indenizatória. *Revista Direito Público*, vol. 11, n. 55, p. 24, 2014. Disponível em:

Não seria correto, porém, equiparar uma biografia com o ofício diário próprio da imprensa, de modo que a posição preferencial reforçada que se reconhece à liberdade de imprensa não pode ser aplicada em toda sua extensão, e sem maiores reflexões, às biografias. O ponto é relevante, pois o autor da ADI 4815 procura equiparar as duas atividades e pretende ver adotado “o standard segundo o qual quaisquer informações sobre figuras públicas ou pessoas envolvidas em eventos de interesse público podem ser divulgadas – pela Imprensa ou em biografias – sem a necessidade de autorização prévia dos biografados, de seus familiares ou do Poder Judiciário (em sentido aproximado ao decidido nos EUA em *New York Times v. Sullivan*, 376 U.S. 254 (1964)).<sup>263</sup>

A importância histórica das biografias também foi mencionada como argumento do Supremo Tribunal Federal para garantir a publicação de biografias sem a necessidade de autorização das figuras ali retratadas. A Ministra Carmen Lúcia assevera que as biografias têm função social para o conhecimento da história e, portanto, não seria possível coibir a liberdade de expressão e de circulação de biografias em prol da chamada censura particular.<sup>264</sup>

A biografia faz história quando conta histórias de vida. É certo que, como visto no primeiro capítulo, a biografia é uma importante fonte de conhecimento cultural de determinada sociedade em determinado tempo. No entanto, a biografia não autorizada não é a única forma de biografia e sequer é o único modo de recolher dados para que gerações futuras possam conhecer a sociedade atual ou passada.

As autobiografias ou as biografias escritas com a autorização das personagens ali retratadas contam suas vidas da mesma forma que os livros publicados sem a anuência. O fato de evitarem tocar em um ou outro ponto mais sensível da vida do biografado que este prefere que permaneça na sua esfera íntima, não impede que os leitores conheçam a sociedade e as figuras da época. Se a biografia é história, a biografia autorizada também faz história.

---

<<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2372/1236>>. Acesso em: 30 maio 2017.

<sup>263</sup> BARCELLOS, Ana Paula de. Intimidade e pessoas notórias. Liberdades de expressão e de informação e biografias. Conflito entre Direitos Fundamentais. Ponderação, caso concreto e acesso à justiça. Tutelas específica e indenizatória. *Revista Direito Público*, vol. 11, n. 55, p. 24, 2014. Disponível em:

<<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2372/1236>>. Acesso em: 30 maio 2017.

<sup>264</sup> BARCELLOS, Ana Paula de. Intimidade e pessoas notórias. Liberdades de expressão e de informação e biografias. Conflito entre Direitos Fundamentais. Ponderação, caso concreto e acesso à justiça. Tutelas específica e indenizatória. *Revista Direito Público*, vol. 11, n. 55, p. 24, 2014. Disponível em:

<<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2372/1236>>. Acesso em: 30 maio 2017.

Deste modo, é imprescindível que o biografado possa ter acesso ao conteúdo dos escritos biográficos e, caso ali contenha alguma informação extremamente íntima, que ele prefira deixar longe dos olhares do público, é preciso que a ele seja destinado algum mecanismo de controle dessas informações, para que, efetivamente, o seu direito à privacidade seja resguardado. Se a autorização prévia é vista como uma forma de limitação do direito à liberdade de expressão e de informação é preciso encontrar um caminho que permita tanto ao biógrafo a produzir os seus escritos quanto ao biografado de controlar suas informações privadas, e esse mecanismo pode ser encontrado através da comunicação prévia.

A comunicação prévia, diferente da autorização para publicação da biografia, não existe para impedir toda e qualquer obra biográfica de ser publicada e circular, mas sim, para dar a oportunidade do biografado ter acesso às informações que estão sendo recolhidas sobre ele e que serão disponibilizadas para o público e assim, de fato, exercer o seu direito à privacidade, evitando que circulem fatos íntimos que, a princípio, em nada interessam às demais pessoas, que não aquelas com quem ele escolheu compartilhar esses momentos.

#### 4.

### **Critérios para divulgação de informações e possíveis consequências decorrentes da publicação de histórias de vida.**

Ao falar sobre histórias de vida e a possibilidade de publicação das informações de determinadas pessoas que, por algum motivo, chamaram a atenção do biógrafo, é preciso atentar, a partir do caso concreto, para os direitos que serão discutidos com a publicação. Não é algo simples, uma vez que os dois lados possuem argumentos fortes, tanto para a possibilidade de publicação daquela biografia, quanto para garantir o direito à privacidade da personagem retratada na obra.

Foi visto no capítulo anterior que ferir a intimidade, privacidade e demais direitos existenciais que podem ser colocados em risco com a publicação da biografia é violar, em especial, o princípio da dignidade da pessoa humana, que é o maior norte interpretativo previsto na Constituição da República de 1988. Não é o suficiente alegar que o direito à liberdade de expressão tem posição preferencial aos direitos da personalidade, em razão de se evitar o retorno a um estado de censura uma vez a preservação de um direito fundamental, tal qual é a privacidade, não merece ser caracterizado como censura<sup>265</sup>, pois não se utiliza nenhum critério moral ou ideológico para proibir a circulação de uma obra. Trata-se, com efeito, de evitar, a circulação de alguma informação íntima para garantir que um direito, previsto constitucionalmente, seja respeitado. A censura, por outro lado, está presente em governos ditatoriais e possui dimensão saneadora e pedagógica:

A dimensão saneadora da censura estava ligada à tentativa política de controlar os comportamentos sociais e políticos, eliminando dos meios de comunicação aqueles assuntos que contrariavam aos interesses do governo. (...) Ao lado da função saneadora, a censura também assumia uma importante função pedagógica, ou seja, havia uma nítida preocupação de cunho educativo, e não somente repressivo ou proibitivo. Por esse viés, a censura era feita às claras, contando com o apoio de

---

<sup>265</sup> Uma das definições para a palavra censura encontrada no dicionário online Michaelis é: “Exame de trabalhos artísticos ou de material de caráter informativo, a fim de filtrar e proibir o que é inconveniente, do ponto de vista ideológico ou moral.” CENSURA. In: DICIONÁRIO Brasileiro da Língua Portuguesa. [S.l.]: Michaelis, 2018. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/censura/>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

importantes setores conservadores da sociedade civil, que aderiam à ideia de defesa moral e dos bons costumes como necessidade de salvaguardar os valores, sobretudo os proclamados em nome da “tradicional família brasileira”, diante das intensas transformações pelas quais passaram os costumes durante os anos 1960 e 1970.<sup>266</sup>

Diante das características acima expostas, pode-se afirmar que garantir o acesso à justiça antes da publicação de uma biografia, ou mesmo a retirada da obra de circulação após a publicação, não são ações que constituem em censura, uma vez que será resultado de um processo de ponderação realizado pelo Poder Judiciário. Além do mais, como será estudado ainda neste capítulo, o interesse público é um critério principal que merece ser observado no momento da ponderação, pois, se há interesse público, há interesse na divulgação das informações e não no sigilo. Na censura, por outro lado, os temas onde se verificava a aplicação da dimensão saneadora eram constantemente “relacionados à política, cujas restrições deveriam ser feitas de forma disfarçada e negada para que não afetassem a imagem do governo (...)”<sup>267</sup>, o oposto do que se defende na presente pesquisa.

Quanto ao posicionamento privilegiado de um direito sobre o outro, a liberdade de expressão, tal qual o direito à privacidade, ou os demais direitos da personalidade já narrados, possuem previsão constitucional, deste modo, não é possível falar que um sempre se submete ao outro ou que, em regra geral, a liberdade de expressão terá posição preferencial em se tratando da publicação de biografias. O direito à liberdade de expressão não está acima da cláusula geral que tutela os demais direitos da pessoa humana, por essa razão, não se pode afirmar que aquele sempre prevalece em detrimento desta. Da mesma forma, não é possível afirmar que os direitos da personalidade sempre estarão em patamar superior à liberdade de expressão, pois se assim fosse, toda e qualquer publicação de biografias estaria impedida de acontecer, antes mesmo do início do processo de escrita.

<sup>266</sup> VIVEIROS DE CASTRO, Thamís Dalsenter. *Bons Costumes no Direito Civil Brasileiro*. São Paulo: Almedina, 2017, p. 112-113.

<sup>267</sup> SETEMY, Adriana Cristina Lopes. Os dois lados da moeda: a censura de imprensa entre a repressão e a legitimação. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24, 2007, São Leopoldo. História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo, 15-20 jul. 2007, p. 03. Disponível em: <<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Adrianna%20Cristina%20Lopes%20Setemy.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

Nem se pode falar, genericamente, em uma preferência pela publicação em caso de dúvida, porque é dever do magistrado proceder à ponderação a fim de determinar, no caso concreto, qual dos dois interesses igualmente protegidos há de prevalecer. A preferência pela publicação é solução simplista, que cria uma via de fuga para um dever constitucional de efetuar a ponderação exigida nesse gênero de conflitos. **Se é certo que a restrição representa medida traumática para a editora e para o biógrafo, não seria menos drástica a decisão judicial que afirmasse que, mediante o pagamento de indenização, a lesão à privacidade pode continuar sendo perpetrada por meio da circulação da obra.** Equivaleria isso a atribuir um preço à intimidade do biografado, com efeitos bem mais nefastos do que se pode perceber a princípio. (grifou-se)<sup>268</sup>

Por esses motivos, é preciso analisar no caso concreto os critérios para a publicação da uma biografia a fim de se chegar a uma forma equilibrada de garantir que as informações importantes sejam divulgadas, ao mesmo tempo em que se permite ao biografado retirar do texto aquelas informações de caráter íntimo, que em nada afetariam o conteúdo geral da obra, mas que com a publicação e circulação poderiam ferir a sua dignidade de maneira tão intensa que os mecanismos de compensação *a posteriori* não seriam suficientes para restaurar aquele direito ferido.

Primeiramente, por se tratar da colisão de direitos fundamentais, antes mesmo de se colocar um como superior ao outro em regra geral, é preciso fazer a ponderação desses direitos naquele caso concreto da publicação de biografias. A seguir, serão analisados os dois principais critérios para a publicação: a morte do biografado como fim da personalidade da pessoa natural e o interesse público na divulgação daquelas informações. Por fim, serão estudados os mecanismos de reparação que poderão ser utilizados caso os critérios não sejam observados e ao biografado não se tenha concedido a possibilidade de exercer o seu direito à privacidade enquanto a lesão concreta ainda não ocorreu, como estudado no capítulo anterior.

#### 4.1.

#### **A ponderação de direitos e os principais critérios a serem observados**

Conforme já discutido nos dois capítulos anteriores, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADI nº4815, de forma unânime entendeu que o direito à liberdade de expressão tem uma posição preferencial em relação aos demais

<sup>268</sup> SCHREIBER, Anderson. Direitos da Personalidade. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 151.

direitos, para preservar o estado democrático de direito e evitar a chamada censura privada ou judicial. No entanto, como observado no segundo capítulo, os direitos fundamentais em questão, tais como a privacidade, a intimidade, a honra e a imagem merecem um destaque que não foi observado na decisão, uma vez que tais direitos fazem parte do conjunto de direitos existenciais dos indivíduos e possuem a mesma importância reservada ao princípio da dignidade da pessoa humana, a de fundamento da República vez que decorrem da cláusula geral de tutela.,.

O direito à liberdade de expressão, portanto, não se coloca de forma superior aos direitos citados em toda e qualquer situação. Isso significa que não é possível supor a sua superioridade de forma geral, em todos os casos relacionados a biografias não autorizadas, direitos da personalidade e direito à informação. A análise deve ser feita caso a caso, observando o direito do biógrafo de contar a história, de informar e de se expressar, o direito dos leitores de serem informados, mas também o direito do biografado de ter acesso ao texto antes de sua publicação, não para censurá-lo sem propósito ou para proibi-lo de circular, mas ter a oportunidade de evitar que uma lesão a seus direitos existenciais ocorra. Uma vez que o direito à informar e ser informado não abraça todo o tipo de informação, é preciso garantir ao biografado o direito de reservar certas informações ao âmbito de sua esfera privada e isso se dá através da comunicação prévia.

A concretização do direito à autodeterminação informativa demanda que o sujeito possa ter certo controle das informações que sobre ele foram recolhidas e que serão publicadas para incontáveis leitores. Para que o biografado possa exercer esse seu direito à privacidade é importante, portanto, que ele tenha acesso a quais dados o biógrafo pretende inserir na obra biográfica e, a partir disso, o biografado poderá decidir se recorre ao Poder Judiciário para tentar impedir que determinada informação escape da sua esfera privada, ou seja, para tentar evitar que o dano à sua dignidade ocorra.

No entanto, é essencial frisar a importância das biografias para relatar, por exemplo, um contexto histórico, musical, artístico, cultural visto através dos olhos de alguém que vivenciou aquela realidade, conforme estudado no primeiro

capítulo deste trabalho. As biografias possuem sua importância como gênero literário e histórico e, por essa razão, também merecem ser preservadas.

Diante desse contexto, a fim de não minar de forma absoluta a publicação das biografias, alguns critérios podem ser observados para a publicação de histórias de vida, sendo dois os principais: o interesse público e a morte do biografado, uma vez que, se a preocupação é resguardar os direitos existenciais dos indivíduos, se existe interesse público naquela informação, ela deixa de pertencer apenas à esfera privada do biografado e adquire a importância necessária para que o direito à informar e ser informado prevaleça, esses critérios devem ser observados em conjunto para o exercício da ponderação.

De forma muito geral, a ponderação pode ser descrita como uma técnica de decisão própria para casos difíceis (do inglês *hard cases*), em relação aos quais o raciocínio tradicional da subsunção não é adequado. A estrutura geral da subsunção pode ser descrita da seguinte forma: premissa maior – enunciado normativo – incidindo sobre a premissa menor – fatos – e produzindo como consequência a aplicação da norma ao caso concreto. O que ocorre comumente nos casos difíceis, porém, é que convivem, postulando aplicação, diversas premissas maiores igualmente válidas e de mesma hierarquia que, todavia, indicam soluções normativas diversas e muitas vezes contraditórias. A subsunção não tem instrumentos para produzir uma conclusão que seja capaz de considerar todos os elementos normativos pertinentes; sua lógica tentará isolar uma única norma para o caso.<sup>269</sup>

Luís Roberto Barroso, em publicação sobre a colisão entre o direito à liberdade de expressão e os direitos da personalidade, explica que a ponderação é uma técnica de decisão jurídica usada nos chamados casos difíceis, em especial as situações concretas em que normas de mesma hierarquia indicam caminhos diferentes<sup>270</sup>, como é o caso das biografias não autorizadas onde, de um lado, é possível encontrar o direito à liberdade de expressão do biógrafo, enquanto o biografado tenta preservar os seus direitos existenciais. O autor aponta um processo de três etapas para a ponderação.

A primeira etapa desse processo de ponderação consiste em “detectar no sistema as normas relevantes para a solução do caso, indicando eventuais conflitos

<sup>269</sup> BARCELLOS, Ana Paula de. Alguns parâmetros normativos para a ponderação constitucional. In *A Nova Interpretação Constitucional. Ponderação, direitos fundamentais e relações privadas*. Luís Roberto Barroso org. 3ª ed. rev. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p.55.

<sup>270</sup> BARROSO, Luís Roberto. *Colisão entre Liberdade de expressão e direitos da personalidade*. Critérios de ponderação. Interpretação Constitucionalmente Adequada do Código Civil e da Lei de Imprensa. Revista de Direito Administrativo, v.235, jan./mar. 2004, p. 09. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/45123/45026>> Acesso em 08 fev. 2018.

entre elas”, neste caso, as normas que indicam o mesmo caminho devem ser agrupadas em um mesmo conjunto de argumentos, para que se facilite a comparação que será feita posteriormente. Em seguida, na segunda etapa, “cabe examinar os fatos, as circunstâncias concretas do caso e sua interação com os elementos normativos”, ou seja, relacionar aqueles fatos concretos com os conjuntos de normas agrupados na primeira etapa do processo, “assim, os exames dos fatos e os reflexos sobre eles das normas identificadas na primeira fase poderão apontar com maior clareza o papel de cada uma e a extensão de sua influência”. A terceira etapa é considerada a mais importante pelo autor, uma vez que as duas primeiras etapas existem em qualquer procedimento interpretativo, mesmo quando não se trata de algum caso difícil.<sup>271</sup>

Nessa fase decisória os diferentes grupos de normas e a repercussão dos fatos do caso concreto serão examinados de forma conjunta, de modo a apurar os pesos a serem atribuídos aos diversos elementos em disputa e, portanto, o grupo de normas a preponderar no caso. Os parâmetros construídos na primeira etapa deverão ser empregados aqui e adaptados, se necessário, às particularidades do caso concreto. Em seguida, é preciso ainda decidir quão intensamente esse grupo de normas – e a solução por ele indicada – deve prevalecer em detrimento dos demais, isto é: sendo possível graduar a intensidade da solução escolhida, cabe ainda decidir qual deve ser o grau apropriado em que a solução deve ser aplicada. Todo esse processo intelectual tem como fio condutor o princípio instrumental da proporcionalidade ou razoabilidade.<sup>272</sup>

O autor traz, então, parâmetros constitucionais que devem ser observados no momento da ponderação entre a liberdade de expressão e os chamados direitos da personalidade, são eles: (i) a veracidade do fato, pois “a informação que goza de proteção constitucional é a informação verdadeira”, mas aponta que a verdade subjetiva poderá ser protegida, pois há plausibilidade na informação divulgada, portanto, o que não se protege é a mentira deliberada, o dolo na divulgação de uma notícia falsa ou a clara negligência na apuração dos fatos. (ii) A licitude do meio empregado na obtenção da informação também deve ser observada, ou seja, “o conhecimento acerca do fato que se pretende divulgar tem de ter sido obtido por meios

<sup>271</sup> BARROSO, Luís Roberto. *Colisão entre Liberdade de expressão e direitos da personalidade*. Critérios de ponderação. Interpretação Constitucionalmente Adequada do Código Civil e da Lei de Imprensa. Revista de Direito Administrativo, v.235, jan./mar. 2004, p. 10. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/45123/45026>> Acesso em 08 fev. 2018.

<sup>272</sup> BARROSO, Luís Roberto. *Colisão entre Liberdade de expressão e direitos da personalidade*. Critérios de ponderação. Interpretação Constitucionalmente Adequada do Código Civil e da Lei de Imprensa. Revista de Direito Administrativo, v.235, jan./mar. 2004, p. 10-11. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/45123/45026>> Acesso em 08 fev. 2018.

admitidos pelo direito”, logo, escutas telefônicas clandestinas e meios equivalentes de obtenção de informações não são cobertos de proteção no ordenamento jurídico, portanto, as informações colhidas por esses meios não poderão ser divulgadas. (iii) A questão a respeito da personalidade da pessoa retratada, se pública ou privada, também foi levantada como parâmetro, mas o autor, apesar de afirmar que as pessoas públicas possuem uma proteção menor de sua privacidade, ressalta que “evidentemente, menor proteção não significa supressão do direito”.<sup>273</sup>

Luís Roberto Barroso aponta, ainda, (iv) o local onde o fato aconteceu e (v) a natureza daquele fato como parâmetros constitucionais para a ponderação, pois “Os fatos ocorridos em local reservado têm proteção mais ampla do que os acontecidos em locais públicos”. Quanto à natureza do fato, o autor aponta que fenômenos da natureza, acidentes e crimes são fatos que devem ser noticiados, independentemente da exposição das pessoas envolvidas com determinados acontecimentos, isso porque tais fatos possuem interesse jornalístico na divulgação. Importante mencionar que o autor afirma, quando coloca o local do evento como um parâmetro constitucional a ser observado que “eventos ocorridos no interior do domicílio de uma pessoa, como regra, não são passíveis de divulgação contra a vontade dos envolvidos.”<sup>274</sup>. Desta forma, quando o autor afirma que a ocorrência do evento no interior do domicílio da pessoa influencia na possibilidade de divulgação das informações, há a preocupação de resguardar os fatos reservados à vida privada, mesmo que o conceito de privacidade não esteja mais apenas relacionado ao espaço físico.

O (iv) interesse público, que será tratado mais adiante, também é apontado como um critério de ponderação, onde o autor afirma que tal interesse público, em regra, é presumido. De forma especial, aponta o interesse público “na divulgação de fatos relacionados com a atuação de órgãos públicos”, pois a publicidade garante ao povo controlar as ações dos agentes públicos. Por fim, o autor manifesta uma preferência pelas sanções *a posteriori*, para que a informação não seja proibida de circular previamente, afirmando que existem mecanismos para se questionar aquela divulgação de determinada

---

<sup>273</sup> BARROSO, Luís Roberto. Colisão entre Liberdade de expressão e direitos da personalidade. Critérios de ponderação. Interpretação Constitucionalmente Adequada do Código Civil e da Lei de Imprensa. Revista de Direito Administrativo, v.235, jan./mar. 2004, p. 26. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/45123/45026>> Acesso em 08 fev. 2018.

<sup>274</sup> BARROSO, Luís Roberto. Colisão entre Liberdade de expressão e direitos da personalidade. Critérios de ponderação. Interpretação Constitucionalmente Adequada do Código Civil e da Lei de Imprensa. Revista de Direito Administrativo, v.235, jan./mar. 2004, p. 26. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/45123/45026>> Acesso em 08 fev. 2018.

notícia como, por exemplo, o direito de resposta, contudo, confirma que há diferença na divulgação de fatos que possam ferir a imagem da pessoa em relação a informações que violam a privacidade e intimidade, pois nesse último caso, “não há reparação capaz de desfazer o mal causado”.<sup>275</sup>

Ana Paula de Barcellos também traz em seu texto parâmetros que devem ser observados de forma preferencial no momento da ponderação, destacando entre eles a preferência dos direitos fundamentais sobre as demais disposições normativas. Nesse tópico a autora coloca a dignidade humana como um parâmetro preferencial sobre os demais, pois, “é absolutamente consensual na doutrina e na jurisprudência que a Constituição de 1988 fez uma opção material clara pela centralidade da dignidade humana e, como uma sua decorrência direta, dos direitos fundamentais.”<sup>276 277</sup> Sobre a ponderação de direitos, Maria Celina Bodin de Moraes explica que o procedimento deve ser realizado no caso concreto, pois “há, portanto, necessidade de que o juiz tenha conhecimento de todo o conjunto de dados sobre os fatos de modo a ter como justificar a seleção daqueles que o farão indicar a normativa adequada (também a ser justificada) ao caso concreto”. Sobre a ponderação a autora afirma<sup>278</sup>:

Ao se mencionar ponderação quer-se fazer referência a um procedimento de verificação, diante do caso concreto, da presença ou consistência (ou não) das

<sup>275</sup> BARROSO, Luís Roberto. *Colisão entre Liberdade de expressão e direitos da personalidade*. Critérios de ponderação. Interpretação Constitucionalmente Adequada do Código Civil e da Lei de Imprensa. Revista de Direito Administrativo, v.235, p. 27-28, jan./mar. 2004,.. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/45123/45026>> Acesso em 08 fev. 2018.

<sup>276</sup> BARCELLOS, Ana Paula de. Alguns parâmetros normativos para a ponderação constitucional. In *A Nova Interpretação Constitucional. Ponderação, direitos fundamentais e relações privadas*. Luís Roberto Barroso org. 3ª ed. rev. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p.109.

<sup>277</sup> A autora cita como exemplo de ponderação onde se colocou a dignidade humana como critério preferencial o julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça do Habeas Corpus nº 12.547-DF. O Ministro Ruy Rosado listou a ordem de suas razões. “(i) a dignidade humana (CF, art. 1º, III e Declaração Universal dos Direitos do Homem, ONU, 1948); (ii) o objetivo constitucional de construir uma sociedade justa (CF, art. 3º, I); (iii) os direitos à liberdade e à igualdade assegurados constitucionalmente (CF, art. 5º, caput); (iv) a eficácia horizontal, ou em relação a terceiros, partes privadas, dos direitos fundamentais; (v) os bons costumes e a ordem pública, que devem nortear a interpretação jurídica (LICC, art. 17); (vi) os fins sociais que igualmente devem ser tomados em conta pelo interprete (LICC, art. 5º); (vii) o caráter leonino e não comutativo do contrato em questão; e (viii) as condições subumanas das prisões, nas quais o devedor seria lançado.” <sup>277</sup> BARCELLOS, Ana Paula de. Alguns parâmetros normativos para a ponderação constitucional. In *A Nova Interpretação Constitucional. Ponderação, direitos fundamentais e relações privadas*. Luís Roberto Barroso org. 3ª ed. rev. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p.114.

<sup>278</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. Honra, liberdade de expressão e ponderação. *Civilistica.com*. Rio de Janeiro, a. 2, n. 2, p. 12,abr.-jun./2013. Disponível em:< <http://civilistica.com/wp-content/uploads/2015/02/Bodin-de-Moraes-civilistica.com>a.2.n.2.2013.pdf>. Acesso em 10 fev. 2018.

razões que justificaram a criação jurisprudencial da norma frente às expectativas existentes à época quanto à obediência geral e suas consequências, independentemente, a princípio, de outro pleito normativo concorrente que possa incidir sobre o mesmo fato. Busca-se, assim, uma aproximação com o procedimento de “adequação” proposto por Klaus Günther bem como com a idéia de “direito como integridade” de Ronald Dworkin.<sup>279</sup>

Um dos exemplos que utiliza em seu texto “Honra, liberdade de expressão e ponderação” de ponderação no caso concreto é o do ex-jogador de futebol Edmundo que teve o seu apelido “animal” relacionado à uma conduta no trânsito que resultou em um acidente com vítimas na matéria de um jornal. A palavra animal, se ausente do contexto “indicaria, em princípio, o incivilizado, o lado animalesco, estúpido e, portanto, desumano”. Contudo, contextualização do termo é importante para a ponderação de direitos:<sup>280</sup>

A manchete da revista e o título da reportagem utilizam-se do substantivo “animal”, relacionando este tipo de direção, violenta, negligente e imprudente, à brutalidade própria dos animais. Não o fez à toa. O apelido com que se conhece o jogador é justamente “Animal”. Da mesma forma que Ronaldo era “o Fenômeno”, Edmundo era “Animal”; e o atleta aproveitava-se desta fama e a alcunha nunca lhe incomodou. Se assim não fosse, provavelmente o resultado da decisão seria outro. Trata-se aqui do requisito da continência verbal das expressões utilizadas, cujo limite deve ser necessariamente elástico, fazendo com que “mesmo o uso de um epíteto infamante possa ser avaliado pelo juiz de modo a que sopesse se o recurso a adjetivos ou frases particularmente ásperos seja ou não funcional à economia do artigo, à luz da eventual absoluta gravidade objetiva da situação representada”. Oposta parece a situação quando se trata de ataques imotivados ou de animosidade pessoal sem qualquer finalidade vinculada ao interesse público.<sup>281</sup>

De forma mais específica, a respeito das biografias, Anderson Schreiber mencionou o Enunciado 279 da IV Jornada de Direito Civil<sup>282</sup> como uma iniciativa para suprir a omissão legislativa sobre o tema e também apresentou

<sup>279</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. Honra, liberdade de expressão e ponderação. *Civilistica.com*. Rio de Janeiro, a. 2, n. 2, p. 10, abr.-jun./2013. Disponível em: <<http://civilistica.com/wp-content/uploads/2015/02/Bodin-de-Moraes-civilistica.com-a.2.n.2.2013.pdf>>. Acesso em 10 fev. 2018.

<sup>280</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. Honra, liberdade de expressão e ponderação. *Civilistica.com*. Rio de Janeiro, a. 2, n. 2, p. 13, abr.-jun./2013. Disponível em: <<http://civilistica.com/wp-content/uploads/2015/02/Bodin-de-Moraes-civilistica.com-a.2.n.2.2013.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

<sup>281</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. Honra, liberdade de expressão e ponderação. *Civilistica.com*. Rio de Janeiro, a. 2, n. 2, p. 14, abr.-jun./2013. Disponível em: <<http://civilistica.com/wp-content/uploads/2015/02/Bodin-de-Moraes-civilistica.com-a.2.n.2.2013.pdf>>. Acesso em 10 fev. 2018.

<sup>282</sup> Enunciado 279: “A proteção à imagem deve ser ponderada com outros interesses constitucionalmente tutelados, especialmente em face do direito de amplo acesso à informação e da liberdade de imprensa. Em caso de colisão, levar-se-á em conta a notoriedade do retratado e dos fatos abordados, bem como a veracidade destes e, ainda, as características de sua utilização (comercial, informativa, biográfica), privilegiando-se medidas que não restrinjam a divulgação de informações.”

importantes parâmetros de ponderação para a publicação dessas histórias. Para o autor, a pessoa, ainda que seja famosa, pode querer “manter em segredo acontecimentos pessoais e sensações íntimas que não deseja tornar públicos”, em razão do direito à privacidade que todos possuem, daí porque é “da ponderação desse direito com as liberdades de informação e expressão é que se extrairá a solução do caso concreto”. Considerando que os parâmetros devem ser aplicados no caso concreto, ou seja “à luz da biografia em si e dos fatos que ela pretende divulgar”, é preciso resistir dessa forma, ao desejo de encontrar uma só solução em abstrato para todos os casos de biografias, ainda que “a lei, a doutrina e a jurisprudência possam e devam estabelecer parâmetros de ponderação”.<sup>283</sup>

São circunstâncias relevantes: (i) a repercussão emocional do fato sobre o biografado; (ii) a atitude mais ou menos reservada do biografado em relação ao fato; (iii) a importância daquele fato para a formação da personalidade do biografado (e, portanto, a necessidade da sua divulgação no âmbito da biografia); (iv) o eventual envolvimento de terceiros e seu grau de identificação no relato; (v) o formato da apresentação do fato, que pode ser mais ou menos sensacionalista; (vi) os riscos para outros direitos do biografado, como o seu direito à honra, que, como já visto, pode ser atingido indevidamente pela divulgação mesmo que de fatos verdadeiros; e assim por diante.<sup>284</sup>

Ainda sobre o tema, Anderson Schreiber demonstra preocupação com a expressão presente na parte final do enunciado, que indica a preferência “por medidas que não restrinjam a divulgação de informações”. O autor aponta que “Se é certo que a restrição à circulação da obra representa uma medida extrema, a conservação da lesão à personalidade do biografado não encontra justificativa em nossa ordem constitucional, pautada pela tutela da dignidade humana”. A preferência, em caso de dúvida, não deve ser, em regra, a publicação, pois o juiz deverá ponderar no caso concreto e o resultado pode apontar pela proteção dos direitos da personalidade. O autor entende que a melhor solução seria a autorregulamentação “com as próprias editoras deflagrando a criação de uma espécie de código uniforme de conduta a ser discutido e aprovado por

<sup>283</sup> SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2013, p. 150.

<sup>284</sup> SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 2ª ed. rev. e atual São Paulo: Atlas, 2013, p. 150.

representantes de todos os setores envolvidos”, o que dificilmente aconteceria com a adoção da opção preferencial e abstrata for pela publicação,<sup>285</sup>

O critério temporal é mencionado por Maria Celina Bodin de Moraes no artigo “Biografias não autorizadas: conflito entre a liberdade de expressão e a privacidade das pessoas humanas”. Neste artigo a autora demonstra preocupação com uma exposição da vida privada da pessoa humana que pode resultar da publicação de uma biografia não autorizada, pois “dar direito às editoras de publicar ‘obras’ tratando dos pormenores da vida privada de alguém soa como querer garantir um pretense ‘direito fundamental da sociedade’ a conhecer as fofocas e os detalhes picantes (...)”. Diante disso, a autora apresenta o critério da duração da vida do biografado<sup>286</sup> como parâmetro relevante a ser observado no caso concreto<sup>287</sup>.

Se ponderarmos adequadamente os interesses em jogo veremos que há uma maneira relativamente simples de equacionar a questão – em particular, um marco temporal, recurso tantas vezes empregado pelo legislador para pacificar questões igualmente controversas: a duração da vida do biografado. De fato, não é difícil compreender que a violação à privacidade, à honra ou à imagem da pessoa só ocorre durante a sua vida; após a morte, pode haver outras espécies de danos mais ou menos relacionadas à pessoa, mas a direitos fundamentais da personalidade (já extinta) não serão. Além disso, a morte parece ser um termo muito claro: se não há interesse social relevante na publicação de fofocas e de detalhes picantes da vida das pessoas enquanto elas estiverem vivas, a tendência é que com a morte da pessoa sua perspectiva diante da História, se é este o fundamento que se quer proteger, poderá ser muito mais bem avaliada.<sup>288</sup>

Sobre o critério temporal apresentado, Fernanda Nunes Barbosa o limita à biografias de pessoas anônimas, não vislumbrando o fim da vida como critério de publicação para as biografias de pessoas notórias. Cita o biógrafo Ruy Castro que

<sup>285</sup> SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 2ª ed. rev. e atual São Paulo: Atlas, 2013, p. 151.

<sup>286</sup> Maria Celia Bodin de Moraes utiliza a frase de Getúlio Vargas “saio da vida para entrar para a História” para ilustrar a possibilidade de publicação não autorizada das biografias póstumas. BODIN DE MORAES, Maria Celina. *Biografias não autorizadas: conflito entre a liberdade de expressão e a privacidade das pessoas humanas?* Editorial. *Civilistica.com*. Rio de Janeiro, a. 2, n. 2, p. 03, abr.-jun./2013. Disponível em: <<http://civilistica.com/biografias-nao-autorizadas/>> . Acesso em: 08 fev. 2018.

<sup>287</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. *Biografias não autorizadas: conflito entre a liberdade de expressão e a privacidade das pessoas humanas?* Editorial. *Civilistica.com*. Rio de Janeiro, a. 2, n. 2, p. 03, abr.-jun./2013. Disponível em: <<http://civilistica.com/biografias-nao-autorizadas/>> . Acesso em: 08 fev. 2018.

<sup>288</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. *Biografias não autorizadas: conflito entre a liberdade de expressão e a privacidade das pessoas humanas?* Editorial. *Civilistica.com*. Rio de Janeiro, a. 2, n. 2, p. 03, abr.-jun./2013. Disponível em: <<http://civilistica.com/biografias-nao-autorizadas/>> . Acesso em 08 fev. 2018.

aponta o fim da vida como um marco importante para o gênero, acrescentando que seria interessante que o biografado já tenha falecido há pelo menos 10 anos, pois “se a morte for recente, há uma tendência humana de tratar as pessoas recém-falecidas com uma certa sacralidade.”. Apesar de reconhecer a relevância da crítica, a autora entende não ser a morte, em regra, um critério a ser observado, muito porque uma biografia é apenas uma versão da vida daquela pessoa retratada.<sup>289</sup>

A respeito das biografias póstumas, Anderson Schreiber criticou o texto da lei que limita ao cônjuge, ascendente e descendente os legitimados para a defesa dos direitos da pessoa que já faleceu, “solução mais adequada seria ter deixado as portas abertas à iniciativa de qualquer pessoa que tivesse ‘interesse legítimo’ em ver protegida, nas circunstâncias concretas, a personalidade do morto.”. Sobre a publicação *post mortem*, o autor afirma que deve ser analisada “a visão de mundo do falecido” e ponderá-la com o direito à liberdade de expressão, exceto se há “ameaça ou violação direta à privacidade de certos familiares”.<sup>290</sup>

Por exemplo, se uma biografia traz relatos que o próprio biografado contava às escâncaras ou se tais relatos difundem características que o biografado jamais escondeu, não há de se acolher o pleito de familiares invocando uma suposta violação *post mortem* à sua privacidade. Ainda que o fato divulgado seja chocante para os parentes ou para o magistrado, é a própria pessoa, com seu singular estilo de vida, o único parâmetro seguro para a solução dessas controvérsias.<sup>291</sup>

Diante da importância que a biografia tem como gênero literário e histórico, a publicação de histórias de vida após a morte do retratado pode garantir o direito à liberdade de expressão do biógrafo, o direito à informação de toda a sociedade, sem que a pessoa retratada tenha que lidar com as consequências de eventuais lesões à privacidade e intimidade, que é uma preocupação quando se pretende preservar os direitos existenciais. A lesão à privacidade ou a divulgação de fato íntimo não irá gerar discriminação para a pessoa retratada, pois ela não estará mais vivendo em meio àquela sociedade. Neste caso, a autorização ou comunicação prévia aos familiares não precisaria ser garantida, pois o titular do direito à privacidade não poderá exercer o controle das próprias informações. No entanto, isso não significa que os biógrafos estariam livres para publicar o que

<sup>289</sup> BARBOSA, Fernanda Nunes. Biografias e liberdade de expressão. Critérios para publicação de histórias de vida. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2016, p. 271.

<sup>290</sup> SCHREIBER, Anderson. Direitos da Personalidade. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 155.

<sup>291</sup> SCHREIBER, Anderson. Direitos da Personalidade. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 155.

queiram a respeito da pessoa falecida sem nenhuma consequência, já que o critério da veracidade dos fatos deverá ser observado, no entanto, neste caso, a solução seria apenas *a posteriori*, ou seja, após a publicação.

A ponderação de direitos, presente em cada caso concreto, irá analisar se aquela informação que o biógrafo pretende publicar e que o biografado gostaria de manter longe dos olhos dos leitores deverá de fato ser colocada e circulação. Os critérios elaborados pelos autores e mencionados ao longo do texto são importantes e servem como um norte na atuação do biógrafo quando da elaboração da biografia, mas também na atuação do juiz, caso a questão seja levada à discussão no Poder Judiciário. Vale notar que o critério da veracidade do fato está inserido no interesse público, uma vez que há o interesse em divulgar informações verdadeiras, não há um direito à informação de dados falsos. Do mesmo modo, mesmo se aquela informação for verdadeira, não significa que deva ser transmitida a todos, pois pode fazer parte da vida íntima do biografado, logo, a informação para ser publicada deve ser verdadeira, mas nem sempre todas as informações verdadeiras devem ser publicadas. O critério da notoriedade da pessoa retratada também merece cautela ao ser aplicado, uma vez que mesmo as pessoas públicas são dotadas de um certo grau de privacidade, deste modo, esse critério deve ser observado em conjunto com os demais no momento da ponderação. Desta forma, dentre todos os critérios, um será destacado para um estudo mais detalhado, o interesse público.

#### 4.1.1.

#### **O interesse público e a possibilidade de divulgação das informações**

O indivíduo, ao cumprir as tarefas do dia a dia, exerce o seu viver nos espaços públicos, quando está no cumprimento da sua profissão, por exemplo, e também reserva parte do seu dia para o seu espaço privado, quando, também a título de exemplo, está passando um tempo com a sua família. Os dois espaços fazem parte do existir da pessoa humana, por essa razão, é importante fazer a diferenciação dos espaços e das pessoas que neles habitam. As pessoas são exatamente as mesmas nos espaços públicos e nos privados?

Em escrito sobre a obra de Hannah Arendt, Celso Lafer afirmou que, para a autora “a vida pública e a vida privada devem ser consideradas separadamente,

pois são diferentes os objetivos e as preocupações que as comandam.”<sup>292</sup> O direito público seria aquele direito que as pessoas têm em comum umas com as outras, ou seja, com aqueles indivíduos que vivenciam um determinado contexto em comum, os concidadãos. Cita como exemplo o direito à associação, onde os interesses individuais são exercidos de forma coletiva, “que gera poder, voltado para um mundo comum e compartilhado.”<sup>293</sup> Hannah Arendt, portanto, valoriza a possibilidade de exercer os direitos individuais de forma coletiva. O idiota, o ignorante, segundo a autora, é aquele que vive os seus direitos apenas na esfera privada, “é aquele que vive apenas na sua casa e se preocupa apenas com a sua vida e necessidades a ela inerentes.”. Essa determinada pessoa, “porque desconhece a relevância do mundo comum e compartilhado, cuja importância, para se evitar um novo estado de natureza totalitário, a visão arendtiana destaca, sublinhando a importância dos direitos humanos voltados para a esfera do público.” É chamada de idiota, que vem de *idion* “aquilo que é próprio, pessoal, privativo (o privado)”.<sup>294 295</sup>

Em *A condição humana*, Arendt afirma que os antigos ligavam o “caráter privativo da privacidade” à privação de algo. Quem vivia uma vida privada, como, nos exemplos trazidos pela autora, o escravo e o bárbaro que não podiam participar ou não se importavam em participar da esfera pública, não era considerado inteiramente humano. Nesta obra seu pensamento não liga, como os antigos o faziam, “privatividade” à privação, “isso, em parte, se deve ao enorme enriquecimento da esfera privada através do moderno individualismo”.<sup>296</sup>

<sup>292</sup> LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos*. Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 237.

<sup>293</sup> LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos*. Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 238.

<sup>294</sup> LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos*. Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 238.

<sup>295</sup> Em *A Condição humana*, no entanto, Arendt afirma que: “(...) Hoje, não apenas não concordaríamos com os gregos que uma vida vivida na privacidade do que é próprio ao indivíduo (*idion*), à parte do mundo comum, é <<idiota>> por definição, mas tampouco concordaríamos com os romanos, para os quais a privacidade oferecia um refúgio apenas temporário contra os negócios da *res publica*. O que hoje chamamos de privado é um círculo de intimidade cujos primórdios podemos encontrar nos últimos períodos da civilização romana, embora dificilmente em qualquer período da antiguidade grega, mas cujas peculiares multiformidade e variedade eram certamente desconhecidas de qualquer período anterior à era moderna.” ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 47-48.

<sup>296</sup> ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 48.

Não obstante, parece ainda mais importante o fato de que a privatividade moderna é pelo menos tão nitidamente oposta à esfera social – desconhecida dos antigos, que consideravam o seu conteúdo como assunto privado – como o é a esfera política propriamente dita. O fato histórico decisivo é que a privatividade moderna, em sua função mais relevante – **proteger aquilo que é íntimo** – foi descoberta não como o oposto da esfera política, mas da esfera social, com a qual, portanto, tem laços ainda mais estreitos e mais autênticos.<sup>297</sup> (grifou-se)

Por outro lado, Hannah Arendt também destaca que o totalitarismo pode gerar uma desolação, que seria uma forma de impedimento à vida privada que causa o desenraizamento. Nesse sentido, “a desolação faz desaparecer a intimidade<sup>298</sup>, que é, para ela, essencialmente uma descoberta positiva e importante do mundo moderno”, sem a intimidade, não existe o “estar só”.<sup>299</sup> A autora coloca Rousseau como o “primeiro eloquente explorador da intimidade”, que se rebelou contra a intromissão da sociedade na esfera íntima, indicando que “a intimidade do coração, ao contrário da intimidade da moradia privada, não tem lugar objetivo e tangível no mundo, nem pode a sociedade contra a qual ela protesta e de afirma ser localizada com a mesma certeza que o espaço público.” A chamada “rebelião do coração” é derivada desse “indivíduo moderno e seus intermináveis conflitos”<sup>300</sup>

Já sobre o direito à informação, Hannah Arendt o visualiza como “um meio para se evitar a ruptura totalitária”. Isso não significa que a autora negue ou diminua a importância desse direito, mas, ao contrário, que ela o concebe como “direito privado essencial”, pelo que, “na dialética do conflito e da

<sup>297</sup> ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 48.

<sup>298</sup> “É por isso que, na visão arendtiana – tão vinculada enquanto “ouriço” ao tema da ruptura, e tão voltada enquanto “raposa” para a possibilidade da pluralidade e da diversidade, tanto da vida activa quanto da vida contemplativa – um dos mais importantes direitos privados, que se coloca igualmente na perspectiva ex parte Populi, é o direito à intimidade. É “the right to be let alone” de que falava Brandeis, que ela cita com toda propriedade, pois foi Brandeis, num artigo escrito em parceria com Samuel Dennis Warren e publicado em 1890 na Harvard Law Review, um dos juristas que impulsionou a elaboração doutrinária e jurisprudencial em torno deste direito, realçando a importância, para as pessoas, do estar só.” LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos*. Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 239.

<sup>299</sup> LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos*. Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 239.

<sup>300</sup> ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 48.

complementariedade da tutela desses dois direitos, é preciso ponderar o interesse público de se procurar receber e difundir uma informação.”<sup>301</sup>

Na visão de Hannah Arendt sobre o público e o privado, o público seria aquilo “que afeta a todos, ou a maioria, sendo portanto o comum”. O privado, por sua vez, afeta apenas a uma pessoa ou a poucas pessoas a ela relacionadas. Enquanto o público é acessível a todos, o privado é reservado, pessoal.<sup>302</sup>

Hannah Arendt, em *The Human Condition*, ao discutir a esfera do público, designa dois fenômenos relacionados: (I) o de tudo aquilo que vem a público pode ser visto e ouvido por todos; e (II) o mundo comum a todos, que para ela não se reduz à terra, à natureza ou a Deus, mas é em verdade um artefato humano, constituído por coisas criadas que se inserem entre a natureza e os homens, unindo-os e separando-os num habitat humano.<sup>303</sup>

A preocupação em preservar o direito à informação está ligada à importância de se evitar o segredo ou mentira no espaço público, mas que a informação seja passada ao cidadão de forma transparente<sup>304</sup>: “Tanto as mentiras quanto os segredos corrompem o espaço público. A transparência do público através de uma informação honesta e precisa é, portanto, condição para o juízo e a ação numa autêntica comunidade política.” Em análise da obra de Hannah Arendt, Celso Lafer identificou que, diante do entendimento da autora de que o público é o comum e o privado é “aquilo exclusivo do ser humano na sua individualidade”, o que for privado não merece ser divulgado, em razão da falta de interesse público na veiculação de informações íntimas. Da mesma forma, Lafer entende que Arendt “oferece como critério para limitar o direito à informação o princípio de

<sup>301</sup> LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos*. Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 242.

<sup>302</sup> LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos*. Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, 243.

<sup>303</sup> LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos*. Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 244.

<sup>304</sup> “Conforme se verifica, para Hannah Arendt, o direito à informação exata e honesta é um ingrediente do juízo, indispensável para a preservação da esfera pública enquanto algo comum e visível, que para ela resulta, com muito vigor, da experiência e das consequências do totalitarismo. A esta conclusão, a que ela chega através da hermenêutica dos significados da ruptura, cabe acrescentar uma fundamentação adicional, que ela, fiel às suas origens filosóficas, vai buscar em Kant.” LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos*. Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 251.

exclusividade”, pensamento indicado nos textos *Reflections on Little Rock* e *Public rights and private interests*.<sup>305</sup>

Em *Little Rock*, Arendt menciona que a privacidade é regida pela exclusividade. O público é aquilo que é comum, mas o privado só se compartilha com determinadas pessoas que são escolhidas livremente, não de acordo com um padrão específico, mas em razão da sua singularidade.<sup>306</sup> Desta forma, se o privado é exclusivo, isso significa que é possível manter determinadas informações em acesso limitado a pessoas do convívio próximo, escolhidas pelo titular daquela informação específica. Ser exclusivo e singular é diferente do comum, daquilo que se compartilha com indeterminado número de pessoas, mas preserva o seu caráter privado na medida em que é garantido o direito de manter em segredo determinados fatos da vida. A partir do princípio da exclusividade pode-se concluir que existem fatos da vida que a pessoa, de forma exclusiva, decide partilhar entre o seu círculo mais íntimo, essas informações, partindo desse ponto de vista, não podem, obrigatoriamente, serem destinadas ao comum, a todos, justamente por não estarem cobertas pelo interesse público.

Para Hannah Arendt, o princípio da exclusividade atua como mediador nos conflitos entre o direito à informação e o direito à privacidade. Apenas quando a informação for relevante para a sociedade é que o direito à privacidade cede em nome da construção da vida de relação, da coexistência humana. Neste sentido, percebe-se uma compatibilidade entre a proposta de Arendt e a perspectiva de Stefano Rodotà sobre como balizar o conflito informação versus interesse privado. As posições dos autores se complementam porque Rodotà defende que há informações individualmente controláveis e Hannah estabelece o critério para o exercício deste controle: a pertinência da informação para a construção do espaço público.<sup>307</sup>

<sup>305</sup> LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt*. Revista Estudos Avançados, v.11, n.30, p. 63, 1997,. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8995>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

<sup>306</sup> “*The third realm, finally, in which we move and live together with other people-the realm of privacy-is ruled neither by equality nor by discrimination, but by exclusiveness. Here we choose those with whom we wish to spend our lives, personal friends and those we love; and our choice is guided, not by likeness or qualities shared by a group of people-it is not guided, indeed, by any objective standards or rule but strikes, inexplicably and unerringly, at one person in his uniqueness, his unlikeness to all other people we know. The rules of uniqueness and exclusiveness are, and always will be, in conflict with the standards of society precisely because social discrimination violates the principle, and lacks validity for the conduct, of private life.*” ARENDT, Hannah. *Reflections on Little Rock*, 1959.

<sup>307</sup> GOMES, Daniel Machado. ROCHA, Luiz Augusto Castello Branco de Lacerda Marca da. Direito à informação e exclusividade do interesse privado: Um diálogo entre Stefano Rodotà e Hannah Arendt. XXVI Encontro do Conpedi. Filosofia do Direito. Brasília - DF, 2017, p. 72. Disponível em

Os autores Daniel Gomes e Luiz Augusto Rocha fizeram uma relação entre o pensamento de Rodotà e Arendt, no sentido de que, para Rodotà, como visto no capítulo anterior, a privacidade deve ser vista como um direito do indivíduo a uma autodeterminação informativa, permitindo que a pessoa possa ter acesso e, de alguma forma, certo controle sobre as informações que estão sendo colhidas ao seu respeito. Do mesmo modo, para Arendt, o princípio da exclusividade permite que o que é comum a todos seja destinado ao público, mas, o que é exclusivo, possa ser direcionado apenas àquelas pessoas escolhidas pelo indivíduo.

Por essa razão, o interesse público demonstra ser um importante critério a ser analisado no momento da publicação de biografias. Se existem informações que não são do domínio de todos, que não dizem respeito à vida pública da pessoa biografada, ao seu trabalho ou atividades relacionadas ao espaço público, ou seja, se a informação coletada faz parte da vida privada do biografado, a ele deve ser garantido o direito de evitar que tal informação seja revelada a todos, uma vez que ele pode escolher, pelo princípio da exclusividade, destinar essa informação a poucos.

Luís Roberto Barroso, ao falar sobre o interesse público no prefácio da obra *Interesses Públicos versus Interesses Privados*, de organização de Daniel Sarmento, traz uma distinção, de origem italiana, que classifica o interesse público em primário e secundário. O autor aponta que, apesar de a doutrina não se aprofundar na distinção entre interesse público primário e secundário essa é uma inovação encontrada na Constituição da República de 1988. Os dois tipos de interesse público são importantes, pois, através da arrecadação, é possível ter meios para que seja possível a realização do interesse privado, mas o autor enfatiza que “em nenhuma hipótese será legítimo sacrificar o interesse público primário com o objetivo de satisfazer o secundário.” Em suas palavras:<sup>308</sup>

O interesse público primário é a razão de ser do Estado e sintetiza-se nos fins que cabe a ele promover: justiça, segurança e bem-estar social. Estes são os interesses de toda a sociedade. O interesse público secundário é o da pessoa jurídica de

---

<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/roj0xn13/58ph3k9g/57761Yh91r6dbKgw.pdf> Acesso em 26 jan 2018.

<sup>308</sup> BARROSO, Luís Roberto. O Estado contemporâneo, os Direitos Fundamentais e a Redefinição da Supremacia do Interesse Público. In: *Interesses Públicos versus Interesses Privados: Desconstruindo o Princípio de Supremacia do Interesse Público*. Coord. Daniel Sarmento. 2ª tir. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

direito público que seja parte de uma determinada relação jurídica – quer se trate da União, do Estado-membro, do Município ou das suas autarquias. Em ampla medida, pode ser identificado como o interesse do erário, que é o de maximizar a arrecadação e minimizar as despesas.<sup>309</sup>

Para explicar que algumas vezes o interesse público primário se consuma com a observância de alguns interesses privados, o autor cita como exemplos: “assegurar a integridade física de um detento, preservar a liberdade de expressão de um jornalista, prover a educação primária de uma criança”.<sup>310</sup> Quando esses interesses privados são considerados, o interesse público é observado. No caso das biografias não autorizadas, o interesse público está em preservar a liberdade de expressão daquele biógrafo, uma vez que o seu papel também abrange garantir o direito à informação dos demais.

Contudo, o interesse público não deve ser observado no geral, mas sim de acordo com as particularidades de cada informação específica. A afirmação de que se observa o interesse público quando se preserva a liberdade de expressão do jornalista, ou no caso, do biógrafo, é verdadeira se analisada em conjunto com as informações que o biógrafo pretende transmitir na narrativa de sua obra. O interesse público, então, é visto como um critério favorável à publicação das biografias e, por esse motivo, garante o direito à liberdade de expressão do biógrafo, no entanto, esse mesmo interesse público deve estar presente também no conteúdo daquela informação.

Isso ocorre porque, quando é garantido ao biografado exercer o seu direito à privacidade e ter acesso às informações que serão divulgadas a seu respeito antes mesmo da publicação para, assim, evitar que uma ameaça de lesão se transforme em uma lesão efetiva, o biografado pode utilizar da sua autodeterminação informativa e requerer que algumas informações sejam retiradas da obra, em razão de seu conteúdo íntimo. No entanto, esse controle de informações só poderia ser exercido naqueles dados que não estão eivados de interesse público, isto é, por mais íntima que o biografado alegue que determinada

<sup>309</sup> BARROSO, Luís Roberto. O Estado contemporâneo, os Direitos Fundamentais e a Redefinição da Supremacia do Interesse Público. In *Interesses Públicos versus Interesses Privados: Desconstruindo o Princípio de Supremacia do Interesse Público*. Coord. Daniel Sarmento. 2ª tir. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

<sup>310</sup> BARROSO, Luís Roberto. O Estado contemporâneo, os Direitos Fundamentais e a Redefinição da Supremacia do Interesse Público. In *Interesses Públicos versus Interesses Privados: Desconstruindo o Princípio de Supremacia do Interesse Público*. Coord. Daniel Sarmento. 2ª tir. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

informação é, se existir interesse público na divulgação da informação, ela poderá ser divulgada, em nome não apenas da observância do direito à liberdade de expressão do biógrafo, mas, principalmente, no direito à informação dos demais indivíduos que terão acesso àquela obra.

O interesse público primário, consubstanciado em valores fundamentais como justiça e segurança, há de desfrutar de supremacia em um sistema constitucional e democrático. Deverá ele pautar todas as relações jurídicas e sociais – dos particulares entre si, deles com as pessoas de direito público e destas entre si. O interesse público primário desfruta de supremacia porque não é passível de ponderação. Ele é o parâmetro da ponderação. Em suma: o interesse público primário consiste na melhor realização possível, à vista da situação concreta a ser apreciada, da vontade constitucional, dos valores fundamentais que ao intérprete cabe preservar ou promover.<sup>311</sup>

Paulo Ricardo Schier, em seu “Ensaio sobre a Supremacia do Interesse Público sobre o Privado e o Regime Jurídico dos Direitos Fundamentais” demonstrou preocupação com o chamado princípio da supremacia do interesse público, como se este fosse uma “cláusula geral de restrição dos direitos fundamentais”, mesmo em um atual Direito Constitucional, onde um “sistema constitucional legitima-se a partir da proteção de um núcleo de direitos fundamentais”.<sup>312</sup> Logo, se um sistema constitucional se volta para a pessoa humana e seus direitos fundamentais, não há que se falar em uma supremacia do interesse público em detrimento do interesse privado, uma vez que essa supremacia pode resultar na restrição de um direito fundamental que, a princípio, deveria ser preservado.

O autor acredita que não há uma supremacia entre interesse público e interesse privado, a não ser que expressamente prevista na Constituição da República, como no artigo 5º, XXV<sup>313</sup>, onde o interesse público prevalece e o artigo 5º, XI<sup>314</sup> ou XII<sup>315</sup>, onde o oposto ocorre. Deve, portanto, existir a unidade

<sup>311</sup> BARROSO, Luís Roberto. O Estado contemporâneo, os Direitos Fundamentais e a Redefinição da Supremacia do Interesse Público. In *Interesses Públicos versus Interesses Privados: Desconstruindo o Princípio de Supremacia do Interesse Público*. Coord. Daniel Sarmento. 2ª tir. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

<sup>312</sup> SCHIER, Paulo Ricardo. Ensaio sobre a supremacia do interesse público sobre o privado e o Regime Jurídico dos Direitos Fundamentais. In *Interesses Públicos versus Interesses Privados: Desconstruindo o Princípio de Supremacia do Interesse Público*. Coord. Daniel Sarmento. 2ª tir. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007, p. 217.

<sup>313</sup> Art. 5º, XXV “No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano”

<sup>314</sup> Art. 5º, XI: “A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, **salvo em caso de flagrante delito ou desastre**, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial” (grifou-se).

de interesses, ora em conflito, mas também em harmonia, destacando que, caso haja conflito, não se deve previamente optar por nenhum em detrimento do outro, a não ser nos casos citados, onde a própria Constituição da República apontou quais são os caminhos que devem ser seguidos nos conflitos entre o interesse público e o privado. “Mas quando a solução não é dada previamente pelo texto constitucional, a concepção de unidade impede que se atribua uma resposta pronta em favor deste ou daquele (...)”<sup>316</sup>

Também pela compreensão da Constituição como sistema, então, interesses (ou direitos) públicos e privados equiparam-se. Os interesses públicos não são superiores aos privados. Os privados não são superiores aos públicos. Ambos são reconhecidos na Constituição em condição de igualdade. Ambos encontram-se no mesmo patamar de hierarquia. Repise-se, pois, que a Lei Fundamental, em algumas situações, ponderando princípios e direitos in abstrato, reconhece previamente a prevalência (jamais supremacia) de alguns interesses públicos, aí não está a autorizar a extração de um princípio geral de supremacia do interesse público sobre o privado. Se assim fosse, isto não explicaria os casos em que o texto fundamental faz a opção diversa; quando, ponderando in abstrato, reconhece previamente a prevalência dos direitos, liberdades e garantias individuais perante o Estado, como parece ser a regra. Em tais situações por que então não se falar de um princípio geral da supremacia do interesse privado sobre o público?<sup>317</sup>

Paulo Ricardo Schier aponta que o caminho para a solução do conflito entre interesse público e o privado é, portanto, a ponderação “onde não se tem nenhuma preferência prévia por este ou aquele interesse, de modo que não se autorizará a utilizar eventual critério predeterminado.”<sup>318</sup> A preocupação do autor, ao asseverar a não existência de supremacia do um interesse público é que os direitos fundamentais não podem ser vistos como “um ‘resto’ de direitos que só podem ser afirmados quando não estejam presentes outros interesses mais ‘nobres’, quais sejam, os públicos.” Afirma, ainda, que os direitos fundamentais denominados

<sup>315</sup> Art. 5º, XII: “É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, **salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.**” (grifou-se).

<sup>316</sup> SCHIER, Paulo Ricardo. Ensaio sobre a supremacia do interesse público sobre o privado e o Regime Jurídico dos Direitos Fundamentais. In *Interesses Públicos versus Interesses Privados: Desconstruindo o Princípio de Supremacia do Interesse Público*. Coord. Daniel Sarmento. 2ª tir. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007, p. 231.

<sup>317</sup> SCHIER, Paulo Ricardo. Ensaio sobre a supremacia do interesse público sobre o privado e o Regime Jurídico dos Direitos Fundamentais. In *Interesses Públicos versus Interesses Privados: Desconstruindo o Princípio de Supremacia do Interesse Público*. Coord. Daniel Sarmento. 2ª tir. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007, p. 233.

<sup>318</sup> SCHIER, Paulo Ricardo. Ensaio sobre a supremacia do interesse público sobre o privado e o Regime Jurídico dos Direitos Fundamentais. In *Interesses Públicos versus Interesses Privados: Desconstruindo o Princípio de Supremacia do Interesse Público*. Coord. Daniel Sarmento. 2ª tir. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007, p. 235.

privados devem estar presentes na noção de interesse público, “a regra, portanto, é de que não se excluem, pois compõem uma unidade normativa axiológica.”.<sup>319</sup>

Já quando o intérprete se depara com situações para as quais não exista norma abstrata pré-ponderando os interesses envolvidos, em que não há como se pressupor uma necessária supremacia de alguns desses interesses sobre outros, deve realizar a ponderação de interesses in concreto, à luz dos valores constitucionais envolvidos, que podem pesar, ora em favor dos interesses públicos, ora de interesses privados.<sup>320</sup>

Essa noção de que o interesse público deve englobar direitos fundamentais privados está no conceito de interesse público primário, apresentado por Barroso e já mencionado no presente capítulo, que busca a observância também de interesses privados. Quando se coloca o interesse público como critério de discussão para a publicação de biografias é do interesse público primário que se refere, onde os direitos em conflito são direitos fundamentais privados, tais como a liberdade de expressão e direitos existenciais como a privacidade, intimidade, ou mesmo a honra e a imagem.

Em outras palavras, conceito de interesse público que se busca nesse critério de publicação não é o interesse do Estado como a pessoa jurídica de direito público, e que se externa a partir do chamado interesse público secundário, em detrimento do interesse privado daquelas figuras retratadas na obra. Trata-se, com efeito, de interesse público primário, no sentido de garantir o direito de toda uma coletividade a ter acesso àquela informação importante. Desta forma, ao afirmar que tal informação deva constar na biografia de determinada pessoa em razão do interesse público que existe na divulgação daquele dado em específico, não é ao interesse do Estado que se refere, mas do interesse de toda uma sociedade.

O Ministro Luís Roberto Barroso, em seu voto na ADI 4815 afirma que o critério “interesse público” deve ser utilizado com cautela e, ainda, que esse

<sup>319</sup> SCHIER, Paulo Ricardo. Ensaio sobre a supremacia do interesse público sobre o privado e o Regime Jurídico dos Direitos Fundamentais. In *Interesses Públicos versus Interesses Privados: Desconstruindo o Princípio de Supremacia do Interesse Público*. Coord. Daniel Sarmento. 2ª tir. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007, p. 228.

<sup>320</sup> ARAGÃO, Alexandre Santos de. A “Supremacia do Interesse Público” no advento do Estado de Direito e na Hermenêutica do Direito Público Contemporâneo. In *Interesses Públicos versus Interesses Privados: Desconstruindo o Princípio de Supremacia do Interesse Público*. Coord. Daniel Sarmento. 2ª tir. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007, p. 05.

interesse deve ser presumido<sup>321</sup> em se tratando de pessoas notórias. Para tanto, cita o exemplo de Einstein que é conhecido por todos os seus feitos, mas que as informações sobre sua personalidade também podem ser caracterizadas como de interesse público e também Hitler que, segundo o Ministro, “não por acaso, trata-se de uma das personalidades mais estudadas da história, inclusive sob a perspectiva psicológica e psiquiátrica”. Nesses dois exemplos citados, o Ministro afirma que mesmo aqueles dados da esfera íntima dos indivíduos, são de interesse público. Ele demonstra, por outro lado, questionar se questões relativas à orientação sexual de uma pessoa teriam interesse público na divulgação, mas, afirma ser essa uma “avaliação muito subjetiva, que, em regra, deve ser deixada para o julgamento do público”, pois as informações, se verdadeiras e obtidas de forma lícita, não podem ser impedidas de circular “apenas por considerar que seriam frívolas ou de mau gosto”.<sup>322</sup> A Ministra Rosa Weber também discorreu sobre o assunto em seu voto:

Tampouco é possível classificar fatos ou feitos como públicos ou privados *per se*. Os mesmos fatos podem ser estritamente privados ou adquirir conotação pública e interesse público legítimo, a depender de se tratar de uma pessoa privada ou pública. O escopo da proteção são os assuntos pessoais, em relação aos quais não se vislumbra interesse público legítimo na sua revelação, e que o indivíduo prefere manter privados.<sup>323</sup>

<sup>321</sup> O Ministro Luís Roberto Barroso já havia se manifestado favorável ao interesse público presumido no artigo publicado na Revista de Direito Administrativo intitulado Colisão entre Liberdade de expressão e direitos da personalidade. Critérios de ponderação. Interpretação Constitucionalmente Adequada do Código Civil e da Lei de Imprensa, nas palavras do autor: “A conclusão a que se chega, portanto, é a de que o interesse público na divulgação de informações - reiterando-se a ressalva sobre o conceito já pressupor a satisfação do requisito da verdade subjetiva - é presumido. A superação dessa presunção, por algum outro interesse, público ou privado, somente poderá ocorrer, legitimamente, nas situações-limite, excepcionadíssimas, de quase ruptura do sistema. Como regra geral, não se admitirá a limitação de liberdade de expressão e de informação, tendo-se em conta a já mencionada *preferred position* de que essas garantias gozam”

<sup>321</sup> BARROSO, Luís Roberto. Colisão entre Liberdade de expressão e direitos da personalidade. Critérios de ponderação. Interpretação Constitucionalmente Adequada do Código Civil e da Lei de Imprensa. *Revista de Direito Administrativo*, v.235, jan./mar. 2004, p. 24-25. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/45123/45026>> Acesso em: 08 fev. 2018.

<sup>322</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 172. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

p. 172.

<sup>323</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 192. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

De fato, as informações que a princípio seriam consideradas privadas quando se trata da vida de uma pessoa anônima podem ser de interesse público quando a pessoa em questão é notória, como é o caso de um exemplo hipotético de um político, que tem uma posição severa contra os direitos da população LGBT e utiliza esse discurso como bandeira política, mas tem reveladas informações sobre uma relação homoafetiva que mantém longe dos olhos do público. Nesse caso, a relação homoafetiva tem relevância pública justamente por se tratar de uma pessoa notória que utilizava de uma fala diferente para angariar votos. Diferente seria se uma pessoa anônima vivesse uma relação homoafetiva e quisesse manter essa informação na sua esfera privada, apenas para aquelas pessoas exclusivas escolhidas por ela para conhecerem fatos de sua vida íntima; às demais pessoas de nada interessa saber dos relacionamentos amorosos daquele indivíduo, logo, essa informação não estaria coberta de interesse público.

No entanto, o interesse público na divulgação de todos os fatos a respeito da vida de uma determinada pessoa não pode ser presumido no geral, no sentido de que, se são figuras públicas, sua vida se mistura à História e automaticamente todos os fatos de sua vida são de interesse público. Mas as informações devem ser ponderadas e analisadas tanto de um lado o interesse público em divulgá-las e do outro o direito à privacidade da pessoa retratada que merece exercer o controle de suas informações que, caso reveladas, poderia ferir sua dignidade de modo, inclusive, a causar discriminação. Não seria hipótese de proibir a divulgação apenas por considerar aquela informação “frívola ou de mau gosto”, mas sim para evitar que direitos existenciais da pessoa humana sejam lesionados em nome de um direito à informação de dados íntimos e sem interesse público.

Em parecer sobre o tema, Ana Paula de Barcellos utilizou de um exemplo julgado pela Corte Inglesa para afirmar que a informação não se torna de interesse público automaticamente simplesmente por se tratar de um fato ligado a uma pessoa pública.<sup>324 325</sup>

---

<sup>324</sup> BARCELLOS, Ana Paula de. *Intimidade e pessoas notórias. Liberdades de expressão e de informação e biografias*. Conflito entre Direitos Fundamentais. Ponderação, caso concreto e acesso à justiça. Tutelas específica e indenizatória. *Revista Direito Público*, vol. 11, n. 55, p. 41, 2014. Disponível em:

Alguns exemplos são interessantes. Em *McKennit v. Ash* (2005), cantora canadense (Lorena McKennitt) obteve decisão impedindo a publicação de livro escrito sobre ela por Niema Ash, que havia sido sua amiga íntima, mas com quem McKennitt havia rompido relações. **A corte destacou que existe uma distinção entre reportar fatos que contribuem para o debate em uma sociedade democrática e reportar detalhes da vida privada de indivíduos que não exercem funções oficiais. A corte inglesa observou ainda que uma informação não se torna automaticamente de interesse público pelo fato de estar associada a uma pessoa famosa.**<sup>326</sup> (grifou-se)

James Stanley, em seu artigo *Max Mosley and English Right to Privacy*, analisa as consequências do caso Mosley para o direito inglês à privacidade. Em 2008 o tabloide *News of the World* divulgou um artigo relatando que Max Mosley, então presidente da Federação Internacional de Automobilismo, participou de uma orgia sadomasoquista. Max Mosley processou a *News Group Newspapers Ltd* alegando que o seu direito à privacidade, previsto no artigo 8º<sup>327</sup> da Convenção Europeia de Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais havia sido violado. Stanley afirma que, a partir do caso Mosley (que teve uma decisão favorável) os indivíduos, que têm uma expectativa de privacidade, independentemente do seu estado de celebridade, pode processar por danos quem divulga informações

<<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2372/1236>>. Acesso em: 30 maio 2017

<sup>325</sup> “Soon after *Von Hannover*, in what would turn out to be an important preview of his decision in *Mosley*, Justice Eady dealt with a case implicating privacy rights in *McKennitt v. Ash*. In that case, the court demonstrated a high degree of deference for the Article 8 privacy right over Article 10 freedom of expression, rejecting Ash’s —public interest— argument. The court noted that *Von Hannover* drew —a fundamental distinction between reporting facts capable of contributing to a debate in a democratic society . . . and reporting details of the private life of an individual who exercises no official functions. The *McKennitt* court accepted this distinction and held that **information does not automatically become of public interest simply because of its attachment to someone famous**. *McKennitt* required that English courts—unlike their American counterparts—conduct a searching inquiry into the context and content of the information to determine if it was truly ‘confidential’ and not simply defer to media determinations of newsworthiness.” (grifou-se). STANLEY, James E. *Max Mosley and the English Right to Privacy*. *Washington University Global Studies Law Review*, vol. 10, issue 3, 2011, p. 656. Disponível em: <[https://openscholarship.wustl.edu/law\\_globalstudies/vol10/iss3/7/](https://openscholarship.wustl.edu/law_globalstudies/vol10/iss3/7/)> Acesso em: 02 fev. 2018.

<sup>326</sup> BARCELLOS, Ana Paula de. *Intimidade e pessoas notórias. Liberdades de expressão e de informação e biografias*. Conflito entre Direitos Fundamentais. Ponderação, caso concreto e acesso à justiça. Tutelas específica e indenizatória. *Revista Direito Público*, vol. 11, n. 55, p. 41, 2014. Disponível em:

<<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2372/1236>>. Acesso em: 30 maio 2017.

<sup>327</sup> Artigo 8º: “Direito ao respeito pela vida privada e familiar 1. Qualquer pessoa tem direito ao respeito da sua vida privada e familiar, do seu domicílio e da sua correspondência. 2. Não pode haver ingerência da autoridade pública no exercício deste direito senão quando esta ingerência estiver prevista na lei e constituir uma providência que, numa sociedade democrática, seja necessária para a segurança nacional, para a segurança pública, para o bem - estar económico do país, a defesa da ordem e a prevenção das infracções penais, a protecção da saúde ou da moral, ou a protecção dos direitos e das liberdades de terceiros.” Convenção Europeia de Direitos Humanos. Disponível em [http://www.echr.coe.int/Documents/Convention\\_POR.pdf](http://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf) Acesso em 02 fev 2018.

privadas a seu respeito, sem o consentimento do indivíduo e por razões não ligadas ao interesse público.<sup>328</sup>

Voltando à Hanna Arendt, Célia Leite Costa interpreta que, quando a autora coloca a esfera da intimidade como coberta de exclusividade e aponta o princípio da exclusividade como base para uma ponderação e limite do direito à informação, é justamente diante da máxima de que “o que constitui a vida íntima das pessoas não é de interesse público”, conclui que “A intimidade não exige publicidade, porque não envolve direito de terceiro. E por ser exclusiva, sente-se lesada quando é divulgada ou invadida sem autorização”.<sup>329</sup>

Assim como a vida privada e a intimidade são os principais limites à liberdade de informação, o inverso também é verdadeiro. No confronto entre esses dois direitos, contudo, não se deve perder de vista o interesse público, que, especificamente no que diz respeito aos arquivos, se traduz na demanda de informações e na necessidade de difundi-las em função do exercício pleno da democracia e da pesquisa científica. Por se referir à coletividade, o interesse público ultrapassa o horizonte temporal limitado da vida dos indivíduos, considerados na sua singularidade.<sup>330</sup> Tal assertiva, entretanto, não justifica a invasão e o desrespeito à privacidade e à intimidade das pessoas. (...) **Penso, contudo, que sempre que a informação seja necessária ao exercício do bem comum, o interesse público deve prevalecer.** (grifou-se)<sup>331</sup>

O interesse público, portanto, deve prevalecer quando da ponderação da necessidade de publicação de um determinado dado ou informação por ser ele a garantir o bem comum. Há interesse público na divulgação de uma informação, ou

<sup>328</sup> “Before Mosley, one could still make a straight-faced argument that there were some distinctions between how the English courts protected HRA privacy interests and the traditional American privacy tort of public disclosure of private facts. After Mosley, the difference has become strictly nominal. Though still technically grounded in —confidence, the doctrine has evolved to the point where a distinct right to privacy exists; **regardless of celebrity status or whether a prior relationship with the discloser exists, anyone with a reasonable expectation of privacy who has private information taken and disseminated without his consent for reasons unrelated to the public interest can successfully sue for damages.** And because this right is unchecked by any British equivalent to the First Amendment, England’s privacy protections are now far greater than those of the United States. Mosley’s effect was immediate, as other celebrities predictably took advantage of the ruling. (grifou-se). STANLEY, James E. Max Mosley and the English Right to Privacy. Washington University Global Studies Law Review, vol. 10, issue 3, 2011, p. 656. Disponível em <[https://openscholarship.wustl.edu/law\\_globalstudies/vol10/iss3/7/](https://openscholarship.wustl.edu/law_globalstudies/vol10/iss3/7/)> Acesso em: 02 fev 2018.

<sup>329</sup> LAFER apud COSTA, Célia Maria Leite. Intimidade versus Interesse Público: a problemática dos arquivos. In *Estudos Históricos*, 1998, p. 194. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2066>> Acesso em: 01 fev 2018.

<sup>330</sup> LAFER apud COSTA, Célia Maria Leite. Intimidade versus Interesse Público: a problemática dos arquivos. In *Estudos Históricos*, 1998, p. 194. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2066>> Acesso em: 01 fev 2018.

<sup>331</sup> COSTA, Célia Maria Leite. Intimidade versus Interesse Público: a problemática dos arquivos. In *Estudos Históricos*, 1998, p. 194. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2066>> Acesso em: 01 fev 2018.

seja, se há interesse da coletividade, ou direito à informação dos demais, aquele dado deve ser, portanto, divulgado, mesmo que seja uma informação de caráter íntimo do indivíduo. Do contrário, se a circulação da informação íntima ocorrer apenas para suprir a curiosidade alheia e não para garantia desse bem comum, ao indivíduo deve ser dada a oportunidade de controlar se essa informação deve, ou não ser divulgada, respeitada a vontade de mantê-la no círculo íntimo, na exclusividade como disse Hanna Arendt.

O autor e jornalista português Paulo Martins escreve sobre a privacidade e o interesse público na divulgação de informações em seu artigo “O respeito pela privacidade começa na recolha de informação”. Ele inicia o artigo afirmando que determinados fatos da vida individual são de foro privado e merecem permanecer longe da curiosidade alheia, são eles: questões envolvendo a saúde, vida familiar, sentimental e sexual, finanças, patrimônio e convicções políticas e religiosas. Para recolher esse tipo de informação “é necessário apurar se o interesse público, associado à satisfação do direito à informação prevalece sobre a privacidade, sabendo-se que em sociedades democráticas ambos constituem valores civilizacionais.”<sup>332</sup>

O autor descreve a atividade jornalística atentando para o fato de que nem tudo deve ser publicado e que o jornalista se depara com questões que violam a privacidade daquele indivíduo tanto no momento em que recolhe aquela informação, quanto no momento de divulga-la. Cita como exemplo as pessoas não-públicas, que, a princípio, não são uma notícia e que muitas vezes não têm o conhecimento que a exposição na mídia pode ser prejudicial a ela. Nesses casos, deve haver uma razão substancial para a divulgação de fatos de sua vida privada e, portanto, o jornalista deve resguardá-la.<sup>333</sup>

A atividade do jornalista e a proteção à privacidade também são abordadas por Stephen Whittler e Glenda Cooper do *Reuters Institute at Oxford University*, na obra “*Privacy, Probity and the Public Interest*” onde, dentre outras questões,

<sup>332</sup> MARTINS, Paulo. O respeito pela privacidade começa na recolha de informações. In *Comunicação e Sociedade*, vol. 25, 2014, pp. 169-185. Disponível em: <<http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/viewFile/1867/1794>> Acesso em: 30 jan 2018.

<sup>333</sup> MARTINS, Paulo. O respeito pela privacidade começa na recolha de informações. In *Comunicação e Sociedade*, vol. 25, 2014, pp. 169-185. Disponível em: <<http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/viewFile/1867/1794>> Acesso em: 30 jan 2018.

os autores abordam a atuação do jornalista face à privacidade do indivíduo e, em quais situações, haverá interesse público na divulgação da notícia.<sup>334</sup>

Os autores afirmam que não é de fácil reconhecimento por parte do jornalista quando estará agindo em prol de um interesse público, porque este pode ter mais de uma definição. O advogado Adam Cannon usa a expressão “você saberá quando vir”, ou seja, o interesse público pode estar caracterizado no “sentir” de que se está agindo a seu favor, mas as pessoas sentem de forma diferente umas das outras<sup>335</sup>, o que demonstra uma dificuldade em se caracterizar o que de fato é interesse público. Foram feitas entrevistas com diversas pessoas como jornalistas, acadêmicos, advogados sobre a sua visão de privacidade e quem tem direito a ela e, no geral, a resposta dos jornalistas foi no sentido de que as pessoas que colocam sua vida, de alguma forma, em domínio público são passíveis de investigação. David Leight, repórter do The Guardian afirmou que parece mais justo quando você se coloca na arena pública. Chris Loweth, por sua vez, se faz as seguintes perguntas para analisar se a privacidade deve ser preservada: “Ele ou ela é uma figura pública cuja posição justifica a intervenção?” e “como você se sentiria se fosse com você?”<sup>336</sup>

<sup>334</sup> RUSS-MOHL, Stephan. What is the Public Interest? *European Journalism Observatory*. 14 jan 2010. Disponível em: <<https://en.ejo.ch/ethics-quality/what-is-the-public-interest>> Acesso em: 07 jan 2018.

<sup>335</sup> “Adam Cannon, a lawyer at the Daily Mail, argued definitions were unhelpful; it was more of a ‘feel’ issue—‘you knew it when you saw it’. But people see it in quite different ways.” WHITTLE, Stephen. COOPER, Glenda. *Privacy, probity and public interest*. RISJ Challenges. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism. University of Oxford, 2009, p. 65. Disponível em: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/our-research/privacy-probity-and-public-interest>> Acesso em 06 fev 2018.

<sup>336</sup> “For this study, we have interviewed journalists, academics, lawyers and bloggers about their views on privacy. The one question that came up time and again was who has the right to privacy. For most of the journalists, the question came down simply to whether someone had put their life in any way into the public domain, whether through seeking national public office or by being elected a local carnival queen. There was generally a sliding scale. Politicians came out at the top, but journalists argue that any appearance in, or cooperation with, the media could lay you open to investigation. As David Leigh, the veteran investigative reporter for the Guardian put it: ‘A lot more of your life is fair game if you put yourself in the public arena.’ Chris Loweth, head of legal compliance at Channel Five, significantly refines Leigh’s position. He says he always asks the question: ‘Is he or she a public figure whose public position justifies the intervention?’ (He says he would also ask the existential question of the producer working on the story: ‘how would you feel if this were you?’) David Henshaw of Hard Cash productions suggested a further test: ‘What does this person represent?’ WHITTLE, Stephen. COOPER, Glenda. *Privacy, probity and public interest*. RISJ Challenges. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism. University of Oxford, 2009, p. 14-15. Disponível em: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/our-research/privacy-probity-and-public-interest>> Acesso em: 06 fev. 2018.

Whittle e Cooper fizeram um quadro com as principais razões indicadas pelos jornalistas para não respeitarem a privacidade: (i) hipocrisia, que ocorre quando a pessoa pública tem um comportamento em público e outro, completamente oposto, em sua vida privada, como um político com uma vida sexual secreta enquanto transparece a imagem de alguém que luta pelos valores da família; (ii) a responsabilidade pública que também existe quando a vida privada compromete a habilidade de uma pessoa pública de cumprir os seus deveres e cita como exemplo um empresário que usa dinheiro da empresa com um amante secreto; (iii) a terceira hipótese é o que eles chamam de “o pacto” que as celebridades e pessoas públicas fazem com a imprensa para que esta a coloque em destaque, usam do raciocínio de que se a celebridade vende parte da sua vida privada para que a mídia publique, não pode exigir que outras partes de sua vida sejam mantidas de fora das publicações, levando para a (iv) quarta hipótese chamada de “*fair game*” que também é caracterizada pela situação em que a pessoa pública se encontra pois, ao concordarem em estar sob o olhar do público, sacrificaram a sua vida privada. (v) A quinta hipótese apontada pelos jornalistas é o *role model argument* onde as pessoas, ao se tornarem públicas, se tornam também modelos e exemplos para os demais, por esse motivo, existe um direito a saber o que se passa na privacidade dessas pessoas, que escolheram a vida pública. Por fim, e como (vi) sexta hipótese, o *dacre argument* que se preocupa em manter os padrões de moralidade, pois, se os jornais não puderam mais anunciar os casos escandalosos, haveria uma menor circulação o que traria consequências negativas para a democracia.<sup>337</sup>

<sup>337</sup> “Reasons commonly given by journalists for a breach of privacy: Hypocrisy. If a public figure’s private life contradicts their public pronouncements (e.g. a politician with a secret sexual life who sells himself on a ‘family values platform; an actor who denounces drugs while indulging in private). Public accountability. Again if private life compromises a public figure’s ability to carry out their duties (e.g. a businessman who does favours involving company money for a secret lover). ‘The Deal’/Faustian pact. Celebrities and public figures do a deal with the media to highlight their image and raise their profile. Therefore if they sell part of their private lives, they should not have the right to veto other parts of it from being exposed. ‘Fair game’. By agreeing to being in the public eye at all, public figures have sacrificed their right to privacy. The ‘role model’ argument. Celebrities and public figures have become role models, therefore we have the right to know about details about their private lives. The Dacre argument: Shaming is vital to uphold morality and public standards of decency. If mass circulation papers can’t report scandal it will mean a loss of circulation and that has implications for democracy” WHITTLE, Stephen. COOPER, Glenda. Privacy, probity and public interest. RISJ Challenges. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism. University of Oxford, 2009, p. 15. Disponível em: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/our-research/privacy-probity-and-public-interest>> Acesso em: 06 fev. 2018.

No entanto, os argumentos apresentados pelos jornalistas e elencados na obra de Whittle e Cooper nem sempre vislumbram o interesse público, no sentido de interesse em perseguir o bem comum, para garantir a quebra do direito à privacidade a favor do direito à informar. Como visto nos capítulos anteriores, o argumento da pessoa pública, por si só, não deve permitir o acesso a todos os aspectos de sua vida. A pessoa pública tem uma privacidade reduzida porque escolhe expor parte de sua vida com um trabalho que exige estar sob os holofotes, mas isso não significa que tenha a obrigação de abrir ao público as demais áreas de sua vida, privacidade reduzida não é sinônimo de privacidade nula. Do mesmo modo, ao optar por se tornar uma pessoa pública, não há a exigência de que seja, a todo tempo, um modelo e um exemplo para as pessoas que a acompanham, isso seria exigir de alguém uma perfeição quase sempre inalcançável e feriria a sua dignidade humana ao não permitir que tal indivíduo seja livre em suas escolhas, por estar sempre preocupado com a exposição e consequências de suas escolhas na vida das pessoas que o seguem.

No caso de Max Mosley, já mencionado anteriormente, o jornal utilizou de alguns desses argumentos para alegar que seria possível publicar fatos de sua vida privada, em especial, diante da importância do seu papel e do fato de ele ter sido eleito para o cargo de Presidente da Federação Internacional de automobilismo, para o jornal, a posição que Max Mosley ocupava, ou seja, o seu trabalho, era o suficiente para poder colocá-lo sob os holofotes.<sup>338</sup> No entanto, como visto, a decisão do caso Mosley permitiu que qualquer pessoa, mesmo as chamadas celebridades, pudesse resguardar a sua privacidade dos olhos alheios, principalmente em razão da ausência do interesse público na divulgação de determinadas informações íntimas.

Por outro lado, os autores de *Privacy, Probity and public interest* também listaram situações em que a privacidade deve prevalecer no ambiente jornalístico:

---

<sup>338</sup> “In the high-profile case of Max Mosley, the justification used by the News of the World for its investigation drew heavily both on the perceived importance of Mosley’s role, and on the fact that he was elected to it. Tom Crone, legal manager at News International, argued that, although not well known, Mosley’s job justified putting him in the spotlight” WHITTLE, Stephen. COOPER, Glenda. *Privacy, probity and public interest*. RISJ Challenges. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism. University of Oxford, 2009, p. 16. Disponível em: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/our-research/privacy-probity-and-public-interest>> Acesso em: 06 fev. 2018.

questões envolvendo relações sexuais, por ser uma das áreas consideradas de maior privacidade entre os indivíduos, é mais difícil encontrar interesse público na divulgação das informações relacionadas ao sexo.<sup>339</sup> A saúde também é vista como informação de caráter privado, os autores citam um exemplo em que uma mulher de 38 anos procura o A Corte Europeia de Direitos Humanos após a sua condição de soropositiva ter sido revelada na primeira página do jornal de maior circulação da Lituânia. A ação foi procedente, mas a mulher recorreu à Suprema Corte com a intenção de receber uma maior compensação pelos danos causados a ela com a publicação, no entanto, a Suprema Corte rejeitou o recurso e alegou que as pessoas que viviam próximas à requerente estavam preocupadas com a sua própria segurança, que estaria ameaçada pelo seu comportamento.

A Corte Europeia de Direitos Humanos não concordou com a Suprema Corte e afirmou que a publicação da informação não foi com a intenção de impulsionar um debate de interesse geral da sociedade, mas para satisfazer a curiosidade dos leitores e aumentar a venda do jornal. O caso chamou a atenção para a linha tênue existente entre o interesse público na divulgação da informação e a preservação da privacidade do indivíduo.<sup>340</sup> Por outro lado, um exemplo citado na obra, mostrou que houve a necessidade de análise de documentos médicos para

---

<sup>339</sup> “This issue at first glance might seem straightforward: sexual intimacy is something that belongs to our most private expression of need and affection. For most of us, it is the most personal activity. What real public interest is there in knowing what people get up to in the privacy of their own bedrooms—or even other people’s?” WHITTLE, Stephen. COOPER, Glenda. Privacy, probity and public interest. RISJ Challenges. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism. University of Oxford, 2009, p. 22. Disponível em: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/our-research/privacy-probity-and-public-interest>> Acesso em: 06 fev. 2018.

<sup>340</sup> “Revealing health records in the public interest was also an argument in a recent case heard at the European Court of Human Rights in Strasbourg (Case of Biriuk v Lithuania). The applicant, a 38-year-old woman, complained after her HIV-positive status was revealed in a front-page story of Lithuania’s biggest newspaper. She won her original case in the Vilnius Third District Court (which found the paper had published the details in order to boost sales): but when she took her case to the Supreme Court claiming more compensation, it dismissed the appeal, saying *inter alia* that people who lived in proximity to the applicant had been concerned about their safety which was ‘endangered by [her] behaviour which does not always meet moral standards’. (See para. 10 of the judgment.) The court in Strasbourg disagreed and awarded her 6,500 euros in compensation, saying that the publication of this information could not be ‘deemed to contribute to any debate of general interest to society’ but rather had been done ‘to satisfy the prurient curiosity of a particular readership and to boost the defendant’s commercial interests’ (para. 42 of the judgment). The legal arguments to and fro reveal the fine lines which exist between disclosure in the public interest, and the protection of privacy”. WHITTLE, Stephen. COOPER, Glenda. Privacy, probity and public interest. RISJ Challenges. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism. University of Oxford, 2009, p. 26. Disponível em: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/our-research/privacy-probity-and-public-interest>> Acesso em: 06 fev. 2018.

demonstrar como o sistema prisional estava falhando com as questões envolvendo a saúde mental dos prisioneiros, o que, neste caso, justificaria a não observância da privacidade desses indivíduos nesse caso em específico.<sup>341</sup>

Além dos casos envolvendo relações sexuais e saúde, a vida em família também é listada como uma das questões em que a privacidade merece ser preservada. Os jornalistas costumam colher informações a respeito de determinadas histórias com os familiares mais próximos da pessoa retratada, e isso pode ser positivo no sentido de que a visão da família sobre determinado fato possa ser externada. Os autores mencionam, contudo, que há um problema quando os familiares se tornam alvo dos olhares alheios apenas por terem alguma ligação com uma pessoa pública.<sup>342</sup> Nesse caso, faz-se uma referência aos coadjuvantes das biografias mencionados no primeiro capítulo, que não optaram pela vida pública e, portanto, não têm a privacidade reduzida, mas que acabam vendo parte de sua vida publicada em uma obra biográfica em razão de sua ligação com o biografado. A privacidade dos coadjuvantes deveria ser preservada quando da publicação de histórias de vida.

Por fim, as conversas privadas e as finanças também compõem a lista. Sobre as conversas privadas se discute até onde pode ir o jornalista na publicação de algo que ouviu, aparentemente dito em um ambiente privado. Os autores mencionam uma fala do Justice Eady no sentido de que as pessoas precisam ter o direito de pensar em voz alta.<sup>343</sup> Os assuntos envolvendo finanças não levantavam

<sup>341</sup> “Are there times when revealing someone’s medical history is justifiable? Once again, the investigator Nick Davies justifies the means—at least in some cases—by the ends. He tells the story of being passed, and using, the medical records of prisoners to show how the Prison Service was failing those with mental health problems.” WHITTLE, Stephen. COOPER, Glenda. Privacy, probity and public interest. RISJ Challenges. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism. University of Oxford, 2009, p. 26. Disponível em: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/our-research/privacy-probity-and-public-interest>> Acesso em: 06 fev. 2018.

<sup>342</sup> “While such reporting can be intrusive and gratuitous, it can ensure that the family’s view is reported and it can avoid inaccurate speculation. The reality is that some people do want to give ‘their side of the story’, as the old newspaper justification terms it. The problems usually arise around those who are targeted merely because they are related to someone famous. Siblings of the royal girlfriends, Kate Middleton and Chelsy Davy, have found embarrassing pictures of themselves turning up in the tabloids: James Middleton in drag, Shaun Davy sharing a pair of shorts with his sister.” WHITTLE, Stephen. COOPER, Glenda. Privacy, probity and public interest. RISJ Challenges. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism. University of Oxford, 2009, p. 29. Disponível em: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/our-research/privacy-probity-and-public-interest>> Acesso em: 06 fev. 2018.

<sup>343</sup> “As Mr Justice Eady has suggested: ‘Public office implies public scrutiny but there is a line around private, inchoate conversations. People must be allowed to think aloud’.” WHITTLE, Stephen. COOPER, Glenda. Privacy, probity and public interest. RISJ Challenges. Oxford:

questões de privacidade, porque muitas vezes as investigações jornalísticas envolviam dinheiro público e as investigações normalmente se desenrolavam a partir de dados que já estavam sob o domínio público. A privacidade passa a ser uma questão quando são contratados detetives particulares para descobrirem, de forma ilegal, informações telefônicas ou relativas à movimentação de cartões de crédito em busca de uma história jornalística que pode, inclusive, nem se concretizar.<sup>344</sup>

O interesse público também foi um tema levantada por Whittle e Cooper. Os autores fazem algumas afirmações do que, para eles, seria o conceito de interesse público, dentre elas confirmam que há interesse público em preservar a privacidade dos indivíduos, mesmo das pessoas públicas que, apesar da privacidade reduzida, devem poder manter parte de sua vida privada. É necessário considerar que seres humanos precisam desse espaço privado para que possam preservar a saúde mental e física, cultivar relacionamentos e desenvolver a própria personalidade e essa garantia da vida privada traz um bem estar comum, público.<sup>345</sup> Por outro lado, os indivíduos têm interesse em saber como está o andamento estatal e isso inclui ter conhecimento a respeito das pessoas que ocupam, não apenas os cargos públicos, mas também sobre as empresas privadas e organizações voluntárias, pois essas também necessitam da confiança do público.<sup>346</sup>

---

Reuters Institute for the Study of Journalism. University of Oxford, 2009, p. 30. Disponível em: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/our-research/privacy-probity-and-public-interest>> Acesso em 06 fev. 2018.

<sup>344</sup> “Where he found a problem was with the use of private investigators (of which, more later) who would trawl through financial records for journalists in the hope of turning up something juicy” WHITTLE, Stephen. COOPER, Glenda. *Privacy, probity and public interest*. RISJ Challenges. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism. University of Oxford, 2009, p. 30-31. Disponível em: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/our-research/privacy-probity-and-public-interest>> Acesso em: 06 fev. 2018.

<sup>345</sup> “In the first place, there is a great public interest in the protection of private life. Everyone, whether public figure or private, needs some private space to withdraw from others in order to develop themselves. It is crucial to our integrity as human beings through preserving a mental and physical balance, maintaining and developing personal relationships, pursuing private interests and nurturing personality. It is in itself a public good.” WHITTLE, Stephen. COOPER, Glenda. *Privacy, probity and public interest*. RISJ Challenges. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism. University of Oxford, 2009, p. 75. Disponível em: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/our-research/privacy-probity-and-public-interest>> Acesso em 06 fev. 2018.

<sup>346</sup> “The public interest in this definition assumes that citizens in a democratic state have an interest in having access to information about the workings of that state, of its institutions and its officials, both elected and appointed. However, the public interest is not confined to the state’s

De fato, proteger a privacidade do indivíduo é garantir que este tenha liberdade para desenvolver sua personalidade. Todos têm direito à sua esfera privada de vida, mesmo aquelas pessoas que optam pela vida pública. Da mesma forma, a sociedade em geral tem interesse em conhecer as pessoas que trabalham com serviço público, ou mesmo em alguma empresa privada que necessita da confiança do público, mas, conhecer seus agentes é conhecer os fatos relacionados ao seu trabalho e à sua vida pública, não há interesse público na divulgação de fatos íntimos, quando não relacionados com a função que atuam. Se, de alguma forma, a informação privada gera consequências na esfera pública do seu trabalho, o interesse geral em ter acesso à essa informação garantirá que esta possa ser distribuída.

Importante, ainda, mencionar a diferença entre interesse público e interesse do público. Para Alberto Asquini há uma distinção entre eles, uma vez que o interesse do público pode estar relacionado com uma injustificada curiosidade.<sup>347</sup> Para exemplificar a diferença entre interesse público e interesse do público, Fernanda Nunes Barbosa traz a biografia de Marguerite Duras. A autora, contudo, toma o cuidado de informar que essa curiosidade, ou “atenção que a narrativa de uma vida desperta nos diferentes grupos de leitores não deve ser confundida – a não ser em hipóteses excepcionais – com mera bisbilhotice.” Assevera que essa curiosidade advém “de um sentimento nem sempre consciente de igualdade”<sup>348</sup>

O interesse público pode ser diferenciado do mero interesse do público no exemplo da biografia de Marguerite Duras. Nela, a biógrafa, jornalista e amiga da escritora, Laure Adler, relata o caso que a escritora tivera, em sua adolescência na Indochina, com um rico comerciante chinês que a tomara por prostituta privada. Duras não se opôs à narração desses fatos, mas, quando a biógrafa descobriu o caso que a escritora também tivera com um oficial do regime nazista alemão responsável pelo

---

*institutions, but also to private corporations and to voluntary organisations which—as nearly all do—require the public’s trust.”* WHITTLE, Stephen. COOPER, Glenda. *Privacy, probity and public interest*. RISJ Challenges. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism. University of Oxford, 2009, p. 76. Disponível em: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/our-research/privacy-probity-and-public-interest>> Acesso em: 06 fev. 2018.

<sup>347</sup> “L’interesse pubblico, invero, è ben altra cosa che l’interesse del pubblico che a sua volta può essere manifestazione di malsane ed ingiustificata curiosità”. ASQUINI, Alberto apud AIETA, Vânia Siciliano. *A garantia da intimidade como direito fundamental*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 1999, p. 172.

<sup>348</sup> BARBOSA, Fernanda Nunes. *Biografias e liberdade de expressão*. Critérios para a publicação de histórias de vida. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2016, p. 239-240.

envio do marido de Duras para um campo de extermínio, durante a ocupação de Paris, a escritora se opôs.<sup>349</sup>

A autora cita Miguel de Souza Tavares para fazer essa diferenciação entre interesse público e interesse do público a partir do exemplo da biografia de Marguerite Duras, no sentido de que, a princípio, pode parecer interesse do público tomar conhecimento a respeito do caso da escritora, tanto com o comerciante chinês, quanto com o oficial do regime nazista alemão. No entanto, em razão da grande importância de Duras na literatura, a sua biografia não autorizada serviu para compreendê-la, nas palavras do autor “se o livro tivesse sido proibido, teria sido um crime de ocultação da verdade.”<sup>350</sup>

A respeito dessa diferenciação entre interesse público e interesse do público, por mais que a autora afirme que a curiosidade em ter conhecimento a respeito da vida das pessoas públicas se dá em razão deste sentimento de igualdade e de proximidade que as pessoas nutrem pelas celebridades em geral e que não se confunde com indiscrição, é certo que, diferentemente do interesse público, o interesse do público não tem o condão de permitir a publicação de todo e qualquer fato da vida de uma pessoa, mesmo em se tratando de uma pessoa notória. Conforme já visto, privacidade reduzida não se equivale a uma “não privacidade” e, caso a curiosidade alheia permitisse a publicação de todos os fatos da vida privada de alguém, a privacidade desta pessoa não existiria de nenhuma forma, em prol da proteção de uma vontade de conhecer o outro em sua totalidade.

Essa curiosidade não tem o condão de exigir que alguém, por exemplo, revele ser uma pessoa transexual, uma vez que o direito permite que essa pessoa, inclusive, retifique seus documentos civis, como mencionado anteriormente. Da mesma forma, essa curiosidade não pode determinar que uma pessoa abra seu histórico médico e psicológico a todos que a seguem, ou revele informações íntimas a respeito de sua dinâmica familiar. A curiosidade, portanto, não deve estar acima do direito à privacidade, sob pena de reduzir, cada vez mais, os direitos existenciais da pessoa humana. O interesse público, por outro lado, pode

<sup>349</sup> BARBOSA, Fernanda Nunes. *Biografias e liberdade de expressão*. Critérios para a publicação de histórias de vida. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2016, p. 240

<sup>350</sup> TAVARES, Miguel Souza apud BARBOSA, Fernanda Nunes. *Biografias e liberdade de expressão*. Critérios para a publicação de histórias de vida. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2016, p. 240

permitir que determinadas informações sejam divulgadas, quando relacionadas à situações que envolvam interesses de toda a coletividade e não mera curiosidade.

Assim, apesar da difícil definição, o interesse público é visto por Celso Antônio Bandeira de Mello como “o interesse resultante do conjunto de interesses que os indivíduos pessoalmente têm quando considerados em sua qualidade de membros da Sociedade”.<sup>351</sup> Vânia Aieta, ao falar sobre o interesse público, faz uma referência ao princípio da publicidade presente no Direito Administrativo, afirmando que tal princípio “revela-se como bastião da caracterização dos limites do direito à intimidade. Não obstante o direito à intimidade ser oponível, erga omnes em razão de seu caráter absoluto, não pode prevalecer contra tudo.” Para a autora, o princípio da publicidade ganha destaque como importante elemento para determinar o que “realmente possa pertencer ao universo de tutela do direito à intimidade, ou o que seja matéria de interesse de toda coletividade”. Isso porque, a Administração Pública exige a publicidade de seus atos buscando a finalidade do “interesse público, interesse de toda coletividade”.<sup>352</sup>

Ao tutelar interesses públicos, a Administração não pode se permitir prejudicá-los, em prol de direitos privados e particulares. Porém, se o assunto divulgado ferir ou ofender a intimidade de determinada pessoa, SEM RAZÃO REAL DE INTERESSE PÚBLICO OU SEM QUALQUER BENEFÍCIO PARA A COLETIVIDADE, a publicidade há de ser restringida. A maior parte da doutrina advoga a seguinte regra: Quando ocorrer conflito entre interesse público e proteção da intimidade, deve prevalecer o primeiro, pela aplicação do PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O INDIVIDUAL.<sup>353</sup>

Em posição contrária, Daniel Sarmiento assevera que se deve agir com cautela ao tratar de interesses públicos e privados, isso porque, “a subordinação dos direitos individuais ao interesse coletivo pode ser a antessala para totalitarismos de variados matizes”, por outro lado “a desvalorização total dos interesses públicos diante dos particulares pode conduzir à anarquia e ao caos geral, inviabilizando qualquer possibilidade de regulação coativa da vida humana

<sup>351</sup> MELLO, Celso Antônio Bandeira de apud SARMENTO, Daniel. Interesses Públicos vs. Interesses Privados na Perspectiva da Teoria e da Filosofia Constitucional. In *Interesses Públicos versus Interesses Privados: Desconstruindo o Princípio de Supremacia do Interesse Público*. Coord. Daniel Sarmiento. 2ª tir. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007, p. 23.

<sup>352</sup> AIETA, Vânia Siciliano. *A garantia da intimidade como direito fundamental*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 1999, p. 171.

<sup>353</sup> AIETA, Vânia Siciliano. *A garantia da intimidade como direito fundamental*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 1999, p. 171-172.

em comum.”<sup>354</sup> O autor não defende a ideia de supremacia do interesse público sobre o particular e nem a situação contrária pelas razões a seguir citadas. Sua posição está na ponderação equilibrada desses interesses “pautada pelo princípio da proporcionalidade, mas modulada por alguns parâmetros substantivos relevantes, baseia-se numa concepção personalista.”<sup>355</sup>

Parece-nos que a afirmação da supremacia do interesse da coletividade sobre aqueles pertencentes a cada um dos seus componentes pode, do ponto de vista de uma teoria moral, ser justificada a partir de duas perspectivas diferentes, que, no entanto, mantêm alguns denominadores comuns: o organicismo e o utilitarismo. Para o organicismo o interesse público seria algo superior e diferente ao somatório dos interesses particulares dos membros de uma comunidade política, enquanto, para o utilitarismo, ele confundir-se-ia com tais interesses, correspondendo a uma fórmula para a sua maximização. Já a tese da supremacia incondicionada dos direitos individuais sobre os interesses da coletividade assenta-se sobre o individualismo.<sup>356</sup>

A teoria do organicismo indica uma supremacia do interesse público sobre o particular, pois vislumbra a comunidade e seus indivíduos como um organismo vivo, em que os indivíduos desempenham o papel de órgãos, como no corpo humano. De acordo com essa perspectiva teórica, “as comunidades políticas possuem fins, valores e objetivos próprios, que transcendem aqueles dos seus integrantes.” O bem comum, no organicismo antigo, gerava tratamentos desiguais entre as pessoas daquela comunidade, que exerciam o papel que lhe era atribuído e, neste papel, alcançava a sua realização pessoal. No organicismo moderno não se verifica esse traço de desigualdade, mas o indivíduo ainda é visto como parte do todo, “que só se realiza no interior do Estado, que passa a ser cultuado como um verdadeiro ‘Deus na Terra’.” Deste modo, o organicismo merece ser refutado, pois o “ser humano, apesar do seu natural impulso gregário, é muito mais que um órgão dentro de um todo maior”. O autor atenta para o fato de que a teoria

<sup>354</sup> SARMENTO, Daniel. Interesses Públicos vs. Interesses Privados na Perspectiva da Teoria e da Filosofia Constitucional. In *Interesses Públicos versus Interesses Privados: Desconstruindo o Princípio de Supremacia do Interesse Público*. Coord. Daniel Sarmento. 2ª tir. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007, p. 28.

<sup>355</sup> SARMENTO, Daniel. Interesses Públicos vs. Interesses Privados na Perspectiva da Teoria e da Filosofia Constitucional. In *Interesses Públicos versus Interesses Privados: Desconstruindo o Princípio de Supremacia do Interesse Público*. Coord. Daniel Sarmento. 2ª tir. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007, p. 52.

<sup>356</sup> SARMENTO, Daniel. Interesses Públicos vs. Interesses Privados na Perspectiva da Teoria e da Filosofia Constitucional. In *Interesses Públicos versus Interesses Privados: Desconstruindo o Princípio de Supremacia do Interesse Público*. Coord. Daniel Sarmento. 2ª tir. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007, p. 52.

organicista vai de encontro com o princípio da dignidade da pessoa humana, que trata os indivíduos como fim e nunca como meios.<sup>357</sup>

O utilitarismo, por sua vez, “advoga a tese de que o melhor caminho a ser seguido em cada caso será aquele que promover, em maior escala, o bem-estar, o prazer, a felicidade ou as preferências racionais do maior número de pessoas.” Apesar disso, Daniel Sarmento entende ser a teoria incompatível com a Constituição da República de 1988 porque “não trata adequadamente os direitos fundamentais como direitos situados acima dos interesses das maiorias.” O autor afirma que por a Constituição ter atribuído grande valor a direitos fundamentais eles estarão protegidos, mesmo quando contrariarem os interesses da maioria. No utilitarismo “o que justifica a garantia de direitos fundamentais é a sua potencial contribuição à maximização da felicidade e do bem-estar geral, e não o reconhecimento da intrínseca dignidade de que são portadores.” A crítica levantada pelo autor se deve ao fato de que, sob a alegação de busca de um bem-estar geral, pode-se gerar a perda de direitos de alguns indivíduos. As pessoas são, portanto, tratadas não como indivíduos com fins em si mesmo, mas como parte de um todo que precisa abrir mão de determinados direitos em favor de um bem-estar coletivo.<sup>358</sup>

Daniel Sarmento afirma, portanto, que o melhor caminho é a ponderação entre os interesses, mas argumenta que por serem os direitos fundamentais de extrema importância no nosso ordenamento jurídico, o Estado tem o interesse em proteger e promover tais direitos. Logo, “na imensa maioria dos casos, a coletividade se beneficia com a efetiva proteção dos interesses dos seus membros” e isso ocorre porque passa a ser impossível dissociar os interesses públicos dos privados, uma vez que “o interesse público, na verdade, é composto pelos interesses particulares dos membros da sociedade.”<sup>359</sup>

<sup>357</sup> SARMENTO, Daniel. Interesses Públicos vs. Interesses Privados na Perspectiva da Teoria e da Filosofia Constitucional. In *Interesses Públicos versus Interesses Privados: Desconstruindo o Princípio de Supremacia do Interesse Público*. Coord. Daniel Sarmento. 2ª tir. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007, p. 53-57.

<sup>358</sup> SARMENTO, Daniel. Interesses Públicos vs. Interesses Privados na Perspectiva da Teoria e da Filosofia Constitucional. In *Interesses Públicos versus Interesses Privados: Desconstruindo o Princípio de Supremacia do Interesse Público*. Coord. Daniel Sarmento. 2ª tir. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007, p. 59-63.

<sup>359</sup> SARMENTO, Daniel. Interesses Públicos vs. Interesses Privados na Perspectiva da Teoria e da Filosofia Constitucional. In *Interesses Públicos versus Interesses Privados: Desconstruindo o*

Portanto, a solução para a colisão entre direitos fundamentais e interesses públicos não é singela. A busca da solução constitucionalmente adequada deve respeitar os chamados “limites dos limites” dos direitos fundamentais, e certamente não passa por qualquer princípio de supremacia do interesse público. Aceitar que a solução destes conflitos se dê através da aplicação do princípio em referência seria, para usar a famosa expressão de Dworkin, não levar a sério os direitos fundamentais. E pode-se dizer tudo da Constituição de 88, menos que ela não tenha levado a sério estes direitos.<sup>360</sup>

De todo modo, a busca pelo interesse público está na busca pelo bem comum, no sentido de garantir que o direito à informação da sociedade em geral seja respeitada quando aquela informação disser respeito a algo que poderá afetá-la como sociedade. Caso contrário, permitir que informações íntimas sejam publicadas sem prévia autorização ou mesmo comunicação para que o indivíduo em questão possa tentar recorrer ao Poder Judiciário e evitar que ocorra lesão à sua dignidade seria não observar os direitos da personalidade da pessoa humana em prol de uma liberdade de expressão que, como visto, não pode ser colocada em patamar superior aos direitos existenciais do biografado em toda e qualquer situação.

Em síntese, a ponderação existe para garantir que os direitos em questão sejam analisados em patamar de igualdade, como de fato são em razão da sua previsão constitucional. Se há interesse público na divulgação daquela informação, a ponderação de direitos pode indicar que, neste caso, o direito à informação ou à liberdade de expressão deva prevalecer, em outros casos, na ausência de interesse público, ao biografado deve ser dada a oportunidade de resguardar informações íntimas dos olhares alheios, uma vez que esse direito à informação não abraça a mera curiosidade dos eventuais leitores a respeito daqueles fatos íntimos que, muitas vezes, se suprimidos, não modificam a essência da obra.

## 4.2.

### **A pessoa humana e os danos resultantes da publicação de sua história**

---

Princípio de Supremacia do Interesse Público. Coord. Daniel Sarmento. 2ª tir. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007, p. 83-84.

<sup>360</sup> SARMENTO, Daniel. Interesses Públicos vs. Interesses Privados na Perspectiva da Teoria e da Filosofia Constitucional. In *Interesses Públicos versus Interesses Privados: Desconstruindo o Princípio de Supremacia do Interesse Público*. Coord. Daniel Sarmento. 2ª tir. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007, p. 109.

Ao longo dos capítulos anteriores foram expostos os argumentos levantados pelo Supremo Tribunal Federal para a conclusão de que as biografias poderiam ser publicadas independentemente de autorização dos biografados, dos coadjuvantes, ou dos familiares, caso o biografado fosse falecido. Em linhas gerais, os Ministros mencionaram o temor à volta da censura, ao não permitirem a publicação de uma obra literária e histórica; o patamar superior que o direito à liberdade de expressão ocupa em um país democrático e o direito que os indivíduos em sociedade têm de serem informados. Por outro lado, os Ministros não negaram a possibilidade de ocorrerem lesões a direitos da personalidade do biografado com a publicação e, por esse motivo, não demonstraram objeção de que os biografados que se sentissem ofendidos recorressem ao Poder Judiciário para que a questão pudesse ser discutida, contanto que as sanções cominadas ocorressem após a publicação da biografia, nunca antes. Deste modo, o STF não negou a existência dos direitos da personalidade e sua importância constitucional face ao direito à liberdade de expressão, apenas determinou que, em regra geral, o direito à liberdade de expressão teria prioridade diante dos demais direitos, todavia, o Poder Judiciário poderia entender eventual abuso<sup>361</sup> no exercício do direito à liberdade de expressão e ponderar a favor dos direitos existenciais.

Nas situações em que o magistrado entende pela prevalência dos direitos da personalidade, o abuso no exercício do direito à liberdade de expressão<sup>362</sup> gera

<sup>361</sup> Art. 187. “Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes”.

<sup>362</sup> Sobre o abuso do direito, Eduardo Nunes de Souza afirma que “a identificação do exercício abusivo de situações jurídicas subjetivas não deve se restringir aos parâmetros propostos pelo legislador no referido dispositivo, abrangendo qualquer forma de exercício que contrarie o perfil funcional da situação jurídica no caso concreto (...) age de forma abusiva o titular do direito que contraria as finalidades, valores e interesses pelos quais o ordenamento lhe reconhece aquela prerrogativa.” Informa que, embora ao artigo 187 use a expressão “também comete ato ilícito”, isso não significa que o abuso é uma espécie de ato ilícito, mas que abuso e ato ilícito são espécies do gênero “ato antijurídico”, “nesse quadro, o ilícito difere do abuso por corresponder a descumprimento frontal a uma regra jurídica (portanto, a atuação sem direito, contrária à estrutura dos direitos do agente), ao passo que o abuso se verifica no plano funcional.”. Desta forma, é insuficiente que o ato “se apresente conforme o direito”, mas deve ser merecedor de tutela, pois, no conceito atual de legalidade, leva-se em conta também o aspecto funcional do ato. Sobre o merecimento de tutela, sinaliza o autor que existem casos em que os dois atos são lícitos e não abusivos, mas, mesmo assim, se colidem, Nessas situações **“decisão buscará proteger primordialmente o ato que se reputar mais promovedor dos valores do ordenamento, e apenas por via transversa negará tutela jurídica ao outro ato, apenas na medida em que for inevitável que ambos convivam.”** (grifou-se). É realizada, então, uma análise funcional para determinar “em que medida o ato será reprimido”, como exemplo, o autor cita o conflito entre a liberdade de expressão e a privacidade nas biografias não autorizadas, afirmando que existem

uma lesão à dignidade humana daquele indivíduo retratado na biografia, e com essa lesão surge a responsabilidade civil pela publicação destes fatos que feriram os direitos existenciais do biografado ou mesmo de uma terceira pessoa, um coadjuvante, retratada na obra.

Quando não é garantido ao indivíduo a oportunidade e a possibilidade de exercer o seu direito à privacidade e controlar a publicação ou não de informações íntimas a seu respeito que não podem ser classificadas como de interesse público, não se permite que a pessoa tente impedir a efetiva lesão aos seus direitos da personalidade. Como visto anteriormente, existem informações de caráter íntimo que, uma vez reveladas, nem mesmo com as sanções, como indenização, retirada de circulação e direito de resposta, o dano causado poderá ser revertido. Desta feita, reitera-se a importância de uma comunicação prévia às pessoas retratadas, tanto os próprios biografados quanto terceiros que eventualmente sejam citados na obra, a fim de evitar que os direitos existenciais sejam feridos e que os danos sejam gerados.

No entanto, se a situação anterior à publicação era formada por uma ameaça de lesão, após a circulação da obra se torna, efetivamente, uma lesão aos direitos da personalidade do biografado. Os indivíduos retratados na obra, como entende o próprio Supremo Tribunal Federal, podem recorrer ao Poder Judiciário que analisará a questão com base naquele caso concreto e poderá observar determinados critérios no momento da ponderação e, após análise, pode o juiz entender que houve, de fato, lesão aos direitos da personalidade e, como consequência, pode advir uma condenação em danos morais.

---

casos em que a observância do abuso do direito poderá solucionar o conflito, sem necessidade de recorrer à ponderação. Em suas palavras: “Retomando-se o exemplo das biografias, uma obra – que se pretenda biográfica – da qual se depreenda finalidade manifesta de vingança (por exemplo, por parte de biógrafo que já tenha sido da convivência íntima do biografado) com mais força do que uma função literária ou jornalística, possivelmente será reputada abusiva, não se fazendo necessário, neste caso, ponderar entre os dois interesses envolvidos – o ordenamento não alberga o exercício disfuncional, e a vingança não se insere no escopo funcional da liberdade de expressão. Mais simples ainda será o caso de uma biografia, por exemplo, que impute fato falso ao biografado: neste caso, estar-se-á no campo da ilicitude, o mais objetivo dos mecanismos de controle, e o exercício pretendido pelo biógrafo (supostamente de sua liberdade de expressão, mas na verdade conduta sem direito) não haverá de prevalecer.” SOUZA, Eduardo Nunes de. Perspectivas de aplicação do abuso do direito às relações existenciais. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.10, n.4, 3º quadrimestre de 2015. Disponível em: <[www.univali.br/direitoepolitica](http://www.univali.br/direitoepolitica)>. Acesso em 18 fev. 2018.

Deste modo, negar ao biografado a possibilidade de resguardar os seus direitos da personalidade através de certo controle a respeito das informações que serão divulgadas pode gerar consequências para os biógrafos e também as editoras, tais como a indenização, o direito de resposta e a possibilidade de retirar aquela obra de circulação, que serão analisadas de forma mais detalhada a seguir.

#### 4.2.1.

#### **O Dano moral, a indenização e a importância das sanções não pecuniárias: o direito de resposta e a retirada da obra de circulação**

A respeito da forma como o dano moral é reconhecido e arbitrado no Brasil, Maria Celina Bodin de Moraes atenta para o fato de que ainda hoje<sup>363</sup> a maioria dos juízes brasileiros reconhecem o dano moral a partir da teoria de René Savatier, onde tal dano é encontrado quando há sofrimento humano de origem não patrimonial. No entanto, esse conceito que liga o dano moral ao sofrimento merece ser revisto “porque não permite que se colha um conceito específico, satisfazendo-se a doutrina com uma noção ampla e genérica a ponto de admitir praticamente tudo, isto é, justamente ‘todo sofrimento humano’.” Nesse sentido, o dano moral resulta na ligação a sentimentos humanos como tristeza, vexame, humilhação, dentre tantos outros.<sup>364</sup>

Essa perspectiva que liga o dano moral aos sentimentos humanos é criticada pela autora também por resultar, muitas vezes, em “graves injustiças e profundas incertezas aos jurisdicionados”. Por essa razão, Maria Celina Bodin de Moraes defende que o conceito de dano moral deve “alcançar algum grau de tecnicidade, visando projetar uma categoria teórica que seja elaborada o suficiente para abranger as especificidades do instituto.” Dessa forma, parte do conceito de Pontes de Miranda que afirma que “dano patrimonial é o dano que atinge o patrimônio do ofendido; dano não patrimonial é o que, só atingindo o devedor como ser humano, não lhe atinge o patrimônio”, para relacionar, portanto, o conceito de dano moral com o princípio da dignidade da pessoa humana, pois é

<sup>363</sup> O texto da autora denominado “Honra, liberdade de expressão e ponderação” data do ano de 2013.

<sup>364</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. Honra, liberdade de expressão e ponderação. *Civilistica.com*. Rio de Janeiro, a. 2, n. 2, abr.-jun./2013. Disponível em: <http://civilistica.com/wp-content/uploads/2015/02/Bodin-de-Moraes-civilistica.com-a.2.n.2.2013.pdf>. Acesso em 10 fev. 2018, p. 07.

através deste princípio que a dignidade do indivíduo é protegida no nosso ordenamento jurídico:<sup>365</sup>

Dano moral será, em consequência, a lesão a algum desses aspectos ou substratos que compõem a dignidade humana, isto é, a violação à liberdade, à igualdade, à solidariedade ou à integridade psicofísica de uma pessoa humana. Estes princípios, porém, podem entrar em colisão entre si. Neste caso, será preciso ponderar, através do exame dos interesses em conflito, tais princípios em relação a seu fundamento, isto é, a própria dignidade humana.<sup>366</sup>

Anderson Schreiber atribui ao fenômeno da constitucionalização do direito civil<sup>367</sup> essa maior tutela aos direitos existenciais. Relata que, em 1960 dificilmente uma pessoa recorreria ao judiciário para questionar lesões ao seu direito à privacidade “como modalidade autônoma e específica de um prejuízo ressarcível”. Nos dias atuais a privacidade já é vista como um direito fundamental a ser preservado e, caso haja lesão, é possível encontrar condenações nos tribunais brasileiros, como em casos de “condenação por revista ou vídeo-vigilância não autorizada em ambiente de trabalho ou por abuso no direito de informação.” A partir da privacidade, a violação a outros direitos passaram a ser observada, tais como “o dano à imagem, o dano estético e o dano à integridade psicofísica. Consolidou-se, na experiência brasileira a efetiva tutela reparatória destes aspectos da personalidade, constitucionalmente protegida.” Contudo, por ser a dignidade humana uma cláusula geral que visa proteger diferentes aspectos

<sup>365</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. Honra, liberdade de expressão e ponderação. *Civilistica.com*. Rio de Janeiro, a. 2, n. 2, p. 08, abr.-jun./2013. Disponível em: <http://civilistica.com/wp-content/uploads/2015/02/Bodin-de-Moraes-civilistica.com-a.2.n.2.2013.pdf>. Acesso em 10 fev. 2018.

<sup>366</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. Honra, liberdade de expressão e ponderação. *Civilistica.com*. Rio de Janeiro, a. 2, n. 2, abr.-jun./2013. Disponível em: <http://civilistica.com/wp-content/uploads/2015/02/Bodin-de-Moraes-civilistica.com-a.2.n.2.2013.pdf>. Acesso em 10 fev. 2018, p. 09.

<sup>367</sup> Sobre a constitucionalização do direito civil, Ingo Salet anota que “dentre outros, destaca-se aqui o nome de Pietro Perlingieri, que, por sua vez, influenciou profundamente alguns dos pioneiros da constitucionalização do Direito Civil no Brasil, como é o caso dos professores Gustavo Tepedino, Luiz Edson Fachin e Maria Celina Bodin de Moraes, apenas para citar alguns dos nomes mais expressivos e que podem ser considerados fundadores e principais representantes do movimento em prol de um Direito Civil-Constitucional e cujos discípulos (dentre os quais destacamos aqui Teresa Negreiros, Ricardo Aronne e, mais recentemente, Carlos Eduardo Pianovski Rusyk) têm protagonizado um fecundo debate e uma notável mudança de paradigma no Direito Brasileiro.” SARLET, Ingo Wolfgang. Neoconstitucionalismo e influência dos direitos fundamentais no direito privado: algumas notas sobre a evolução brasileira. *Civilistica.com*. Rio de Janeiro, a.1, n.1, p.03, 2012. Disponível em: < <http://civilistica.com/wp-content/uploads/2012/08/Neoconstitucionalismo-civilistica.com-1.-20121.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

da personalidade do indivíduo, a tutela não se limita aos direitos acima mencionados:<sup>368</sup>

O problema mais atual reside no fato de que a dignidade humana não se limita, nem poderia se limitar, como cláusula geral que é, aos interesses existenciais acima mencionados. O seu conteúdo inclui aspectos diversos da pessoa humana que ‘vêm se enriquecendo, articulando e diferenciando sempre mais’. Abre-se, deste modo, diante dos tribunais de toda parte o que já se denominou de ‘o grande mar’ da existencialidade, em uma expansão gigantesca<sup>369</sup>, e, para alguns, tendencialmente infinita do dano ressarcível.<sup>370</sup>

Os direitos da personalidade, de fato, abrangem os direitos decorrentes da pessoa humana e não podem ser limitados em um rol taxativo de direitos, sob pena de deixar sem proteção algum direito inerente à pessoa. O princípio da dignidade da pessoa humana, que engloba os interesses existenciais, por outro lado, não é uma norma vazia que poderia ser aplicada em toda e qualquer situação, como se viu no capítulo anterior. com a relação feita por Maria Celina Bodin de Moraes entre o princípio da dignidade da pessoa humana com os subprincípios da liberdade, integridade psicofísica, igualdade e solidariedade.<sup>371</sup> A partir dessa noção, caso haja lesão ou ameaça a algum direito da personalidade, o Poder Judiciário poderá ser chamado a realizar a ponderação de direitos e determinar se houve dano ressarcível.

Sobre o dano ressarcível, no ordenamento brasileiro pré Constituição de 1988, era utilizada a teoria da diferença, que consiste em verificar o patrimônio de alguém anteriormente à lesão e o patrimônio posterior, dessa forma, era possível mensurar a dimensão do dano a ser ressarcido, uma vez que a noção de dano era ligada à noção de prejuízo, “em outras palavras, havendo decréscimo econômico,

<sup>368</sup> SCHREIBER, Anderson. *Novos paradigmas da responsabilidade civil*. Da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 91-92.

<sup>369</sup> No prefácio da obra de Anderson Schreiber “Novos paradigmas da responsabilidade civil. Da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos”, Maria Celina Bodin de Moraes traz exemplos dessas novas figuras, como: “dano à vida de relação, dano pela perda de concorrencialidade, dano por redução da capacidade laboral genérica, dano sexual, dano hedonístico, dano consistente no custo de manutenção do filho indesejado, dano consistente na perturbação das atividades normais do indivíduo e da serenidade pessoal, dano de férias arruinadas, dano de mobbing, dano de mass media, dano de processo lento, dano de brincadeiras cruéis, dano decorrente do rompimento de noivado, da separação após a notícia da gravidez, do descumprimento de deveres conjugais, do abandono afetivo de filho menor, dano-morte (inclusive de animal doméstico).”

<sup>370</sup> SCHREIBER, Anderson. *Novos paradigmas da responsabilidade civil*. Da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 92.

<sup>371</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. Na medida da pessoa humana. Rio de Janeiro: Renovar, 2010, p. 85.

há dano em sentido patrimonial”. A ressarcibilidade deste dano não ocorreria, contudo, na ausência “de ilicitude da conduta ou de nexo causal entre a conduta e o dano”. No entanto, a teoria da diferença, que a princípio<sup>372</sup> parecia cobrir os casos de direitos patrimoniais “seus inconvenientes foram muito mais sentidos no âmbito extrapatrimonial”, porque até a década de 60 o dano moral era negado em razão dessa noção de dano-prejuízo. Contudo, em 1966 o Supremo Tribunal Federal reconheceu a indenização por danos morais, o que fez com que “o dano, que, até então, era vislumbrado somente sob o prisma econômico e patrimonial, passou a ter seu conceito ampliado a fim de abarcar também os interesses existenciais”. No entanto, mesmo após a decisão do STF, os tribunais ainda permaneceram reticentes em aplicar o dano moral independentemente do dano patrimonial e o cenário só foi, de fato, se modificar com a promulgação da Constituição de 1988.<sup>373</sup>

Após o advento da Constituição de 1988, o novo Código Civil, de 2002, passou a tratar do dano moral, em seu artigo 186, cuja redação afirma que “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”, diferentemente do Código Civil de 1916 que, ao tratar do dano, em seu artigo 159 previa que “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano.” No entanto, apesar da previsão no Código Civil atual, Anderson Schreiber atenta para o fato de que a então nova legislação civil perdeu a oportunidade “de afastar a tradicional equivalência entre o sentido jurídico de dano e seu significado material”. O dano, portanto, quando não aplicável à teoria da diferença, como ocorre com o dano moral, acaba por ter o seu sentido “relacionado à qualquer

<sup>372</sup> Anderson Schreiber menciona que mesmo em causas relativas à direitos patrimoniais, a teoria da diferença poderia gerar desconforto. “A associação entre o conceito jurídico de dano e o decréscimo matemático sofrido pela vítima não deixava, porém, de gerar inconsistências dentro do próprio âmbito patrimonial: a histórica resistência, no Brasil, à indenização por ‘perda de uma chance’, por exemplo, é fenômeno que se explica, em boa medida, pela impossibilidade de atribuir à oportunidade perdida de um valor econômico que pudesse ser tomado como diminuição econômica. A vinculação da noção técnica de dano à teoria da diferença explica também uma certa postura restritiva dos tribunais com relação aos lucros cessantes, até hoje dificilmente indenizados em hipóteses onde inexistia repetição anterior de lucros semelhantes, a fornecer ao magistrado um parâmetro de cálculo.” SCHREIBER, Anderson. *Novos paradigmas da responsabilidade civil*. Da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 105.

<sup>373</sup> SCHREIBER, Anderson. *Novos paradigmas da responsabilidade civil*. Da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 104-106.

prejuízo economicamente incalculável” o que gera a identificação do dano moral com os sentimentos de dor, vexame, frustração e outros. O autor afirma “que um sentido assim tão amplo de dano moral não pode corresponder ao sentido jurídico, sob pena de a sua configuração atrelar-se excessivamente ao subjetivismo de cada um”. As decisões<sup>374</sup> que podem resultar da relação entre o “dano em sentido jurídico com o dano em sentido material (prejuízo econômico ou emocional)” fazem com que haja a necessidade de se rejeitar essa identificação “recuperando-se o conceito de dano como lesão a um interesse juridicamente tutelado”. Nesse sentido, Anderson Schreiber observa que “a vantagem desta definição está em concentrar-se sobre o objeto atingido – o interesse lesado -, e não sobre as consequências econômicas ou emocionais da lesão sobre determinado sujeito.”<sup>375</sup>

A alteração do conceito de dano tem aparentemente pouco impacto no que tange ao dano patrimonial. A lesão ao patrimônio de um indivíduo, sendo aferida por um critério matemático (teoria da diferença), corresponde, objetivamente, à consequência econômica que sobre ele repercute, sem que se vislumbre aí tanto espaço ao subjetivismo. O mesmo não acontece no dano moral, em que a lesão a um interesse tutelado (por exemplo, a saúde, a privacidade) repercute de forma inteiramente diferenciada sobre cada pessoa, não havendo um critério objetivo que permita sua precisa aferição. Por essa razão, fazer depender da configuração do dano moral de um momento consequencial (dor, sofrimento etc.) equivale a lançá-lo em um limbo inacessível de sensações pessoais, íntimas e eventuais. Da mesma forma, defini-lo por via negativa, como todo prejuízo economicamente incalculável, acaba por converter o dano moral em figura receptora de todos os anseios, dotada de uma vastidão tecnicamente insustentável. A definição de dano como lesão a um interesse tutelado, muito ao contrário, estimula a investigação sobre o objeto da lesão – o interesse da vítima efetivamente violado pelo ofensor -, a fim de se aferir o seu merecimento de tutela ou não, possibilitando a seleção dos danos ressarcíveis.<sup>376</sup>

Maria Celina Bodin de Moraes também critica a relação do dano moral com os sentimentos de dor, vexame, vergonha, dentre outras sensações negativas que o

<sup>374</sup> O autor cita como exemplo o caso da atriz que teve suas fotos nuas divulgadas, sem autorização, em um veículo de informação que não foi o que ela, originalmente, tinha tirado as fotos. O tribunal, ligando o dano moral aos sentimentos de dor e sofrimento, entendeu que não houve dano moral no caso em questão, uma vez que os desembargadores não vislumbraram como as fotografias em que a atriz estava nua poderiam causar tais sentimentos nela, pois a atriz tinha um corpo bonito e, nesses casos, o sentimento deveria ser de alegria e satisfação, só faltando, portanto, o pagamento que deveria receber com a publicação das fotos que, neste caso, a alegria estaria completa. “Só mulher feia pode se sentir humilhada, constrangida, vexada em ver seu corpo desnudo estampado em jornais ou revistas. As bonitas, não.” O acórdão foi reformado pelo Superior Tribunal de Justiça. SCHREIBER, Anderson. *Novos paradigmas da responsabilidade civil*. Da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 108.

<sup>375</sup> SCHREIBER, Anderson. *Novos paradigmas da responsabilidade civil*. Da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 107-108.

<sup>376</sup> SCHREIBER, Anderson. *Novos paradigmas da responsabilidade civil*. Da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 108-109.

ser humano pode experimentar, pois essa relação pode fazer com que o dano seja confundido com a sua consequência. Assim, ao Direito não cabe averiguar se o dano causado resultou em algum sentimento de tristeza, dor e etc. mas deve garantir que os danos à pessoa, analisados a partir do conceito de dignidade humana (que, como visto, é ligado aos princípios da igualdade, liberdade, integridade psicofísica e solidariedade) sejam ressarcidos. Desta forma, “o dano moral tem como causa a injusta violação a uma situação jurídica subjetiva extrapatrimonial, protegida pelo ordenamento jurídico através da cláusula geral de tutela da personalidade (...).”<sup>377</sup>

Quanto à distinção entre o dano patrimonial e o extrapatrimonial a autora assinala os seguintes aspectos: “i) a identificação, ii) os critérios de reparação, iii) a forma de liquidação”. Quanto à identificação do dano moral, esta diferencia do patrimonial pois, neste último, é necessário provar concretamente a ocorrência do prejuízo amargado pela vítima, enquanto no dano extrapatrimonial basta “a própria violação à personalidade da vítima”<sup>378</sup>. Em relação ao segundo aspecto, os critérios de reparação, nos danos patrimoniais verifica-se “a extensão do dano, não importando o grau de culpa do agente”, nos danos morais, os critérios apresentados são “a reprovação da conduta, isto é, a gravidade ou intensidade da culpa do agente, a repercussão social do dano, as condições socioeconômicas da vítima e do ofensor”. Importante notar que a indenização não deve ser tamanha que cause enriquecimento sem causa ou fonte de lucro. Por fim, a forma de liquidação é diferente no sentido de que no dano patrimonial é possível falar em

<sup>377</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. *Danos à pessoa humana*. Uma leitura Civil-Constitucional dos danos morais. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 132.

<sup>378</sup> A autora traz uma citação de Cavalieri para o texto, no sentido de que: “Neste ponto a razão se coloca ao lado daqueles que entendem que o dano moral está ínsito na própria ofensa, decorre da gravidade do ilícito em si. Se a ofensa é grave e de repercussão, por si só justifica a concessão de uma satisfação de ordem pecuniária ao lesado. Em outras palavras, o dano moral existe in re ipsa; deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção hominis ou facti, que decorre das regras de experiência comum; provado que a vítima teve o seu nome aviltado, ou a sua imagem vilipendiada, nada mais ser-lhe-á exigido provar, por isso que o dano moral está in re ipsa; decorre inexoravelmente da gravidade do próprio fato ofensivo, de sorte que, provado o fato, provado está o dano. CAVALIERI, S. apud BODIN DE MORAES, Maria Celina. *Danos à pessoa humana*. Uma leitura Civil-Constitucional dos danos morais. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 161.

“perdas e danos”, quanto ao dano moral ela “fica exclusivamente ao arbítrio do juiz, não estando ele adstrito a qualquer limite legal ou tarifa pré-fixada.”<sup>379</sup>

Ainda a respeito do dano indenizável<sup>380</sup>, é preciso retornar à ponderação<sup>381</sup> já estudada porque, “o dano será injusto quando, ainda que decorrente de conduta lícita, afetando aspecto fundamental da dignidade humana, não for razoável, ponderados os interesses contrapostos, que a vítima permaneça irressarcida,” a fim de garantir a proteção<sup>382</sup> máxima da pessoa humana. Desta forma, o dano moral ocorre quando há violação da cláusula geral de tutela da pessoa humana.<sup>383</sup> Em um caso concreto envolvendo as biografias não autorizadas, onde interesses de biógrafos e biografados estão em conflito, se o resultado da ponderação apontar favoravelmente ao amparo dos direitos existenciais a publicação de dados que ferem a privacidade do biografado pode gerar indenização por danos morais, pois, ainda que no exercício do direito à liberdade de expressão, afetou aspectos fundamentais da dignidade humana. Sobre a lesão à dignidade humana, Maria Celina Bodin de Moraes explica:

<sup>379</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. *Danos à pessoa humana*. Uma leitura Civil-Constitucional dos danos morais. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 161-162.

<sup>380</sup> Após a ponderação de direitos, caso o juiz entenda pela prevalência dos direitos existenciais, a principal sanção aplicada quando o dano moral é reconhecido pelo Poder Judiciário é a chamada indenização, no entanto, é preciso esclarecer que a palavra indenizar vem do latim *in dene* “que significa devolver (o patrimônio) ao estado anterior, ou seja, eliminar o prejuízo e suas consequências”, por essa razão, como se trata de um dano extrapatrimonial, é preferível usar o termo compensação e dizer que o dano moral é compensável. Entretanto, utiliza-se a palavra indenização por ser esta a usada no texto constitucional, no artigo 5º, X.. BODIN DE MORAES, Maria Celina. *Danos à pessoa humana*. Uma leitura Civil-Constitucional dos danos morais. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 189.

<sup>381</sup> “Acerca desse tormentoso terreno das colisões de direitos fundamentais envolvendo as liberdades, parece mais acertado afirmar que, diante da ausência de uma norma expressa que determine qual dos direitos deve prevalecer em abstrato, a noção de prevalência não pode ser um dado a priori. Em outras palavras, a ideia de que um direito fundamental possa prevalecer sobre outro só pode ser o resultado do sopesamento concreto dos interesses em jogo, configurando-se, assim, uma relação de prevalência condicionada, mas jamais uma premissa ou um ponto de partida de que pode se servir o intérprete para realizar a ponderação dos direitos que estão em conflito.” BARBOSA, Fernanda Nunes; CASTRO, Thamís Dalsenter Viveiros de. *Dilemas da liberdade de expressão e da solidariedade*. Civilistica.com. Rio de Janeiro, a. 6, n. 2, p. 03, 2017. Disponível em: <<http://civilistica.com/wp-content/uploads/2018/01/Barbosa-e-Castro-civilistica.com-a.6.n.2.2017.pdf>>. Acesso em 13 fev. 2018.

<sup>382</sup> “Assim, para efetivar a defesa e a promoção integrais da personalidade humana, é preciso ter em mente que a pessoa não será protegida porque é titular de um direito, mas o contrário. A proteção surge primeiro e decorrente dela; em seguida, configura-se o direito subjetivo ou o direito potestativo, ou a faculdade – em suma, o que quer que seja mais adequado, como estrutura, para aquela determinada situação jurídica (isto é, para realizar aquela função)”. BODIN DE MORAES, Maria Celina. *Danos à pessoa humana*. Uma leitura Civil-Constitucional dos danos morais. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 183.

<sup>383</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. *Danos à pessoa humana*. Uma leitura Civil-Constitucional dos danos morais. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 179-184.

A lesão a uma situação jurídica subjetiva protegida poderá decorrer de ação ou de omissão, por dolo ou por culpa, esta sempre entendida em seu significado normativo ou objetivo. No que tange à culpa levíssima, será preciso ponderar. De um lado, o conceito objetivo de culpa (ao contrário do conceito psicológico) permite que se a gradue e que se exija a indenização na medida a ela correspondente; além disso, a proteção da dignidade humana da vítima tem que servir de anteparo para a mais ampla proteção da pessoa. No entanto, a exigência de cuidados excepcionais e diligência incomum ofereceriam um forte incentivo à chamada “indústria do dano moral” além de, do ponto de vista da moral social, favorecerem a sensação de que a responsabilidade é sempre de outrem.<sup>384</sup>

No momento de decidir o quantum da indenização a ser fixada para a vítima por violação à sua dignidade humana, a lei não traz critérios objetivos a serem seguidos, mas cabe ao juiz decidi-los e aplica-los ao caso concreto. Maria Celina Bodin de Moraes cita um caso em específico no seu livro “Danos à pessoa humana”, que considera um acórdão exemplar no momento da quantificação da indenização, envolvendo os direitos à liberdade de expressão e a honra. No acórdão em questão, em uma entrevista para a revista Playboy um jornalista ofendeu uma famosa socialite brasileira ao relatar à revista que esteve em sua casa e afirmar que “(...) vive à base de cortisona, está enorme, monstruosa de feia. Mas, na hora da fotografia, bota aquele sorriso e ainda é uma perua. Arrivista social, alpinista social – tudo o que você quiser você joga em cima dela.” A primeira instância negou o pedido de indenização, alegando que o fato de a socialite ser uma pessoa notória gera a possibilidade de opiniões menos favoráveis, em nome da liberdade de expressão. O Tribunal, no entanto, reformou a sentença, nas palavras do Desembargador Nagib Filho “é facilmente perceptível ao leitor, (...) a intensa carga injuriosa de expressões que, em seu conjunto, intentam evidenciar a referida degradação.” O Desembargador fundamenta o seu voto no princípio da dignidade da pessoa humana e afirmou que a publicação das ofensas exorbitou o direito à informação.<sup>385</sup>

Ao quantificar a indenização, o desembargador partiu de cem salários mínimos, que era o paradigma utilizado para a reparação quando o nome do consumidor era inscrito no cadastro de inadimplentes. A partir dos cem salários mínimos, foram utilizados os seguintes critérios para majorar o quantum: relevância do entrevistado, notoriedade da vítima, utilização de expressões como

<sup>384</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. *Danos à pessoa humana*. Uma leitura Civil-Constitucional dos danos morais. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 189.

<sup>385</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. *Danos à pessoa humana*. Uma leitura Civil-Constitucional dos danos morais. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 314-315.

“feia”, “perua”, “monstruosa” relacionadas a pessoa do sexo feminino e da faixa etária da vítima, importância da revista Playboy. Para a condenação, portanto, “levou-se em consideração tão somente a gravidade do dano e as condições pessoais da vítima”.<sup>386</sup>

No âmbito das biografias, a obra “Na Toca dos Leões – A história da W/Brasil” culminou na condenação por danos morais em razão da biografia relatar que o médico e Deputado Federal à época dos fatos Ronaldo Caiado, ao comparecer na agência de publicidade para conversar a respeito da sua candidatura à Presidência da República, alegou que a resposta para os problemas brasileiros seria a esterilização das mulheres nordestinas<sup>387</sup>. Alegando ataque à sua honra, Ronaldo Caiado buscou respostas no Poder Judiciário e a questão chegou ao Superior Tribunal de Justiça que majorou a condenação por danos morais de R\$ 100.000,00 para 250.000,00. Em seu voto, a Ministra Maria Isabel Gallotti asseverou que:<sup>388</sup>

Assim delineada a controvérsia, ressalto que a indenização por danos morais possui tríplice função, a compensatória, para reparar os danos sofridos pela vítima, a punitiva, para condenar o autor da prática do ato ilícito lesivo, e a preventiva, para dissuadir o cometimento de novos atos ilícitos. Ainda, **o valor da indenização deverá ser fixado de forma compatível com a gravidade e a lesividade do ato ilícito**, cumprindo de forma adequada e satisfatória as funções acima mencionadas. Atentando-se a esses princípios, considero que a condenação imposta não atende aos objetivos e princípios regentes do instituto no nosso ordenamento jurídico. **Em**

<sup>386</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. *Danos à pessoa humana*. Uma leitura Civil-Constitucional dos danos morais. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 317-318.

<sup>387</sup> “Logo depois que o filme do Vulcabras começou a ser exibido, jornalista perguntaram a Washington se ele toparia repetir o anúncio com outros candidatos a Presidência. Ele respondeu com uma piadinha de publicitário - Só não dá pra fazer para o Ronaldo Caiado, porque a Vulcabras não fabrica botinas. Era uma provocação ao candidato do PSD, também presidente da UDR – União Democrata Ruralista, organização que arregimentava fazendeiros de todo o Brasil contra os defensores da reforma agrária. Se a W/Brasil não se interessava por Caiado, no entanto, a recíproca não era verdadeira. Logo depois de Maluf, foi ele quem apareceu na agência em busca de ajuda. Chegou acompanhado de uma dúzia de agroboys, como eram chamados seus seguidores e foi recebido por Gabriel e Washington. Mas a conversa durou pouco, segundo Gabriel: - O cara era muito louco. Contou que era médico e tinha a solução para o maior problema do país, “a superpopulação dos estratos sociais inferiores, os nordestinos”. Segundo seu plano, esse problema desapareceria com a adição à água potável de um remédio que esterilizava as mulheres. Fiuuu! O papo acabou aí. (f. 506 dos autos da ação principal).” BRASIL Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1440721/GO. Ministro Relator Maria Isabel Gallotti. Brasília, 11 de out. de 2016. Disponível em:

<[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201400501100&dt\\_publicacao=11/11/2016](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201400501100&dt_publicacao=11/11/2016)> Acesso em: 13 fev. 2018.

<sup>388</sup> BRASIL Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1440721/GO. Ministro Relator Maria Isabel Gallotti. Brasília, 11 de out. de 2016. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201400501100&dt\\_publicacao=11/11/2016](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201400501100&dt_publicacao=11/11/2016)> Acesso em: 13 fev. 2018.

**que pese o entendimento de que é natural uma maior exposição à opinião e à crítica dos cidadãos e da imprensa por parte das pessoas públicas e notórias, não há espaço para que essas liberdades de expressão e informação se desviem para inverdades e ofensas pessoais. O exercício da crítica, bem como do direito à liberdade de expressão, não pode ser usado como pretexto para prática de atos ofensivos à honra**, como ocorreu no caso em apreço, segundo a avaliação das provas feita nas instâncias ordinárias. Enfatizo que a liberação por parte do Supremo Tribunal Federal da publicação de obras sem a necessidade de prévia autorização por parte dos envolvidos implica, necessariamente, como reconhecido pela Corte Suprema, a responsabilização das editoras e escritores por danos provocados. (grifou-se).<sup>389</sup>

A publicação falsa e ofensiva à honra da vítima trouxe consequências à sua imagem como médico e como político que, inclusive, teve ajuizada “ação penal perante o Supremo Tribunal Federal por crime de racismo e de processo de cassação de mandato perante a Câmara dos Deputados por quebra de decoro parlamentar.” Deste modo, o STJ, para quantificar o valor da indenização, também observou a capacidade financeira dos recorridos e a reprovabilidade da conduta dolosa. Sobre as biografias a Ministra afirmou:

A indenização deve ser avaliada de modo a não somente mitigar o dano moral causado pela ofensa à honra, mas também a dissuadir o mercado editorial de produzir biografias com imputações levianas, falsas e ofensivas ao biografado ou a quaisquer pessoas mencionadas na obra, de modo a desestimular a estratégia de por meio de tais atos ilícitos vender mais livros. **Com efeito, é intuitivo que estórias recheadas de episódios e diálogos fantasiosos, picantes, irônicos ou ofensivos a personalidades públicas contribuem para tornar a obra mais vendável, o que, todavia, não pode ser admitido, caso tais textos sejam falsos e ofensivos a honra**, conforme apurado pelas instâncias de origem, soberanas na apreciação da prova. A liberdade de expressão implica responsabilidade e, obviamente, não compreende divulgação de falsidade e a prática de crimes contra a honra. A divulgação de episódio falso, como se verdadeiro fosse, **além de ofender a honra do lesado, prejudica o interesse difuso do público consumidor de bens culturais, que busca o conhecimento e não a desinformação**. (grifou-se)<sup>390</sup>

Além da condenação por dano moral em razão da lesão causada à dignidade humana do indivíduo, como no caso do exemplo supramencionado, é importante anotar a possibilidade de compensação não pecuniária em razão da mesma lesão, através dos mecanismos de direito de resposta e de retirada da obra de circulação.

<sup>389</sup> BRASIL Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1440721/GO. Ministro Relator Maria Isabel Gallotti. Brasília, 11 de out. de 2016. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201400501100&dt\\_publicacao=11/11/2016](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201400501100&dt_publicacao=11/11/2016)> Acesso em: 13 fev. 2018.

<sup>390</sup> <sup>390</sup> BRASIL Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1440721/GO. Ministro Relator Maria Isabel Gallotti. Brasília, 11 de out. de 2016. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201400501100&dt\\_publicacao=11/11/2016](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201400501100&dt_publicacao=11/11/2016)> Acesso em: 13 fev. 2018.

Nas palavras de Anderson Schreiber: “(...) para além da indenização pecuniária, pode o magistrado valer-se de meios não pecuniários para alcançar a mais ampla compensação do dano moral sofrido.” O autor, ao falar sobre lesão ao direito à honra, menciona decisão do Superior Tribunal de Justiça<sup>391</sup> que condenou a editora ré a publicar a decisão condenatória no mesmo site em que publicou a matéria com as ofensas. Por mais que o Supremo Tribunal Federal não tenha considerado a Lei de Imprensa como recepcionada pela Constituição da República de 1988, “o entendimento não afasta a possibilidade de condenação do réu à publicação da decisão judicial, que deriva, a rigor, não de um dispositivo legal específico, mas da tutela constitucional da honra e da irrestrita reparabilidade do dano moral”. Ainda mais eficaz para garantir o direito à informação aos leitores é a publicação não apenas da sentença condenatória, mas de “um extrato de suas principais conclusões, redigido em linguagem simples e de modo a elucidar os fatos para qualquer leitor, sem o vocabulário técnico-jurídico (...)”.<sup>392</sup>

Além da possibilidade de publicação da sentença que condenou em danos morais o ofensor, o direito de resposta<sup>393</sup>, assegurado pelo artigo 5º, V da Constituição da República<sup>394</sup>, também se mostra um mecanismo essencial para casos em que a honra, a imagem ou outros direitos existenciais tenham sido atingidos com a publicação de determinadas informações. “À resposta deve se dar, no mínimo, a mesma visibilidade e destaque da matéria difamatória, repelindo-se com veemência a técnica maliciosa de errar em letras garrafais e corrigir em notas miúdas.”<sup>395</sup>

O direito de resposta<sup>396</sup> foi mencionado no julgamento da ADI nº 4815<sup>397</sup> como uma das formas de reparação a posteriori que o biografado poderia recorrer

<sup>391</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 957.343/DF. Ministro Relator Aldir Passarinho Jr. Brasília, 18 de mar. de 2008. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201400501100&dt\\_publicacao=11/11/2016](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201400501100&dt_publicacao=11/11/2016)> Acesso em: 13 fev. 2018.

<sup>392</sup> SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 2ª ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2013, p. 80-81.

<sup>393</sup> Sobre o direito de resposta por ofensa divulgada em matéria transmitida em veículo de comunicação social ver Lei 13.188/2015.

<sup>394</sup> Artigo 5º, V: “é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem”

<sup>395</sup> SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 81.

<sup>397</sup> EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTS. 20 E 21 DA LEI N. 10.406/2002 (CÓDIGO CIVIL). PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA REJEITADA.

caso os seus direitos existenciais tivessem sido atingidos com a publicação da biografia não autorizada, além da condenação pecuniária. O Ministro Gilmar Mendes afirmou:

Nesse contexto, entendo que a prévia autorização para publicação de obras de biografia gera sério dano à liberdade de comunicação, à liberdade científica, à liberdade artística e que, por outro lado, na ocorrência de eventuais transgressões, a Constituição Federal assegura mecanismos para possíveis reparações, inclusive direito de resposta.<sup>398</sup>

O STF entendeu, portanto, que não cabe nenhuma medida a ser tomada anteriormente à publicação, pois o direito de resposta, feito a posteriori, garantirá que a verdade dos fatos seja revelada e que o biografado ofendido possa informar a sua versão dos acontecimentos para os leitores. No entanto, apesar de importante mecanismo para garantir o direito à informação e também para corrigir fatos ofensivos, nem todas as informações publicadas que causam lesão à dignidade humana poderão ser reparadas com o direito de resposta e com a compensação pecuniária.

Como visto anteriormente, a verdade é um critério de publicação no sentido de que apenas a verdade deve ser publicada, no entanto, isso não significa que, em razão do fato ser verdadeiro, ele deve ser publicado, pois existem fatos da vida íntima que o biografado pode preferir preservar dos olhos públicos. Esses fatos, uma vez publicados, não retornam a esfera íntima da pessoa humana, pois, mesmo que ao biografado tenha se dado voz, o fato é que nesse espaço ele teria que falar daquele mesmo fato que ele preferia manter em sigilo. O direito de resposta é

---

REQUISITOS LEGAIS OBSERVADOS. MÉRITO: APARENTE CONFLITO ENTRE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE INFORMAÇÃO, ARTÍSTICA E CULTURAL, INDEPENDENTE DE CENSURA OU AUTORIZAÇÃO PRÉVIA (ART. 5º INCS. IV, IX, XIV; 220, §§ 1º E 2º) E INVIOABILIDADE DA INTIMIDADE, VIDA PRIVADA, HONRA E IMAGEM DAS PESSOAS (ART. 5º, INC. X). ADOÇÃO DE CRITÉRIO DA PONDERAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO DE PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL. PROIBIÇÃO DE CENSURA (ESTATAL OU PARTICULAR). GARANTIA CONSTITUCIONAL DE INDENIZAÇÃO E DE DIREITO DE RESPOSTA. AÇÃO DIRETA JULGADA PROCEDENTE PARA DAR INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO AOS ARTS. 20 E 21 DO CÓDIGO CIVIL, SEM REDUÇÃO DE TEXTO. BRASIL, Supremo Tribunal Federal.. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4815. Ministro Relator Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em 31 maio de 2017. p. 02.

<sup>398</sup> BRASIL, Supremo Tribunal Federal.. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4815. Ministro Relator Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em 31 maio de 2017.. p. 252-253.

válido e eficaz para retificar alguma informação incorreta, ou alguma situação que a publicação tenha caluniado o biografado, onde, com o seu espaço de fala, ele poderia esclarecer da melhor maneira possível. A vida privada e a intimidade, por outro lado, não são compensadas de forma integral quando há lesão, nem com o direito de resposta e nem com a indenização em direito, o que se torna importante mencionar outro mecanismo não pecuniário de compensação: a retirada da obra de circulação.

O Supremo Tribunal Federal, ainda no julgamento da ADI nº 4815 se manifestou contrário à proibição de circulação de biografias, a Ministra Carmen Lúcia afirmou que “autorização prévia para biografia constitui censura<sup>399</sup> prévia particular. O recolhimento de obras é censura judicial, a substituir a administrativa”.<sup>400</sup> O Ministro Luís Roberto Barroso mencionou em seu voto exemplos de biografias que foram impedidas de circular, causando, em suas palavras, um “desestímulo à produção de obras biográficas”. Segundo o Ministro:

Mas, por fim, Presidente, para exemplificar os efeitos negativos da exigência de autorização. O primeiro efeito negativo é o desestímulo à produção de obras biográficas. O Poder Público tem o dever de incentivar a cultura, de proteger a cultura, e não criar obstáculos à cultura como faz essa norma do Código Civil. E, sob a vigência desses arts. 20 e 21, contam-se em mais de dezena as hipóteses de cerceamento judicial da liberdade de expressão em matéria biográfica com base nesses malsinados dispositivos. Eu anotei alguns, a maior parte deles eu me lembrava de cabeça: (i) de **Ruy Castro, "Estrela solitária: um brasileiro chamado Garrincha"** - ficou proibida a circulação dessa obra por anos e, ao final, salvo engano, houve necessidade de pagamento de uma indenização às herdeiras do retratado; (ii) de **Paulo César Araújo, "Roberto Carlos em detalhes"** - também retirado de circulação; (iii) de **Alaor Barbosa dos Santos, "Sinfonia de Minas Gerais - a vida e a literatura de João Guimarães Rosa"**; (iv) de **Toninho Vaz, a biografia de Paulo Leminski** - um grande poeta paranaense que escreveu

<sup>399</sup> Sobre a censura, a Ministra cita Daniel Sarmiento em seu voto: “Pode-se adotar uma definição estrita de censura, ou preferir conceitos mais amplos. Em sentido estrito, censura é a restrição prévia à liberdade de expressão realizada por autorizada por autoridades administrativas, que resulta na vedação à veiculação de um determinado conteúdo. Este é o significado mais tradicional do termo. (...) Em sentido um pouco mais amplo, a censura abrange também as restrições administrativas posteriores à manifestação ou à obra, que impliquem vedação à continuidade da sua circulação. A censura posterior pode envolver, por exemplo, a apreensão de livros após o seu lançamento, ou a proibição de exibição de filmes ou de encenação de peças teatrais depois de sua estreia. Ela também é inaceitável, por ofender gravemente a Constituição.” BRASIL, Supremo Tribunal Federal.. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4815. Ministro Relator Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em 31 maio de 2017. p. 69-70.

<sup>400</sup> BRASIL, Supremo Tribunal Federal.. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4815. Ministro Relator Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em 31 maio de 2017. p. 03.

"Distraídos venceremos" -, a biografia chamava-se **"O bandido que sabia latim"** - igualmente retirada de circulação; (v) a biografia do **Anderson Silva, escrita por Eduardo Ohata, "Anderson Spider Silva, o relato de um campeão nos ringues da vida"** - foi retirada de circulação não pelo retratado, mas porque um personagem secundário não gostou do modo como foi feita a referência a ele, e, portanto, pediu a retirada de circulação da obra, e foi atendido com base nesses artigos do Código Civil, que eu espero que nós estejamos hoje, aqui, fulminando de inconstitucionalidade. E, por fim, de **Pedro de Moraes**, para interromper essa sequência, **"Lampião, o mata sete"** - teve igualmente proibida a circulação. (grifou-se)<sup>401</sup>

O Ministro Gilmar Mendes, apesar de se mostrar contrário à possibilidade de autorização para publicação de biografias, colocando a indenização e o direito de resposta como mecanismos à disposição o biografado ofendido, acaba por afirmar que “haverá casos em que certamente poderá haver a justificativa até mesmo de uma decisão judicial que suste uma publicação, desde que haja justificativa, mas não nos cabe tomar essa decisão *a priori*.”<sup>402</sup> Desta forma, o Ministro não descarta a possibilidade de retirada de circulação das biografias, desde que seja a posteriori e que seja por uma razão justificada.

A preocupação em garantir a liberdade de expressão e de informação faz com que a possibilidade de retirada de circulação da obra seja vista com maus olhos, relacionando a prática à uma censura. Contudo, essa retirada de circulação não será feita por motivo algum, apenas com a intenção de censurar o biógrafo e impedir que ele emita opinião a respeito de indeterminados assuntos e que a sua obra circule. Ao contrário, a medida deve ser uma exceção, deve ser justificada, mas deve ser um mecanismo possível pois, como visto, existem casos em que a indenização e o direito de resposta não serão suficientes para proteger de forma integral a pessoa humana. Mesmo a retirada da obra de circulação não tem o condão de impedir que os fatos íntimos publicados estejam na posse de indeterminados leitores, pois as informações circulam com velocidade. A pessoa humana fica, dessa forma, desamparada nos seus direitos existenciais, por esse motivo a ela deve ser garantida todas as formas de se preservar. Se a primazia dos

<sup>401</sup> BRASIL, Supremo Tribunal Federal.. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4815. Ministro Relator Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em 31 maio de 2017. p. 150-151.

<sup>402</sup> BRASIL, Supremo Tribunal Federal.. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4815. Ministro Relator Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em 31 maio de 2017. p. 150-151.

direitos da personalidade for resultado da ponderação de direitos, a possibilidade de retirada de circulação da obra na tentativa de preservar a pessoa humana deve ser uma saída possível. Nesse sentido é a posição de Anderson Schreiber:

Se os parâmetros indicados no enunciado não chegam a ser tão específicos quanto os sugeridos neste livro, representam já uma iniciativa capaz de guiar, de modo geral, a atuação dos juízes, do corpo jurídico das editoras e dos advogados de biografados, prevenindo-se futuros conflitos. Ponto que merece, contudo, algum cuidado é o relativo à preferência por “medidas que não restrinjam a divulgação de informações”. Embora invocada por autores de peso, a tal preferência não encontra amparo normativo no direito brasileiro. **Se é certo que a restrição à circulação da obra representa uma medida extrema, a conservação da lesão à personalidade do biografado não encontra justificativa em nossa ordem constitucional, pautada pela tutela à dignidade humana.** Vale dizer: **concluindo-se que a privacidade do biografado deve prevalecer sobre a liberdade de expressão/informação no caso concreto, a retirada de circulação é medida cabível e até recomendável como fruto da ponderação.** (grifou-se)<sup>403</sup>

No entanto, mesmo diante da possibilidade de recorrer ao Poder Judiciário para questionar a lesão a direitos da personalidade que estariam protegidos pela cláusula geral de tutela da pessoa humana, é certo que existem informação de caráter íntimo que o biografado poderia desejar manter em sigilo. Indenização, direito de resposta, retirada da obra biográfica de circulação, ou qualquer outra sanção que o juiz entendesse cabível no caso concreto não teriam o poder de fazer com que aquele indivíduo retornasse ao *status quo*, onde aquela informação era compartilhada exclusivamente entre as pessoas de seu interesse, como se referiu anteriormente. Uma vez colocada em circulação, a informação íntima não mais retorna para a esfera privada da pessoa humana. Por esse motivo, apesar da importância que a indenização e demais consequências não pecuniárias têm nas questões debatidas posteriormente à publicação da biografia, é essencial que ao indivíduo sejam garantidas ferramentas que possam, de fato, evitar que tais informação sejam publicadas, ou seja, retiradas daquela esfera de exclusividade criada pela pessoa para transmiti-las a todos que tenham acesso àquela obra que, em tempos de livros digitais, são difíceis de mensurar em números.

Deste modo, é preciso ressaltar a importância da comunicação prévia, apresentada no segundo capítulo, para que o biografado tenha acesso ao texto escrito a seu respeito anteriormente à publicação da biografia, só assim, ele poderá

<sup>403</sup> SCHREIBER, Anderson. Direitos da Personalidade. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 151.

exercer o seu direito à privacidade e, caso queira, poderá acessar à justiça diante da ameaça de lesão aos seus direitos existenciais e levar a questão para que o juiz, através do mecanismo da ponderação, possa decidir a respeito deste conflito de direitos antes que os direitos existenciais sejam, de fato, feridos. Negar que o biografado tenha acesso prévio é evitar garantir a ele a possibilidade de recorrer ao Poder Judiciário enquanto a lesão que poderia ocorrer ainda se encontra no patamar da ameaça, só assim o indivíduo poderá exercer certo controle e impedir que as informações íntimas a seu respeito circulem para todos os demais, desta forma, os direitos da personalidade, serão, de fato, respeitados.

## 5.

### Conclusão

Responder a pergunta “quem é o dono da história”? não é uma tarefa fácil, pois não é possível respondê-la de forma direta. O indivíduo escreve sua história a partir das experiências, conexões, relações e as obras que realiza em sociedade; sua história, portanto, não é escrita sozinha, mas em conjunto com cada pessoa que passou por seu caminho e ali também deixou um pouco de si. A partir desse conceito observa-se que a história é individual, mas também é coletiva, ela pertence a seu próprio protagonista, mas também é um pouco daqueles espectadores que aprendem através dos olhos de outras pessoas, que vivem épocas, costumes e culturas diferentes. As biografias permitem que os leitores possam viver diversas vidas, a sua própria e a de cada pessoa que atentamente acompanhou através das páginas de um relato biográfico, por esse motivo que alguns autores afirmam que as histórias de vida se misturam com a História, porque o simples ato de viver é fazer História.

Não é possível negar o valor de uma biografia, que se consolidou como um importante gênero literário e histórico, pois através dos relatos biográficos pode-se ter acesso ao mundo de um indivíduo que viveu determinado momento histórico. Por meio das biografias, foi possível conhecer a rica história de vida da Imperatriz Leopoldina, seus sentimentos ao pisar em terras brasileiras, seu amor pela ciência, ou os costumes da família real no Brasil Império. Também por meio das biografias foi possível mergulhar um pouco mais afundo uma determinada época musical através dos olhos de quem fez música, como na biografia musical de Elis Regina ou na narrativa de vida de Roberto Carlos.

Não é possível negar, do mesmo modo, a importância do direito à liberdade de expressão no cenário de um país democrático. É preciso garantir que os indivíduos possam exercer o seu direito livre de manifestar opiniões a respeito dos mais diversos assuntos, publicar críticas e se expressar de inúmeras maneiras. O direito à liberdade de expressão se torna ainda mais importante diante do seu desdobramento em direito a informar e ser informado; mais do que o direito à livre se expressar, o indivíduo tem direito a informar os demais sobre assuntos que

domina e dados que teve acesso e, da mesma forma, toda a comunidade tem direito a buscar o conhecimento a respeito dos fatos que lhe interessam. Negar a circulação de notícias é negar o acesso de toda sociedade a informações que possam fazer diferença no seu dia a dia como cidadã. As pessoas, por exemplo, têm direito a conhecer os candidatos a um determinado cargo público para que a sua escolha seja cada vez mais consciente. Do mesmo modo, as pessoas têm direito a informações sobre os agentes que já ocupam esses cargos públicos e suas ações nos postos de trabalho, para que a fiscalização do povo seja eficaz.

Apesar do alto patamar que o direito à liberdade de expressão ocupa na Constituição da República, como qualquer outro direito, ele não é ilimitada e que, apesar da sua importância e também da importância do gênero biografia, que não se nega nesse trabalho, o exercício da liberdade de expressão e informação através da escrita de relatos de vida não deve ser ilimitado. Isso significa que a natureza da informação importa no momento de divulgá-la, ou seja, se são informações íntimas, é preciso que se garanta ao biografado o direito de resguardá-las.

A importância de garantir ao biografado o direito de resguardar tais informações existe diante da intenção da Constituição da República de 1988 em prever a necessidade de proteção integral da pessoa humana e, com ela, os seus direitos da personalidade. O princípio da dignidade da pessoa humana, cujo conteúdo, conforme Maria Celina Bodin de Moraes, engloba os subprincípios da igualdade, solidariedade, integridade psicofísica e liberdade, está previsto no artigo 1º, III da Constituição da República e se configura como verdadeira cláusula geral de tutela da personalidade humana.

Tal princípio, tamanha a sua importância, foi colocado pelo constituinte de 1988 como um dos fundamentos da República. Por esse motivo, não é possível afirmar que o direito à liberdade de expressão está em patamar superior ao direito à privacidade, conforme o Supremo Tribunal Federal quer fazer crer no julgamento da ADI nº 4815, uma vez que, além de a privacidade e outros direitos da personalidade estarem previstos na Constituição da República tanto quanto o direito à liberdade de expressão, os direitos da personalidade são desdobramentos da cláusula geral de tutela. Desta forma, o direito à privacidade, por exemplo, não pode ser visto como inferior à liberdade de expressão, pois, possuem o mesmo

status constitucional. Estando, pois, no mesmo patamar, não se pode falar em uma regra de posição preferencial da liberdade de expressão, mas o conflito deve ser analisado no caso concreto pelo magistrado que fará a ponderação entre os direitos dos biógrafos e biografados.

Muitos são os critérios informados ao longo da pesquisa como de importante análise no momento da publicação da obra, dentre eles o critério da pessoa pública. Se afirmou durante o julgamento da ADI nº 4815 que as pessoas públicas possuem o seu direito à privacidade um pouco menos garantido do que as demais pessoas, isso porque as celebridades, as pessoas que ocupam um cargo público ou qualquer outra função que as coloque em evidência assim teriam optado. Com a escolha da profissão vieram as consequências de uma vida privada um pouco mais limitada, uma vez que com a opção de se tornarem pessoas públicas, a abertura de sua vida privada aos seus seguidores seria consequência natural dessa opção.

No entanto, o critério “pessoa pública” deve ser usado com cautela. É verdadeiro o fato de que, quando uma pessoa opta pela vida pública, com essa opção vem a curiosidade de seus seguidores por sua vida privada e, muitas vezes, a própria pessoa escolhe mostrar parte dessa vida privada em revistas e vídeos. Mas, é importante frisar que mostrar parte de sua privacidade não significa a aceitação de que toda a sua vida privada seja exposta a inúmeros olhos. A escolha por uma profissão que traz notoriedade não acarreta, automaticamente, a perda do direito fundamental à privacidade, ao contrário, o indivíduo, ainda que pessoa pública, tem o direito de manter parte dessa privacidade, mesmo que abra mão de outra parte dela.

Do mesmo modo, nos dias atuais em que os vídeos e fotos circulam com muita facilidade, uma pessoa que não optou por profissão notória pode, rapidamente, tornar-se uma pessoa conhecida de todos. No presente trabalho cita-se o exemplo de Ruth Lemos que, protagonizou o vídeo conhecido por “sanduíche-iche”. Nesse exemplo concreto, não foi uma opção se tornar uma pessoa pública, mas isso aconteceu diante da ampla divulgação da entrevista.

É preciso ressaltar ainda que a notoriedade de uma pessoa muitas vezes não decorre de uma escolha ou de uma determinada profissão (como atores, jornalistas

de televisão, esportistas, músicos, etc.). Mesmo as profissões que, a princípio, não tornam uma pessoa famosa, podem fazer com que determinado indivíduo se destaque. Veja-se, como exemplo, um professor que publica livros, ministra aulas e palestras em vários lugares, comparece a congressos e concede entrevistas para veículos ligados à área. O próprio professor pode se considerar uma pessoa anônima, mas as tarefas do dia a dia da função de professor e pesquisador acabaram por trazer certa notoriedade quando uma de suas palestras foi transmitida via vídeo e gravada para que outros estudantes e pesquisadores da área pudessem ter acesso. Neste caso, afazeres que, em regra, não fazem parte de uma profissão que torna a pessoa uma celebridade, fizeram com que ele ficasse conhecido além dos corredores da universidade.

Inúmeros são os exemplos, mas a conclusão a que se quer chegar é que, muitas vezes, a pessoa não opta pela vida pública e, mesmo assim, ela acontece. Por serem, agora, conhecidas, é possível a publicação de suas biografias sem que sejam informados do conteúdo antes da publicação? Por essa razão, afirmar como uma máxima que pessoas públicas têm a sua privacidade reduzida é também aplicar essa máxima para essas pessoas que podem se considerar anônimas e que não escolheram o estilo de vida ligado à fama. Logo, quem são as pessoas públicas? No mundo atual e conectado essa resposta já não é tão direta quanto antes, por esse motivo, diferenciar a possibilidade de publicação de pessoas públicas e não-públicas é correr o risco de expor a privacidade de alguém que não optou por essa exposição.

Outro critério mencionado é a veracidade dos fatos, ou seja, se os fatos são verdadeiros, podem ser divulgados. Quanto a esse critério é preciso observar que ele procede em parte: apenas as informações verdadeiras devem ser colocadas em circulação, caso contrário, além do direito à privacidade, também o direito à honra pode ser atingido através por exemplo, da publicação de um fato calunioso, como ocorreu na publicação da biografia da W/Brasil, já mencionada anteriormente. Dentre todos os critérios mencionados no texto, um merece maior destaque em razão da sua importância: o interesse público. Neste aspecto, conforme visto, já está inserido o critério da “verdade”, uma vez que é de interesse público que apenas fatos verdadeiros sejam retratados. Todavia, conforme se demonstrou, não há a supremacia do interesse público, do interesse

do Estado, primeiramente porque quando se fala em interesse público se refere ao interesse da coletividade, de pessoas que pertencem a uma determinada comunidade, e não somente do Estado pessoa jurídica de direito público.

Através do critério do interesse público, pode-se vislumbrar que história é individual e pertence àquele que a vive, mas também é coletiva e pertence um pouco aos espectadores que a acompanham. Isso porque, as informações que, de alguma forma, estão cobertas de interesse público são mais única e exclusivamente do interesse de quem viveu aquela história, mas torna-se importante para toda a coletividade e, com isso, surge o direito à informação da sociedade em relação a alguns dados daquele indivíduo. Vale destacar que o interesse público não é presumido em razão da publicidade da pessoa, ou seja, não é porque se trata de uma pessoa pública que há, necessariamente, um interesse público na divulgação de suas informações, mas sim, deverá ser analisado e ponderado o interesse de cada informação discutida no caso concreto.

Este conflito entre liberdade de expressão e direitos da personalidade das pessoas públicas gerou o julgamento da ADI nº 4815 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal de que as biografias poderiam ser publicadas independentemente de autorização, contudo, o STF afirmou que os direitos da personalidade também merecem ser observados, mas não estabeleceu critérios para tanto, apenas confirmou a existência e importância dos direitos existenciais e limitou o seu questionamento à ações posteriores à publicação da biografia. Após a publicação, o biografado que se sentisse ofendido com os dizeres da obra biográfica poderia pleitear indenização junto ao Poder Judiciário, além de mecanismos não pecuniários como o direito de resposta.

Todavia, defende-se na presente pesquisa que a limitação temporal para questionamento da violação a direitos existenciais fere ainda mais a dignidade da pessoa humana que já foi lesionada com a publicação, isso porque limita o acesso à justiça do biografado para apenas posteriormente à divulgação da obra, sendo que o ordenamento jurídico brasileiro permite que o Poder Judiciário seja acionado diante de uma lesão a direitos, mas também, diante de uma ameaça de lesão a direitos. A ameaça de lesão ocorre no momento pré-publicação, que é um

momento precioso para que o biografado possa, de fato, impedir a efetiva lesão à sua dignidade e manter certas informações fora da publicação da biografia.

Quando se fala em direito à privacidade, a autodeterminação informativa, permite e garante que o indivíduo possa, de certa forma, conhecer as informações que estão sendo coletadas sobre ele e que tenha certo controle em relação a essas informações, para retificar, ou mesmo retirar alguma informação daquela lista de dados colhidos. Desta forma, é essencial que o biografado saiba que há uma pesquisa sobre a sua vida, quais fatos foram colhidos e como esses fatos serão contados na obra. Por esse motivo, defende-se a possibilidade de comunicação prévia do biografado e demais pessoas presentes na narrativa, não para que eles possam censurar ou impedir que toda uma biografia seja publicada, justamente em razão da importância do gênero no contexto literário e histórico e também da existência de fatos que são de interesse público, mas para que possam efetivamente exercer o direito à privacidade de que são titulares.

Em síntese, essa comunicação prévia permite que o biografado tenha acesso ao conteúdo da biografia antes da publicação e possa questionar, junto ao Poder Judiciário, a exclusão de determinadas informações que, para eles, são de caráter íntimo. O Poder Judiciário, por sua vez, analisará a questão e, após ponderação, determinará qual direito prevalecerá no caso concreto: a liberdade de expressão ou os direitos da personalidade, da mesma forma como seria feito após a publicação, mas que, se feito antes, é medida capaz de evitar lesão efetiva à dignidade do biografado com a publicação de informações íntimas a seu respeito como. Como exemplo desse raciocínio... por exemplo, tratar-se o biografado de pessoa transexual, quando o próprio ordenamento jurídico já permitiu que o indivíduo retificasse seus documentos civis para que aquela informação não ficasse, a todo momento, sendo levantada.

Se o questionamento só puder ocorrer após a publicação da biografia, a informação seria colocada para circular e mesmo com altas indenizações, direito de resposta ou o recolhimento de todos os exemplares, a informação já estaria em domínio do público, em razão da alta velocidade com que as notícias são circuladas e, principalmente, diante da existência dos livros digitais que estão à distância de apenas um *click* do acesso.

Desta forma, volta-se ao questionamento: “quem é o dono da história”? Se é verdade que não se pode afirmar que o biografado escreve sozinho a sua própria história e, por essa razão, é preciso permitir que seja contada, também é verdade que o biografado é o seu protagonista e o maior interessado que, como qualquer pessoa, merece ter uma face da sua história resguardada para si ou para as pessoas que ele próprio escolher compartilhar. Se, ao exigir a autorização prévia para a publicação da obra coloca-se o biografado como único dono daquela história e restringe-se o gênero a ponto de temer pelo seu desaparecimento, o contrário também é verdadeiro, ou seja, negar ao biografado o direito de manter determinadas informações que não são de interesse público de fora da obra é tirá-lhe totalmente a titularidade de sua própria vida e entregar nas mãos de terceiros que podem divulgar, a incontáveis pessoas, fatos da vida de alguém, sem que esse alguém possa fazer algo para tentar manter parte daquela intimidade. Impedir que o biografado seja informado da publicação e possa questioná-la junto ao Poder Judiciário antes que a publicação ocorra é condenar-lhe a esperar pela lesão à sua dignidade e, só então, liberá-lo para fazer algo para tentar repará-la, mesmo que o próprio ordenamento afirme que a ameaça de lesão já é o suficiente para se acessar a Justiça.

## Referências bibliográficas

AIETA, Vânia Siciliano. **A garantia da intimidade como direito fundamental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. A “Supremacia do Interesse Público” no advento do Estado de Direito e na Hermenêutica do Direito Público Contemporâneo. In **Interesses Públicos versus Interesses Privados: Desconstruindo o Princípio de Supremacia do Interesse Público**. Coord. Daniel Sarmento. 2ª tir. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007

ARAÚJO, Paulo Cesar de. **O réu e o rei: Minha história com Roberto Carlos**, em detalhes. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007

\_\_\_\_\_. **Reflections on Little Rock**, Dissent, 1959.

ARFUCH, Leonor. **Antibiografias?** Novas experiências nos limites. In: SOUZA, Eneida Maria de; TOLENTINO, Eliana da Conceição; MARTINS, Anderson Bastos. (Org.). *O futuro do presente: arquivo, gênero e discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

BARBOSA, Fernanda Nunes. **Biografias e liberdade de expressão: critérios para a publicação de histórias de vida**. Série Pautas em Direito. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2016.

\_\_\_\_\_; CASTRO, Thamís Dalsenter Viveiros de. **Dilemas da liberdade de expressão e da solidariedade**. Civilistica.com. Rio de Janeiro, a. 6, n. 2, p. 03, 2017. Disponível em: <<http://civilistica.com/wp-content/uploads/2018/01/Barbosa-e-Castro-civilistica.com-a.6.n.2.2017.pdf>> . Acesso em 13 fev. 2018.

BARCELLOS, Ana Paula de. Alguns parâmetros normativos para a ponderação constitucional. In: BARROSO, Luís Roberto. (Org.). **A Nova Interpretação Constitucional. Ponderação, direitos fundamentais e relações privadas**. 3ª ed. rev. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 55.

\_\_\_\_\_. **Intimidade e pessoas notórias. Liberdades de expressão e de informação e biografias**. Conflito entre Direitos Fundamentais. Ponderação, caso concreto e acesso à justiça. Tutelas específica e indenizatória. *Revista Direito Público*, vol. 11, n. 55, p. 57, 2014. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2372/1236>>. Acesso em: 30 maio 2017.

BARROSO, Luís Roberto. **A dignidade da pessoa humana no Direito Constitucional contemporâneo**. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

\_\_\_\_\_. **Colisão entre liberdade de expressão e Direitos da Personalidade.** Critérios de ponderação. Interpretação Constitucionalmente adequada do Código Civil e da Lei de Imprensa. *Revista de Direito Administrativo*, vol. 235, p. 18, 2004. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/45123/45026>. Acesso em: 15 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. O Estado contemporâneo, os Direitos Fundamentais e a Redefinição da Supremacia do Interesse Público. In: **Interesses Públicos versus Interesses Privados: Desconstruindo o Princípio de Supremacia do Interesse Público.** Coord. Daniel Sarmento. 2ª tir. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

BODIN DE MORAES, Maria Celina. Ampliando os direitos da personalidade. In: **Na medida da pessoa humana.** Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

\_\_\_\_\_. **A utilidade dos princípios na aplicação do direito.** Editorial. *Civilistica.com*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 1, jan./mar. 2013. Disponível em: <http://civilistica.com/utilidade-principios/>. Acesso em: 16 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Biografias não autorizadas:** conflito entre a liberdade de expressão e a privacidade das pessoas humanas? Editorial. *Civilistica.com*. Rio de Janeiro, a. 2, n. 2, abr.-jun./2013. Disponível em: <http://civilistica.com/biografias-nao-autorizadas/>. . Acesso em 08 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Danos à pessoa humana:** uma leitura civil-constitucional dos danos morais. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

\_\_\_\_\_. **Honra, liberdade de expressão e ponderação.** *Civilistica.com*. Rio de Janeiro, a. 2, n. 2, p. 12, abr./jun. 2013. Disponível em: <http://civilistica.com/wp-content/uploads/2015/02/Bodin-de-Moraes-civilistica.com-a.2.n.2.2013.pdf>. Acesso em 10 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. O princípio da dignidade da pessoa humana. In: **Na medida da pessoa humana.** Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

\_\_\_\_\_. O princípio da dignidade humana. In: BODIN DE MORAES, Maria Celina. (Coord.). **Princípios do Direito Civil Contemporâneo.** Rio de Janeiro: Renovar: 2006.

\_\_\_\_\_. **Sobre o nome da pessoa humana.** *Revista da EMERJ*, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 12, p. 72, 2000. Disponível em: [http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj\\_online/edicoes/revista12/revista12\\_48.pdf](http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista12/revista12_48.pdf). Acesso em: 21 jul. 2017.

BODIN DE MORAES, Maria Celina; VIVEIROS DE CASTRO, Thamis Dalsenter. **A autonomia existencial nos atos de disposição do próprio corpo.** *Revista Pensar*, Fortaleza, vol. 19, n. 3, p. 784, set./dez. 2014. Disponível em: [http://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/3433/pdf\\_1](http://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/3433/pdf_1). Acesso em 15 fev. 2018.

BORNHOLDT, Rodrigo Meyer. **Liberdade de expressão e direito à honra: uma nova abordagem no direito brasileiro**. Joinville: Bildung, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BRANCO, Sergio. **Memória e esquecimento na internet**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2017.

BRASIL. Código civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 2 jun. 2017.

BRASIL. Código penal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)>. Acesso em: 12 jan. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 19 jan. 2018.

BRASIL. Projeto de Lei nº 393, de 15 de fevereiro de 2011. Altera o art. 20 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para garantir a liberdade de expressão, informação e o acesso à cultura. Câmara dos Deputados. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=491955>> Acesso em: 14 nov. 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1626739/RS. Ministro Relator: Luis Felipe Salomão. Brasília, 09 maio 2017. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=74184067&num\\_registro=201602455869&data=20170801&tipo=5&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=74184067&num_registro=201602455869&data=20170801&tipo=5&formato=PDF)>. Acesso em: 17 fev. 2018.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 957.343/DF. Ministro Relator Aldir Passarinho Jr. Brasília, 18 de mar. de 2008. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201400501100&dt\\_publicacao=11/11/2016](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201400501100&dt_publicacao=11/11/2016)> Acesso em: 13 fev. 2018.

BRASIL Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1440721/GO. Ministro Relator Maria Isabel Gallotti. Brasília, 11 de out. de 2016. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201400501100&dt\\_publicacao=11/11/2016](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201400501100&dt_publicacao=11/11/2016)> Acesso em: 13 fev. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815**. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 104. Disponível

em:

<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>>. Acesso em: 31 maio 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Manifestação da Advocacia Geral da União na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815**. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 03. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=4931899&prcID=4271057&ad=s#>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Petição Inicial na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815**. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros. Relator: Ministra Carmen Lúcia. Brasília, 10 jun. 2015, p. 03. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=2315705&prcID=4271057#>> Acesso em 10 fev. 2018.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MACHADO, Jónatas Eduardo Mendes; GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. **Biografias não autorizadas versus liberdade de expressão**. Curitiba: Juruá, 2017.

CENSURA. In: **DICIONÁRIO Brasileiro da Língua Portuguesa**. [S.l.]: Michaelis, 2018. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/censura/>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

CHAVES, Antônio. Direito à própria imagem. **Revista da Faculdade de Direito da USP**, vol. 67, 1972. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download/66643/69253>>. Acesso em 19 jul. 2017.

CONCEIÇÃO, Livia Beatriz da. História e biografia: limites e possibilidades teóricas. **Revista Cantareira**, 15ª ed., p. 02, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/04/15a5.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2017.

COSTA, Célia Maria Leite. Intimidade versus Interesse Público: a problemática dos arquivos. In **Estudos Históricos**, 1998, p. 194. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2066>> Acesso em: 01 fev 2018.

DESANTES, José María. **El derecho fundamental a la intimidad**. Versión escrita de la exposición en seminario "El derecho a la intimidad y a la vida privada y los medios de comunicación social" realizado el 28 de agosto de 1991 en el Centro de Estudios Públicos, p. 270. Disponível em: <[https://www.cepchile.cl/cep/site/artic/20160303/asocfile/20160303183836/rev46\\_desantes.pdf](https://www.cepchile.cl/cep/site/artic/20160303/asocfile/20160303183836/rev46_desantes.pdf)>. Acesso em: 18 jan. 2018.

DONEDA, Danilo. **Da privacidade à proteção dos dados pessoais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

FACHIN, Luiz Edson. O corpo do registro no registro do corpo; mudança de nome e sexo sem cirurgia de redesignação. **Revista Brasileira de Direito Civil**, vol. 1, p. 55-56, jul./set. 2014. Disponível em: <<https://www.ibdcivil.org.br/image/data/revista/pdf/03---rbdcivil-volume-1---o-corpo-do-registro-no-registro-do-corpo;-mudanuca-de-nome-e-sexo-sem-cirurgia-de-redesignaucueo.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

FRANCIULLI NETTO, Domingos. A proteção ao Direito à imagem e a Constituição Federal. **Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva**, vol. 16, n. 1, p. 23, jan./jul. 2004. Disponível em: <[www.stj.jus.br/publicacaoinstitucional/index.php/informativo/article/download/442/400](http://www.stj.jus.br/publicacaoinstitucional/index.php/informativo/article/download/442/400)>. Acesso em: 20 jul. 2017.

FUX, Jacques; SANTOS, Darlan Roberto dos. As muitas artes de “Santiago”, de João Moreira Salles. **Anuário de Literatura**, v. 17, n. 1, p. 158, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/23593>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

GOMES, Daniel Machado. ROCHA, Luiz Augusto Castello Branco de Lacerda Marca da. Direito à informação e exclusividade do interesse privado: Um diálogo entre Stefano Rodotà e Hannah Arendt. **XXVI Encontro do Conpedi**. Filosofia do Direito. Brasília - DF, 2017, p. 72. Disponível em <https://www.conpedi.org.br/publicacoes/roj0xn13/58ph3k9g/57761Yh91r6dbKgw.pdf> Acesso em 26 jan 2018.

GRAGNANI, Juliana. Gil e Caetano se juntam a Roberto Carlos contra biografias não autorizadas. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 05 out. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/10/1352167-gil-e-caetano-se-juntam-a-roberto-carlos-contrabiografias-nao-autorizadas.shtml>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

KONDER, Carlos Nelson. Apontamentos iniciais sobre a contingencialidade dos institutos de direito civil. In: MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rêgo; GUEDES, Gisela Sampaio da Cruz Costa; MEIRELES, Rose Melo Vencelau. (Org.). **Direito Civil. Vol. 2**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015.

\_\_\_\_\_. Dificuldades de uma abordagem unitária do lucro da intervenção. **Revista de Direito Civil Contemporâneo**, vol. 13, n. 4, p. 234-235, out./dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Privacidade e Corpo: convergências possíveis. **Revista Pensar**, vol. 18, n. 2, p. 374, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/2696/pdf>>. Acesso em: 07 set. 2017.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: a contribuição de Hannah Arendt. *Revista Estudos Avançados*, v.11, n.30, 1997,. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8995>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **A reconstrução dos direitos humanos.** Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LIMA, Diego Iwata. Até hoje sou abraçada na rua, diz nutricionista do “sanduíche-iche”. **Folha de S.Paulo**. 20 anos de Internet.br. 01 maio 2015. Disponível em: <<http://temas.folha.uol.com.br/20-anos-da-internet/era-social/ate-hoje-sou-abracada-na-rua-diz-nutricionista-do-sanduche-iche.shtml>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

LINS, Thiago. **O lucro da intervenção e o direito à imagem.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

MAGALHÃES, Fabiano Pinto de. Privacidade, imagem-atributo e liberdade de expressão. Colisão e parâmetros de ponderação. Comentários ao acórdão no REsp. 1.235.926. **Civilistica.com**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 1, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://civilistica.com/privacidade-imagem-atributo-e-liberdade-de-expressao-colisao-e-parametros-de-ponderacao-comentarios-ao-acordao-no-resp-1-235-926/>>. Acesso em 19 jul. 2017.

MALATIAN, Teresa Maria. A biografia e a história. **Cadernos CEDEM**, vol. 1, n. 1, p. 22, 2008. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/view/518/414>>. Acesso em: 30 maio 2017.

MARTINS, Estevão de Rezende. Cultura, história, cultura histórica. **ArtCultura**, vol. 14, n. 25, p. 67, 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/26197/16257>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

MARTINS, Paulo. O respeito pela privacidade começa na recolha de informações. In **Comunicação e Sociedade**, vol. 25, 2014, pp. 169-185. Disponível em: <<http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/viewFile/1867/1794>> Acesso em: 30 jan 2018.

MELLO, Rodrigo Gaspar. **A censura judicial como meio de restrição da liberdade de expressão.** Uma análise comparativa da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Corte Suprema de Justiça da Nação argentina e do Supremo Tribunal Federal. 2012. 154f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

OLIVEIRA, Oris de. **Contribuição de Francisco de Vitoria ao Direito Internacional Público no de “Indis Recenter Inventis, Relectio Prior”.** *Revista da Faculdade de Direito da USP*, vol. 68, n. 2, 1973. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download/66678/69288>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PACE, Ana Amélia Barros Coelho. Aspectos do pacto autobiográfico em “L’autobiographie em France”. **Darandina Revisteletrônica**, vol. 6, n. 1, p. 1.

Disponível em: <[http://www.ufjf.br/darandina/files/2013/08/artigo\\_ana-amelia.pdf](http://www.ufjf.br/darandina/files/2013/08/artigo_ana-amelia.pdf)>. Acesso em: 07 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lendo e escrevendo sobre o pacto autobiográfico de Philippe Lejeune.** 2012. 172f. Dissertação (mestrado em língua e literatura francesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Modernas, Programa de Estudos Linguísticos, Literários e Tradutológicos em Francês, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PARANÁ. Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº 1.234.120-7 da 14ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Apelante: Rudimar Fedrigo. Apelados: Anderson da Silva e Sextante GMT Editores LTDA., Relator: Desembargador Luiz Sergio Neiva de Lima Vieira, Curitiba, 07 jul. 2015. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/11947471/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1234120-7>> Acesso em 10 fev. 2018.

PERLINGIERI, Pietro. **O direito civil na legalidade constitucional.** Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

\_\_\_\_\_. **Perfis do Direito Civil: Introdução ao Direito Civil Constitucional.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

PRIORE, Mary del. **Biografia:** quando o indivíduo encontra a história. *Topoi*, vol. 10, n. 19, p. 10, 2009. Disponível em: <[http://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/topoi19/topoi%2019%20-%2001%20artigo%201.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi19/topoi%2019%20-%2001%20artigo%201.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2017.

PROCURE saber abandona debate sobre biografias não autorizadas. **Folha de S.Paulo.** São Paulo, 04 jun. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/06/1637996-procure-saber-sai-de-debate-sobre-biografias-nao-autorizadas.shtml>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

RODOTÀ, Stefano. **A vida na sociedade da vigilância:** a privacidade hoje. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

RODRIGUES, Otavio Luiz Junior. Do príncipe Bismarck à princesa Carolina de Mônaco: vida privada de pessoas célebres e as liberdades comunicativas no Direito Civil. In: CASSETTARI, Christiano. (Coord.). **10 anos de vigência do Código Civil de 2002.** Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.

RUSS-MOHL, Stephan. What is the Public Interest? **European Journalism Observatory.** 14 jan 2010. Disponível em: <<https://en.ejo.ch/ethics-quality/what-is-the-public-interest>> Acesso em: 07 jan 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Neoconstitucionalismo e influência dos direitos fundamentais no direito privado:** algumas notas sobre a evolução brasileira. *Civilistica.com.* Rio de Janeiro, a.1, n.1, p.03, 2012. Disponível em: <<http://civilistica.com/wp-content/uploads/2012/08/Neoconstitucionalismo-civilistica.com-1.-20121.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

SARMENTO, Daniel. Interesses Públicos vs. Interesses Privados na Perspectiva da Teoria e da Filosofia Constitucional. In **Interesses Públicos versus Interesses Privados: Desconstruindo o Princípio de Supremacia do Interesse Público**. Coord. Daniel Sarmento. 2ª tir. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

SCHIER, Paulo Ricardo. Ensaio sobre a supremacia do interesse público sobre o privado e o Regime Jurídico dos Direitos Fundamentais. In **Interesses Públicos versus Interesses Privados: Desconstruindo o Princípio de Supremacia do Interesse Público**. Coord. Daniel Sarmento. 2ª tir. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007

SCHMIDT, Benito Bisso. **Construindo biografias...** Historiadores e jornalistas: aproximações a afastamentos. *Revista Estudos Históricos*, vol. 10, n. 19, p. 14, 1997. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2040>>. Acesso em: 01 maio 2017.

SCHREIBER, Anderson. **Direitos da Personalidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

\_\_\_\_\_. **Direitos da Personalidade**. 2ª ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2013.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida para o canal Migalhas. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI200344,41046-O+advogado+Anderson+Schreiber+fala+sobre+as+biografias+nao>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Novos paradigmas da responsabilidade civil**. Da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

\_\_\_\_\_. Nossa ordem jurídica não admite proprietários do passado. **Consultor Jurídico**. Opinião. 12 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-jun-12/anderson-schreiber-nossas-leis-nao-aditem-proprietarios-passado>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

SCHREIBER, Anderson; KONDER, Carlos Nelson. **Uma agenda para o direito civil-constitucional**. *Revista Brasileira de Direito Civil*. vol. 10, n. 04, out./dez. 2016. Disponível em: <<https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/42>> Acesso em: 15 fev. 2018.

SERGIPE. Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº 201415770. Apelante: Pedro de Moraes Silva. Apelado: Expedita Ferreira Nunes. Relator: Desembargador Cezário Siqueira Neto. Aracaju, 30 set. 2014. Disponível em: <[http://www.tjse.jus.br/tjnet/jurisprudencia/relatorio.wsp?tmp\\_numprocesso=201200213096&tmp\\_numacordao=201415770&tmp.expressao=lampião](http://www.tjse.jus.br/tjnet/jurisprudencia/relatorio.wsp?tmp_numprocesso=201200213096&tmp_numacordao=201415770&tmp.expressao=lampião)>. Acesso em: 13 jan. 2018.

SETEMY, Adriana Cristina Lopes. **Os dois lados da moeda: a censura de imprensa entre a repressão e a legitimação**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24, 2007, São Leopoldo. História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo, 15-20 jul. 2007. Disponível em:

<<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Adrianna%20Cristina%20Lopes%20Setemy.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

SILVA, José Afonso da. A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia. **Revista de Direito Administrativo**, vol. 212, 1998.

SOUZA, Eduardo Nunes de. **Perspectivas de aplicação do abuso do direito às relações existenciais**. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.10, n.4, 3º quadrimestre de 2015. Disponível em: <[www.univali.br/direitoepolitica](http://www.univali.br/direitoepolitica)>. Acesso em 18 fev. 2018.

STADNIKY, Hilda Pívaro. Transversalidades de gênero na ficção nipo-brasileira: a insurgência do vivido. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 7, 2006, Florianópolis. **Gênero, memórias e narrativas**. Florianópolis, 2006. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/H/Hilda\\_Pivaro\\_Stadniky\\_41\\_B.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/H/Hilda_Pivaro_Stadniky_41_B.pdf)>. Acesso em: 07 jun. 2017.

STANLEY, James E. Max Mosley and the English Right to Privacy. **Washington University Global Studies Law Review**, vol. 10, issue 3, 2011, p. 656. Disponível em [https://openscholarship.wustl.edu/law\\_globalstudies/vol10/iss3/7/](https://openscholarship.wustl.edu/law_globalstudies/vol10/iss3/7/). Acesso em 02 fev. 2018.

SZANIAWSKI, Elimar. **Direitos da personalidade e sua tutela**. 2ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

TELLES, Juliana Maria Martins. **Direito Penal Mínimo: a influência da tutela penal mínima no combate à criminalidade**. 2010. 76f. Monografia (Especialização em Direito Penal e Direito Processual Penal) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

TEPEDINO, Gustavo. A tutela da personalidade no ordenamento civil-constitucional brasileiro. In: **Temas de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

\_\_\_\_\_. **Opinião Doutrinária**. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=2335258&prcID=4271057&ad=s#>>. Acesso em 10 nov. 2017.

VENDRUSCOLO, Weslei. **Direito à própria imagem e sua proteção jurídica**. 2008. 174f. Dissertação (Mestrado em Direito). Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/16704/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Vers%C3%A3o%20Final.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

VIVEIROS DE CASTRO, Thamís Dalsenter. **Bons costumes no Direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Almedina, 2017.

\_\_\_\_\_. **Corpo e autonomia:** a interpretação do artigo 13 do Código Civil Brasileiro. 2009. 161f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. **O surgimento e o desenvolvimento do right of privacy nos Estados Unidos.** *Revista Brasileira de Direito Civil*, vol. 03, jan./mar. 2015. Disponível em: <[https://www.ibdcivil.org.br/image/data/revista/volume3/ibdcivil\\_volume\\_3\\_leonardo-estevam-de-assis-zanini\\_pag9-28.pdf](https://www.ibdcivil.org.br/image/data/revista/volume3/ibdcivil_volume_3_leonardo-estevam-de-assis-zanini_pag9-28.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2018.

WARREN, Samuel; BRANDEIS, Louis. **The right to privacy.** *Harvard Law Review*, vol. IV, n. 5, dez. 1890. Disponível em: <<http://faculty.uml.edu/sgallagher/Brandeisprivacy.htm>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

WHITTLE, Stephen. COOPER, Glenda. **Privacy, probity and public interest.** RISJ Challenges. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism. University of Oxford, 2009. Disponível em: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/our-research/privacy-probity-and-public-interest>> Acesso em 06 fev. 2018.

WOLFF, Rosane Portela. **A proteção da vida privada e o direito à informação.** 1991. Dissertação (mestrado em Direito) - Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106329/84427.pdf?sequence=1>>